

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

INSTITUTO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS,

EDUCAÇÃO E CRIATIVIDADE - IHCEC

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Dhion Carlos Hedlund

DA MEDICINA À POLÍTICA: AS DINÂMICAS DA
CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS DE SI DE NICOLAU
ARAUJO VERGUEIRO (1882 - 1956)

Passo Fundo
2023

Dhion Carlos Hedlund

DA MEDICINA À POLÍTICA: AS DINÂMICAS DA
CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS DE SI DE NICOLAU
ARAUJO VERGUEIRO (1882 - 1956)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de doutor em História sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Gizele Zanotto.

Passo Fundo
2023

Dhion Carlos Hedlund

DA MEDICINA À POLÍTICA: AS DINÂMICAS DA CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS DE
SI DE NICOLAU ARAUJO VERGUEIRO (1882 - 1956)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de doutor(a) em História sob a orientação do(a) Prof(a). Dr(a). Gizele Zanotto.

Aprovada em 02 de dezembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof(a). Dr(a). Leticia Borges Nedel (UFSC)



Prof(a). Dr(a). Luciana Quillet Heymann
(FIOCRUZ)



Prof(a). Dr(a). Jacqueline Ahlert (UPF)



Prof(a). Dr(a). Ana Luiza Setti Reckziegel
(UPF)



Prof(a). Dr(a). Gizele Zanotto (UPF)

RESUMO

Esta pesquisa discute as circunstâncias e dinâmicas que envolveram a construção de memórias de si de Nicolau Araujo Vergueiro conformadas pelos seus escritos memorialísticos autorreferenciais, vinculadas à vestígios de seu acervo pessoal. Vergueiro foi médico e político da cidade de Passo Fundo/RS, nasceu em 07 de março de 1882 e faleceu em 16 de março de 1956. Sua ascensão para cargos políticos iniciou em 1908 ao ser eleito Conselheiro Municipal de Passo Fundo, posteriormente eleito Deputado Estadual, Intendente Municipal e Deputado Federal; chefe político local do Partido Republicano Riograndense (PRR) e do Partido Social Democrático (PSD); o declínio político ocorre a partir da década de 1930 e o encerramento de suas atividades políticas na década de 1950. Recebeu diversas homenagens em vida e após a morte. Seu acervo pessoal foi doado pelos familiares à Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF) no ano de 2011, sob custódia do Arquivo Histórico Regional (AHR). A pesquisa é de abordagem qualitativa, sob a perspectiva histórica, e se utiliza de revisão bibliográfica e documental para a construção teórica e análise, baseando-se em fontes primárias e secundárias, como os *Relatórios da Intendência Municipal de Passo Fundo*, dispositivos legais, entrevistas, trabalhos acadêmicos, livros, jornais da época e documentos do acervo. Do ponto de vista interdisciplinar, ressalta-se a relação entre a Arquivologia e a História nos processos de produção, acumulação e tratamento de acervos pessoais, e a influência desses processos no trabalho historiográfico. Os *Cadernos de Memórias* e os *Cadernos de Recortes Documentais* dão um sentido próprio à constituição de memória que Vergueiro está estabelecendo e que se sustenta no acervo que acumula, e que depois é doado para a FUPF, assim como as dinâmicas sociais e políticas presentes em acervos pessoais, ao conformarem o patrimônio a ser preservado, assumem um papel importante para a consolidação das memórias de si representadas no acervo e podem afirmar ou silenciar aspectos históricos, inclusive aqueles que o titular projetou para si.

Palavras-chave: Acervos Pessoais; Memórias de si; Nicolau Araujo Vergueiro; Passo Fundo/RS; Patrimônio Documental.

ABSTRACT

This research discusses the circumstances and dynamics that involved the construction of self-memories by Nicolau Araujo Vergueiro shaped by his self-referential memorialistic writings, linked to traces of his personal collection. Vergueiro was a doctor and politician from the city of Passo Fundo/RS, he was born on March 7, 1882 and died on March 16, 1956. His rise to political office began in 1908 when he was elected Municipal Councilor of Passo Fundo, later elected State Deputy, Municipal Intendent and Federal Deputy; local political head of the Riograndense Republican Party and the Social Democratic Party; the political decline occurs from the 1930s and the end of his political activities in the 1950s. He received several honors in life and after death. His personal collection was donated by his family to the University of Passo Fundo Foundation (FUPF) in 2011, under the custody of the Regional Historical Archive (AHR). The research has a qualitative approach, from a historical perspective, and uses a bibliographical and documental review for the theoretical construction and analysis, based on primary and secondary sources, such as the Passo Fundo Municipal Intendency Reports, legal provisions, interviews, academic works, books, newspapers of the time and documents from the collection. From an interdisciplinary point of view, the relationship between Archival Science and History in the processes of production, accumulation and treatment of personal collections, and the influence of these processes on historiographical work, is highlighted. The *Cadernos de Memórias* and the *Cadernos de Recortes Documentais* give their own meaning to the constitution of memory that Vergueiro is establishing and that is sustained in the collection that he accumulates, and which is later donated to the FUPF, as well as the social and political dynamics present in collections personal, by shaping the heritage to be preserved, they play an important role in consolidating the memories of themselves represented in the collection and can affirm or silence historical aspects, including those that the owner designed for himself.

Keywords: Documentary Heritage; Memory of the self; Nicolau Araujo Vergueiro; Passo Fundo/RS; Personal Archives.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nicolau Araujo Vergueiro na capa do jornal <i>A Voz da Serra</i> , por ocasião da passagem de seu aniversário (1918).	85
Figura 2 - Nicolau Araujo Vergueiro durante uma cirurgia (década de 1910).....	96
Figura 3 - Caminhão em frente ao prédio da intendência municipal de Passo Fundo conduzindo soldados durante a Revolução de 1923	110
Figura 4 - Nicolau Araujo Vergueiro e Getúlio Vargas na Revolução de 1930.....	120
Figura 5 - Vista parcial do acervo de Nicolau Araujo Vergueiro - Campus III (2020).....	152
Figura 6 - Vista parcial do acervo de Nicolau Araujo Vergueiro - Campus I (2022).	153
Figura 7 - Porta doada com o acervo de Nicolau Araujo Vergueiro (2011)	155
Figura 8 - Primeira narrativa memorialística de Nicolau Araujo Vergueiro (1935).	166
Figura 9 - Quatro <i>Cadernos de Recortes Documentais</i> de Nicolau Araujo Vergueiro (1949 - 2003).....	173

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Caminho das tropas em destaque vermelho (século XIX)	64
Mapa 2 - Território de Passo Fundo em 1857	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE - Associação Brasileira de Educação
AEL - Arquivo Edgard Leuenroth
AN - Arquivo Nacional
AHR - Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo
APESP - Arquivo Público do Estado de São Paulo
APFL - Academia Passo-Fundense de Letras
CEMI - Centro de Ensino Médio Integrado
CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social
CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos
CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Turístico
CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COVID-19 - *Corona Virus Disease* - 2019
CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CUC - Consórcio Universitário Católico
DBTA - Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística
DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ENOC - Escola Normal Osvaldo Cruz
FFCL - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FFHC - Fundação Fernando Henrique Cardoso
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
FUG - Frente Única Gaúcha
FUPF - Fundação Universidade de Passo Fundo
HSVP - Hospital São Vicente de Paulo
IAB - Instituto de Arqueologia Brasileira
IHCEC – Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade
IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHPF - Instituto Histórico de Passo Fundo
IMN - Inspetoria de Monumentos Nacionais
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IS – Instituto da Saúde

LAI - Lei de Acesso à Informação
LAMOI - Laboratório de Memória Oral e Imagem
MHN - Museu Histórico Nacional
MHR - Museu Histórico Regional
OEA - Organização dos Estados Americanos
MoW - *Memory of the World*
PC - Partido Conservador
PCB - Partido Comunista do Brasil
PDN - Partido Democrático Nacional
PF-RS - Partido Federalista do Rio Grande do Sul
PL – Partido Liberal
PL-RS – Partido Libertador
PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
PRL-RS - Partido Republicano Liberal do Rio Grande do Sul
PRR - Partido Republicano Riograndense
PSD - Partido Social Democrático
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
REPAC - Rede de Pesquisa em Acervos e Patrimônio Cultural
RI - Regimento de Infantaria
RS - Rio Grande do Sul
SINAR - Sistema Nacional de Arquivos
SISG - Sistema de Serviços Gerais
SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPU - Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo
UDN - União Democrática Nacional
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VREAC - Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
I. ARQUIVOS PESSOAIS EM DEBATE: DE ACERVOS PRIVADOS A DOCUMENTOS DE RELEVÂNCIA SOCIAL.....	23
1.1 Acervos pessoais: conformação, acesso e preservação.....	23
1.2 As memórias individuais e coletivas presentes nos acervos pessoais.....	36
1.3 De acervos privados a acervos públicos sociais: a incorporação de acervos pessoais em instituições especializadas.....	51
II. DA HERANÇA SOCIOCULTURAL À CONSOLIDAÇÃO MÉDICA E POLÍTICA DE NICOLAU ARAUJO VERGUEIRO NAS PLAGAS DE PASSO FUNDO (1882-1956)	60
2.1 Passo Fundo de outrora: conflitos, urbanização e consolidação da <i>Capital do Planalto</i> (fins do século XIX à década de 1950)	61
2.2 A forja de um líder: Nicolau Araujo Vergueiro, médico e político.....	84
III. O INVESTIMENTO NO CAPITAL CULTURAL: O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO E GESTÃO DOCUMENTAL DE NICOLAU ARAUJO VERGUEIRO.....	137
3.1 Instituição custodiadora: o Arquivo Histórico Regional (AHR).....	137
3.2 Configuração do acervo e o ato de doação: o privado se torna público.....	151
3.3 Memórias de si em cadernos: escritas e recortes documentais.....	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	193
REFERÊNCIAS.....	198
FONTES.....	210
ANEXO A - TERMO DE DOAÇÃO DO ACERVO DE NICOLAU ARAUJO VERGUEIRO.....	214

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa discute as circunstâncias e as dinâmicas envolvidas na construção de memórias de si de Nicolau Araujo Vergueiro¹, a partir da análise do contexto histórico e da escrita de seus dois escritos memorialísticos autorreferenciais, denominados nesta pesquisa como *Cadernos de Memórias* e *Cadernos de Recortes Documentais*, junto a outros vestígios de seu acervo pessoal, ambos atrelados aos momentos de tensão de sua trajetória de vida profissional pública. Esta análise contribui com os estudos de natureza acadêmica já existentes voltados a compreender Vergueiro.

Nicolau Araujo Vergueiro foi médico e político da cidade de Passo Fundo, nasceu em 07 de março de 1882 e faleceu em 16 de março de 1956, aos 74 anos de idade. Recebeu diversas homenagens em vida e após a morte. Seu acervo pessoal foi doado pelos familiares à Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF), sob custódia do Arquivo Histórico Regional (AHR), no ano de 2011, conforme o Termo de Doação (ANEXO A).

A pesquisa sistematiza os conceitos das expressões *acervos pessoais*, *arquivos pessoais*, *produção de si*, *memória*, *patrimônio documental*, e suas variantes, que se relacionam intrinsecamente. Os acervos pessoais, antes de tudo, têm uma pessoa como ponto central. Os documentos e objetos referentes ao titular podem ser produzidos e acumulados desde antes do seu nascimento e continuam nesse processo que percorre toda a existência do indivíduo e mesmo após sua morte. Os acervos desta natureza ajudam a refletir a trajetória do titular e podem conter uma variedade de espécies documentais, dentre elas: consultas médicas, fotografias, mapas, certidão de nascimento, de casamento, documento de identificação, telegramas, correspondências, manuscritos, convites, discursos, bilhetes pessoais, diários, cadernos de memórias, recortes de jornais, diplomas, notas fiscais, recibos, comprovantes, programas, projetos, pareceres, agendas, passagens aéreas, e recentemente, os digitais, como e-mails, extratos bancários, fotografias, certificados, dentre outros. Não apenas documentos tradicionais, mas o acervo acumulado por uma pessoa pode conter móveis, equipamentos de trabalho, vestuários, coleções de objetos etc.

Durante os processos de produção, acumulação e disponibilização de um acervo pessoal podem existir desejos conscientes ou inconscientes de fixar um imaginário para a posteridade.

¹ As assinaturas de Nicolau Araujo Vergueiro, em sua Carta de Identidade (VERGUEIRO, 1921a) e em sua *Cédula de Identidad* (VERGUEIRO, 1933), são escritas sem acento agudo na sílaba “u” do segundo nome (Araujo). Para esta pesquisa, padronizou-se a grafia sem este acento gráfico.

Pode haver intervenções de terceiros que impactam e conformam a memória ali representada. Essas dinâmicas trazem consigo problemáticas e reflexões em torno da produção de si e da prática historiográfica que toma por base esse tipo de acervo. Nesta pesquisa, o fio condutor da discussão recai sobre o processo de produção de seus dois escritos autorreferenciais e as características da disponibilização pública do acervo, contemplando aspectos históricos já conhecidos do processo de acumulação do acervo, existentes em outros estudos.

Os *Cadernos de Memórias*, escritos à mão por Nicolau Araujo Vergueiro, compõem-se de oito volumes, contendo 324 narrativas memorialísticas, intituladas e enumeradas sequencialmente pelo autor. A rede de sociabilidades construída por Vergueiro durante sua vida profissional, descrita nas narrativas memorialísticas, constitui-se como uma fonte inestimável para melhor compreender o contexto histórico da época (primeira metade do século XX), e nos permite criar percepções sobre a memória que o autor almejava preservar e por ela ser reconhecido futuramente. Além disso, o autor explica os motivos que o levaram a preservar certos itens no acervo pessoal.

Os *Cadernos de Memórias* foram escritos em um período de dois anos, entre 1935 e 1937, nas cidades de Rio de Janeiro/RJ e Passo Fundo/RS. Segundo Nicolau Araujo Vergueiro, para comemorar seus 30 anos de exercício da medicina ocorrido em 1935, este tomou a decisão de escrever 100 acontecimentos relacionados à sua profissão de médico. Mas após a centésima narrativa, Vergueiro continua seus escritos, porém voltados à área política, e às vezes, alternando entre sua atuação médica e política. Durante o período de escrita, muitos acontecimentos abalam a vida do autor, e devem ser contextualizados e relacionados à produção destes documentos. Nas narrativas posteriores à centésima há diversos discursos que foram proferidos por Nicolau Araujo Vergueiro, e este fez questão de reproduzi-los nos *Cadernos de Memórias*. Nota-se diferenças entre as narrativas escritas de modo mais informal, e os discursos, cujos destinatários também são diferentes.

Os *Cadernos de Recortes Documentais* constituem-se de quatro volumes, compostos por dezenas de documentos colados nas páginas de cada caderno, nos quais Nicolau Araujo Vergueiro seleciona e privilegia determinados documentos e recortes documentais como dignos de fazerem parte de seu acervo. Estas fontes também possuem reflexões pessoais de Vergueiro, indicando formas pessoais de pensar e agir, por isso classificados aqui como autorreferenciais.

Dentre os quatro cadernos, há um em que predominam recortes de jornais com informações sobre a morte de Nicolau Araujo Vergueiro, convites para o funeral, para missas, homenagens póstumas, etc. Certamente são recortes de jornais que foram incluídos por terceiros após sua morte. Nos outros três cadernos, além de recortes de jornais, há documentos originais

e cópias na íntegra, como discursos, cartas, telegramas, homenagens recebidas, fotografias, anotações, dentre outros. Os processos simbólicos revestidos na produção desses documentos serão analisados e discutidos no decorrer do trabalho.

Na produção de escritos autorreferenciais operam dinâmicas que resultam em memórias de si construídas e projetadas a partir do passado do narrador, com referências ao seu presente e na expectativa do seu futuro. A visão e escrita dos acontecimentos pelo próprio sujeito da ação sugere atributos de sua forma de observar a realidade ao seu redor, suas memórias de si.

A produção e acumulação intencional de documentos e/ou de um acervo pelo próprio titular para fins de preservação e publicização futura é o que vem sendo chamado de produção de si. Refletir tomando por base os escritos autorreferenciais e outros documentos externos ao acervo, propiciam um outro olhar ao acervo pessoal e enriquecem os acervos pessoais ao percebê-los não apenas como um aglomerado neutro de informações, mas sim como elementos fundamentais e indivisíveis de um complexo sistema estruturador de memórias de si.

Ao discutir a dialética entre história e memória, Nora (1993) afirma que "a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo" (NORA, 1993, p. 9). A história é dinâmica, pois à medida que o tempo passa e novos eventos surgem, o olhar ao passado se enriquece e pode indicar novas perspectivas sobre o passado. Isto é, as lembranças partem do presente para o passado, cuja (re)construção contempla aspectos do novo presente. Candau (2012), ao referir-se à relação entre memória e história, coloca que

Certamente, a história produzida pelos historiadores é muitas vezes distanciada da história transmitida pelos manuais ou pelas mídias e, mais ainda, da história recepcionada pelo público. No entanto, mesmo a história vulgarizada - que é uma fonte identitária incontestável — difere da memória. As duas são representações do passado, mas a primeira tem como objetivo a exatidão das representações, enquanto a segunda não pretende senão a verossimilhança. Se a história objetiva esclarecer da melhor forma possível aspectos do passado, a memória busca mais instaurá-lo, uma instauração imanente ao ato de memorização (CANDAU, 2012, p. 132).

A produção historiográfica ganha força com o estudo dos acervos privados, especialmente dos acervos privados de pessoas físicas, a partir dos anos 1970, influenciada pela *Escola dos Annales*. Assim, os acervos pessoais passam a ser considerados como fontes importantes para a construção da história, uma história que é mais bem compreendida ao estudá-

los em suas diversas dimensões contextuais (GOMES, 1998). Nesse sentido, a oposição entre individual e coletivo é rejeitada e considera-se a “experiência dos homens em seu tempo e lugar como crucial para o entendimento dos processos sociais, [...] associada a uma mudança na escala de trabalho do historiador” (GOMES, 1998, p. 123).

A utilização de acervos pessoais como fontes para o estudo historiográfico está ligada inicialmente à construção da história de vida do seu titular. A história de vida no campo historiográfico tomou maiores proporções a partir do século XIX quando tiveram um papel importante “na construção da ideia de nação, imortalizando heróis e monarcas, ajudando a consolidar um patrimônio de símbolos feito de ancestrais fundadores, monumentos, lugares de memória, tradições populares, etc.” (DEL PRIORE, 2009, p. 8). Conforme a autora, a biografia é uma narrativa por excelência, de acontecimentos biográficos, que pode ser centrada num indivíduo ou num grupo de indivíduos (no caso de estudos biográficos de famílias). “A biografia desfez também a falsa oposição entre indivíduo e sociedade. O indivíduo não existe só. Ele só existe numa rede de relações sociais diversificadas” (DEL PRIORE, 2009, p. 9). A grande questão colocada foi a dimensão ficcional de toda a biografia, suas subjetividades - tanto criticada por Pierre Bourdieu. Dessa forma, “a biografia provoca um polêmico questionamento à absoluta distinção entre um gênero verdadeiramente literário e uma dimensão puramente científica, suscitando a mescla, o hibridismo, e expressa, assim, tanto as tensões como as convivências existentes entre literatura e Ciências Humanas” (AVELAR, 2010, p. 161).

A biografia como estudo de caso reserva um papel ainda mais restrito ao estudo de uma trajetória individual. Neste caso, após o estabelecimento da análise macroestrutural da sociedade e dos quadros explicativos subjacentes, procede-se ao detalhamento biográfico com fins de ilustração da realidade mais ampla abordada. O indivíduo apenas ilustra/reflete uma construção estrutural que lhe ultrapassa. Ele é exemplo, não problema (AVELAR, 2010, p. 160).

Além da biografia, é possível destacar o entendimento de Montagner (2007) que apresenta uma distinção entre biografia e trajetória, com base nos estudos de Pierre Bourdieu. Para o autor, uma trajetória é a “objetivação das relações entre os agentes e as forças presentes no campo [...] que diferentemente das biografias comuns, descreve a série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo intelectual em estados sucessivos do campo científico” (MONTAGNER, 2007, p. 254 - 255). Em outras palavras, “perseguir uma trajetória significa acompanhar o desenrolar histórico de grupos sociais concretos em um espaço social definido

por esses mesmos grupos em suas batalhas pela definição dos limites e da legitimidade dentro do campo em que se inserem” (MONTAGNER, 2007, p. 257).

Com o crescente interesse dos pesquisadores neste tipo de fonte histórica durante o século XX, os acervos pessoais passaram a integrar os acervos de instituições brasileiras, alternando-se entre lugares, às vezes ocorrendo dispersão de fontes. No âmbito nacional destaca-se o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) que a partir da década de 1970 passou a reunir e abrigar acervos pessoais de políticos. Outras instituições especializadas em gestão de acervos também passaram a custodiar acervos pessoais nas décadas que se seguiram, como é o caso da FUPF com relação aos acervos pessoais de César Santos², Josué Guimarães³ e Nicolau Araujo Vergueiro.

Gomes (1998) afirma que esse *boom*, ou *rotinização* do uso dos acervos privados pessoais nos anos 1970, prende-se a uma revalorização do indivíduo na História e, embora o campo de possibilidades tenha limites, ao menos oferece alternativas. E nesta onda de transformação do campo historiográfico, não apenas a História Cultural foi remodelada, mas também novas transformações são possíveis nos campos da História Social e da História Política, a partir da análise dos acervos pessoais, cujas fronteiras, segundo a autora, são bastante fluídas e móveis (GOMES, 1998). Obviamente, “um investimento desse tipo naturalmente só se efetivou porque foi precedido de longos debates e reflexões sobre a natureza dessas novas fontes (conteúdos, linguagem etc.), sobre os procedimentos de crítica documental a elas dirigidos e sobre suas potencialidades e limites” (GOMES, 2004, p. 14).

Luciana Heymann (2011, p. 87) enriquece a discussão, pois embora “há tempos se colocam questionamentos aos estudos que, no campo das ciências sociais, trabalham com autobiografias e biografias, tais críticas muitas vezes não alcançam os arquivos pessoais e seus enquadramentos”. A história de um acervo pessoal é importante, segundo a autora, porque diferentes interesses interagem e resultam na configuração final do acervo a ser disponibilizado pela instituição custodiadora. Para Heymann (1997), os acervos possuem uma história própria, onde os processos de produção e acumulação dos documentos são sistematizados por subjetividades e arbitrariedades que conformam o acervo. São ações que envolvem tanto o

² César Santos (1904 - 1960) se destacou como médico, político, e um dos idealizadores do ensino superior em Passo Fundo. O acervo físico foi doado pela sua família em 2001 à FUPF e atualmente encontra-se disponível para consulta na Biblioteca Central da UPF (UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, 2021).

³ Josué Guimarães (1921 - 1986) se destacou como escritor, político e jornalista sul-rio-grandense, precursor do evento *Jornadas Literárias de Passo Fundo*. O acervo físico foi acolhido junto à estrutura do curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da UPF, em 2007, e atualmente encontra-se localizado na Biblioteca Central da UPF (UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, 2020).

titular que o produziu, quanto terceiros que participaram da acumulação e disponibilização do acervo.

Conforme Heymann (1997), durante a formação do acervo diversas formas de acréscimos e retirada de documentos participam desse processo, desde a escolha e produção pelo próprio titular entre aquilo que ele define e deseja que deverá ser preservado. Pode haver lacunas documentais sobre certos períodos da vida do titular, até porque é impossível preservar todos os documentos produzidos em vida. Entre as lacunas documentais poderiam ter atuado outros agentes (pessoais, institucionais ou eventos naturais) além do próprio titular. Após a acumulação, as opções que orientaram o trabalho técnico também podem imprimir intencionalidades na configuração e disponibilização do conjunto documental ao público. Assim, os acervos passam a manifestar também os interesses desses agentes, não somente do titular que o produziu, e conscientemente ou inconscientemente contribuem para a construção da imagem do titular expressada pelo acervo.

Quando a pesquisa historiográfica é feita após um longo período da data em que os documentos foram produzidos, é impossível reconstruir todo o percurso pelo qual os documentos passaram. Mas levantar percepções sobre as intenções do titular, seus desejos de projeção na memória, seus destinatários predeterminados, as lacunas existentes no acervo, seus desejos de reparação histórica, enfim, iluminar o possível deste percurso, contribui para as pesquisas historiográficas. A investigação da história de um acervo é dificultada pelo desinteresse da sociedade em registrar a situação atual dos acervos. Por exemplo, a imprensa raramente publica a situação atual de um acervo, sobretudo se for de caráter privado pessoal (se está embaixo da ponte ou dentro de um container, de quem é a propriedade etc.). Aliado a isso, é necessário considerar que acervos privados guardados em recintos particulares podem sofrer modificações que não ficam registradas, exceto na memória das pessoas que ali participaram. Esta história oral é difícil de recuperar, especialmente quando se passaram muitos anos da morte de seu titular. É possível haver dispersão de fontes após a morte do titular, e dessa forma, uma única trajetória histórica do acervo passar a dividir-se em outras. Pode haver casos em que modificações realizadas nos acervos sejam feitas no intuito de não as revelar, não havendo sentido, nesse caso, de esclarecer como, quando, por que e o quê foi retirado, modificado ou incluído no acervo. Recuperar a história de acervos pessoais carrega enormes desafios.

Todas estas problemáticas impactam e conformam a memória que permanece representada pelo acervo pessoal enquanto patrimônio documental. Heymann (1997) lembra que jamais haverá certeza sobre tudo o que foi guardado originalmente, nem sobre o que foi destruído, ou que se perdeu ou que foi disperso, mas que estas particularidades dos acervos

peçoais não os desqualificam enquanto fonte de pesquisa: ao contrário, lhe conferem um sentido específico que sugere múltiplos olhares e os potencializam enquanto ação e expressão ao explicitarem a dimensão *imaginada* e *motivada* presente em cada um deles (HEYMANN, 1997).

Por outro lado, além das questões subjetivas que envolvem a formação de acervos peçoais, existem os desafios de ordem prática, que influenciam na manutenção do patrimônio documental, pois a preservação e o acesso às fontes privadas sempre foram muito complexos no Brasil. Por um lado, a dificuldade de liberação de acesso por parte dos titulares, por outro, a falta de um respaldo legal para o uso, preservação e custódia desses acervos após o encerramento das atividades do titular. Dessa forma, a preservação e o acesso às fontes privadas ocorreram de forma gradativa nas últimas décadas, dependendo dos interesses e políticas internas de cada instituição custodiadora ou das cláusulas estipuladas por seus proprietários. Na segunda metade do século XX, com a maior preocupação demonstrada pelos pesquisadores, as instituições custodiadoras, especialmente aquelas em centros universitários, intensificaram o recolhimento de acervos de origem privada ao mesmo tempo em que novas instituições foram instaladas voltadas aos acervos privados peçoais e novas legislações criadas para nortear o seu acesso e preservação (LOPES; RODRIGUES, 2017).

A dificuldade de acesso é maior quando o acervo peçoal está guardado em casas de particulares e dependem da vontade desses. O primeiro obstáculo é encontrar os descendentes do titular e sua localização, se soma aos desgostos da intervenção de uma pessoa estranha no ambiente familiar e a violação da privacidade que uma pesquisa pode visibilizar quando o titular não é uma pessoa de vida pública e conhecida. Depois, a entrevista oral e o tempo necessário à consulta dos documentos, que podem ser totalmente acessados ou entregues a conta-gotas e sob vigilância pelo seu proprietário. O respeito às lendas, mitos e referências da família, memórias sensíveis, dolorosas, inflamadas, que ainda podem existir, demandam um conhecimento prévio da biografia do titular e de seus descendentes pelo pesquisador (PROCHASSON, 1998). Estas são algumas das preocupações do acesso aos acervos peçoais em casas de particulares, que, ao serem doados para instituições arquivísticas, têm a configuração desse cenário alterada radicalmente. Por sua vez, o processo de incorporação de acervos peçoais às instituições especializadas também tem suas particularidades.

Da mesma forma que existem problemáticas relacionadas ao acervo como um todo, existem reflexões relacionadas especificamente à determinados documentos que compõe os acervos peçoais. No caso do acervo peçoal de Nicolau Araujo Vergueiro, destacamos os *Cadernos de Memórias* e os *Cadernos de Recortes Documentais*, os quais constituem a sua

escrita memorialística autorreferencial. As imagens de si carregadas por estes dois escritos autorreferenciais podem ser associadas à um desejo do titular em expor suas justificativas sobre atitudes e decisões tomadas em momentos emblemáticos de sua trajetória profissional. Talvez o titular tenha considerado que determinadas questões deveriam ser mais bem esclarecidas por si às gerações futuras, assim como dignas de serem lembradas e preservadas. A produção consciente desses dois documentos, bem como o desejo de publicização pelo titular, conseqüentemente trazem à tona a discussão da institucionalização do acervo para fins de pesquisa em geral. As circunstâncias e dinâmicas envolvidas nesse processo, vistas sob a ótica da História junto da Arquivologia, pode render bons resultados.

Diante das reflexões levantadas até aqui, se propôs esta pesquisa. O objetivo geral é analisar de que maneira os *Cadernos de Memórias* e os *Cadernos de Recortes Documentais* vinculados aos vestígios do acervo de Nicolau Araujo Vergueiro, sob guarda do AHR, criam imagens de si que marcam as representações sociais sobre sua figura. Para atingir o objetivo geral foram definidos três objetivos específicos: a) investigar os contextos local, estadual e nacional vivenciados à época de Nicolau Araujo Vergueiro (1882-1956), articulando-os à sua trajetória de vida, com foco nos períodos de tensão da atuação médica e política; b) investigar o desejo de perpetuação da memória que se busca realizar pela via dos escritos autorreferenciais, aliado à conformação atual do acervo e seu processo de publicização; e c) analisar os *Cadernos de Memórias* e os *Cadernos de Recortes Documentais* de Nicolau Araujo Vergueiro para compreender a forma de olhar o mundo ao seu redor e a perspectiva de forja de si que estes dois documentos autorreferenciais sustentam.

Decidiu-se pelo uso do vocábulo cadernos para nomear os *Cadernos de Memórias* e os *Cadernos de Recortes Documentais* pela variedade de documentos que os compõem. Nos *Cadernos de Memórias* escritos à mão, existem documentos na íntegra, como atas, discursos publicados em jornais, artigos publicados em jornais, cartas, além das próprias narrativas memorialísticas sobre acontecimentos do cotidiano profissional. Já os *Cadernos de Recortes Documentais* são compostos por diferentes documentos na íntegra colados em folhas, com anotações escritas à mão. Entende-se que não se caracterizam como livros porque não possuem uma história estruturada com início, meio e fim, ou um assunto em comum, nem prefácio, introdução, ou outros elementos típicos. Enfim, entende-se que inexistem elementos que caracterizariam um livro na atual concepção do termo.

Cabe salientar que durante o andamento do curso de doutorado, houve imprevistos. A proposta inicial de pesquisa tinha como objeto de estudo outro acervo, do Hospital e Sociedade de Beneficência Portuguesa de Rio Grande. No entanto, devido às dificuldades impostas pela

pandemia de COVID-19, foi necessário alterar o acervo da pesquisa, passando então para o acervo pessoal de Nicolau Araujo Vergueiro. Alguns textos que já haviam sido escritos puderam ser aproveitados com ajustes, mas outros não. Esta mudança de acervo, embora imprevista, não alterou o tema mais abrangente, patrimônio documental e memória, que seria discutido na pesquisa inicial, e assim se manteve a convergência do tema com a trajetória acadêmica do pesquisador e a linha de pesquisa. Ademais, a proposta contempla a interdisciplinaridade entre campos do conhecimento, especialmente entre as Áreas de História e Arquivologia.

Esta pesquisa está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo estabelece as discussões sobre os acervos privados pessoais em termos arquivísticos e históricos; sua ressignificação à qualidade de patrimônio documental associado à passagem da esfera privada à pública a partir da incorporação nas instituições especializadas em gestão de acervos; discute as memórias de si e como esse material é e/ou se torna acervo social e patrimônio documental por tratar de questões para além do âmbito privado; discute como os custodiadores lidam com a questão, assim como os gestores de universidades geralmente tem um olhar mais ampliado e incorporam mais facilmente os acervos pessoais.

O segundo capítulo contextualiza os acontecimentos locais (do município de Passo Fundo), estaduais e nacionais, contemporaneamente à presença de Nicolau Araujo Vergueiro, isto é, de fins do século XIX à década de 1950; e investiga sua biografia articulada a estes acontecimentos, a fim de compreender melhor sua trajetória pessoal associada à consolidação médica e política. O foco da análise biográfica recai nos períodos de tensão da área profissional, momento em que produz seus dois escritos autorreferenciais, os quais evidenciam atributos de sua memória nestas duas dimensões (médica e política).

Os *Cadernos de Memórias* produzidos por Nicolau Araujo Vergueiro são fontes importantes para investigação de sua trajetória pessoal e profissional (pois suas narrativas constituem uma visão própria do autor sobre sua vida, descrevendo situações, decisões, posições e atitudes frente à eventos marcantes), conquanto haja ressalvas inerentes à análise de escritos autorreferenciais. Dessa forma, optou-se por descrever no segundo capítulo a sua trajetória de vida baseada tanto em seus *Cadernos de Memórias*, quanto em outras fontes que foram trazidas para relacionar e contrapor com as narrativas autorreferenciais, quando possível, como jornais, *Relatórios da Intendência Municipal de Passo Fundo*, pesquisas acadêmicas e demais documentos avulsos do acervo do AHR. Explorou-se diversos aspectos que caracterizam sua trajetória histórica, sendo que os dois polos de análise são a atuação médica e política, por meio dos quais alçou projeção social e notoriedade. Mas embora o enredo do texto

se desenvolva em torno destes dois polos, trazendo discussões nestas duas áreas, não se trata de uma análise específica e aprofundada dos campos de História Política e História da Saúde.

O terceiro capítulo evidencia o investimento de Nicolau Araujo Vergueiro na acumulação de seu acervo como herança sociocultural, destacando a composição do acervo atual e a passagem do âmbito privado para o público através da doação pelos herdeiros ao AHR, como uma espécie de *coroação* do acervo ao conceder-lhe maior visibilidade e lugar privilegiado nos palcos da memória regional e nacional. Após, discute como os *Cadernos de Memórias* e os *Cadernos de Recortes Documentais* dão um sentido próprio à constituição de memória que Vergueiro está estabelecendo e que se sustenta no acervo que acumula, e que depois é doado para a FUPF; e por fim, analisa os *Cadernos de Memórias* e os *Cadernos de Recortes Documentais* em relação às percepções que estes escritos sugerem, evidenciando outros atributos das memórias de si projetadas nos textos rememorativos.

Para a execução desta pesquisa, destaca-se outras pesquisas já realizadas. O levantamento de informações para identificação de pesquisas já realizadas sobre Nicolau Araujo Vergueiro ocorreu tanto nas redes de amigos e pesquisadores, quanto em arquivos e bibliotecas, presencialmente e via *internet*. Encontrou-se duas pesquisas de pós-graduação que tiveram como elemento central a sua figura: a dissertação de mestrado intitulada *A trajetória de Nicolau Araujo Vergueiro na história política de Passo Fundo – RS (1930-1932)* defendida em 2001 por Ana Maria da Rosa Prates, na área de História; e a tese de doutorado intitulada *Repositório de memórias: o arquivo de Nicolau Araujo Vergueiro* defendida em 2016 por Marinês Dors, na área de História.

Na dissertação de Ana Maria Rosa Prates foi feita uma análise das relações de poder entre as lideranças políticas da região do Planalto Médio do Rio Grande do Sul e o governo do Rio Grande do Sul (RS), delimitado aos anos de 1930 e 1932 (PRATES, 2001).

Já a tese de doutorado de Marinês Dors (2016) foi a que provocou reflexões que originaram esta pesquisa. Na sua pesquisa, a autora busca situar o processo de patrimonialização de Nicolau Araujo Vergueiro no município de Passo Fundo, elencando os lugares de memória erigidos em sua homenagem ou referência, descreve as fontes que compõem o acervo pessoal, como os *Cadernos de Memórias* (que denominou de *Notas Íntimas*), os *Cadernos de Recortes Documentais* (que denominou de *Álbuns*), obras bibliográficas e seus apensos, fotografias, objetos museais como quadros, escrivania, dentre outros, assim como busca investigar a história, constituição e características gerais do acervo. Ao final daquela pesquisa, atendendo ao seu terceiro objetivo específico, a autora introduz a análise e discussão sobre o sentido das fontes, cuja leitura da obra permitiu-nos chegar à

presente pesquisa a partir de caminho apontado pela autora para pesquisas futuras (DORS, 2016, p. 92). Dessa forma, a presente pesquisa pode ser considerada como um desdobramento da pesquisa de Dors (2016) e utiliza elementos levantados pela autora, bem como aponta outros elementos, dado que as fontes do acervo são extensas e revelam outros atributos das memórias de Nicolau Araujo Vergueiro para além daquelas apontadas e delimitadas pela autora; assim como outras fontes de pesquisas do acervo pessoal foram incluídas pelos familiares após a finalização de sua tese em 2016.

Encontrou-se duas pesquisas que citam frequentemente Nicolau Araujo Vergueiro, embora não tenham como foco a sua figura. É o caso da dissertação de mestrado em História de Gabriela Tosta Goulart, defendida em 2014, intitulada “*Independente, não neutro*”. *Poder e imprensa no norte do RS (1916-1930)*, e da tese de doutorado em Desenvolvimento Regional, de Maria Eloisa Cavalheiro, defendida em 2008, intitulada “*Sabes com quem estás falando?*” *Elites políticas no Planalto Médio Gaúcho (1930 – 1945)*. A primeira pesquisa buscou estudar a relação entre a liderança política e a imprensa regional, no norte do Rio Grande do Sul, entre 1916 até 1930. Neste período, Vergueiro exerceu diversos cargos políticos e se utilizou da imprensa local para manifestar-se, o que explica as frequentes menções à sua figura neste trabalho. Na segunda pesquisa, investigou-se as articulações entre políticas estabelecidas pelas elites regionais sul rio-grandenses e suas contribuições no desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul entre 1930 e 1945, em Passo Fundo e Carazinho.

Alguns estudos de pós-graduação sobre história política, história da imprensa e história da saúde na região de Passo Fundo, eventualmente acabam citando Nicolau Araujo Vergueiro, de forma transversal. Dentre estas pesquisas de pós-graduação, destacam-se para este trabalho as dissertações de mestrado em História de Benvegnú (2006) e de Gatti (2008), e a tese de doutorado em História de Amaral (2013).

Em relação à diferença desta pesquisa com as já existentes, inicialmente se pode destacar que o contexto histórico de Nicolau Araujo Vergueiro possui elementos diferentes daqueles já trazidos em outras pesquisas, construído a partir de diversas fontes e ordenado cronologicamente, embora alguns episódios sejam retomados, já que se trata do mesmo personagem. A leitura dos dois escritos autorreferenciais, bem como a observação do acervo, ocorrem a partir de uma visão arquivística em conjunto com a historiográfica, com percepções diferentes de análise, por exemplo, ao abordar os *Cadernos de Recortes Documentais* sob a ótica de um conjunto documental orgânico único, cuja prática de recortar e colar conversa com a pesquisa de Doutorado de Campos (2018); como ao perceber o desejo de Vergueiro de justificar às gerações futuras a sua enfática defesa feita ao Projeto de Lei pré-nupcial - pela

diversidade de fontes e memórias legadas sobre esse mesmo assunto; como ao corroborar atributos da imagem de si que já foram levantados em pesquisas anteriores, bem como vislumbrar outros atributos, diferentes inclusive do que Vergueiro quer que nos lembremos dele; como ao lançar a discussão sobre os valores patrimoniais presentes nos documentos que até então foram marginalizados pelas instituições arquivísticas por não possuírem características de documento arquivístico, como cadernos de memórias e recortes de jornais; dentre outras particularidades que convergem para compreender melhor os elementos que foram sendo associados aos *Cadernos de Memórias* e *Cadernos de Recortes Documentais*, e que se relacionam com as memórias de si expressadas.

Entre os livros publicados na área de história da saúde de Passo Fundo, encontrou-se os livros: *Fatos Relevantes da História da Medicina Em Passo Fundo*, de Carlos Madalosso e Marco Damian (2012); *Sonhos Vicentinos - Apontamentos para a história da sociedade de São Vicente de Paulo de Passo Fundo*, de Welci Nascimento (2012); *História, saúde e poder em passo Fundo - instituições hospitalares entre as décadas de 1910 e 1920*, de Luísa Grigoletti Dalla Rosa (2007); três obras que, embora citem Nicolau Araujo Vergueiro, não se aprofundam sobre sua figura.

Encontrou-se publicações expressadas em vários formatos, como artigos, resumos e capítulos de livros, que abordam Nicolau Araujo Vergueiro de forma transversal. Há publicações que apenas o citam em algumas linhas ou parágrafos, devido principalmente aos cargos políticos que ocupou, indicando datas, cargos e legislaturas. Outras pesquisas científicas encontradas exploram a história de seus dois bisavôs, senadores do período imperial, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro⁴ e João da Silva Machado (*Barão de Antonina*)⁵, cujo foco não recai em Nicolau Araujo Vergueiro, embora o nome do primeiro seja quase igual.

Foram consultadas fontes do próprio acervo pessoal de Nicolau Araujo Vergueiro, dentre elas, os *Cadernos de Memórias* e os *Cadernos de Recortes Documentais*. Outros documentos de seu acervo pessoal também merecem ser nominados aqui, como seus documentos identitários, edições completas e incompletas de jornais e recortes de jornais, *Relatórios da Intendência Municipal de Passo Fundo*, livro de anotações da sogra de Vergueiro e fotografias com identificações nos versos.

Dentre as fontes externas ao acervo pessoal de Nicolau Araujo Vergueiro, há os jornais e Relatórios emitidos pela Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior do Rio Grande do Sul, ambos disponíveis *online* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional;

⁴ Ver: Mendes (2017); Ribeiro (2019); Santos (2000); Silveira (2007).

⁵ Ver: Borges (2016; 2014); Christillino (2010); Oliveira (2016).

fotografias e jornais disponíveis no Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF); biografias disponíveis no *Portal do Projeto Passo Fundo*, artigos, pesquisas de pós-graduação e livros da Biblioteca Central da Universidade de Passo Fundo (UPF), e entrevistas com pessoas próximas à família de Vergueiro e ao acervo.

Foram realizadas duas entrevistas, ambas no ano de 2021. A entrevista com Benhur Jungbeck complementou a escrita do histórico da instituição custodiadora e de aspectos da doação do acervo de Nicolau Araujo Vergueiro. A entrevista com Marco Damian complementou a escrita da história do acervo de Vergueiro e das circunstâncias da doação do acervo. As entrevistas foram realizadas no âmbito do Laboratório de Memória Oral e Imagem (LAMOI).

Quanto à metodologia de coleta de dados e estruturação da pesquisa, trata-se de uma revisão teórica/histórica com o uso de bibliografias nacionais e estrangeiras especializadas; revisão teórica/histórica em pesquisas que abordaram fragmentos históricos da trajetória de Nicolau Araujo Vergueiro; levantamento e análise documental de diversas fontes primárias constantes em seu acervo; realização de entrevistas; leitura e análise dos *Cadernos de Memórias* e dos *Cadernos de Recortes Documentais*; e por fim, a discussão de vestígios (características, marcas, sinais) do acervo e dos escritos autorreferenciais. Neste terceiro capítulo, sublinhou-se alguns vestígios que já foram apontados por Dors (2016); o presente estudo considera e menciona a análise da autora, mas também analisa outras narrativas memorialísticas para além daquelas trazidas em sua pesquisa, e faz outras considerações.

Para referenciar no corpo do texto as narrativas memorialísticas dos *Cadernos de Memórias* de Nicolau Araujo Vergueiro, utilizou-se cinco componentes na referência: a) sobrenome do autor; b) ano da escrita; c) a palavra *Narrativa*; d) o número sequencial que identifica a narrativa; e por fim, e) o título da narrativa. Os três últimos componentes funcionam como substitutos do número da página de cada volume manuscrito. Os dois últimos componentes foram criados em cada narrativa pelo próprio Vergueiro em seus *Cadernos de Memórias*. Para exemplificar, a referência da primeira narrativa memorialística fica assim: (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 001 – O primeiro doente*). A utilização de fotografias para complementar a escrita no corpo do trabalho convida o leitor para uma maior proximidade de ambiência com o texto, embora não seja intenção desta pesquisa realizar uma análise iconográfica.

I. ARQUIVOS PESSOAIS EM DEBATE: DE ACERVOS PRIVADOS A DOCUMENTOS DE RELEVÂNCIA SOCIAL

Este capítulo estabelece as discussões sobre os acervos privados pessoais em termos arquivísticos e históricos; sua ressignificação à qualidade de patrimônio documental associado à passagem da esfera privada à pública a partir da incorporação nas instituições especializadas em gestão de acervos; discute as memórias de si e como esse material é e/ou se torna acervo social e patrimônio documental por tratar de questões para além do âmbito privado; discute como os custodiadores lidam com a questão, assim como os gestores de universidades geralmente possuem um olhar mais ampliado e incorporam mais facilmente os acervos pessoais.

1.1 Acervos pessoais: conformação, acesso e preservação

A atenção aos acervos pessoais na História e na Arquivologia é recente, oriunda das renovações das práticas historiográfica e arquivística. Os acervos pessoais tomaram a atenção dos pesquisadores sobretudo pelas representações que carregam sobre o indivíduo, diferentemente do conteúdo existente nos conjuntos documentais institucionais. Enquanto os acervos institucionais têm como foco a representação das relações profissionais entre indivíduo-instituição, os acervos pessoais expandem esses limites ao serem produzidos e acumulados fora dos rigores institucionais e por representarem as mais diversificadas interações da vida pessoal (GOMES, 1998). Gomes (1998, p.125) afirma que isso “permitiria, finalmente e de forma muito particular, dar vida à história, enchendo-a de homens e não de nomes”, voltando a atenção à história de pessoas *comuns*, não apenas de *grandes* personagens.

Os acervos pessoais são estudados em diferentes áreas do conhecimento, com visões que variam de acordo com as idiosincrasias de cada área. Existem conceitos divergentes, sugestões de procedimentos metodológicos variados, reflexões sobre os valores patrimoniais, de memória, identidade e pertencimento que estão presentes neste tipo de acervo, discussões sociológicas sobre a constituição do acervo, a relação entre a memória referenciada e a trajetória do titular, preocupações quanto à tutela legal, quanto aos limites entre público/privado, pessoal/institucional, dentre outras.

Para introduzir as discussões acerca da relação entre as expressões *acervo pessoal* e *arquivo pessoal*, comumente utilizadas como sinônimos, inicialmente foi necessário focar na palavra arquivo. Esta palavra é polissêmica, podendo se referir a um documento, ou a um conjunto de documentos, ou a uma instituição ou a um móvel de guarda de documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2005). Também é utilizada como uma extensão da palavra documento (documento - de arquivo) para designar um documento arquivístico.

Documentos arquivísticos são atos escritos ou imagéticos que obrigatoriamente seguem regras do ordenamento jurídico ou regras de uma política interna da instituição para sua produção. Possuem redação controlada, com elementos de autenticidade que são aceitos e válidos em juízo. Em outras palavras, tem qualidades muito específicas, como a organicidade, a naturalidade, a autenticidade (identidade e integridade) e a unicidade (DURANTI, 1989), além de serem produzidos como testemunho de atividades decorrentes das funções administrativas, legislativas e judiciárias que naturalmente se desempenha em uma instituição ou numa profissão individual (BRASIL, 1991).

Os documentos arquivísticos pertencentes a um mesmo produtor formam o *Fundo* arquivístico (COOK, 2017, p. 17). É diferente da *Coleção*, cujo agrupamento de documentos se dá em função de assuntos em comum, ou períodos temporais em comum, independentemente de quem é o produtor e sem considerar necessariamente os aspectos de autenticidade e controle de produção exigidos pela legislação (ARQUIVO NACIONAL, 2005). Esse é o entendimento que rege toda a política arquivística vigente no Brasil. Considerando a polissemia da palavra arquivo, é possível que sua utilização na expressão *arquivo pessoal* seja compreendida para se referir apenas ao fundo arquivístico que existe num acervo pessoal, desconsiderando as coleções que geralmente se incluem ou por si só constituem um acervo pessoal. Para melhor compreender essa questão, é necessário elucidar alguns tópicos sobre a produção de um documento.

As regras do direito privado exigem de modo obrigatório a produção e acumulação de determinados documentos para o exercício da cidadania e obtenção de direitos pelo indivíduo, os quais compõe o grupo dos chamados *documentos identitários*, como certidão de nascimento, cédula de identidade, passaporte, título de eleitor, carteira de vacinação etc. Os documentos deste grupo geralmente são vistos como produto natural das atividades, com valor de prova em juízo, decorrentes da presença de elementos de autenticidade previstos pelo direito e considerados como *documentos diplomáticos* (CAMARGO, 2009).

Quando a produção do documento ocorre fora do alcance das exigências da relação pessoa-instituição, os indivíduos possuem liberdade na produção e acumulação de seus próprios

documentos, sem estar sob o controle de uma política arquivística. Assim, um segundo grupo de documentos são aqueles que geralmente não possuem uma redação ou formatação normatizadas e por isso se revestem de intencionalidades e subjetividades por parte de seu titular, exigindo um olhar diferenciado pelo pesquisador, não mais como um produto natural de suas atividades, mas sim como um *processo*, revelador das ações do indivíduo, como os diários pessoais, cadernos de memórias, álbuns de fotografias, anotações, lembretes pessoais, rascunhos, correspondências entre integrantes de sua rede de amizade, etc. (BRITTO; CORRADI, 2018).

A liberdade na produção e acumulação dos documentos do segundo grupo está associada à construção do indivíduo, eivados de subjetivismo, e por isso há divergências entre teóricos se estes documentos produzidos fora do rigor institucional possuem o mesmo caráter orgânico e natural de um arquivo institucional, bem como se possuem a qualidade de documento arquivístico, o que permitiria serem alvos da gestão documental arquivística, conforme preconiza a clássica Arquivologia.

A divergência é acentuada pela falta de consenso de uma definição exata da expressão *arquivo pessoal*: se os documentos do acervo pessoal forem produzidos e acumulados pelo próprio titular, facilitaria o entendimento do caráter orgânico dos materiais acumulados. Por outro lado, se o acervo for constituído por terceiros que reuniram documentos de diferentes proveniências acerca do indivíduo, assumiria um caráter de coleção. Esses últimos, considerados coleções, na literatura da área arquivística são conhecidos como documentos não-diplomáticos, incluídos numa área que Camargo (2009) chamou de *zona de penumbra*.

Um terceiro grupo de documentos acumulados por pessoas são aqueles que se diferenciam dos dois anteriores porque dependem da trajetória pessoal do indivíduo em relação às atividades que o mesmo escolheu realizar ao longo da vida, não sendo obrigatória sua produção, mas se produzido, devem obrigatoriamente seguir regras: refletem as atividades entre indivíduo-instituição e seguem as regras de produção da política arquivística da instituição e da legislação, como é o caso de: exames médicos, notas fiscais, boletos de pagamento, comprovantes de matrículas, atas de reunião, multas de trânsito, participação em associações, etc. Dessa forma, por refletirem também as relações entre indivíduo-instituição, muitas vezes se confundem na identificação daquilo que é documento pessoal do que é documento institucional e entre o que é documento público e o que é documento privado. Para os documentos deste terceiro grupo há uma divergência de olhares sobre se devem ser vistos como um produto natural das atividades ou como um processo revestido de intencionalidades, já que sua produção depende da vontade do titular em realizar tais atividades institucionais, mas

também é controlada por regras pré-determinadas que em tese impediriam determinadas arbitrariedades na redação do documento. Estes são considerados os típicos documentos arquivísticos na Área de Arquivologia, o que os torna, na compreensão da Arquivologia Clássica⁶, como autênticos e únicos objetos de tratamento arquivístico, também conhecidos como documentos diplomáticos.

Uma pesquisa recente nos arquivos públicos estaduais da região sudeste do Brasil, publicada em artigo por Colombo; Rodriguez (2019), mostrou que muitos dos arquivos pessoais existentes naquelas instituições se constituem de recortes de jornais ou outros documentos dispersos, reunidos pela instituição arquivística, não pelo sujeito alvo da coleção, levando as autoras da pesquisa a se questionarem sobre o colecionar documentos em torno de uma pessoa em contraponto ao caráter natural que assumem quando são derivados das atividades pessoais do titular (COLOMBO; RODRIGUEZ, 2019). Heymann (2011) entende que o fato de os documentos terem sido acumulados pelo próprio titular é um “critério essencial para a identificação do conjunto como “arquivo pessoal”” (HEYMANN, 2011, p. 85). Assis (2009) corrobora com este pensamento ao afirmar que “é a pessoa, a partir de seus critérios e interesses, que funciona como eixo de sentido no processo de constituição de arquivo” (ASSIS, 2009, p. 45).

Colombo; Rodriguez (2019, p. 10 - 11) constataram também na pesquisa realizada no sudeste brasileiro, que dentre os arquivos pessoais, cuja acumulação foi feita pelo seu próprio titular, em sua maioria a doação ocorreu pela própria família ou por terceiros, não havendo informações de que alguma instituição arquivística estadual, dentre as pesquisadas, tenha assumido uma postura ativa de ir em busca da captação dos documentos. Isso aponta, que por vezes é a própria família que reconhece e manifesta o desejo de preservação desses acervos pessoais acumulados pelo próprio titular; escolhe e decide qual instituição receberá o acervo.

Na literatura sobre o tema de arquivos pessoais encontra-se poucos investimentos de pesquisas aprofundadas na definição da expressão *arquivo pessoal*; se encontram conceitos divergentes, cuja divergências residem geralmente nos aspectos de abrangência do que deve ser preservado (se apenas documentos textuais, ou móveis, vestuário, etc.), quanto à proveniência do acervo (se somente documentos produzidos e/ou acumulados pelo próprio titular ou se

⁶ A Arquivologia Clássica é uma das vertentes de pensamento arquivístico, representada pela publicação *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos (1898)*, mais conhecido como manual dos arquivistas holandeses. O objeto de estudo desta corrente de pensamento são os documentos criados ou recebidos por uma instituição, cujos itens documentais são considerados como sendo orgânicos por natureza. Busca o controle físico e intelectual dos documentos a partir da aplicação dos princípios da proveniência e da ordem original, e das funções de classificação e descrição dos documentos, a fim de espelhar a organização dos documentos (MESTRE, RONCAGLIO; 2021).

também por terceiros) e quanto à existência ou inexistência de elementos jurídico-probatórios e regras de produção e redação. No entanto, a atenção recente pelos arquivos pessoais é perceptível pelo aumento de pesquisas de pós-graduação e artigos científicos publicados.

Uma das primeiras obras de grande impacto na Área de Arquivologia foi publicada em 1898 na Holanda, intitulada *Manual de arranjo e descrição de arquivos* (traduzido do original: *Handlciding vocr het ordenen en beschreijven van Archieven*), de autoria de Samuel Muller, com Johan Adriaan Feith e Robert Fruin. Esta obra já reconhecia a existência de arquivos familiares, entretanto os considerava à margem do tratamento técnico profissional de arquivos, devido ao seu caráter de coleção e não de fundo arquivístico:

No entanto, não abrange o exposto, os chamados «arquivos de família». Constituem estes, por via de regra, um aglomerado de papéis e escritos, que os vários membros de determinada família, ou os habitantes de uma casa ou castelo, na qualidade de pessoas privadas ou a títulos diversos, algumas vezes mesmo como colecionadores de curiosidades reuniram e conservaram. Os documentos de um arquivo de família não formam «um todo»; foram, não raro, agrupados segundo os mais estranhos critérios e falta-lhes a conexão orgânica de um arquivo no sentido em que o define o presente Manual. As regras para o arquivo em sua acepção própria, não se aplicam, pois, aos arquivos de família." (MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R., 1973, p. 19).

Por sua vez, Heymann (2009) aponta que a primeira menção a arquivos pessoais como acervos constituídos por uma pessoa individualmente, consta do manual de arquivos intitulado *Archivistica*, do italiano Eugenio Casanova, publicado em 1928, definindo-o como “acumulação ordenada de documentos criados por uma instituição ou pessoa no curso de sua atividade e preservados para a consecução de seus objetivos políticos, legais e culturais, pela referida instituição ou pessoa” (HEYMANN, 2009. p.42).

Sem o intuito de definir um conceito geral de arquivos pessoais, mas sim de trazer diferentes perspectivas, a fim de seguir uma linha conceitual nesta pesquisa, serão apresentados alguns dos conceitos mais frequentes utilizados. Para o Arquivo Nacional (AN), principal Instituição na área de arquivos no Brasil, em sua publicação *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA)*, que orienta as instituições brasileiras quanto aos conceitos a serem considerados nas políticas institucionais, a definição da expressão *arquivo pessoal* é breve: "arquivo de pessoa física" (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 34). Na mesma obra, há a definição da expressão *arquivo de família*, como sendo "arquivo privado de uma família ou de seus membros, relativo às suas atividades públicas e privadas, inclusive à administração de seus bens. Também chamado arquivo familiar ou arquivo familiar" (ARQUIVO NACIONAL,

2005, p. 29). Na mesma esteira, temos a definição de *arquivo privado*, que consiste em "arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular" (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 35).

Na perspectiva da historiadora e arquivista Heloísa Liberalli Bellotto (2009), "pode-se definir arquivo pessoal como o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas etc." (BELLOTTO, 2009, p. 266). Em outra passagem da mesma obra, a teórica clássica da área arquivística, corrobora o conceito ao afirmar que

Arquivos pessoais – também considerados como arquivos privados propriamente ditos -, os constituídos por documentos produzidos e/ou recebidos por uma pessoa física (cidadão, profissional, membro de uma família ou elemento integrante de uma sociedade), enfim, de documentos que, preservados para além da vida dessa mesma pessoa, constituem seu testemunho, como um conjunto orgânico, podendo então ser abertos a pesquisa pública (BELLOTTO, 2009, p. 266).

Se sobressaem dois pontos importantes das definições anteriores: o primeiro se refere à expressão *papéis e material audiovisual ou iconográfico*, e o segundo ponto se refere à qualidade dos documentos como um conjunto orgânico. Nesse sentido, ao unir os dois fragmentos, é possível afirmar que para Bellotto (2009) o arquivo pessoal é o conjunto de documentos orgânicos, limitado àqueles em suporte papel e dos gêneros audiovisual ou iconográfico. Já para Macêdo; Oliveira; Sobral (2017), os arquivos pessoais

são produtos socioculturais que constituem referenciais para a memória coletiva e para a pesquisa histórica. Esses conjuntos documentais, além de refletirem as funções desempenhadas por seu produtor e seus interlocutores, contêm vestígios do seu caráter individual, ou seja, não só possuem apenas documentos considerados "oficiais" e públicos, mas também, por sua natureza, são fontes sobre a vida, os relacionamentos, o indivíduo e sua intimidade; em última análise, traduzem a sua identidade ou identidades. Em termos gerais, o arquivo pessoal é onde a personalidade e os eventos da vida interagem" (MACÊDO; OLIVEIRA; SOBRAL, 2017, p. 1).

Esta última definição é mais ampla e não especifica a composição dos arquivos pessoais, definindo aspectos gerais do que representa um arquivo pessoal. Por esta definição seria possível considerar como arquivo pessoal um acervo composto por documentos de natureza

distinta (documentos arquivísticos, coleções, objetos, mobílias, vestuários, livros, jornais etc.), pois é uma definição de maior abrangência e que visualiza o conjunto de documentos em sentido amplo, isto é, se incluem quaisquer materiais, cuja separação de qualquer objeto em relação aos demais prejudicaria sua compreensão e dissolveria a conexão que lhe dá sentido. São itens *semióforos*, entendidos aqui como qualquer objeto dotado de significado para além daquele sentido utilitário inicial, pois fazem uma mediação entre o visível e o invisível, já que a atividade produtiva destes objetos

revela-se, portanto, orientada em dois sentidos diferentes: para o visível, por um lado; para o invisível, por outro; para a maximização da utilidade ou para a do significado. As duas orientações, embora possam coexistir em certos casos privilegiados, são, todavia, opostas na maior parte das vezes" (POMIAN, 1984, p. 71).

Camargo; Goulart (2007) reforçam a necessidade de considerar os acervos pessoais em sua organicidade, ou seja, com suas devidas conexões e indivisíveis, ao afirmar que o acervo pessoal é um conjunto indissociável, “cujas parcelas só tem sentido se consideradas em suas mútuas articulações e quando se reconhecem seus nexos com atividades e funções que a geraram” (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 35). Camargo (2009) sustenta que em muitas ocasiões é o prestígio do titular que irá determinar a possibilidade de estender a abrangência do acervo pessoal de modo a abarcar outros objetos além do arquivo tradicional de documentos em suporte papel, e/ou outros documentos de *menor relevância*. Pois quando se trata de

“vidas que nada têm de extraordinário”, as políticas institucionais tendem a estreitar essas fronteiras, seja retirando dos arquivos, para fins de preservação, apenas as espécies que supostamente atendem aos seus interesses de pesquisa, seja substituindo-os por relatos obtidos por meio da chamada história oral (CAMARGO, 2009, p. 29).

Camargo (2021) afirma que a expressão *arquivo pessoal* pode abarcar qualquer tipo de documento referente à uma pessoa. Embora alguns tipos documentais não sejam tipicamente documentos arquivísticos, estes poderiam ser tratados como se assim fosse, especialmente para evitar dispersão, reitera a autora.

A expressão *arquivo pessoal* para designar apenas os documentos arquivísticos, desconsiderando os demais objetos do acervo, geralmente é utilizada para fins de tratamento

técnico do(a) arquivista, o que acaba confundindo ainda mais a definição da expressão. Ocorre que nas instituições custodiadoras, os acervos pessoais geralmente são constituídos de documentos arquivísticos e coleções de outras naturezas que demandam tratamento técnico diferente, como é o caso de centenas ou milhares de exemplares de livros (biblioteca pessoal do indivíduo) e documentos museológicos tridimensionais como mobílias, materiais de escritório, de laboratório, vestuário, dentre outros.

Nessa diversidade de fontes disponíveis na mesma instituição, o velho e atual postulado de crítica às fontes, é fundamental. Como já lembrava a historiadora Angela Gomes em 1998, ao se deparar com uma imensidão de documentos disponíveis para pesquisa, o historiador se vê diante de uma situação difícil: a tarefa de selecioná-los para sua análise sem deixar-se levar pelo *feitiço*⁷ daquela riqueza inexplorada. A primeira e automática intenção é considerar os documentos como dados puros, sem muita preocupação em refletir sobre sua produção e acumulação. No entanto, a crítica às fontes é primordial, pois caso não sejam analisados na plenitude de sua dimensão contextual possível, podem gerar visões enviesadas e fora de contexto que, por exemplo, se traduziriam em diferentes facetas do indivíduo que é objeto da análise, fruto dos discursos que o apreenderam, e a história de vida narrada destoaria muito da história de vida vivenciada (GOMES, 1998).

Com relação aos procedimentos metodológicos aplicados nos acervos pessoais, Heymann (2009) apontou que o tema arquivos pessoais foi mencionado tardiamente nos manuais dedicados aos arquivos, carecendo de referências sobre o tema e por isso ocupando um lugar periférico nesse debate. A função do profissional de arquivo deve ser levada em conta, na medida em que o arquivo pessoal, por suas peculiaridades, exige um olhar mais apurado, como na identificação correta das atividades que originam os documentos. Por isso é indispensável um conhecimento amplo das fontes à disposição, para atribuir nomes a séries, classes, unidades documentais, termos de indexação nos instrumentos de pesquisa; ações que são frutos do esforço intelectual destes profissionais e que influenciam no momento de se proceder à busca dos documentos pelo pesquisador.

As fronteiras entre privado/público e pessoal/institucional também exercem influência na definição apropriada para arquivos pessoais. Em acervos privados de pessoas físicas, principalmente de pessoas públicas, podem existir documentos que são de propriedade pública, mas que foram selecionados pelo titular para compor seu acervo.

⁷ Gomes (1998) usa a expressão *feitiço* ao tratar do poder de encantamento dessas fontes e as suas faces.

Os casos em que servidores públicos se apropriam de documentos públicos e passam a custodiá-los em suas residências como se fossem de origem privada, interferem na rede de significações do conjunto documental original da instituição de origem. Aliás, podem ferir dispositivos normativos do Código Penal, podendo incorrer em crime. O Código Penal é um conjunto de leis penais, atualizado periodicamente conforme novas legislações são criadas e/ou atualizadas. Dentre as leis se destaca o Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940, ainda vigente, que dedica um capítulo às penalidades relacionadas ao uso indevido de documentos, o *Capítulo III – Da falsidade documental*, que prevê penalidades para casos de apropriação de documentos públicos e privados indevidamente.

Ainda nesta linha tênue entre documento público e documento privado, a Lei 8.159/1991 (Lei de Arquivos) estabelece em seu art. 10 que “os documentos de valor permanente são inalienáveis e imprescritíveis”, ou seja, os documentos públicos de valor permanente são intransferíveis e não podem ser vendidos ou cedidos, assim como não prescrevem. Já no art. 25 diz que “ficará sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor, aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente ou considerado como de interesse público e social”.

A fiscalização é difícil, mas as leis foram um avanço nas medidas protetivas dos acervos e na delimitação de fronteiras entre documento privado/público e pessoal/institucional. Nem sempre foi assim, resultando na dispersão e destruição de muitos documentos em casas de particulares, arquivos, bibliotecas e museus. Mas em alguns casos a apropriação ilegal foi até uma sorte, pois em casos de desastres, incêndios em repartições públicas, restaram somente os documentos que estavam nas casas de particulares, amenizando assim a perda, conforme lembrou Prochasson (1998). Outro tema vinculado a esse, é aquele que busca definir o que deve ser público e o que deve ser privado, cujo assunto de forma aprofundada foge à alçada desta pesquisa, mas fica em aberto para discussão em outra oportunidade.

Muitos acervos pessoais existentes hoje nas instituições foram produzidos há séculos ou décadas, quando as preocupações sobre este assunto pelo poder público eram menores. Hoje, embora insuficientes, as normativas já são mais conhecidas, contemplam e resolvem algumas dessas indefinições. Por exemplo, além da Lei de Arquivos já citada, também há a Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e a Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), que conceituam dados pessoais, prazos e condições para acesso, uso e preservação de informações pessoais. As três leis são discutíveis em vários aspectos ao analisá-las sob a ótica dos valores sócio-históricos e culturais que os acervos possuem, mas ainda assim representam um avanço nas medidas protetivas de salvaguarda.

A linha tênue entre privado/público e pessoal/institucional acaba sendo fundamental para o acesso e a preservação de documentos pessoais produzidos no espaço privado, cuja preocupação é um dos motivos que leva Camargo (2009, p.28) a demonstrar inquietação no sentido e utilização da expressão *arquivo pessoal*. Na visão da autora “o mais correto seria dizer ‘arquivos de pessoas’ (desta ou daquela pessoa, tratada individualmente) ou de categorias ocupacionais (de estadistas, de literatos, de cientistas etc.)”. A justificativa dada é para evitar conflitos de compreensão: para que a expressão não caia na ambiguidade de referir-se tanto aos documentos acumulados pelo indivíduo, quanto aqueles presentes nos acervos institucionais públicos ou privados, mas que ambos se referem a pessoas.

Por outro lado, a inquietação de Camargo (2009) também se faz compreensível na medida em que a expressão *arquivo pessoal* ocasionalmente é utilizada para se referir a acervos de famílias e não de apenas um indivíduo. Por exemplo, o entendimento de Márcia Vitoriano (2014) considera acervos familiares dentro da concepção de um arquivo pessoal ao afirmar que “os arquivos pessoais compreendem aqueles documentos produzidos por indivíduos ou por agremiações familiares que, dada sua característica de representarem o conjunto dos indivíduos da mesma família, podem ser considerados como uma extensão do mesmo conceito” (VITORIANO, 2014, p. 5).

Se seguirmos a sugestão dada por Camargo (2009), as expressões poderiam ser “arquivo de [nome da pessoa]” e no caso de famílias, seriam “arquivo da família [sobrenome da família]”, expressões que diferenciam assim, arquivos individuais de familiares e já indicam que se referem aos documentos que tratam deste ou daquele indivíduo. Quanto à posse, não necessariamente esta expressão sugerida indicará sob qual posse estará o acervo. Considerando que os documentos e objetos não devem ser dispersos quando são pertencentes à um mesmo indivíduo ou família, e considerando ainda a existência de documentos de diferentes naturezas, sejam coleções e/ou fundos arquivísticos, o termo que melhor poderia se referir a este conjunto de itens pessoais de natureza diversa, sem ambiguidade, poderia ser *acervo* em vez de *arquivo*, sendo então “acervo de [nome da pessoa]” e no caso de famílias, “acervo da família [sobrenome da família]”.

À primeira vista para o pesquisador pode parecer que esta diferenciação das fontes pela sua natureza não seja tão importante para sua pesquisa, já que seu foco é a informação que elas têm para fornecer; entretanto, o tratamento dispensado a essas fontes faz parte de uma dinâmica que, assim como os processos de produção e acumulação, carregam subjetividades e podem influenciar na disponibilização das fontes aos pesquisadores. Em qualquer área profissional os procedimentos metodológicos são pautados por critérios científicos, legais e éticos e ao optar

por seguir um determinado caminho metodológico, o profissional fará uma escolha - e uma renúncia ao mesmo tempo – o que não deixa de ser uma inclinação à subjetividade, fazendo assim com que o tratamento técnico dispensado aos documentos, em suas variadas formas, possa influenciar no trabalho do pesquisador. Além disso, o processo de seleção dos documentos que serão eliminados ou mantidos depende de uma avaliação em que diversos profissionais deveriam decidir o *valor* de cada item do acervo.

Pelos conceitos apresentados até aqui, percebe-se que não há consenso entre os autores da área quanto à uma definição exata de arquivos pessoais. O ponto em comum entre os conceitos é o de que estes conjuntos pertencem ao grupo dos arquivos privados, já que a prerrogativa de reter e acumular, selecionar o que produzir, o que guardar ou eliminar, onde e como guardar, se dá com base em seus próprios interesses e critérios (HEYMANN, 1997).

Nesse sentido, considerando que os estudos sobre os conceitos de arquivo pessoal ainda permanecem incipientes, vale trazer o alerta de Heymann (1997) para dois equívocos comuns ao se associar o arquivo pessoal ao seu titular. O primeiro equívoco é aquele de considerar o arquivo pessoal como um espelho da trajetória de seu titular que refletiria fielmente todas as atividades desenvolvidas por ele. Pois todo o período coberto pelo acervo não irá se referir a cada segundo vivido pelo seu titular, nem à totalidade das atividades exercidas por ele, nem a riqueza de detalhes e informações sobre cada atividade. As ausências neste caso, são o que a autora denomina de *coleção de possíveis*, ao referir-se à expressão proposta por Ana Maria de Almeida Camargo em 1988.

O segundo equívoco alertado por Heymann (1997) é pensar o arquivo pessoal como a memória em estado bruto de seu titular, ou seja, pensar o acervo como isento de intencionalidades ou que essas intencionalidades são somente do titular. Ocorre que no decorrer dos processos de acumulação e (re)ordenação ao longo do tempo, outros agentes como secretários e familiares podem ter imprimido suas subjetividades, como na ordem interna dos documentos, acréscimos e supressões, dispersões de documentos, anotações indicando determinado rumo de pesquisa, dentre outros, sujeitando o titular do acervo ao caráter mutável da memória e assim permitindo análises quanto às associações formais entre trajetória pessoal e a memória representada nos documentos existentes.

Heymann (1997) utilizou duas categorias para referir-se às intervenções em acervos: *acidentes de percurso* e *subjetividades intermediárias*. A primeira categoria refere-se aos eventos significativos ocorridos durante o processo de acumulação do acervo, os quais podem atuar na delimitação do arquivo na sua forma final, como incêndios, enchentes, terremotos, perdas, eliminações etc. A segunda categoria refere-se às intervenções de terceiros, incluindo

do profissional de arquivo, que organizará o acervo e elaborará o instrumento de pesquisa para mediar o contato entre os documentos e o pesquisador. Em relação ao papel do profissional de arquivo, Cook; Schwartz (2004) ressaltam sua atuação no tratamento dos acervos como integrante do processo de formação de acervos.

Quer por meio de ideias ou de sentimentos, ações ou transações, a escolha do que registrar e a decisão sobre o que preservar e dessa forma privilegiar – ocorre em contextos socialmente construídos, mas agora tidos como “naturais”, que determinam as significações daquilo que se tornará arquivo. Dentro deles, os princípios e as estratégias que os arquivistas adotam com o passar do tempo, e as atividades que desenvolvem – especialmente selecionar e avaliar o que se tornará de guarda permanente e o que será descartado – influenciam a natureza e ordenação dos conteúdos arquivísticos e, dessa forma, a memória da sociedade. Estes contextos culturais subjacentes são vitais para o entendimento da natureza dos arquivos enquanto instituições e enquanto lugares de memória social. Tais contextos também influenciam os arquivos no nível individual da criação e da sobrevivência de um único documento: a carta, a fotografia, o diário, o vídeo caseiro. Como os arquivos coletivamente, um documento individual não é somente portador de conteúdo histórico, mas, também um reflexo das necessidades e desejos do seu produtor, dos propósitos de sua criação, do seu usuário, do alcance legal, técnico, organizacional, social, e cultural-intelectual com o qual o produtor e o usuário operam, e no qual o documento tem significado, e a intervenção inicial e a mediação contínua dos arquivistas (COOK; SCHWARTZ, 2004, p. 16 - 17).

Seguindo nesta linha de considerar as subjetividades presentes nos arquivos pessoais, tanto do titular quanto de terceiros, Le Goff (1990), por sua vez, alerta que todo o documento histórico é produzido pelas sociedades com intenções de impor ao futuro uma imagem de si, voluntária ou involuntariamente, cabendo ao historiador a análise de suas condições de produção.

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz, devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. Os medievalistas, que tanto trabalharam para construir uma crítica – sempre útil, decerto – do falso, devem superar esta problemática porque qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupa, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar

esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos (LE GOFF, 1990, p. 548-549).

Os arquivistas Cook; Schwartz (2004), ao encontro de Le Goff (1990), também consideram os arquivos como construções sociais. Ao discutirem a construção da memória moderna a partir da relação entre arquivos, documentos e poder, alertam para o que chamam de *camadas de intervenção*, referindo-se às intervenções ocorridas na formação e disponibilização dos acervos em instituições de arquivo, as quais devem ser percebidas tanto por profissionais de arquivos quanto pelos pesquisadores. Nesse sentido, os autores ressaltam que estas camadas envolvem relações de poder e defendem que

os arquivos sempre foram sobre o poder, seja o do estado, da igreja, da corporação, da família, do público ou do indivíduo. Os arquivos têm o poder de privilegiar ou de marginalizar. Podem ser uma ferramenta de hegemonia ou de resistência. Ambos refletem e constituem relações de poder. São um produto da necessidade de informação da sociedade, que se reflete na abundância e circulação de documentos. Eles são a base e a validação das histórias que nós contamos, das narrativas que dão coesão e significado aos indivíduos, grupos e sociedades (COOK; SCHWARTZ, 2004, p. 23 - 24).

Embora haja subjetividades na construção de arquivos pessoais, Cook; Schwartz (2004, p. 25) fazem uma ressalva: de que pensar “que os arquivos e registros são apenas sobre poder, sobre impor o controle e a ordem, é uma visão incompleta”. Isto é, não se está sugerindo que toda ação de indivíduos nos acervos seja intencional, que conspira conscientemente para moldar um aspecto da memória dos arquivos ou que aspira o poder. Todo o sistema humano (incluindo as formas de produção, organização e disponibilização de acervos) são construções e fenômenos sociais, cuja escolha por determinado método é simultaneamente uma escolha e uma renúncia de outro método, o que pode abrir caminho para privilegiar e/ou marginalizar certos tipos de documentos e acervos, conscientemente ou inconscientemente.

Finalmente, para esta pesquisa, se considera *arquivo pessoal* como uma expressão comumente utilizada em equivalência à expressão *acervo pessoal*, mas que em alguns textos, especialmente da área de Arquivologia, pode se referir apenas aos conjuntos arquivísticos que compõe o acervo pessoal. Por sua vez, *acervo pessoal*, para esta pesquisa, é entendido como um conjunto de documentos e/ou objetos produzidos e acumulados pela própria pessoa a quem se refere seu conteúdo e significado, podendo ser composto por fundos arquivísticos e/ou

coleções, cuja manutenção da união e integridade dos itens do acervo é fundamental para garantir as conexões que lhe conferem sentido e que justificam sua preservação. Difere-se de *acervo familiar* por ter o objetivo de representar parte da memória de uma pessoa em particular, embora os itens do acervo se relacionem eventualmente com outras pessoas da mesma família.

1.2 As memórias individuais e coletivas presentes nos acervos pessoais

Falar de patrimônio em qualquer de suas faces, primeiramente implica em falar de memória em seus múltiplos tempos e lugares. Os acervos de políticos ocupam lugares de destaque nos palcos da memória nacional e ao se tratar de um homem com notável projeção política, pertencente ao panteão das figuras importantes de Passo Fundo e região, vale desenvolver, ainda que brevemente, uma discussão que perpassasse as questões que envolvem a memória individual para além do privado.

Será discutida a questão da memória sob a perspectiva da memória individual como um ponto de vista da memória coletiva. Após, serão apresentados os conceitos de *egodocumentos*, *produção de si*, *memórias de si*, e, finalmente, como esse material é ou se torna acervo social e patrimônio documental por tratar de questões para além do privado.

A memória é objeto de estudo em diferentes áreas do conhecimento, como na informática, história, antropologia, psicologia, psicanálise, neurologia etc. Seus conceitos conseqüentemente são diversos, havendo aqueles que a dividem em subpartes e outros que a amplificam. Dependendo da área de estudos, a memória pode ser definida como um simples objeto que armazena informações digitais, ou aquilo que é criado, armazenado e (re)construído na mente, lembranças e esquecimentos, com suas divisões e expressões similares.

Candau (2012, p. 9) afirma que a memória é uma reconstrução continuamente atualizada do passado no presente, carregando referência às experiências vividas e, defende que é insustentável apoiar a ideia de que todas as experiências passadas seriam memorizadas, conservadas e recuperadas em toda sua integridade. Para o autor, as lembranças que guardamos de cada experiência vivida se reproduzem continuamente e se perpetuam, constituindo o sentimento de nossa identidade.

Cada segundo que passa no presente torna-se passado, e para guiar-se nessa linha constante do tempo é necessária a criação de referências (CANDAU, 2012, p. 98), naturais ou artificiais, que vão quantificar o tempo, tal como os calendários, que além de mensurar o tempo,

pautam os rituais de memória e possibilitam rememorar as experiências do passado. Nesse sentido, Paul Ricoeur salienta que "a linguagem comum é um bom guia; expressa nossas múltiplas maneiras de contar com o tempo: ter tempo, ganhar tempo, dar tempo, etc. [...] Antes da quantificação, há essas medidas ritmadas do dia e da noite, do repouso e do sono, do trabalho e da festa" (RICOEUR, 2007, p. 394).

A transmissão de memórias entre as gerações é que movimenta e alimenta a história. Rememorar é presentificar o passado através de lembranças.

A lembrança é, portanto, algo distinto do acontecimento passado: é uma imagem (*imago mundi*), mas que age sobre o acontecimento (*anima mundi*), não integrando a duração e acrescentando o futuro do passado. Essa hipótese da alteridade da lembrança se integra perfeitamente à teoria segundo a qual não existe para o homem uma realidade independente de sua intencionalidade (CANDAUI, 2012, p. 66 - 67).

Com base na citação anterior, podemos afirmar que as lembranças são imagens mentais sobre um acontecimento passado, carregadas de outros acontecimentos relacionados, que só foram possíveis de apreender após o tempo percorrido até o presente, que o autor chama de *futuro do passado*. São construções organizadas e ressignificadas no tempo presente, estimuladas pelos símbolos da memória. Por possuir esta característica de ressignificação a partir da experiência de cada indivíduo, as lembranças podem ser construídas de formas diferentes, mesmo que partam de um único símbolo de memória.

Mesmo que as lembranças se nutram da mesma fonte, a singularidade de cada cérebro humano faz com que eles não sigam necessariamente o mesmo caminho. [...] Enfim, mesmo que exista em uma determinada sociedade um conjunto de lembranças compartilhadas pelos seus membros, as sequências individuais de evocação dessas lembranças serão possivelmente diferentes, levando em consideração as escolhas que cada cérebro pode fazer no grande número de combinações da totalidade de sequências (CANDAUI, 2012, p. 35).

Ao mesmo tempo em que há rememoração, há o esquecimento, pois nem tudo se pode e/ou deseja ser guardado na memória. Para Ricoeur (2007, p. 435) o esquecimento está "tão estreitamente confundido com a memória, que pode ser considerado como uma de suas condições". A memória e o esquecimento estão associados, imbricados, a ponto de que "a referência à ausência é constitutiva do modo de presença da lembrança. Nesse sentido, a perda

pode se revelar inerente ao trabalho da rememoração” (RICOEUR, 2007, p.402). Em outras palavras, a lembrança existe porque também existe o esquecimento.

Para evitar a perda da memória são criados símbolos para representarem o imaginário atribuído àquele acontecimento que se pretende guardar. Por outro lado, também são criados rituais de memória, que periodicamente são realizados a fim de manter/incorporar esse imaginário. Os símbolos, que buscam exercer o papel de perpetuar experiências passadas e propagar imaginários, revestem-se de uma memória patrimonial, tornam-se patrimônio cultural ao expressar a identidade cultural, costumes e valores materiais e espirituais em comum, de um determinado grupo social ou indivíduo. As lembranças construídas podem manter ou modificar o imaginário expressados pelos símbolos de memórias. Em relação à construção de símbolos de memórias, Nora (1993) sugere a expressão lugares de memória:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva (NORA, 1993, p. 13).

Os lugares de memória enquanto símbolos de memória propagam imaginários e exercem poder e influência em um determinado grupo social; por isso o uso político da memória pode ser forjado para impor um imaginário oficial dentro de um grupo social. Por outro lado, “uma manipulação muito brutal da memória (como, por exemplo, a destruição de lugares santos ou sagrados) pode produzir o efeito inverso do esperado” (CANDAUI, 2012, p. 166). A lembrança imposta como oficial tem o poder de movimentar multidões, despertar sentimentos de ódio, felicidade etc.

Dentre os objetos simbólicos da memória há os documentos, que podem potencializar a memória, ilustrar e descrever aspectos que poderiam passar despercebidos aos olhos e à análise humana. Os acervos documentais podem agir como mediadores de um tempo passado ao tempo

presente, mediante sua (re)interpretação. Desse modo, o acervo documental é entendido como uma construção social (LE GOFF, 1990) e pode ser uma expressão daquilo que é idealizado ou o inverso. Para Candau (2012),

Excetuando o caso de pequenas comunidades nas quais a transmissão oral é suficiente para impregnar o indivíduo de sua tradição cultural, e se abstraímos os múltiplos processos protomemoriais que, em todas as sociedades, podem prescindir de escritos, a escrita - e mais ainda o impresso - permitiu, sem dúvida, a socialização da memória e a possibilidade de estocagem de informações cujo caráter fixo pode fornecer referenciais coletivos de maneira bem mais eficaz que a transmissão oral (CANDAU, 2012, p. 108).

Nesse ponto se destaca uma categoria especial de documentos: os documentos pessoais, geralmente produzidos e acumulados inicialmente em espaço privado, associados à sua posterior publicização por meio da incorporação nas instituições especializadas em gestão de acervos. Dentre os documentos destes acervos, há os chamados egodocumentos, que apontam aspectos mais privados do indivíduo, como suas crenças, atitudes, motivações, filiações, medos, angústias etc.

Os egodocumentos evidenciam traços do indivíduo e tem uma abrangência limitada porque é impossível que quaisquer escritos representem todo o ego de um indivíduo. O entendimento de que um egodocumento representa parte do ego do indivíduo também se estende ao acervo pessoal como um todo: de que o acervo pessoal representa uma parte ou fragmentos da vida e do ego do indivíduo. Portanto, a memória individual expressada em documentos avulsos ou arquivos completos resulta de um processo de seleção mnemônica de acontecimentos.

É perigoso considerar os egodocumentos como uma fiel e verdadeira representação completa de um indivíduo, como se fosse a materialização da identidade e memória que se quer consolidar; porque também o egodocumento pode ser uma invenção, cuja sinceridade é subjetiva e é produto da narrativa. Mas essa dicotomia entre representação de si e invenção de si é útil e suscita importantes reflexões para quem trabalha com fontes de acervos pessoais (GOMES, 2004).

Para a historiadora Gomes (2004, p. 10) “a escrita autorreferencial ou escrita de si integra um conjunto de modalidades do que se convencionou chamar produção de si, no mundo moderno ocidental”. Os textos que compõe a chamada escrita de si ou escrita autorreferencial somado a outros objetos e ações do titular, integram a produção de si. Conseqüentemente, essa

produção de si gera memórias de si ou imagens de si, que expressam o modo como o titular será lembrado pelos significados atribuídos àquele conjunto de objetos. Assim, a escrita de si pode integrar a produção de si, cuja função de ambas é projetar/manter/alterar as memórias/imagens de si.

Numa escrita autorreferencial onde o sujeito escreve suas narrativas conforme suas lembranças vêm à tona, como uma autoprodução de trajetória de vida, as memórias de si ali representadas constituem-se de uma seleção de acontecimentos vistos como significativos pelo indivíduo durante sua vida. O acontecimento passado é rememorado pelo sujeito durante a escrita de suas narrativas e a memória opera em estreita relação com o presente do narrador: há acontecimentos recentes e outros não, cujo futuro do acontecimento passado é delimitado pelo presente do narrador.

Se, como afirma Walter Benjamin, fazer a História é dar sua fisionomia às datas, podemos dizer que uma história de vida consiste em dar uma fisionomia aos acontecimentos considerados pelo indivíduo como significativos do ponto de vista de sua identidade. Quando opera a memória, o acontecimento rememorado está sempre em relação estreita com o presente do narrador, quer dizer, com o tempo de instância da palavra, enquanto na enunciação histórica é o acontecimento que constitui o marco temporal pelo sujeito da enunciação (quer dizer, o historiador) (CANDAUI, 2012, p. 101).

Ao pensar e escrever sobre si mesmo, o indivíduo trabalha com diferentes níveis de memória: do passado, do presente e com a expectativa do futuro (das promessas, projetos e planos etc.), sendo uma memória tridirecional. É a união destas três dimensões memoriais do indivíduo que o colocarão num espaço e tempo da história (CANDAUI, 2012).

Há muito tempo existe a prática de escrever sobre si e sobre os outros, como as trocas de correspondências envolvendo a vida pessoal do indivíduo. Mas embora existisse na antiguidade a escrita de si nas correspondências entre gregos e romanos clássicos, nos *hypomnematas* e missivas (OLIVEIRA, 2015), é apenas a partir do conceito de individualismo que a escrita de si ganha maior atenção (BRITTO; CORRADI, 2018); pois na Antiguidade poucos indivíduos sabiam ler e escrever, a vida era pública e não havia espaços para individualismos, a vida não era baseada em burocracia de papel, mas sim na chamada palavra de honra.

Se referindo à prática da escrita de si, Gomes (2004, p. 11) diz que “seu significado ganha contornos específicos com a constituição do individualismo moderno”. A partir do

momento em que a sociedade moderna reconhece o valor individual das pessoas, inicialmente dos grandes homens e posteriormente dos homens comuns, associado à evolução, acesso e disseminação dos meios de registrar a informação, como saber ler, escrever e fotografar, então as práticas de produção de si e de memórias de si, passaram a ser constituídas deliberadamente e mais frequentemente. E por ser uma prática cultural exercida no espaço privado, sempre ocorreram dificuldades de acesso pelos pesquisadores (GOMES, 2004)

Para Gomes (2004), há um consenso na literatura da área de que se pode considerar como o início da divulgação da prática de produção de si o século XVIII, quando são produzidas memórias de si por homens comuns. Este período é aproximadamente um século depois de surgirem na língua inglesa as palavras *biografia* e *autobiografia* e cerca de um século antes de as práticas de produção de si atingirem seu apogeu. Tudo isso aliado à emergência do homem moderno dotado de direitos civis e políticos (GOMES, 2004).

Segundo Gomes (2004), é no século XVIII que se popularizou na Europa o almanaque, cuja publicação continha calendários, mapas astronômicos, datas festivas, feriados, poesias, curiosidades etc. Nestes almanaques as pessoas registravam seu cotidiano de acordo com cada assunto em pauta, gerando assim um tipo de texto memorialístico. Associado aos almanaques estava a velha e conhecida correspondência pessoal, que geralmente continha a descrição de variedades de assuntos particulares, como o cotidiano, doenças, famílias, política, religiosidades etc. (GOMES, 2004).

Já no século XX se intensificou as reflexões sobre esse tipo de escrita, especialmente durante as duas guerras mundiais, onde se proliferaram os diários pessoais escritos por soldados na frente de batalha, os homens comuns, cujo testemunho, de alto valor para a pesquisa histórica, serviu para melhor compreensão dos episódios e possibilitou ao pesquisador ver os fatos em um ângulo diverso da história defendida pelos grandes homens sobreviventes das guerras. Isto também evidencia que os tempos de crise impulsionam o indivíduo a escrever textos memorialísticos.

Se por um lado, os estudos consideram que a escrita de si se caracteriza por ser redigida pelo próprio sujeito da ação, os chamados egodocumentos independem de quem redige, e geralmente estão presentes em acervos pessoais. O termo egodocumento foi cunhado pelo historiador holandês Jacques Presser na década de 1950 que, ao se interessar pelo estudo de textos com caráter autobiográfico, especialmente depois de trabalhar com testemunhos de sobreviventes da Polícia Nazista, viu a necessidade de um termo que englobasse os diferentes documentos que possuíam esta particularidade de expressar a individualidade do indivíduo.

Posteriormente outros autores se utilizaram do termo, como Rudolf Dekker; Mary Fulbrook; Ulinka Rublack; Ana Maria de Almeida Camargo; dentre outros (BRITTO; CORRADI, 2018).

A variedade de espécies que constituem os egodocumentos é inúmera, desde as clássicas “cartas” passando pelos modernos “blogues” e “redes sociais”, pois o que define um egodocumento é a presença de um “eu” estabelecido pelo autor, seja intencionalmente ou não. Alguns documentos que não nasceram para serem egodocumentos, porém contendo elemento do “eu”, como por exemplo, os processos judiciais, também poderão ter elementos que os caracterizam como tal, como abordado no decorrer do texto (BRITTO; CORRADI, 2018, p. 126).

Para Britto; Corradi (2018, p. 99) “o que define se um documento é ou não um egodocumento é se contém a presença materializada do eu”, ou seja, é a presença de traços da personalidade do indivíduo, seus sentimentos e motivações. Os autores lembram que um documento para ser considerado egodocumento “deve apresentar as características pessoais do autor em seu texto e não apenas por ser de uma espécie documental específica” (BRITTO; CORRADI, 2018, p. 119). Quando a escrita do documento se dá pelo próprio sujeito a quem se refere seu texto, a prática é reveladora de algumas pistas, seja do seu autor ou da época em que escreveu, como por exemplo, de que o sujeito que escreveu o egodocumento possuía familiaridade com a escrita, pois possuía a habilidade de ler e escrever, e possuía a preocupação em deixar registrado às próximas gerações o seu tempo vivido, suas experiências pessoais, sentimentos (felicidade, orgulho, decepção, etc.), sua forma de ver o mundo. Da mesma forma, tal fato revela que o sujeito possuía condições privilegiadas de educação, se considerarmos os indicadores sociais de determinada época. Nesse sentido, é importante para o pesquisador conhecer de antemão o autor que escreve o egodocumento. Quando a pessoa que redige o egodocumento não é a pessoa central dos acontecimentos narrados, é igualmente importante conhecer o interlocutor que escreve.

No caso de indivíduos públicos, cuja identidade que postula para si é a de uma pessoa excepcional, heroica, então a escrita de si pode revelar ou projetar intencionalmente aspectos de sua vida pessoal, como a de que o sujeito foi alguém com hábitos, vontades, necessidades e cotidiano iguais à maioria dos indivíduos. Esta qualidade reveladora propiciada pelos egodocumentos contribuem tanto para silenciar quanto para destacar aspectos que o titular projetou para si.

Para esta pesquisa, se pode considerar a escrita de si como sendo qualquer registro de caráter autobiográfico que manifesta atributos de quem o produz, expressa uma intenção

biográfica na medida em que é elaborado a partir da livre conveniência e vontade do autor, conforme o que sentiu, viu, ouviu e viveu, como correspondências, diários, cadernos de memórias, anotações pessoais, dentre outros. É impossível determinar com precisão o grau de subjetividade dos fatos narrados nestes escritos em relação à plena realidade do tempo vivido e experimentado. Por si só ou somado a outros documentos pode constituir uma produção de si do titular, na perspectiva de projetar/manter/alterar memórias de si.

Considerando que os documentos de um acervo pessoal geralmente são produzidos em âmbito privado, o seu acesso e análise pelo grande público é dificultada ao permanecer na casa de particulares. Ao passar da esfera privada para a institucional e direcionada ao grande público, operam dinâmicas que tanto facilitam o acesso e pesquisa, quanto garantem proteção e lugar privilegiado do acervo nos palcos da memória, oficializando o documento e/ou acervo pessoal como patrimônio documental e como fontes dignas de apoio à pesquisa histórica. A ampliação da visibilidade e acesso do documento individual para um status de interesse coletivo possibilita também fortalecer e/ou restituir a identidade de uma pessoa.

Se identidade, memória e patrimônio são "as três palavras-chave da consciência contemporânea" - poderíamos, aliás, reduzir a duas se admitimos que o patrimônio é uma dimensão da memória -, é a memória, podemos afirmar, que vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade (CANDAUI, 2012, p. 16).

Em relação à expressão *patrimônio documental*, José Reginaldo Gonçalves (2009) aponta que a noção atual de patrimônio tem origem no contexto da Revolução Francesa ao final do século XVIII, junto à formação dos estados nacionais. Nessa época é que as legislações se direcionam a proteger o patrimônio cultural; mas é sempre bom lembrar que a mentalidade de preservar é milenar, “está presente no mundo clássico e na Idade Média, sendo que a modernidade ocidental apenas impõe os contornos semânticos específicos” (GONÇALVES, 2009, p.26). Ocorre que a partir da Revolução Francesa, os estados passaram a incluir em suas legislações diversas categorias de patrimônio visando atender a todos os interesses de bens a serem preservados, como patrimônio artístico, patrimônio arquitetônico, patrimônio documental, dentre outros. Ao mesmo tempo, o tema passou a receber mais atenção de pesquisadores.

Couture e Rousseau (1998) colocam que a palavra arquivo provém do termo *archeion*, utilizado pelos gregos no século III ou II a. C., designando simultaneamente "palácio

governamental; administração geral; escritório dos magistrados; escritório de arquivos; etc.". Já o termo *arch*, de onde provém *archeion*, tem o sentido mais abrangente ainda, algo como "fundação; centro de comando; força; autoridade" (COUTURE; ROUSSEAU, 1998, p. 32). Schellenberg (2006), por sua vez, lembra que provavelmente os arquivos como instituição tem sua origem na civilização grega, quando os atenienses guardavam seus documentos de valor patrimonial no templo das mães dos deuses, *Metreon*, nos séculos V e IV a.C., mas que somente em 1790 é criado o primeiro Arquivo Nacional, destinado a preservar os documentos que lembravam as conquistas e glórias da *Nova França*.

Em meio às categorias de patrimônio, amplamente difundidas após a Revolução Francesa, há o patrimônio documental. Embora esta expressão seja tradicionalmente mais utilizada, encontram-se também outras similares, como *patrimônio arquivístico*, *patrimônio bibliográfico*, *patrimônio cultural documental*, *patrimônio histórico documental*, *patrimônio cultural arquivístico*, dentre outros. O conceito específico de patrimônio documental está aos poucos sendo discutido nos últimos anos. A complexidade de sua definição perpassa pela complexidade do conceito de *documento*, que pode ser muito amplo ou muito específico, com subdivisões de acordo com determinados elementos, a depender da visão dos autores que abordam a temática e da área de conhecimento em que atuam.

Bizello; Duarte (2019) indicam que a complexidade do conceito de documento pode ser encontrada já no desenvolvimento da teoria clássica da documentação, trazida por Paul Otlet (1936) em sua obra intitulada *Documentos e documentação*, apresentada no Congresso de Documentação Universal realizado em Paris em 1937, e seguido por Suzanne Briet (1951) com seu livro *Qu'est-ce que la documentation?* publicado em Paris, em 1951. Segundo Bizello; Duarte (2019), essas duas obras observam o documento como dotado de duas condicionantes: materialidade e significado, sendo este último o responsável por dar o *sentido documental*. As duas obras colocam em segundo plano a materialidade, ou seja, o suporte físico, a forma física de apresentação do *significado*, fazendo com que muitas coisas possam ser documento: uma mesa, um jornal, uma vasilha, um livro, dentre outros. E ao considerar a *informação* mais relevante do que o seu *suporte*, haveria uma maior aproximação do documento com a imaterialidade (BIZELLO; DUARTE, 2019). Esse entendimento amplo permite considerar como documento não somente os atos escritos e imagéticos em papel, como de costume, mas tudo aquilo que carrega uma informação passível de ser extraída e utilizada, em qualquer que seja o suporte físico.

Le Goff (1990) afirma que até o século XVII era utilizado o termo *monumentos* para se referir às grandes coleções de documentos. "Atendendo às suas origens filológicas, o

monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos” (LE GOFF, 1990, p. 534). A partir do século XVII “se difunde, na linguagem jurídica francesa, a expressão *titres et documents*” (LE GOFF, 1990, p. 536). A partir de então, o termo monumento entra em declínio e o de documento inicia sua ascensão. Entretanto, “o termo *monuments* será ainda correntemente usado no século XIX para as grandes coleções de documentos” (LE GOFF, 1990, p. 537).

Para a Escola Positivista do final do século XIX e início do século XX, o documento é visto como uma prova do ato histórico e assim “a sua objetividade parece opor-se à intencionalidade do monumento. Além do mais, [o documento] afirma-se essencialmente como um testemunho escrito” (LE GOFF, 1990, p. 536). Dessa forma, lembra o autor, o conceito de documento “é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa” (LE GOFF, 1990, p. 545). Isto é, ver o documento não apenas pela sua objetividade material e jurídico-probatória, mas sim como um monumento, fruto das relações sociais e com significados históricos que servem para rememorar, advertir, compreender o tempo passado. Le Goff (1990) afirma ainda, que os documentos históricos são monumentos e sob esta ótica precisam ser vistos, pois

o novo documento, alargado para além dos textos tradicionais, transformado – sempre que a história quantitativa é possível e pertinente – em dado, deve ser tratado como um documento/monumento. De onde a urgência de elaborar uma nova erudição capaz de transferir este documento/monumento do campo da memória para o da ciência histórica (LE GOFF, 1990, p. 549).

O Arquivo Nacional, em sua publicação *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, não define a expressão *patrimônio documental*. Contudo, é definido *patrimônio arquivístico*, que consiste num “conjunto dos arquivos de valor permanente, públicos ou privados, existentes no âmbito de uma nação, de um estado ou de um município” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 130). Por outro lado, existem menções à *patrimônio documental* e também à *patrimônio arquivístico* diluídas em diversos outros dispositivos normativos no âmbito federal, como se pode observar em outra publicação do Arquivo Nacional intitulada *Coletânea da Legislação Arquivística Brasileira e Correlata*, publicada em dezembro de 2017 (ARQUIVO NACIONAL, 2017).

Rodrigues (2016) constata a inexistência de um conceito definitivo e uniforme do que vem a ser *patrimônio documental brasileiro*. Encontra uma variedade de termos utilizados para se referir aos documentos, que os dividem geralmente em documentos arquivísticos e documentos bibliográficos. Às vezes, ambos invocados conjuntamente como patrimônio cultural documental. A autora lembra que a noção de patrimônio documental ainda está muito atrelada às características estéticas, culturais e históricas do documento, como por exemplo, quando há uma encadernação luxuosa ou por ter sido impresso há muito tempo, ou por ter sido uma obra pioneira no estabelecimento de um conceito. Nesse sentido, lembra a autora, por vezes há um esquecimento da análise de valores de identidade, pertencimento e memória relativos à noção de patrimônio.

Na literatura da área é muito utilizado também o conceito de patrimônio documental definido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), por meio do programa criado em 1992 intitulado *Memory of the World (MoW)* e no Brasil traduzido para programa *Memória do Mundo*. O Comitê brasileiro do MoW, o MoWBrasil, foi criado por meio da Portaria do Ministério da Cultura nº 259, de 2 de setembro de 2004, publicada no DOU de 6 de setembro de 2004 (BUSTAMANTE, 2018, p. 3). Conforme a autora,

Desde o ano de 2007, foram elaborados e aprovados pelo Comitê Nacional do Brasil, Editais e Regulamentos anuais para a chamada a candidaturas a nomeação no registro Nacional. Os onze Editais MoWBrasil, lançados de 2007 a 2017, resultaram na inscrição de 101 acervos documentais no Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO (BUSTAMANTE, 2018, p. 9).

Rodrigues (2016) lembra os cinco critérios que a UNESCO definiu para se considerar quando da análise de documentos para fins de registro como patrimônio documental, que são: 1: tempo; 2: lugar; 3: pessoas; 4: assunto e tema; 5: forma e estilo. Além dos cinco critérios elencados acima, para a UNESCO devem ser considerados ainda os seguintes elementos: “autenticidade do documento ou da coleção, a unicidade e insubstituibilidade da(s) obra(s), a raridade, a integridade, o grau de ameaça ao bem ou à coleção de bens e a possibilidade de implantação de um plano de gestão pela instituição solicitante” (RODRIGUES, 2016, p. 113). Estes critérios objetivos tentam se aproximar aos critérios mais subjetivos inerentes ao conceito tradicional de patrimônio (herança paterna, vínculo entre as gerações, identidade, pertencimento).

Cougo Junior (2021), em sua tese de doutorado, analisa o processo de patrimonialização cultural de arquivos no Brasil, a partir de suas dimensões políticas, sócio-históricas e técnicas, sob uma perspectiva essencialmente histórica. Ao final, conclui que os atos performativos da patrimonialização cultural de arquivos no Brasil são caracterizados por opacidade, endogenia, descontinuidades, por vezes assumindo características custodiais e/ou declaratórias, e marcados por três traços históricos essenciais: “a “hipertrofia atrofiada” do Estado brasileiro, a incidência de excepcionalidades e a presença de constantes impasses a respeito dos valores atribuídos aos arquivos” (COUGO JUNIOR, 2021, p. 9). Para o autor, “a patrimonialização de arquivos é um processo que necessariamente lida com dualidades como memória e esquecimento, seleção e descarte, valoração e eliminação” (COUGO JUNIOR, 2021, p. 420) e por isso envolve subjetividades, orientado, em última instância, por quem detêm o poder de definir o que é, ou pode ser, o valor histórico, cultural, para memória ou para o interesse coletivo.

No Brasil, as Constituições de 1824, 1891, 1934 e 1937 em nenhum momento se referem ao processo de arquivamento de documentos no país, demonstrando que não havia uma preocupação em estabelecer uma política de gestão de documentos, embora as duas últimas se restrinjam a apontar a necessidade de preservação do patrimônio histórico (LOPES; RODRIGUES, 2017, p. 3). A Constituição de 1934, no art. 148, atribui à união, estados e municípios “proteger os *objetos de interesse histórico* e o patrimônio artístico do País” (BRASIL, 1934, Art. 148, *grifo nosso*). Já a Constituição de 1937, no art. 134, define que “os *monumentos históricos*, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da nação, dos estados e dos municípios” (BRASIL, 1937a, Art. 134, *grifo nosso*), além de equiparar os danos cometidos contra eles aos danos contra o patrimônio nacional. Embora simples, as duas referências nas cartas magnas do país foram capazes de direcionar e movimentar a estrutura pública para o campo da preservação de bens culturais e aos poucos aos acervos documentais.

Em 1933 foi criada a Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN) subordinada ao Museu Histórico Nacional (MHN), voltado à preservação do patrimônio do país. Quatro anos mais tarde, em janeiro de 1937 é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e logo após, o Decreto-Lei nº 25 de novembro de 1937, que define o conceito de *patrimônio histórico e artístico nacional* como sendo o

conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil,

quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937b, Art. 1º, *grifo nosso*).

Ademais, o mesmo Decreto-Lei nº 25 de novembro de 1937 cria quatro Livros do Tombo, para o registro dos bens a serem tombados. São eles: 1) Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; 2) Livro do Tombo Histórico; 3) Livro do Tombo das Belas Artes e 4) Livro do Tombo das Artes Aplicadas. A partir daí, embora os acervos arquivísticos não estivessem nominados exatamente dessa forma no rol de patrimônios, também poderiam ser tombados, pois de acordo com normativas internas eram considerados de interesse histórico. Naquela época não havia distinção entre acervos bibliográficos e acervos documentais/arquivísticos, como ficou demonstrado nas legislações que se seguiram. Assim, embora o art. 1º deste Decreto-Lei se refira à proteção aos acervos bibliográficos, também eram considerados os acervos arquivísticos (LOPES; RODRIGUES, 2017, p. 4).

Mais tarde, a Constituição de 1946 apresenta a primeira referência específica de proteção à documentos: “Art. 175 - As obras, monumentos e *documentos* de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do poder público” (BRASIL, 1946a, *grifo nosso*). Naquele mesmo ano é publicado o Decreto-Lei 8.534 de 02 de janeiro de 1946, que eleva o SPHAN ao nível de diretoria e atribui responsabilidades à nova Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), então subordinado ao Ministério da Educação e Saúde. Uma das atribuições dadas à DPHAN entrava em conflito com o Arquivo Nacional, no art. 2º: “I - a catalogação sistemática e a proteção dos arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e particulares, cujos acervos interessem à história nacional e à história da arte no Brasil” (BRASIL, 1946b, *grafia original*) (LOPES; RODRIGUES, 2017, p. 4).

Nas décadas seguintes à década de 1940 ocorre um maior despertar sobre o patrimônio em nível mundial e são realizados movimentos em favor de leis voltadas à preservação do patrimônio documental. Palma Peña (2013), ao discutir o patrimônio documental e bibliográfico no México, lembra que a Segunda Guerra Mundial foi um divisor de águas quanto à proteção ao patrimônio cultural no mundo, já que após este evento foram promulgadas leis importantes para a área do patrimônio cultural.

Ao mesmo tempo, um movimento historiográfico francês estava em desenvolvimento, a terceira fase da conhecida *Escola dos Annales*. Nessa fase, já nas décadas de 1970 e 1980, os acervos pessoais ganharam um novo olhar e espaço privilegiado em discussões das Áreas de Ciências Humanas, especialmente quando se observa um aumento das pesquisas que os tem

como fontes primárias e quando novos métodos historiográficos passam a ser pensados e difundidos. Gomes (1998) diz que o encontro do historiador com os arquivos privados data dos anos 1970 na Europa em geral, mas na França em particular, com participação especial dos historiadores da arte que *santificavam* esse tipo de fonte privada. A autora reitera que nesse aspecto o Brasil acompanhou a evolução, ou pelo menos “não andamos à velocidade de carroça de boi, como o não menos forte sentimento de atraso e inferioridade colonial também gosta de assinalar” (GOMES, 1998, p. 124).

Conforme Moreira (1990), na década de 1970 no Brasil surgem os primeiros centros de documentação voltados para a pesquisa histórica, visando preservar acervos do período republicano e de caráter privado, como o Centro de Documentação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (1971), conhecido hoje como Arquivo Edgard Leuenroth (AEL); o Centro de Memória Social Brasileira, do Conjunto Universitário Cândido Mendes (1972), e o CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas (1973). Além disso, a autora lembra que nesse período a Fundação Casa de Rui Barbosa sofre uma revitalização. Estas instituições ao perceberem o valor dos acervos pessoais como fontes para as pesquisas, passaram a uma postura ativa na busca por sua custódia e assim complementar seus acervos já existentes. Dessa forma, os documentos de origem privada passam a ser vistos como importante elo entre o governo e a sociedade.

Ainda na década de 1970, o Arquivo Nacional assume um papel importante no cenário nacional ao se tornar gestor dos processos e documentos no país, com a criação do Sistema de Serviços Gerais (SISG) por meio do Decreto nº 75.657, de 24 de abril de 1975, revogado posteriormente pelo Decreto nº 1.094, de 1994 (LOPES; RODRIGUES, 2017, p. 7). O referido Decreto de 1975 estabeleceu no art. 1º que deveriam constituir um sistema, com a denominação genérica de *Serviços Gerais*, as atividades de administração de edifícios públicos, imóveis residenciais, material, transporte e protocolo, assim como as de movimentação de expedientes, arquivo e transmissão e recepção de mensagens. Dessa forma, o Arquivo Nacional ficou responsável pelas atividades referentes à documentação, entretanto, limitado aos arquivos correntes e intermediários.

Três anos mais tarde, em 25 de setembro de 1978, é criado o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) por meio do Decreto nº 82.308, com a finalidade de estimular políticas de preservação do patrimônio documental brasileiro. Entretanto, sua atuação ficou prejudicada por estar limitada aos arquivos correntes e intermediários, ou seja, não tinha poder de atuar nos arquivos de valor permanente, também chamados de arquivos históricos. Essa limitação se dava por estar subordinado ao Sistema de Serviços Gerais (SISG), criado em 1975, já delimitado

com esse escopo de abrangência. Dessa forma, o SINAR de 1978 não chegou a ser implantado já que trazia conceitos conflitantes com a área de arquivos (SISTEMA NACIONAL DE ARQUIVOS, 2020).

Mais tarde, “com a recriação, se assim podemos dizer, do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, pela Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991 e pelos decretos nº 1.173, de 29 de junho de 1994 e 1.461, de 25 de abril de 1995, consolidados e revogados pelo Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002” (SISTEMA NACIONAL DE ARQUIVOS, 2020, *online*), o SINAR ficou subordinado ao Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), cuja competência, organização e funcionamento estão regulamentados pelo Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002. Este Decreto determina uma série de competências aos órgãos integrantes do SINAR, assim como determina a finalidade do SINAR em seu art. 10: "O SINAR tem por finalidade implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivo". A partir da criação do SINAR, foram criados sistemas de arquivos em âmbito estadual e municipal (SISTEMA NACIONAL DE ARQUIVOS, 2020). Mas ainda hoje, dos mais de cinco mil municípios existentes no Brasil, pouquíssimos possuem um setor de arquivo formalizado, menos ainda possuem um Sistema de Políticas de Gestão Documental institucionalizado, o que demonstra que o desafio ainda é enorme.

No início da década de 1980 foi implantada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para “investigar a situação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a avaliar a política do governo federal para sua defesa e conservação” (COUGO JUNIOR, 2021, p. 311), que ficou conhecida como a CPI do Patrimônio Histórico. Para Cougo Junior (2021),

Se é verdade que os depoimentos e as conclusões da CPI do Patrimônio Histórico não trouxeram grandes novidades, também é fato que algo havia mudado no discurso das políticas do patrimônio no Brasil. A presença do conceito de bens culturais e o tratamento igualitário dados aos arquivos enquanto patrimônio dão as tintas da mudança silenciosa, mas fundamental que começara a ser operada a partir do final dos anos 1970: a “fase moderna”, caracterizada por Maria Cecília Londres Fonseca como um período de descentralização federativa e democratização da política cultural relacionada ao patrimônio, começava a ser esquadrihada e os arquivos teriam um papel de preponderância nela (COUGO JUNIOR, 2021, p. 313-314).

Da década de 1980 também se destaca o papel exercido pelo Arquivo Nacional ao buscar fortalecer o órgão com algumas iniciativas, como o Programa de Modernização do Arquivo Nacional (ARQUIVO NACIONAL, 2021). Também é nesta década que é promulgada a Constituição Federal de 1988. Nesta Constituição, os bens que constituem o patrimônio cultural

brasileiro são ampliados, incluindo a *documentação governamental*, como sendo de responsabilidade do Arquivo Nacional. Por outro lado, não especifica os arquivos privados, nem menciona a gestão do patrimônio bibliográfico. Após sua promulgação foram criadas diversas leis infraconstitucionais e decretos importantes que impactam na preservação de documentos públicos e privados, como aquelas já referidas.

Nesse ritmo lento e nos impasses entre as instituições ao longo do século passado, quanto à preservação dos acervos documentais nacionais, os arquivos privados foram aparecendo aos poucos na legislação e assim sua preservação sendo fortalecida pelo aparato estatal (LOPES; RODRIGUES, 2017, p. 5). Nos séculos XX e XXI o Brasil direcionou suas legislações à preservação dos chamados patrimônios culturais e históricos, reorganizando sua compreensão sobre eles, incluindo, de forma mais clara, a atenção específica aos documentos. Essas atenções também ocorreram em diferentes países, períodos e contextos.

Bizello; Duarte (2019, p. 36) sustentam que esse movimento está ligado ao processo de globalização, que permitiu uma rápida e maior aproximação de grupos sociais localizados distantes geograficamente. Ao mesmo tempo em que culturas diferentes puderam interagir, essa troca se mostrou catastrófica ao destruir e apagar uma cultura pela outra, tornando-se um fenômeno prejudicial às culturas, tradições, peculiaridades de cada grupo social. Diante disso, explicam os autores, se tornou urgente a afirmação, sobrevivência e preservação da cultura e da identidade próprias de cada coletivo, através dos patrimônios culturais e históricos, o que explica o avanço das discussões e legislações neste período. Cougo Junior (2021) considera que no contexto atual, no caminho das ativações do patrimônio cultural arquivístico, há três principais obstáculos brasileiros para serem superados: “a ausência de uma política nacional de arquivos; a panaceia da digitalização; e a expansão desenfreada da externalização de arquivos públicos” (COUGO JUNIOR, 2021, p. 376).

1.3 De acervos privados a acervos públicos sociais: a incorporação de acervos pessoais em instituições especializadas

As instituições públicas arquivísticas ou de memória se dedicam a tratar a memória administrativa do país, entretanto, é possível encontrar acervos privados nesses espaços, mesmo que tais acervos não tenham sido produzidos ou acumulados em função das atividades profissionais daquela instituição ou de algum de seus funcionários. Gestores de universidades,

faculdades, centros universitários, possuem um olhar mais ampliado para estas questões e incorporam acervos pessoais mais facilmente, como é o caso da FUPF que viabilizou a criação do AHR de Passo Fundo para se dedicar à essas questões.

Quando uma instituição decide por aceitar a doação de um acervo privado, ocorre uma negociação entre as partes de acordo com a política de aquisição de acervos da instituição custodiadora. Geralmente é formalizada por meio de um termo de doação. Se a aquisição se dá por meio de compra, permuta ou cedido à custódia temporária, a negociação também deve ser formalizada por meio um instrumento que garanta o respaldo legal de todas as partes envolvidas, com cláusulas claras e precisas. Esta etapa do processo é imprescindível porque dentre outros aspectos é onde se registra a passagem do privado para o público, cujo reflexo se dará no acesso, tratamento e divulgação das informações do acervo.

É essencial estabelecer no termo uma cláusula que permita destinar o acervo à pesquisa e divulgação, ao menos com prazo futuro para liberação do acesso ao público, pois não haveria sentido receber o acervo com impedimento de acesso, mesmo que se destinasse somente à preservação. Se a instituição que receber o acervo possuir finalidade pública, há o fato de que as legislações recentes buscaram amplificar a publicidade no acesso às informações existentes em instituições públicas, ao estabelecer a publicidade como regra e o sigilo como exceção. A Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei 12.527/2011) em seu art. 31, parágrafo 4º, é clara ao afirmar que se a finalidade dada pelo pesquisador ao conteúdo informacional presente nos documentos for a pesquisa histórica, o acesso pode ser concedido a qualquer momento.

No processo de entrada do acervo privado na instituição custodiadora operam dinâmicas que permitem algumas reflexões. Ao procurar uma instituição para depositar o acervo, o titular ou o proprietário age motivado por diferentes interesses, “um gesto que será tão mais legitimador do seu capital simbólico quanto maior prestígio tiver a instituição” (HEYMANN, 2011, p. 80). Ou quando o movimento pela busca do acervo é de iniciativa da própria da instituição, fica evidenciado o prestígio de que já é dotado o seu titular. A instituição seria como um agente privilegiado de avaliação e atribuição de valor aos acervos, já que vai preservar as memórias reconhecidas como históricas. Nesse sentido, estas instituições possuem também caráter político já que a memória é instrumento capaz de criar identidades, introduzir elementos no imaginário social com efeitos no presente e no futuro (HEYMANN, 2011).

Britto; Corradí (2017) afirmam que para os doadores e/ou titulares dos acervos pessoais há uma dificuldade de compreensão de quais documentos podem ser doados, os quais pensam ser alvos da doação apenas os documentos gerados em decorrência de suas atividades institucionais, desconsiderando outros documentos pessoais. Acreditam que apenas esses

documentos possuem interesse para a pesquisa histórica. Nesse sentido, não é raro encontrar acervos, cuja seleção prévia foi realizada pelos seus doadores antes do recolhimento pela instituição. Se faz necessário conscientizar e demonstrar à população o sentido da existência da instituição de arquivo, sua amplitude de atuação e principalmente o potencial valor dos documentos pessoais.

Outro receio por parte de doadores nos momentos de escolha e decisão de entregar o acervo, é pensar sobre a relevância do seu acervo perante às expectativas da instituição recolhadora, visto que geralmente as instituições acolhem acervos pessoais de grandes personagens, em detrimento de pessoas sem notável projeção social. Também há uma dificuldade em compreender o papel das diferentes instituições responsáveis por salvaguardar acervos, pois os acervos privados estão presentes em arquivos, museus, bibliotecas, centros de memória, institutos históricos, universidades, dentre outros.

Essa variedade de instituições é muito benéfica para a salvaguarda de acervos e da memória do país. Por outro lado, faz com que os procedimentos de tratamento técnico sofram alterações de acordo com os interesses e as filiações institucionais dos profissionais que lá atuam. Além disso, o mesmo instrumento metodológico raramente pode ser aplicado em dois acervos pessoais diferentes, exigindo um investimento de tempo e pesquisa para a organização dos diversos fundos pessoais de uma mesma instituição, aliado aos demais tipos de documentos de natureza diferente.

Após a doação, o acervo pessoal é institucionalizado, tem um destino público e é elevado a outro nível: passa a participar de um seleto grupo de personagens notáveis já existentes na instituição, se torna imortalizado no panteão da memória nacional e projeta-se no palco da memória. Por outro lado, a instituição de memória que recebe o acervo, e geralmente sobrevive em meio às dificuldades da realidade brasileira, tem o desafio de higienizar e tratar metodologicamente a organização física e intelectual do acervo. Para tanto, em meio à lida diária nos arquivos, direciona esforços nas diferentes formas de captação de recursos a fim de idealizar seus projetos. Um apoio importante nesta dinâmica de captação de recursos, são as declarações oficiais de patrimônio, referentes à um documento histórico avulso ou à um acervo em específico.

Cougo Junior (2021) sustenta que existem cinco passos (ou gestos) fundamentais para que algo tangível ou intangível se torne um bem cultural, reforçando a proposta do pesquisador francês Jean Davallon, que são: 1) o reconhecimento que um grupo da sociedade demonstra por determinado objeto e seu valor; 2) o estudo de tal objeto; 3) sua declaração oficial de patrimonialização; 4) a publicização do novo patrimônio com a respectiva amplificação de seu

acesso e; 5) a transmissão do objeto patrimonial como legado ao futuro (DAVALLON, 2014, p. 59, *Apud*: COUGO JUNIOR, 2021, p. 389 - 390). Cougo Junior (2021) afirma que dentre estes cinco gestos, "o mais importante dos gestos da patrimonialização descritos por Davallon é a declaração oficial, pois é através desta operação que um objeto de uso comum é formalmente reconhecido como bem cultural de interesse coletivo" (COUGO JUNIOR, 2021, p. 390), defendendo, a partir dos estudos de Davallon, que um objeto só se torna patrimônio quando é declarado publicamente como tal.

Em relação à declaração oficial, Cougo Junior (2021, p. 390) afirma que, considerando o patrimônio documental, no Brasil existem ao menos cinco atos performativos que configuram este gesto, que são: a) aquisição; b) recolhimento; c) tombamento; d) declaração de interesse público e social e; e) registro no programa Memória do Mundo.

Em relação à aquisição, como um ato performativo do gesto de declaração oficial do patrimônio documental, o DBTA conceitua a aquisição como um termo equivalente à expressão *entrada de documentos*, que por sua vez é conceituada como

Ingresso de documentos em arquivo, seja por comodato, compra, custódia, dação, depósito, doação, empréstimo, legado, permuta, recolhimento, reintegração ou transferência. 2) Ingresso de documentos em arquivo corrente através do protocolo (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 85).

A aquisição de documentos avulsos ou de acervos inteiros, pode ser realizada por instituições públicas ou privadas, de acordo com suas especificidades. O ingresso de documentos em instituições especializadas torna-se uma forma de declaração oficial de patrimônio documental, pois garante procedimentos de tratamento técnico e de guarda especializados.

Já o recolhimento, como outro ato performativo do gesto *declaração oficial* do patrimônio documental, é conceituado pelo DBTA como "1) Entrada de documentos públicos em arquivos permanentes com competência formalmente estabelecida. 2) Operação pela qual um conjunto de documentos passa do arquivo intermediário para o arquivo permanente" (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 143). O recolhimento como sendo uma das formas de aquisição, é uma das formas de ingresso de documentos no arquivo permanente oriundos de um processo formal denominado seleção/avaliação do acervo, do qual resulta apenas aqueles

documentos que possuem um *valor secundário*, e assim considerados como os únicos que devem ser destinados à guarda permanente.

Foram Couture e Rousseau (1998) que propuseram a existência de dois valores informativos nos documentos: *valor primário* e *valor secundário*, cujo pensamento norteia as políticas de gestão documental arquivística no país inteiro. O valor primário se refere à qualidade de documentos que estão em fase de tramitação e com uso frequente pelos seus produtores, destinados a provar questões fiscais, legais e administrativas. Já o valor secundário se refere à qualidade dos documentos que depois de passarem pelo valor primário, ressignificam-se e investem-se também de um caráter histórico e informativo, não mais exclusivamente probatório-jurídico como antes. Nesta segunda etapa, o documento passa a ser considerado de guarda permanente, também chamado de documento histórico. Vale ressaltar que nem todos os documentos têm ou adquirem necessariamente um valor secundário, há documentos que ao findar seu valor primário são eliminados (COUTURE; ROUSSEAU, 1998).

Nesse sentido, na perspectiva de Cougo Junior (2021) é possível afirmar que os documentos existentes nas instituições brasileiras destinadas à preservação de acervos históricos, já são declaradamente patrimônio documental, pois atenderam aos critérios institucionais para o ingresso, por meio dos diferentes tipos de aquisições, e assim usufruem de procedimentos metodológicos e de guarda permanente especializados.

Dentre os pontos importantes da Lei de Arquivos de 1991, está a previsão de que os arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas possam ser identificados pelo poder público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional. O reconhecimento é formalizado através de um certificado - equivalente ao tombamento de outros bens culturais tradicionalmente mais conhecidos, e pode ser concedido tanto à acervos que ainda não foram adquiridos por instituições arquivísticas, quanto aqueles existentes nas referidas instituições, aumentando o capital simbólico do acervo enquanto patrimônio. O CONARQ designa uma comissão responsável por avaliar as propostas de acervos a serem contemplados, e ao conceder parecer favorável para um acervo, é emitido o certificado de reconhecimento pelo Ministro de Estado ao qual o CONARQ está subordinado.

Embora tenha criado essa possibilidade de declarar acervos privados como de interesse público e social, a Lei de Arquivos não avança mais do que isso sobre a questão da preservação dos arquivos privados, motivo pelo qual ainda é considerada insuficiente em relação à preservação desse tipo de acervo. Por exemplo, não obriga os doadores a depositarem o acervo privado para custódia em uma instituição especializada, não apresenta critérios mais objetivos

que definem o que é ser de interesse público e social, nem define a responsabilidade de guarda e preservação do acervo privado quando está em posse do seu detentor (LOPES; RODRIGUES, 2017, p. 11 - 12). Os herdeiros/proprietários do acervo pessoal de um indivíduo de projeção social relevante possuem o maior poder e controle sobre o acervo antes da doação.

Em complementação à Lei de Arquivos de 1991, o Decreto 4.073 de 2002 incluiu um artigo que considera os Arquivos Presidenciais e os Registros Cíveis de Arquivos de Entidades Religiosas produzidos anteriormente à vigência do Código Civil de 1916, automaticamente declarados como de interesse público e social. É um avanço no reconhecimento de arquivos pessoais, que por exemplo, motivou a criação da Fundação Fernando Henrique Cardoso (FFHC) em 2004, Instituição criada para gerir e preservar o acervo pessoal do ex-presidente que dá nome à referida instituição.

Desde a criação da Lei de Arquivos, o CONARQ já homologou e permitiu certificados de interesse público e social para 16 conjuntos documentais, incluindo nove arquivos pessoais: Darcy Ribeiro; Oscar Niemeyer; César Lattes; Paulo Freire; Dom Lucas Moreira Neves; Abdias Nascimento; Berta Gleizer Ribeiro; Glauber Rocha, Cineasta; Barbosa Lima Sobrinho; Cúria Diocesana de Nova Iguaçu; Associação Circo Voador; Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB); Atlântida Cinematográfica, LTDA; Companhia Antártica Paulista; Companhia e Cervejaria Brahma; Associação Brasileira de Educação (ABE) (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2020).

A ausência de critérios mais objetivos na legislação para definir o que é de interesse público e social delegou a responsabilidade às instituições que recebem e custodiam os acervos, as quais precisam definir e demonstrar tais critérios. No entanto, nem todas as instituições possuem essas questões bem definidas, e quando possuem, os critérios nem sempre não são muito objetivos e precisos, dificultando o reconhecimento de acervos de interesse público e social. No caso dos acervos privados de políticos, há uma visão mais bem consolidada em relação a esse reconhecimento, devido às funções públicas que estes exercem (COLOMBO; RODRIGUEZ, 2019, p. 4 - 5). O fato de as leis brasileiras não serem claras na definição do que deve ser de interesse público e social, ou tombado, não diminui o valor simbólico que os acervos pessoais carregam perante seu produtor e sua comunidade próxima. Por outro lado, uma definição ampla de critérios acarretaria na distribuição de centenas de milhares de certificados pelo Brasil afora.

Além do certificado chancelado pelo CONARQ, os acervos podem ser submetidos à análise pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ou também à Conselhos Estaduais do Patrimônio, como o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico,

Arqueológico e Turístico (CONDEPHAAT) do Estado de São Paulo, para solicitar o tombamento. Cabe salientar que a Constituição Federal de 1988, no art. 216, parágrafo 5º, afirma que automaticamente os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos já ficam tombados. Mas embora haja essa previsão, ainda não há regulamentação desse processo, o que acaba por não se refletir na prática esse reconhecimento automático previsto na Constituição de 1988.

Em que pese a diferença destes certificados, seja pelo IPHAN ou pelo CONARQ, qualquer um dos dois é importante, porque além de conferir uma espécie de destaque aos acervos, também garantem proteção contra a alienação, dispersão de fontes e geralmente são utilizados como apoio para ações de preservação, tratamento, divulgação, digitalização e disponibilização pública dos documentos. Embora a (re)significação de um acervo à qualidade de patrimônio documental não se origine a partir da declaração oficial do poder público, esse certificado estatal garante recursos para uma proteção especial e reforça sua manutenção e preservação, residindo aí a importância desta discussão ser refletida na legislação.

Uma diferença entre o tombamento e a declaração de interesse público e social, conforme Molina (2014, p.10), é que o tombamento pelo IPHAN atua diretamente no documento único, o que gera críticas já que ocasiona o desmembramento do seu conjunto documental e prejudica sua compreensão. Já o reconhecimento pelo CONARQ atua no conjunto documental arquivístico e mantém assim as conexões que lhe conferem sentido, considerando apenas os documentos arquivísticos. Em contrapartida, caso o acervo pessoal do indivíduo possua bibliotecas particulares, mobílias e outros objetos para além do conjunto documental arquivístico tradicional, pode haver resistência por parte do CONARQ no reconhecimento da totalidade desse acervo pessoal.

Numa leitura rasa de 16 pareceres técnicos disponíveis no *website* do CONARQ, de concessão de certificados à acervos privados declarados como de interesse público e social, se percebe que em sete pareceres o conjunto documental é dividido em três partes: acervo arquivístico, acervo bibliográfico e acervo museológico. Destes sete pareceres, em seis é enfatizado que somente o conjunto arquivístico deve ser objeto de reconhecimento. Os outros nove pareceres não dividem o acervo, mas enfatizam que o reconhecimento é sobre o acervo arquivístico (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2020).

Na falta de critérios objetivos e claros para definir o que deve ser elevado ao status de patrimônio documental tombado ou de interesse público e social, há quem defenda que todos os documentos históricos existentes nas instituições arquivísticas devem ser tombados automaticamente como patrimônio ou então declarados como de interesse público e social.

Uma questão surge: será que todos os documentos de guarda permanente (de valor secundário), que atualmente estão custodiados nas instituições municipais-estaduais-federal no Brasil deveriam receber o certificado formal de tombamento ou de interesse público e social pelo poder público? É difícil responder esta questão. Se a resposta for sim, então os critérios para aquisição de acervos em cada instituição arquivística seriam os mesmos para definição de patrimônio documental tombado e de interesse público e social, a serem refletidos nas leis brasileiras para concessão dos certificados. Se a resposta for não, então os acervos históricos atualmente presentes nas instituições arquivísticas, embora já possuam custódia e tratamento especial recebidos por meio de sua aquisição, não são suficientes para *subirem de nível* nesta *escala do patrimônio*.

Essa discussão acerca do referencial de um patrimônio está relacionada com outra indagação, discutida em sala de aula com colegas e a professora Dr.^a Gizele Zanotto na disciplina *História e Patrimônio* da UPF durante a realização desta pesquisa: patrimônio documental para quem? Pois a existência de um valor histórico-cultural, com relação aos valores de identidade, memória e pertencimento, é daqueles que assim o identificam e nem sempre é de alcance universal. Se o acervo é de guarda permanente, ao menos para a instituição estaria considerado como patrimônio documental. Mas será que esse alcance seria suficiente para formalizá-lo, por exemplo, como patrimônio estadual ou nacional?

Ana Colombo e Sonia Rodriguez (2019) defendem que os documentos de guarda permanente de cada instituição no país compõem o patrimônio documental de uma nação, no sentido de que todos os patrimônios documentais *locais* juntos constituem um *patrimônio documental nacional*, sublinhando que devido ao “grande valor informativo que possuem, tanto em relação ao seu contexto de produção e uso, quanto aos conteúdos registrados que conservam, os documentos são capazes de evidenciar a realidade social da qual derivam” (COLOMBO; RODRIGUEZ, 2019, p. 2).

O principal motivo de as legislações não abordarem de forma ampla e objetiva essa questão pode ser aquele observado por Bizello; Duarte (2019), de que a política de consumo mercadológico dos bens patrimoniais estabelecida pelos poderes sociais faz com que os acervos documentais não atinjam a expectativa de retorno financeiro. Nessas políticas culturais que converteram o patrimônio em mercadoria, os documentos ficam relegados à um nível inferior por não atingirem as expectativas da lógica mercantilista. O patrimônio documental, seja arquivístico ou bibliográfico, possui especificidades em relação às demais categorias de patrimônio, como o patrimônio arquitetônico, que os prejudicam sob a perspectiva mercadológica. Nesse sentido, alguns documentos e acervos considerados mais atraentes, sob

a perspectiva mercadológica, acabam tendo mais chances de serem valorizados pelo poder público.

Conforme apontado por Bizello; Duarte (2019), para a sociedade moderna não basta apenas identificar, conservar e preservar o patrimônio cultural, é necessário também os consumir mercadologicamente, sob a justificativa dada pelo poder público de que é necessário *torná-los úteis* à sociedade em geral, disseminando identidades e memórias de um grupo social. Os autores argumentam que a divulgação do país, por exemplo, ao restante do planeta, vai além das intenções de disseminar e afirmar a identidade e memória coletiva nacional, já que serve ao próprio poder público como um instrumento político e mercadológico. Nesse sentido, os patrimônios são vistos pelo poder público também como elementos com forte poder de influência política e ideológica.

Bizello; Duarte (2019) afirmam que o poder público impõe essa necessidade de consumir mercadologicamente o patrimônio, com a justificativa de que é custosa sua manutenção, que exige altas quantias dos cofres públicos e que a arrecadação seria revertida ao sustento do mesmo. Esse deslocamento simbólico provocado pela lógica do consumo nos leva a refletir se o caminho do reconhecimento estatal é o melhor meio para conhecer, manter e preservar um patrimônio cultural. Assim, nessa transformação mercadológica do patrimônio, os acervos documentais são marginalizados, na medida em que demandam leitura e interpretação, enquanto outras categorias de patrimônios, como aqueles arquitetônicos e ambientais/naturais, são tradicionalmente mais atrativos para a sociedade em geral, seja pelo visual/estético ou pela capacidade de produzir um contato mais direto com os turistas e, assim, permitir sua fruição e a compra de *souvenirs*. Essa peculiaridade da população, em ser mais visual do que literária, é um dos aspectos citados em 1967 na *Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesses Históricos e Artísticos*, da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Quito, no Equador. Como alertam os autores, é necessário atentar para o risco de sobreposição de valores de culto e exposição, em relação aos valores simbólicos desse patrimônio (BIZELLO; DUARTE, 2019).

Após estas discussões conceituais e compreensões que norteiam o trabalho, parte-se agora para a compreensão do contexto histórico e do personagem, Nicolau Araujo Vergueiro, a partir da investigação dos eventos ocorridos no período do final do século XIX até a década de 1950 na região de Passo Fundo, palco dos acontecimentos que marcaram sua trajetória médica e política, associados à sua participação nestes eventos.

II. DA HERANÇA SOCIOCULTURAL À CONSOLIDAÇÃO MÉDICA E POLÍTICA DE NICOLAU ARAUJO VERGUEIRO NAS PLAGAS DE PASSO FUNDO (1882-1956)

Este capítulo primeiramente contextualiza os acontecimentos locais, estaduais e nacionais, contemporaneamente à presença de Nicolau Araujo Vergueiro (de fins do século XIX à década de 1950). Em um segundo momento, investiga sua biografia articulada a estes acontecimentos, a fim de compreender melhor sua trajetória pessoal associada à consolidação médica e política. O foco da análise biográfica recai nos períodos conturbados da área profissional, momento em que produz seus dois escritos autorreferenciais, os quais evidenciam atributos de sua memória nestas duas dimensões (médica e política). A produção da trajetória de vida pelo próprio titular, como parte integrante da construção discursiva de si, sinaliza aspectos da sua forma de observar o mundo ao seu redor, bem como apresenta elementos das memórias de si expressadas pelo acervo.

Os *Cadernos de Memórias* produzidos por Nicolau Araujo Vergueiro são fontes importantes para investigação de sua trajetória pessoal e profissional (pois suas narrativas constituem uma visão própria do autor sobre sua vida, descrevendo situações, decisões, posições e atitudes frente à eventos marcantes), conquanto haja ressalvas inerentes à análise de escritos autorreferenciais. Dessa forma, optou-se por descrever neste segundo capítulo a sua trajetória de vida baseada tanto nos seus *Cadernos de Memórias*, quanto em outras fontes que foram trazidas para relacionar e contrapor com as narrativas autorreferenciais, como jornais, *Relatórios da Intendência Municipal de Passo Fundo*, pesquisas acadêmicas e demais documentos avulsos do acervo do AHR. Explorou-se diversos aspectos que caracterizam sua trajetória histórica, sendo que os dois polos de análise são a atuação médica e política, por meio dos quais alçou projeção social e notoriedade. Mas embora o enredo do texto se desenvolva em torno destes dois polos, trazendo discussões nestas duas áreas, não se trata de uma análise específica e aprofundada dos campos de História Política e História da Saúde.

2.1 Passo Fundo de outrora: conflitos, urbanização e consolidação da *Capital do Planalto* (fins do século XIX à década de 1950)

Para entender o ambiente em que se situava Nicolau Araujo Vergueiro, optou-se por situá-lo inicialmente no tempo e espaço com um breve histórico do município de Passo Fundo, de fins do século XIX até sua morte em 1956. Se considera essa revisão importante porque o processo de ocupação de terras, seja em forma de povoado, freguesia, vila, cidade e município, possui especificidades que se propagam no tempo e se refletem de alguma forma na memória, cultura e cotidiano dos indivíduos dessa comunidade, devido à dinâmica e complexidade dos processos envolvidos.

Conforme Borges (2014, p.14), "para o historiador, (...), o biografado serve como elemento para compreensão de algo mais amplo que a sua própria vida". Ao encontro desta perspectiva, Duarte (2013) afirma que o sentido valorativo de um acervo pessoal se encontra mais na trajetória da pessoa do que na própria configuração do acervo pessoal. Este subcapítulo se justifica também por ser Passo Fundo o espaço de identificação e movimentação de Nicolau Araujo Vergueiro e por conta das fontes documentais consultadas se reportarem a acontecimentos localizados na região. Da mesma forma, as histórias de seus ancestrais estão imbricadas à história do município, assim como nas histórias políticas municipais, estaduais e nacionais.

Diehl (1998) ressalta que a reconstituição do passado de Passo Fundo e região, por muito tempo esteve vinculada diretamente a três autores: Francisco Antonino Xavier e Oliveira, Jorge Cafruni e Delma Rosendo Gehn. O mesmo autor também defende que, embora o trio não negue a existência de outros autores nesta linha de produção historiográfica, possuem obras que, a seu ver, são excepcionais.

Antes de situar os acontecimentos a partir do século XIX, vale registrar o alerta dado por Kujawa (1998) para o equívoco cometido pela história tradicional de considerar a chegada dos europeus como se fosse o início da sociedade ocidental. Para o autor, é importante levar em consideração a existência dos diversos grupos que iniciaram a ocupação do território sul-americano, como os nativos que aqui existiam quando da chegada dos europeus por volta de 1500, assim como as diversas reorganizações territoriais e políticas ao longo do tempo passado, e os diferentes grupos sociais que influenciaram diretamente ou indiretamente para a construção do município, como os jesuítas e indígenas, bandeirantes e nativos, tropeiros e imigrantes.

Dentre os grupos citados por Kujawa (1998), há os tropeiros, cuja atividade foi exercida por João da Silva Machado, bisavô de Nicolau Araujo Vergueiro, assunto que será retomado mais adiante. Os tropeiros, conforme Knack (2016) constituíam-se de peões de estâncias que na maioria eram caboclos e negros escravizados, e seus chefes, brancos. Kujawa (1998) destaca o papel dos negros e caboclos na estruturação étnica da região de Passo Fundo, cuja história, junto à dos indígenas, inicialmente foi silenciada na historiografia da região. Para Kujawa (1998)

nessa reconstrução histórica tradicional, carregada de uma visão eurocêntrica e preconceituosa, foram distorcidos ou deixados de lado dois elementos importantes. O primeiro diz que os nativos não são considerados os primeiros habitantes desta região e, sim, elementos que faziam parte da paisagem natural, assim como as onças, os tigres e outros animais selvagens e, portanto, deveriam ser conquistados, domesticados ou eliminados para permitir o desenvolvimento da civilização e do progresso que estava sendo trazido pelo branco. Nessa perspectiva, a ação dos indígenas com o intuito de preservar o seu território não é vista como legítima, mas como fruto da ação selvagem e da insubordinação dos nativos, principalmente dos caingangues (também chamados de coroados ou bugres), que resistiam à catequização e à civilização; por isso, deveriam ser perseguidos, caçados e destruídos. [...] Além disso, não é levada em consideração a contribuição dada pelos nativos na construção desta região com o conhecimento do território (caminhos), das riquezas naturais (pinhão, erva-mate), de sua cultura e do seu trabalho na extração das riquezas buscadas pelos luso-brasileiros (KUJAWA, 1998, p. 57).

A origem da ocupação territorial pelo homem branco no local onde fundou-se o município de Passo Fundo ainda que não fosse de forma organizada e contínua, remonta ao início do tropeirismo no século XVIII, quando os tropeiros passavam pelo território para transportar gado, principalmente gado muar (mulas e mulos/burros), num conjunto de milhares de animais a cada viagem, onde levavam notícias e encomendas pelas vilas e colônias onde passavam, liam cartas e paravam para fazer invernadas. A criação e comercialização de mulas era a principal atividade na região sul do Brasil, cujas tropas de gado seguiam até o centro do país para serem comercializadas, com a finalidade de abate para consumo ou servir de transporte, já que as mulas eram adequadas para este tipo de serviço (KNACK, 2016).

Itací de Souza Silva (2011) descreve em sua dissertação de mestrado que o tropeirismo de mulas do sul para o centro do Brasil teve início nas primeiras décadas do século XVIII após o descobrimento de minerais preciosos em Minas Gerais, cujos minerais eram transportados pelo gado muar até os portos. Esta forma de transporte perdurou até a instalação das estradas de ferro e do automóvel que aos poucos substituíram o gado no serviço de transporte (SILVA,

2011). As mulas também eram comercializadas com para o carregamento de açúcar e café, como para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro (BORGES, 2016). O estado do Rio Grande do Sul se tornou o principal fornecedor de gados muares para a região central, através da Feira de Sorocaba, em São Paulo, importante centro comercial de gado naquela época (SILVA, 2011).

Até meados do século XX não havia muitos cercados nos campos, pois o investimento em cercas era caro e o que importava mesmo era o registro de propriedade das terras. A região de Passo Fundo era caminho das tropas que saíam da região de São Borja rumo ao centro do país, passando pelas regiões atuais de Cruz Alta, Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Vacaria, Lages, até Sorocaba, no interior paulista. Quando as tropas partiam do sul do atual Uruguai até o centro do Brasil, o caminho do planalto e o caminho do litoral eram os dois mais utilizados por serem regiões menos acidentadas (FERREIRA, 2002).

Sobre a região de Cruz Alta e Passo Fundo, Borges (2014, p. 56) diz que "esta região era tão importante no mercado interno de animais que, desde o final do século XVIII, havia uma estrada que a ligava diretamente a Sorocaba". Tal estrada, saindo de Cruz Alta,

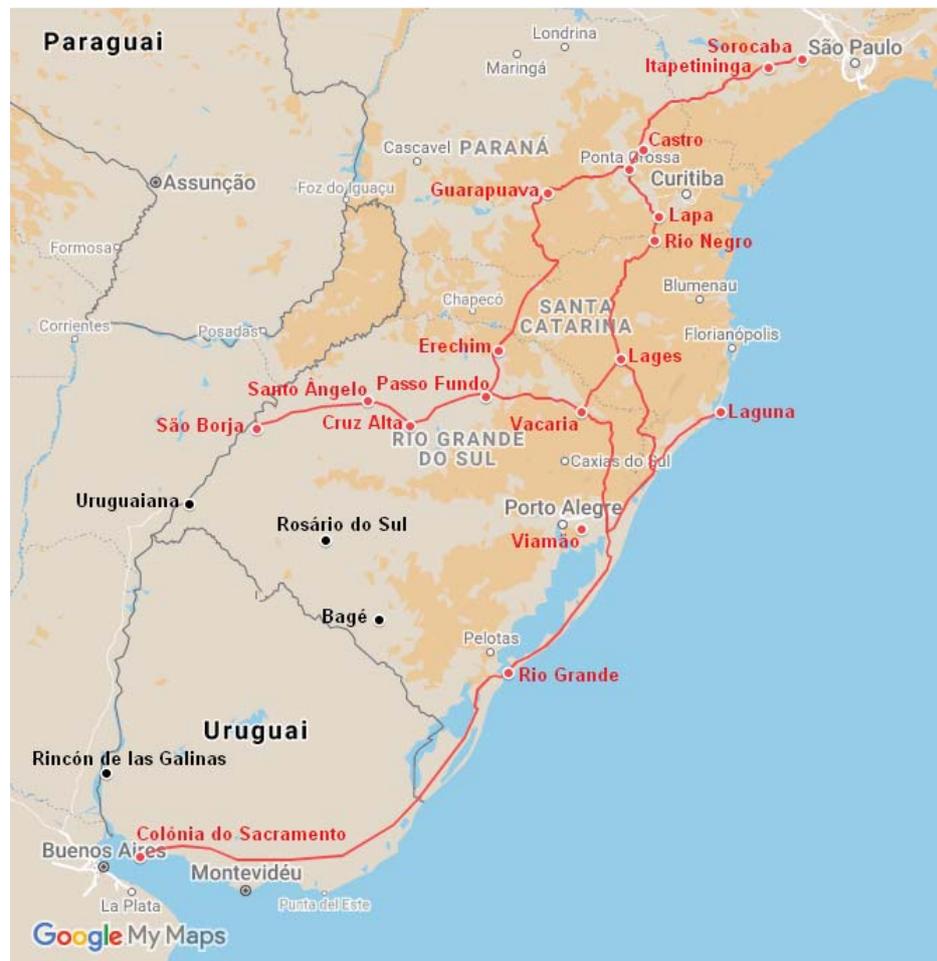
seguia por leste, em direção ao distrito de Passo Fundo, Lagoa Vermelha e Vacaria, tendo ramais ao norte para o distrito da Palmeira, Nonoai e Campo Novo, que se interligavam com as províncias de Santa Catarina e Paraná. Essa estrada, que seguia o sentido norte, atalhava enormemente o caminho das tropas de gado e teve sua abertura concluída em 1846. Partindo da sede de Cruz Alta em sentido leste, mudava a direção do percurso em rumo ao norte, passava por Nonoai e na região do rio alto Uruguai atravessava o passo de Goio-ên. A partir daí, já atalhando enorme caminho, atravessava o território centro-oeste das províncias de Santa Catarina e do Paraná (passando por Palmas e Guarapuava) para encontrar o caminho que prosseguia até Sorocaba (ARAUJO, 2008, p. 34-35).

No caminho das tropas pelo planalto, onde se localiza Passo Fundo, havia pasto em quantidade e qualidade melhor para o gado do que na região litorânea, servindo de bom campo para a engorda nas invernadas, realizadas antes de prosseguir viagem (FERREIRA, 2002). As invernadas "eram fundamentais nas viagens que mobilizavam grandes quantidades de animais, [pois] exigiam muito tempo e desgastavam animais" (BORGES, 2014, p. 66, *grifo nosso*).

Além disso, pelo litoral havia a dificuldade de passagem das tropas no estreitamento de terras na localidade do município atual de Laguna, no estado de Santa Catarina. Os municípios de Santo Antônio da Patrulha e Viamão tem origem justamente nestes corredores de tropas no litoral, pois nestes locais foram criados postos para fiscalização (patrulhas) e pagamento de

taxas dos rebanhos que passavam por ali. Na primeira divisão político-administrativa do Rio Grande do Sul ocorrida em 1809, a então *Capitania do Rio Grande de São Pedro* contava somente com quatro municípios: Porto Alegre, Rio Pardo, Rio Grande e Santo Antônio da Patrulha (FERREIRA, 2002). O território de Passo Fundo nesta divisão ficou compreendido no município de Rio Pardo (OLIVEIRA, 1990b).

Mapa 1 - Caminho das tropas em destaque vermelho (século XIX)



Fonte: Borges (2014, p. 54). Mapa com adaptações realizadas pelo autor.

Em Passo Fundo, a estrada principal de caminho das tropas era o aproveitamento de outra aberta anteriormente pelos indígenas guaranis missioneiros, no tempo de fundação e desenvolvimento das vacarias no século XVII. Nesse tempo a região era habitada sobretudo por indígenas tupi-guaranis e jês que se sustentavam com o plantio de milho, erva-mate, feijão,

mandioca e batata. A extração da erva-mate dos ervais também era uma atividade bastante presente (FERREIRA, 2002).

A ocupação sistemática deste território pelos tropeiros obrigou os nativos a deixarem suas terras e/ou promoveu sua aculturação. Com a chegada e instalação do *homem branco civilizado* à esta região no início do século XIX, os campos aos poucos foram sendo demarcados, estruturados para atender às demandas das primeiras estâncias (KNACK, 2016). Ulrich (2020) lembra que a região do pampa sulino, por exemplo, já havia sido apropriada pelo homem branco no século XVIII através da concessão de sesmarias, obrigando os povos nativos a migrar para mais ao norte da região atual do Rio Grande do Sul, explorando sazonalmente a erva-mate.

João da Silva Machado (1782-1875), titulado *Barão de Antonina*, foi tropeiro antes de ascender à Senador do império. Francisco Antonino Xavier e Oliveira afirma que João da Silva Machado foi “um dos pioneiros do povoamento do território que hoje constitui o nosso município” (OLIVEIRA, 1990b, p. 266), referindo-se a Passo Fundo. Borges (2014) afirma que

Começando suas viagens de condução de animais até Sorocaba por volta dos 18 anos, João da Silva Machado se tornou o maior negociante de animais do Sul na primeira metade do século XIX, fazendo sociedades com pessoas do calibre do empresário Antonio da Silva Prado, o Barão de Iguape. À medida que ia acumulando cabedal através da venda de animais, foi também criando certo prestígio, suficiente para ascender a cargos políticos e administrativos do Império (BORGES, 2014, p. 13, *grifo nosso*).

João da Silva Machado nasceu em 1782 em Taquari, numa região entrecruzada por rotas de gado em direção à Viamão, o que facilitou seu envolvimento com o negócio de tropeirismo. Faleceu de tifo em 18 de março de 1875, com 93 anos. O *Caminho do Sul* ou *Caminho do Viamão*, como também era conhecido, era a principal rota dos tropeiros, que se iniciava na vila de Viamão e ia até Sorocaba (BORGES, 2014). João da Silva Machado “empreendeu diversas viagens à região sul do Brasil e à Buenos Aires e Montevideú, buscando comprar os melhores animais para serem revendidos em uma feira em São Paulo” (BORGES, 2016, p. 208).

Em sua tese de doutorado, Borges (2014) analisa a relação do mercado interno de muares que se estendia desde o lado espanhol até o brasileiro, utilizando como fonte principal os *Registros de Passagem de Animais do Registro de Curitiba*, entre os anos de 1824 e 1829. Conforme o autor, estes apontamentos serviam como uma espécie de pedágio, onde eram

anotados todos os animais passados por estas localidades e sua origem, permitindo compreender a dinâmica das viagens empreendidas pelos tropeiros (BORGES, 2014).

Ao pressentir a escassez de animais e prevendo a alta dos preços das mulas devido à Guerra da Cisplatina (1825 - 1828), João da Silva Machado e seu sócio, Antônio da Silva Prado (*Barão de Iguape*), fizeram duas longas viagens em 1825 e 1826, conseguindo uma fortuna com a taxa maior de lucro (BORGES, 2016). João da Silva Machado ascendeu socialmente através do negócio de mulas até chegar a cargos políticos importantes no interior da estrutura administrativa dos estados que estavam em formação, e após ocupar cargos municipais e estaduais, aos 70 anos de idade "chegou ao cargo de senador, em 1853, um dos mais altos na estrutura política brasileira de meados do século XIX" (BORGES, 2016, p. 224).

Sobre a região de Passo Fundo, Borges (2014) diz que era a que mais produzia muares no século XIX era Cruz Alta e, “possivelmente conhecendo o potencial da localidade, João da Silva Machado adquiriu várias propriedades ali no início do século, posteriormente vendendo algumas” (BORGES, 2014, p. 55-56). O autor sugere que dentre as propriedades, estavam também a Fazenda Sarandi e a Fazenda Bugre Morto, ambas em Passo Fundo, embora o autor não tenha conseguido confirmar por documentos daquela época (BORGES, 2014).

João da Silva Machado obteve a concessão de vastas extensões de terras em 1832 na região de Passo Fundo, que cobria as extensas regiões ainda indevassadas do Bugre Morto, e ainda, organizou a partir de 1834 “depois da entrada de Bernardo Castanho da Rocha, as Fazendas da Sepultura e Sarandi, que abrangiam ainda as atuais, denominadas do Arvoredo e do Cedro e o atual Pontão” (GEHN, 2016c, p. 87).

Por volta de 1826 em diante, João da Silva Machado passou a vender várias propriedades na área do Planalto (centro) e nas Missões (noroeste). De acordo com os registros paroquiais de terras, ele vendeu um campo próximo ao rio Jacuí, no distrito do Botucará, que deveria ter aproximadamente uma sesmaria (algo em torno de 15 mil km²). [...] No distrito da Palmeira, Machado vendeu um campo que media entre 3 a 4 léguas. No distrito de Santo Angelo, onde seu irmão era fazendeiro, ele vendeu uma sesmaria, conhecida como Fazenda Santa Cruz. Todas essas regiões ficavam próximas ou possuíam conexões profundas com Cruz Alta. [...] A posse de uma propriedade em Lages por João da Silva Machado é evidenciada, ainda que indiretamente, por um Auto de Libelo, aberto em 1827, em São José dos Pinhais. Neste documento, Machado é um dos indicados como procurador em Lages, sendo imperativo que ele possuísse residência ali. Sobre a figura do procurador falarei à frente, mas cabe adiantar que ele atuava em nome do outorgante, representando-o em outra região em que o processo pudesse se desdobrar. Para ser nomeado procurador, era necessário ser letrado e residir na região em que estaria representando aquele que o nomeou. Assim, a nomeação de Machado para ser procurador em Lages, evidencia não somente sua residência ali, mas também seu prestígio local, já que poderia atuar frente às autoridades em nome de quem representava (BORGES, 2014, p. 57-58).

Para Borges (2014), as duas Fazendas (Sarandi e Bugre Morto) atribuídas à João da Silva Machado serviam de invernada durante as tropeadas. Após sua morte foram herdadas pelo casal Balbina Alexandrina da Silva Machado (sua filha) e Luís Pereira de Campos Vergueiro, conforme registro no inventário *post-mortem* desse, de 1878, disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) (BORGES, 2014). Além destas duas fazendas, Francisco Antonino Xavier de Oliveira (1990b) afirma que João da Silva Machado também possuía as Fazendas de Arvoredo e de Cedro: “e, embora com residência na Comarca de Curitiba, João da Silva Machado, *Barão de Antonina*, (...), segundo a tradição, aqui possuía, ao tempo, as fazendas de Arvoredo, Cedro e Sarandi” (OLIVEIRA, 1990b, p. 364).

Dentre as terras herdadas pelo casal, a Fazenda Sarandi, “em 1878, já após o fim da grande movimentação da feira de Sorocaba, esta Fazenda possuía 1158 reses e 1656 éguas, num total de 3173 animais. No inventário de Luiz Pereira de Campos Vergueiro a Fazenda Sarandi foi avaliada por 80:000\$182, um valor bastante alto para a época” (BORGES, 2014, p. 66).

Não foi possível apurar quais fazendas permaneceram em posse da família Vergueiro nas primeiras décadas do século XX. “Em 7 de janeiro de 1907 foi vendida a Fazenda do Arvoredo ao Dr. Buenaventura Caviglia, de propriedade dos herdeiros do Tenente-Coronel Furtunato Xavier de Castro (GEHN, 2016a, p. 139). A autora afirma ainda que a Fazenda Sarandi, de propriedade da família Vergueiro, possuía 71.160 hectares (GEHN, 2016a, p. 153).

João da Silva Machado tornou o genro, Luís Pereira de Campos Vergueiro, seu sócio em algumas empreitadas (BORGES, 2014). Luis Pereira de Campos Vergueiro esteve em Passo Fundo por volta de 1847 para resolver questões de posse de terras, atuando como procurador de João da Silva Machado (GEHN, 2016c).

As questões suscitadas pelos posseiros de terra devolutas ganharam intensidade, nesse ano [1846] e no seguinte, pela presença de Fidelis Nepomuceno Prates Júnior (janeiro de 1847), e, mais tarde, de Luis Pereira de Campos Vergueiro, procuradores (advogados) do Barão de Antonina movendo ação contra Constâncio José Rodrigues, Veríssimo Gonçalves da Silva e Joao Floriano Cavalheiro, que haviam se estabelecido nos campos do Bugre Morto, que compreendia o Pontão, a Fazenda da Sepultura e a Fazenda do Sarandi (GEHN, 2016c, p. 152, *grifo nosso*).

Com o tropeirismo frequente na região no início do século XIX, aos poucos o território de Passo Fundo foi recebendo moradores. Francisco Antonino Xavier e Oliveira ao escrever em 1927 sobre os primeiros moradores de Passo Fundo, cita uma carta datada de 9 de outubro

de 1861, além de conversas com seus conterrâneos, e sugere que os primeiros moradores permanentes do território foram Manuel José das Neves, José Joaquim Timbale, Bernardo Paes de Proença, Alferes Rodrigo Félix Martins, Alexandre de Motta, Joaquim Fagundes dos Reis, Adão Shell e Ana Christina Hein (OLIVEIRA, 1990b). O autor destaca que

iniciado em 1827, o povoamento do território passo-fundense pela gente civilizada, nesse mesmo ano, ou no seguinte, chegava a ele, trazendo a família, escravos e gado, o, depois capitão Manuel José das Neves, então conhecido por cabo Neves, tratamento que, (...), lhe proviera de, com essa graduação, ter servido na então recente campanha militar em que se travara o combate do Rosário (OLIVEIRA, 1990b, 254).

O *Combate do Rosário* apontado por Francisco Antonino Xavier e Oliveira, se refere ao confronto entre tropas argentino-uruguayas e brasileiras, ocorrido em 20 de fevereiro de 1827 na localidade do atual município de Rosário do Sul, durante a Guerra da Cisplatina. Mas para d' Avila (1996, p. 51), “é muito improvável que o nosso bravo Cabo Neves estivesse lá”.

Conforme d' Avila (1996), Cabo Neves era paulista, nasceu por volta de 1790 em São José dos Pinhais, distrito de Curitiba, no Paraná. Era de origem humilde e ingressou como soldado num regimento de milícias, quando foi deslocado para a fronteira sul para participar da Guerra da Cisplatina, sob o comando do Coronel Jerônimo Gomes Jardim. Lutou no combate do Rincão das Galinhas (no Uruguai) em 24 de setembro de 1825, localizado na confluência entre os rios Negro e Uruguai, tendo o Brasil sido derrotado nesta batalha e o Cabo Neves gravemente ferido, sendo então recolhido ao quartel de São Borja. Recuperado, com cerca de 40 anos de idade, foi promovido a cabo e solicitou à comandância uma gleba de terras junto ao caminho das tropas, no local próximo ao vau que dava acesso ao Mato Castelhana. Juntou a família e demais agregados e fixou rancho próximo à nascente de um arroio localizado próximo ao corredor das tropas (atual Av. Brasil) entre as atuais Ruas Uruguai e 10 de Abril, onde atualmente está o Chafariz da Mãe Preta. Posteriormente edificou moradia nas imediações da atual Praça Tamandaré, provavelmente por ser um lugar mais alto. Ainda conforme d' Avila (1996), Cabo Neves faleceu antes de 1853 e *entrou para a história*, mas alguns intelectuais, intencionalmente ou não, tem colocado este primeiro morador como uma figura menor na galeria dos notáveis da história municipal (d' AVILA, 1996).

Novos moradores paulatinamente se fixaram nas imediações do território de Passo Fundo. Na estrada principal por onde passavam as tropas, foram sendo construídas casas, comércio, cafés, restaurantes, hotéis etc. Em 28 de maio de 1834, um ano antes do início oficial

dos conflitos armados da Revolução Farroupilha, Passo Fundo passou à condição de 4º distrito de Cruz Alta. Antes, era o 4º quartirão sob jurisdição de São Borja, cujo inspetor era o Capitão Joaquim Fagundes dos Reis (*O NACIONAL*, 07 de agosto de 1973). Enquanto Cabo Neves é considerado o primeiro morador, o Capitão Joaquim Fagundes do Reis é considerado o fundador de Passo Fundo. Segundo Oliveira (1990a), Joaquim Fagundes do Reis

foi o verdadeiro fundador da Vila, porque dele partiu, em 1832, uma subscrição que firmou com mais oito moradores, solicitando licença da autoridade eclesiástica para a criação da capela da povoação, templo esse que vieram a inaugurar em 23 de agosto do ano seguinte, no mesmo local em que está situada a atual Matriz (OLIVEIRA, 1990a, p. 90).

Segundo d' Avila (1996), Joaquim Fagundes do Reis chegou ao povoado em 1830 para ocupar o cargo de comissário daquela área; em 1833 é promovido para o cargo de inspetor do quartirão; e em 1834 é eleito para o cargo de juiz de paz do então distrito Passo Fundo, cargo que acumulava também as funções de delegado de polícia. “Destá forma, Joaquim Fagundes do Reis foi a primeira autoridade nomeada pelo Império do Brasil para localmente administrar as terras e as gentes passofundenses” (d' AVILA, 1996, p. 56). Foi um dos líderes da emancipação de Passo Fundo e eleito vereador da primeira Câmara Municipal após a emancipação (d' AVILA, 1996).

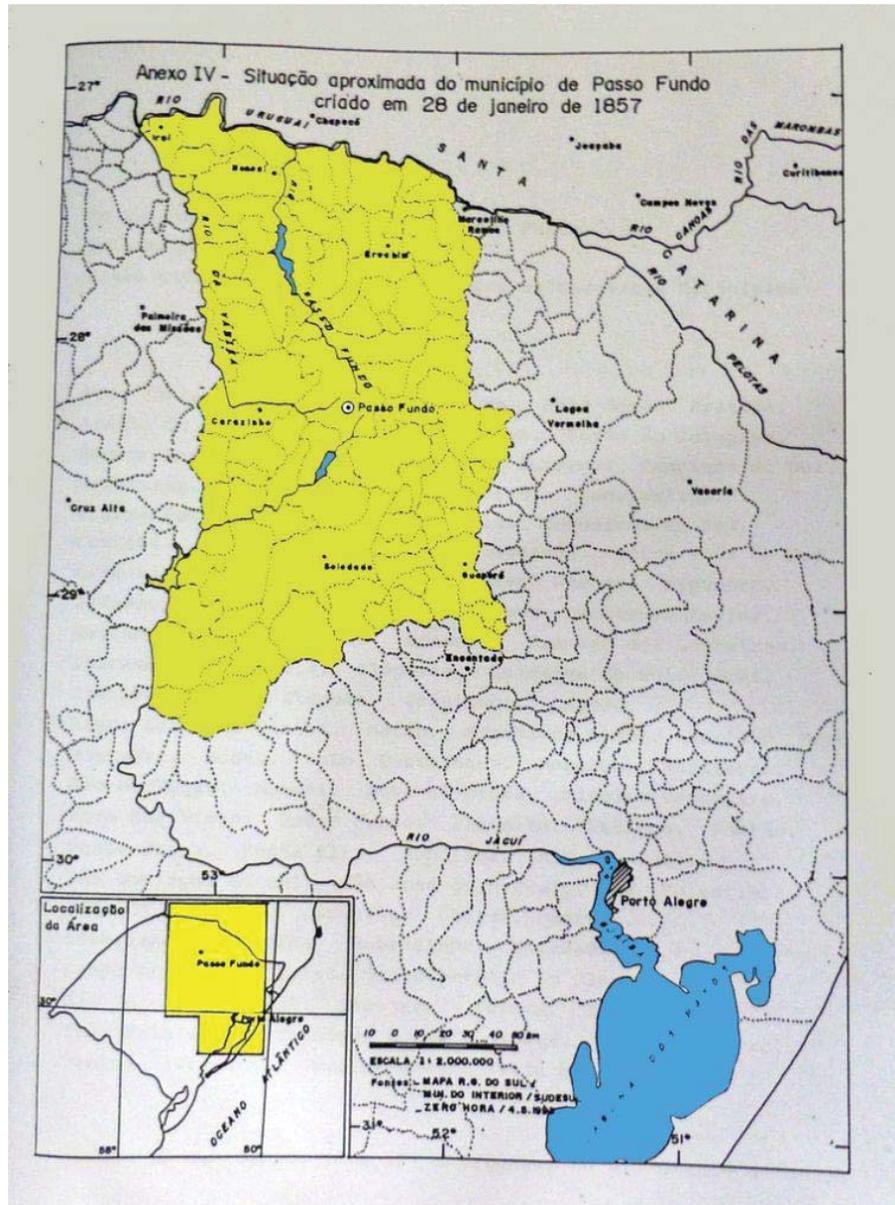
Em 27 de novembro de 1847, através da Lei Provincial nº 99, o distrito de Passo Fundo “passou a constituir-se como freguesia do mesmo município de Cruz Alta” (OLIVEIRA, 1990b, p. 205). A Freguesia é elevada à categoria de município e adquire autonomia político-administrativa, emancipando-se de Cruz Alta através do ato nº 340, de 28 de janeiro de 1857 da Assembleia Provincial, instituindo o município de Passo Fundo, cuja posse dos vereadores na Câmara de Vereadores “foi realizada no dia 7 de agosto e foi presidida por Lúcio Alves de Castro, presidente da Câmara Municipal de Cruz Alta, o qual deferiu o juramento e deu posse aos vereadores efetivos” (OLIVEIRA, 1990b, p. 81).

No período da emancipação de Passo Fundo, Oliveira (1990b) lembra que o novo município abrangia também os territórios de Soledade, Nonoai, Guaporé, Erechim, Encantado, Salto do Jacuí, Carazinho e “a parte do município de Iraí situada na margem direita do rio da Várzea, entre o Uruguai [rio], o arroio dos índios e a divisa setentrional das terras que a estes foram reservadas em Nonoai pelo estado” (OLIVEIRA, 1990a, p. 199). O território original de Passo Fundo, da época em que foi emancipado, era maior do que o atual, pois abrangia mais de

100 municípios que atualmente situam-se ao seu redor, incluindo distritos (hoje, cidades) com elevado número de eleitores, como Não-Me-Toque, que foi reduto eleitoral Nicolau Araujo Vergueiro e lhe concedeu muitos votos até sua emancipação de Passo Fundo em 1931, sendo anexado ao novo município de Carazinho com outros distritos que pertenciam à Passo Fundo e que passaram a ser distritos de Carazinho (DORS, 2016; PRATES, 2001). d' Avila (1996) realizou uma listagem de municípios que em 1996 estavam localizados parcialmente ou totalmente na área do município de Passo Fundo de 1857, “num total de 107 dos 427 existentes no Rio Grande do Sul” (d' AVILA, 1996, p. 23).

Para melhor compreender o vasto território que Passo Fundo possuía, é oportuno observar os diversos mapas geográficos apresentados por Bitencourt; Fioreze; Jorge (2007, p. 111), que trouxeram diferentes mapas das configurações espaciais do município de Passo Fundo, nos anos de 1832, 1857, 1875, 1903, 1918, 1931, 1934, 1939, 1954, 1955, 1963, 1965, 1988 e 1992, organizados pelas autoras com base em documentos da Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, de 2001. A figura seguinte apresenta o território de Passo Fundo em 1857, quando foi emancipado de Cruz Alta.

Mapa 2 - Território de Passo Fundo em 1857



Fonte: *Diário da Manhã*, 2017.

Para se ter uma ideia do tamanho da população de Passo Fundo na época em que foi emancipado, Kujawa (1998) cita que no recenseamento de 1858, um ano após a emancipação, o município possuía 8.208 habitantes. Ao direcionar sua análise à presença de negros em Passo Fundo, o autor cita que deste total, 1.692 eram negros escravizados e 127 eram negros *livres*, comprovando a larga presença de negros desde a fundação do município, e atentando-se para o fato de que muitas vezes não eram registrados escravizados nos dados oficiais, como também

o fato de que a maioria era de analfabetos e foram impedidos de votar durante muito tempo (KUJAWA, 1998).

Esta década da emancipação coincide com a aprovação da Lei de Terras (Lei nº 601/1850), aprovada pela Câmara do Deputados e sancionada por Dom Pedro II. A Lei foi extremamente importante para definição dos espaços territoriais, reformulando o jogo de poderes entre os membros da elite. A partir desta Lei, a aquisição de terras devolutas (pertencentes ao poder público) deveria ocorrer unicamente por meio da compra, ou seja, transformou-se exclusivamente em mercadoria, reajustando o processo de acumulação mercantil entre os mais abastados. Vale destacar que naquele mesmo ano, catorze dias antes da aprovação da Lei de Terras, foi aprovada a Lei Eusébio de Queiroz (Lei nº 581/1850), que proibia o tráfico de escravizados para o Brasil (FERREIRA, 2002), fazendo com que o processo de acumulação de capital nos latifúndios se alterasse progressiva e lentamente.

Mariluci Melo Ferreira (2002) em sua pesquisa analisa a disputa pelo poder local nos campos de cima da Serra (especialmente em Vacaria e Lagoa Vermelha) entre 1850 e 1880, cuja tônica da trama girava em torno da posse de terras. Chama a atenção o fato de que nos processos de medição para regularização e adequação com a nova Lei de Terras (Lei nº 601/1850), ocorreram episódios de sumiço de documentos, como também se observa nas pesquisas de Ferreira (2002) e Christillino (2010).

Ainda sobre o processo de demarcação, Kujawa (1998) afirma que a Lei de Terras (Lei nº 601/1850) permitiu que os imigrantes e birivas (colonizadores que vieram de São Paulo e Curitiba) expropriassem os caboclos e nativos que residiam na região de Passo Fundo,

por essa lei, a terra passou a pertencer a quem reclamasse a sua posse e a legalizasse através da aquisição do *título*. A partir desse momento, os caboclos, por falta de informação ou pela influência que os grandes proprietários exerciam sobre os órgãos oficiais que legalizavam a posse, não conseguiram adquirir o título das terras que ocupavam e passaram a ser considerados intrusos e invasores das propriedades dos latifundiários (KUJAWA, 1998, p. 60-61).

Essa situação de não reconhecimento de posse e por consequência a retirada forçada da terra onde cultivavam seus alimentos, obrigou os caboclos e nativos da região de Passo Fundo a submeterem-se à trabalhos simples nas fazendas dos donos legalizados das terras ou à serviços de biscateiros no comércio da cidade. Essa nova situação deixou-os à margem da estrutura

econômica que crescia na região de Passo Fundo, tornando-os a partir de então, apenas uma simples força de trabalho (KUJAWA, 1998).

Em que pese a interrupção do progresso econômico de Passo Fundo pela Revolução Federalista de 1893, Ferreira; Siqueira (1998) afirmam que a região permaneceu atrasada economicamente até o fim do século XIX, quando em 10 de abril de 1891 o município tem reconhecido seu núcleo urbano e por isso é elevado à categoria de cidade (OLIVEIRA, 1990a, p. 100) e quando é inaugurada a primeira estrada de ferro da região em 8 de fevereiro de 1898, ligando Passo Fundo à capital Porto Alegre, via Santa Maria. Nesta época, Passo Fundo possuía cerca de 16.000 habitantes, com 22 estabelecimentos comerciais. Dentre outras atividades, havia o comércio de erva-mate, fumo, couros e crinas, secos e molhados, e a indústria madeireira, que a partir de 1902 passou a explorar os pinheirais (FERREIRA; SIQUEIRA, 1998). A data em que a Vila de Passo Fundo foi elevada à categoria de cidade, 10 de abril de 1891, foi escolhida por ser a data de aniversário do primeiro chefe local do Partido Republicano Riograndense (PRR):

O então governador da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Fernando Abbot, atendendo solicitação de representações passofundenses, assinou o ato nº. 258, elevando a vila de Passo Fundo à categoria de cidade, data esta que corresponde ao aniversário natalício do Chefe Republicano deste município, Cel. Gervásio Lucas Annes (*O NACIONAL*, 07 de agosto de 1973, *grafia original*).

Conforme lembra Ulrich (2020), é importante esclarecer que nesta época do período imperial a terminologia *município* referia-se ao núcleo de povoamento de um território, somado aos seus distritos. Já os termos *cidade* e *vila* são equivalentes e referem-se ao núcleo sede de um município, sendo que

o único fator que difere uma da outra é a sua proporção, que reflete em seu limite territorial urbanizado. Mas também o título de cidade poderia ser concedido como honra a alguma vila que se destacasse econômica, religiosa, política ou militarmente (ULRICH, 2020, p. 34).

Nesse sentido, a elevação da vila de Passo Fundo para a categoria de cidade não alterou sua organização local, porém cumpriu um papel simbólico na história do desenvolvimento da região (ULRICH, 2020).

Ainda no final do século XIX, em 8 de abril de 1872, houve a autorização para construção de uma linha telegráfica através da Lei Provincial nº 862, “partindo de Cachoeira do Sul, passando por Santa Maria e Cruz Alta e indo terminar na Vila de Passo Fundo” (OLIVEIRA, 1990b, p. 121). Após a autorização, o telégrafo demorou a ser concluído, até que “em 1889, se estendeu ele de Cruz Alta a Passo Fundo” (OLIVEIRA, 1990b, p. 230) e “inaugurando-se, no dia 29 daquele mês [*novembro*], a estação telegráfica da Vila” (OLIVEIRA, 1990b, p. 399, *grifo nosso*). A instalação do telégrafo permitiu a rápida comunicação com as demais cidades do Rio Grande do Sul.

Considerando que a política é uma das áreas em que Nicolau Araujo Vergueiro se projetou, é oportuno reportar alguns aspectos do sistema eleitoral referente ao período de transição da monarquia para a república na virada do século XIX para o XX. Nelson Jobim e Walter Costa Porto publicaram em 1996 uma compilação da legislação eleitoral brasileira em nível federal, desde o século XVI até o ano de 1996 (JOBIM; PORTO, 1996). As inúmeras leis infraconstitucionais, decretos e atos complementares ali mencionados, somados às legislações eleitorais em níveis estadual e municipal, que não estão contempladas na publicação, nos dão uma noção da imensa complexidade eleitoral que vigorou no país.

Dom Pedro II estava há anos sendo pressionado a incluir a votação direta em todos os processos eleitorais do país, até que em 1878 instituiu um gabinete para estudar a reforma eleitoral via reforma constitucional. Em sendo negada pelos senadores essa reforma via constitucional, os legisladores então se reuniram para reformar o processo eleitoral via lei ordinária própria, que se concretizou no Decreto no 3.029 de janeiro de 1881, mais conhecido como *Lei Saraiva* ou ainda, *Lei do Censo* (LEÃO, 2012). Por meio desta Lei foram instituídas eleições diretas para todos os cargos eletivos, com exceção do de Regente. A referida Lei criou pela primeira vez o Título de Eleitor (em substituição ao de qualificação, de 1875); mas os novos critérios fizeram diminuir consideravelmente o número de eleitores, dentre os quais: excluíram-se os analfabetos do direito de votar e se endureceu os critérios censitários, ou seja, aqueles que condicionavam o direito de votar à posse de renda líquida mínima anual (BRASIL, 2009).

Em novembro de 1889 se dá o fim da monarquia e a instauração da república, liderada pelo Marechal Manoel Deodoro da Fonseca. Ainda no governo provisório do Marechal e antes da promulgação da Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891, foi sancionado o Decreto nº 200-A, de 8 de fevereiro de 1890, conhecido como *Regulamento Lobo*. Por este Decreto, somente poderiam votar os homens livres; alfabetizados (que eram minoria) com mais de, comprovadamente, 21 anos – excluídos quanto à idade os casados, oficiais militares, bacharéis,

doutores e clérigos de ordens sacras. Também extinguiu o voto censitário, ou seja, aquele condicionado à posse de renda líquida mínima anual (BRASIL, 2009). Ainda na fase de transição da monarquia para a república, criou-se a figura do Conselho Municipal, que substituiu a Câmara de Vereadores, permanecendo assim até à Revolução de 1930. “Em Passo Fundo, eram sete os membros do Conselho Municipal” (FERREIRA; SIQUEIRA, 1998, p. 72). Após 1930, a função de intendente municipal foi substituída, com alterações em suas atribuições, pela função de prefeito.

Em julho de 1891 a Assembleia de Representantes do Estado (espécie de Assembleia Legislativa Estadual) elegeu Júlio de Castilhos como presidente do Rio Grande do Sul. Em 03 de novembro de 1891 o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca dissolve o Congresso Nacional e instaura o estado de sítio, fato que ficou conhecido como *Golpe de Três de Novembro*, e renuncia no dia 23 daquele mês, assumindo o vice, Marechal Floriano Peixoto. Como consequência desse fato, em Porto Alegre ocorre um movimento da oposição que acaba por destituir Júlio de Castilhos da Presidência do Rio Grande do Sul, passando o estado a ser governado por uma Junta Governativa entre 1891 a 1892.

No período em que o Rio Grande do Sul foi governado pela junta provisória, o município de Passo Fundo também foi governado por duas juntas provisórias e um intendente provisório. Oliveira (1957b) explica como foi a troca de governantes municipais desde a queda da monarquia: entre 15 de novembro de 1889 até 15 de novembro de 1891 o município de Passo Fundo teve uma junta governativa composta por Gabriel Bastos, José Pinto de Moraes e Jerônimo Lucas Annes. Destes, o terceiro solicitou exoneração, sendo substituído em julho de 1890 por Benjamin Lopes de Oliveira. Após ser votada a primeira Lei Orgânica do município de Passo Fundo em 15 de novembro de 1891, foi considerado extinto o mandato daquela primeira junta. Em substituição, foi nomeado provisoriamente como Intendente o Tenente-Coronel José Pinto de Moraes. No ano seguinte, por Decreto de 1º de março de 1892 do governo provisório do estado do Rio Grande do Sul, por meio do General Domingos Alves Barreto Leite, presidente do estado em exercício, é nomeada uma nova Junta Governativa para o município de Passo Fundo, composta por Amâncio de Oliveira Cardoso, Major Antônio Prestes Guimarães, João Issler, Tenente Crispim José de Quadros e Jerônimo da Costa e Silva. Esta Junta foi dissolvida em junho de 1892, momento que marca a retomada do poder pelo PRR no estado, ao que Oliveira (1957b) chamou de *Contra-Revolução*.

Em julho de 1892, Vitorino Monteiro, presidente do Rio Grande do Sul, nomeou para o município de Passo Fundo, “Frederico Guilherme Kurtz, primeiro intendente constitucional, nomeado pelo governo do estado a 29 de julho e empossado a 16 de agosto, ainda em 1892.

Serviu até 16 de abril de 1893” (OLIVEIRA, 1990b, p. 330), sendo sucedido por Gabriel Bastos, nomeado em 17 de abril de 1893, depois João Gabriel de Oliveira Lima, e posteriormente pelo Coronel Gervasio Lucas Annes, nomeado em 16 de dezembro de 1893.

Não foi possível determinar se a nomeação de Frederico Guilherme Kurtz, ocorreu através de uma eleição ou se foi uma decisão monocrática do presidente do estado do Rio Grande do Sul, embora tudo aponte para a segunda alternativa, já que Oliveira (1990b, p. 179) considera que o primeiro intendente eleito em Passo Fundo foi o Coronel Gervasio Lucas Annes⁸ em 1896. Gervasio Lucas Annes já exercia a função de intendente desde 1893.

A Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891 havia concedido mais liberdade aos estados e municípios em relação aos processos eleitorais. Naquele mesmo ano, em 14 de julho de 1891, foi promulgada a primeira Constituição Estadual do Rio Grande do Sul. Nela se determinou que o Poder Executivo dos municípios seria exercido por um intendente municipal, eleito com mandato remunerado de quatro anos, cuja prática permaneceu até à Revolução de 1930 (FERREIRA; SIQUEIRA, 1998). Conforme Oliveira (1990b)

o Intendente receberia uma remuneração pecuniária correspondente ao cargo, a qual seria fixada pelo conselho na última sessão anterior a cada período administrativo. A remuneração do primeiro intendente seria fixada na primeira sessão ordinária do conselho (OLIVEIRA, 1990b, p. 324).

Em 1904 a Lei Federal nº 1.269 de 15 de novembro de 1904, conhecida como *Lei Rosa e Silva*, regulou a cassação de mandatos e os recursos judiciais referentes ao processo eleitoral. A Lei definiu que o voto seria secreto, mas que fosse permitido ao eleitor votar descoberto. O Rio Grande do Sul, desde a Lei Estadual nº 18 de 12 de janeiro de 1897 do governo de Júlio de Castilhos, já seguia o modelo do voto descoberto, sob justificativa de evitar a corrupção eleitoral. O eleitor recebia duas cédulas: uma para colocar na urna e outra para levar consigo, ambas datadas e rubricadas pelos mesários (BRASIL, 2009). Esta Lei Federal de 1904 não foi bem recebida pelo presidente do Rio Grande do Sul à época de sua aprovação, Borges de Medeiros. Em mensagem presidencial de 20 de setembro de 1905, Borges de Medeiros a considerou inconstitucional e “atentatória à autonomia regional, pressuposto básico do regime

⁸ Nas fontes consultadas para esta pesquisa há diferentes grafias para o nome de Gervasio Lucas Annes, nas quais se encontram variações com a letra “z” e/ou sem acento na letra “a”. Para esta pesquisa padronizou-se a grafia com a letra “s” e sem acento na letra “a”, conforme consta dos *Relatórios da Intendência Municipal de Passo Fundo* do início do século XX durante sua gestão à frente do Executivo Municipal. Variações da grafia eventualmente estão em citações diretas, cuja grafia original da fonte consultada foi mantida.

federativo, contestando a competência do Congresso Nacional para legislar sobre as eleições para os cargos municipais e estaduais” (AXT, 2001, p. 12). Nesta época as eleições não eram muito fiscalizadas, ao ponto que Gunter Axt (2001) afirma que “às vésperas de cada eleição, editavam-se leis estaduais e municipais que revisavam as listas de eleitores qualificados para o exercício do voto, existindo, portanto, relações de eleitores estaduais, federais e municipais” (AXT, 2001, p. 12).

Em meio à essa complexa e dinâmica rede de normativas eleitorais, vale apontar também, que a partir do estabelecimento da república, consolidou-se no país algumas práticas nas relações de poder. No âmbito federal, a prática entre o poder nacional e os poderes estaduais ficou conhecida como *Política dos Governadores*, por meio da qual o poder federal e os poderes estaduais buscavam harmonizar seus relacionamentos com apoios mútuos, sem intervirem em suas áreas específicas de atuação, se baseando na Constituição Federal de 1891. No âmbito dos poderes estaduais e municipais predominou à época o fenômeno do coronelismo, uma estrutura de poder por meio do qual os coronéis, com apoio do poder estadual, ascendiam e/ou se mantinham no poder municipal através do clientelismo (troca/compra de favores) ou mandonismo. Quando o poder não era exercido utilizando-se da compra ou do medo da população, os coronéis se utilizavam de seu carisma e liderança para manterem-se no poder (BRASIL, 2009), típico do caudilhismo.

Knack (2016, p.199) afirma que “é preciso observar o posicionamento de alguns autores para esclarecer as diferentes posições sobre o conceito de coronel e coronelismo”, o que permite afirmar que esse alerta também é válido para compreender os distintos significados de cada um destes ismos, característicos da área de história política. A forma de relação para ascender ou se manter no poder, baseada no coronelismo, propiciava que os ocupantes dos cargos de mando fossem oriundos da área militar, o que contrasta com a figura de um médico diplomado, oriundo da academia, que ascendeu ao poder político, como Nicolau Araujo Vergueiro - embora essa análise não deva ser vista de forma simples e isolada, visto que Vergueiro, além de médico também era um estancieiro com muitas terras, integrante da elite regional e com familiares em cargos políticos importantes, como seu tio, Gervasio Lucas Annes.

Para Carvalho (1998, p. 131 - 132), o coronelismo surge a partir do federalismo implantado pela república, em substituição ao centralismo imperial, aliado à decadência econômica dos fazendeiros brasileiros. Nesse sentido, o autor considera o coronelismo como sendo um "sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da república, envolvendo compromissos recíprocos" (CARVALHO, 1998, p. 131).

o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao Presidente da República em troca de reconhecimento por parte deste de seu domínio no estado. O coronelismo é fase do processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. O coronelismo não existiu antes dessa fase e não existe depois dela. Ele morreu simbolicamente quando se deu a prisão dos grandes coronéis baianos, em 1930. Foi definitivamente enterrado em 1937, em seguida à implantação do Estado Novo e à derrubada de Flores da Cunha, o último dos grandes caudilhos gaúchos (CARVALHO, 1998, p. 132).

Prates (2001, p. 54) afirma que em quase todo o século XIX a disputa política envolveu basicamente dois partidos, o Partido Liberal e o Partido Conservador. Logo após a queda da monarquia, os antigos partidos monarquistas se dissolveram e prevaleceram então, os partidos regionais, controlados pelas oligarquias e pelos grupos políticos dos estados.

Oliveira (2018) indica que no Brasil os partidos políticos passaram a existir oficialmente a partir de 1837, quando grupos contrários e a favor das políticas adotadas durante a Regência se organizaram em dois partidos: o Partido Liberal e o Partido Conservador. A principal divisão entre os dois partidos ocorria em relação à centralização/descentralização do governo. Alguns temas eram de posições diversas dentro dos próprios partidos, como escravidão, direitos políticos, propriedade da terra. Os dissidentes dos partidos dissolveram-se e fundaram outros partidos menores no decorrer do século XIX, quando por fim, ao final do século XIX os dois partidos imperiais extinguem-se (OLIVEIRA, 2018, p. 96 - 97).

No Rio Grande do Sul destaca-se para esta pesquisa dois partidos políticos fundados durante a transição da monarquia para a república, os quais exerceram oposição entre si, o PRR, fundado em 1882, e o Partido Federalista do Rio Grande do Sul (PF-RS), fundado em 1892. Com a proclamação da república em 1889, o PRR assumiu o governo do Rio Grande do Sul, permanecendo na liderança até 1928, com uma breve interrupção desta liderança no período em que o estado foi governado por uma junta governativa (OLIVEIRA, 2018, p. 100 - 101).

Com o encerramento da revolução em 1895, o PRR castilhistas passa a atuar como partido de um sistema partidário, na prática, não competitivo, baseado no coronelismo e na fraude eleitoral, tendo vencido todas as eleições para presidente da Província e mantido a totalidade ou quase totalidade das cadeiras na Assembleia de Representante por um período de 30 anos (OLIVEIRA, 2018, p. 101).

Em 1928 o Partido Federalista é extinto e dá origem ao Partido Libertador (PL-RS). No ano seguinte, em 1929, o PL-RS e o PRR se aproximam e juntos formam a coligação partidária chamada Frente Única Gaúcha (FUG), como base para a candidatura de Getúlio Vargas no ano seguinte, pela Aliança Liberal, à qual se apoiou o Partido Democrático Nacional (PDN) (OLIVEIRA, 2018, p. 103 - 104). Esta união partidária, com suas convicções iniciais teve curta duração, pois em 1932 houve estresse entre seus membros em relação à Revolução Constitucionalista. Membros do antigo PRR desassociam-se da FUG e formam o Partido Republicano Liberal do Rio Grande do Sul (PRL-RS), capitaneado por Flores da Cunha e Osvaldo Aranha (OLIVEIRA, 2018, p. 104 - 105). A liderança do PRR no estado sempre foi contestada pela oposição, cujas tensões geravam violência e resultaram em duas guerras civis: a Revolução Federalista (1892 – 1895) e a Revolução de 1923.

Conforme Prates (2001), os fundadores do PRR no Rio Grande do Sul começaram a se organizar a partir de 1870 e possuíam características diferentes da elite política da época: eram geralmente jovens com instrução superior, sem experiência partidária anterior, na sua maioria provenientes da região norte do estado, de ocupação recente, mais pobre do que a região da campanha, portadores de ideias positivistas que estavam em voga no Brasil, e claro, como o próprio nome diz, contrários ao regime monárquico. A partir de “células de atuação e propaganda, foram fundados clubes (em 1876, o de Palmeira; em 1878 o de Porto Alegre; em 1881, o de São Borja; em 1882, o de Santa Maria; o de Jaguarão e o de Passo Fundo, em 1889) e núcleos” (PRATES, 2001, p. 55).

Antes da proclamação da república, em 1889, o Partido Liberal foi “o mais influente no estado, dominando a Guarda Nacional, o Legislativo Provincial e a maioria dos governos municipais” (RECKZIEGEL, 2007, p. 23), e em Passo Fundo, "até 1878, o Partido Liberal representava a quase unanimidade do eleitorado, sendo raríssimos os conservadores" (OLIVEIRA, 1990b, p. 169). Entre 1872 e 1889, Passo Fundo teve três políticos na Assembleia Legislativa Provincial que atuaram em várias legislaturas, dentre os quais, dois filiados ao Partido Liberal. “Foram eles: o Major Antonio Ferreira Prestes Guimarães e o Dr. Candido Lopes de Oliveira, eleitos pelo Partido Liberal, e o advogado Gervásio Lucas Annes, pelo Conservador” (OLIVEIRA, 1990b, p. 170, *grafia original*).

Embora o PRR tenha sido criado oficialmente em 1882 no Rio Grande do Sul, foi somente em 1889 que o partido se organizou em Passo Fundo, pelos dissidentes do Partido Liberal, aliados aos membros do Partido Conservador (PRATES, 2001, p. 56), com importante participação do Coronel Gervasio Lucas Annes, sendo este, “o primeiro chefe republicano de

Passo Fundo, juntamente com dois Oficiais da Guarda Nacional que haviam participado da Guerra contra o Paraguai, o Coronel Francisco Marques Xavier e o Major Lucas José d' Araujo" (PRATES, 2001, p. 57).

Ulrich (2020, p. 11) aponta que uma das primeiras manifestações do PRR em Passo Fundo ocorreu ainda nos anos 1870 no Clube do Toco de Vela, onde jovens da cidade discutiam ideias republicanas, que resultaria na criação do jornal *Echo da Verdade* em 1890, dirigido por Gervasio Lucas Annes. Conforme d' Avila (1996), "naquela época, os rapazes do *toco de vela* também faziam comícios na porta da ferraria de Tomás Canfield, próxima à marcenaria do Reichmann" (d' AVILA, 1996, p. 116). Portanto, embora Gervasio Lucas Annes não tenha sido nomeado o primeiro intendente municipal de Passo Fundo do período republicano, é notável a sua forte participação e atuação política na região norte do Rio Grande do Sul, representada principalmente pela fundação e chefia do PRR local, assim como pelas diversas legislaturas estaduais e municipais em que representou Passo Fundo no período imperial e republicano.

O Coronel Gervasio Lucas Annes (1853 - 1917) nasceu em Cruz Alta e aos 17 anos de idade foi morar em Passo Fundo. Em 1878 casou-se com D. Etelvina Emília Schell de Araujo, tia de Nicolau Araujo Vergueiro. Depois da morte de sua esposa, casou-se com D. Ambrosina Pinto de Moraes, prima de Vergueiro. Com a proclamação da república em 1889, tornou-se chefe do PRR de Passo Fundo, permanecendo nessa função até sua morte em 4 de abril de 1917. Foi Intendente Municipal de Passo Fundo por três mandatos pelo PRR (1893–1896; 1897–1900; 1908–1912); membro da Assembleia Estadual Constituinte de 1891; Deputado Estadual pelo PRR (1891-1900; 1905-1908) e presidente do PRR de Passo Fundo de 1889 (quando foi indicado por Júlio de Castilhos) até 1917 e chefe local das forças republicanas na Revolução Federalista (PROJETO PASSO FUNDO, 2021b).

Após a explanação sobre o panorama político e eleitoral do início da república do Brasil, com destaque ao papel do Coronel Gervasio Lucas Annes na política regional e no PRR local de Passo Fundo, voltamos a atenção para outros aspectos relacionados à urbanização e consolidação da *Capital do Planalto*, mas agora vinculados à política regional pós-monarquia.

Habitualmente se publicavam nos jornais locais os resumos dos *Relatórios da Intendência Municipal de Passo Fundo*. Para se ter uma noção do núcleo urbano de Passo Fundo no início do século XX, o *A Federação* publicou em edição de 15 de fevereiro de 1904, o resumo do *Relatório Anual da Intendência de 1903*, informando que naquele momento, Passo Fundo possuía: 28.564 cabeças de gado vacum e 7.560 cabeças de gado cavalari e muar; sem considerar as pequenas criações inferiores a dez cabeças de gado. Além disso, o resumo prossegue: 63 casas de negócio de 1ª, 2ª e 3ª classe; 17 casas de quitandas; dois hotéis; duas

casas de bilhares; duas farmácias; três açougues; uma padaria; duas barbearias; uma cervejaria; uma empresa colonial; sete curtumes; sete sapatarias; quatro lombilharias; quatro marcenarias; seis ferragens; uma funilaria; três ourivesarias; cinco alfaiatarias; uma tipografia; um engenho de movimento animal, 12 hidráulicos e uma a vapor; duas olarias; uma fotografia; três agências de exportação; nove moinhos hidráulicos; duas atafonas; uma selaria; dois advogados; um agrimensor; um médico; oito cartórios; dez carpinteiros; e dez pedreiros (*A FEDERAÇÃO*, 15 de fevereiro de 1904, p.2).

Conforme Ulrich (2020, p. 23), uma ferramenta utilizada pelo poder público para ordenar as práticas sociais e melhoramentos na vila de Passo Fundo era a publicação do *Código de Posturas*, com orientações sobre o aformoseamento e melhoramento da vila, bem como condutas morais que os cidadãos deveriam seguir, sob pena de punições. Era utilizado também para projetar ideias de *modernidade*. Antes da emancipação, a população da região de Passo Fundo – assim como do geral dos municípios - seguia o *Código de Posturas* de Cruz Alta, até que em outubro de 1857, no mesmo ano de emancipação, foi organizado o primeiro *Código de Posturas* de Passo Fundo, tendo sido aprovado somente em 1860, o que proporcionou maior autonomia à Passo Fundo. Esta forma de regulação social através dos códigos de posturas permaneceu ao menos até 1950 (PASSO FUNDO, 1950).

A construção da estrada de ferro e conseqüentemente a chegada do trem em 1898 deram um novo impulso ao desenvolvimento econômico e social da região de Passo Fundo. Nos anos que se seguiram, houve a expansão das linhas férreas, que além da ligação com Santa Maria-Porto Alegre, foi inaugurada a linha férrea ao norte de Passo Fundo, em 1910, indo até o município de Marcelino Ramos, situado às margens do Rio Uruguai, criando uma linha direta entre Passo Fundo e São Paulo. Gradativamente, o sentimento de progresso e modernização avançou no meio social (ULRICH, 2020, p. 40).

As ruas e praças são calçadas e arborizadas, a criação de animais soltos é coibida, surge a necessidade de investir em iluminação pública e linhas telefônicas. Não se permite mais a passagem de tropas pela antiga "rua das Tropas", que muda de nome junto com as mudanças na cidade, passando a chamar-se Avenida Brasil. O centro da cidade desloca-se para o entorno da via férrea e, ao redor da praça Marechal Floriano se constitui um importante centro comercial e cultural, composto por casas de comércio, hotéis, cinemas e cafés. [...] O antigo local de passagem de tropas e muares, a cidade de Passo Fundo, não deixou de ter essa presença, ainda que com o estabelecimento da ferrovia. A passagem de tropas pelas antiga "Estrada das Tropas" (posteriormente rua do Commercio e Avenida Brasil) só foi proibida totalmente em 1928, pelo intendente Nicolau Araújo Vergueiro (ULRICH, 2020, p. 13-14; 58).

Entre 1910 e 1920 na área da saúde municipal de Passo Fundo, houve um movimento político e sanitário vinculado ao surgimento de algumas doenças que causaram surtos epidêmicos locais, além da pandemia mundial causada pela doença conhecida como *gripe espanhola*. Há registros, especialmente nos *Relatórios da Intendência Municipal de Passo Fundo*, de “incidência significativa da tuberculose, difteria, pneumonia, varicela, varíola, febre tifoide, dentre outras” (ROSA, 2007, p. 35). Nesse contexto é que foram fundadas as duas instituições hospitalares mais importantes da região, o Hospital de Caridade de Passo Fundo em 20 de julho de 1914 (ROSA, 2007, p. 67) e o Hospital São Vicente de Paulo em 24 de junho de 1918 (ROSA, 2007, p. 87), este último, com funcionamento a partir de 29 de dezembro de 1918 (OLIVEIRA, 1919).

No início de 1920 o comércio de Passo Fundo teve um crescimento econômico exponencial com a chegada de novos imigrantes. Para Kujawa (1998, p. 61) “o comércio recebeu forte impulso com a chegada dos imigrantes judeus que se estabeleceram em Passo Fundo a partir da década de 1920 e se ocuparam centralmente dessa atividade econômica”. Ainda neste período, Jacomelli (2011) afirma que ocorreu em Passo Fundo um processo de expansão das rodovias que foram construídas perto das ferrovias, mas que o espaço rural de Passo Fundo não viu de perto esse avanço no modal rodoviário, já que na década de 1930 as regiões rurais de Passo Fundo “ainda estavam carentes de vias de comunicação e transporte” (JACOMELLI, 2011, p. 200). Somente em 1956 “Passo Fundo e Erechim fortaleceram-se como nós de uma rede viária ligando o Rio Grande do Sul com São Paulo e Rio de Janeiro, com alcance além do regional, ou seja, inter-regional” (JACOMELLI, 2011, p. 206).

Na década de 1930 se destaca o aumento considerável na produção de milho, trigo, extração de madeira e erva-mate no município de Passo Fundo, devido às vias ferroviárias e rodoviárias em construção que permitiram melhor escoamento da produção. Nesta década se intensificam a estrutura e atuação dos frigoríficos e matadouros da região, abrigando um dos maiores do Rio Grande do Sul (KNACK, 2016).

A década de 1940 consolida a cidade de Passo Fundo como central na região norte do estado, como afirma Eduardo Knack (2016). Para o autor, o que exemplifica essa afirmação é o impulso no crescimento populacional na cidade, em especial da área urbana, e a afirmação local como um entroncamento rodoferroviário interligando-se às grandes cidades, o que estimulou o crescimento da atividade agroindustrial. Por outro lado, houve constantes emancipações de territórios que pertenciam ao município de Passo Fundo. Em que pese as perdas de território, Knack (2016) afirma que Passo Fundo adentrou a década de 1950 com a economia em pleno crescimento (KNACK, 2016).

Ao final da década de 1940 e início de 1950, no campo político, ocorre uma reorganização político-partidária promovida pela abertura democrática de 1946. É neste período que surge o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a liderança de César Santos em Passo Fundo, assim como surge a diretiva local do Partido Social Democrático (PSD) em Passo Fundo, sendo Nicolau Araujo Vergueiro um de seus fundadores e posterior presidente. Surge também a União Democrática Nacional (UDN) e o retorno à legalidade do Partido Comunista do Brasil (PCB) (DORS, 2016).

A década de 1950 foi o auge do sentimento de progresso e modernização que vigorava no país inteiro, desde a virada do século, não sendo diferente em Passo Fundo, os chamados *Anos Dourados*. Em 1957 houve as festividades em comemoração ao centenário da emancipação de Passo Fundo. Knack (2016) analisou as relações entre industrialização e urbanização presentes nas publicações da comemoração do centenário de Passo Fundo e destacou as noções de progresso e desenvolvimento, típicos daquela época. Reforçava-se o imaginário da cidade enquanto *Capital do Planalto* norte do Rio Grande do Sul. Dentre os resultados de sua análise, quanto aos primeiros grupos de ocupantes do território (indígenas, caboclos e escravizados), “que constituíram elemento populacional significativo na fundação do povoado nas primeiras décadas do século XIX, grupos que não aparecem nas publicações e representações da cidade em 1957” (KNACK, 2016, p. 255), cuja ausência evidencia a história silenciada destes grupos sociais já em 1957, como já havia alertado Kujawa (1998).

Nas décadas dos anos 1950 e 1960 ocorreram eventos, em termos de desenvolvimento urbano e político, que contribuíram para a criação e expansão do ensino superior em Passo Fundo, bem como para a ampliação e melhoria na área de saúde regional, por meio da criação de cursos superiores na área de saúde, como Medicina, Odontologia e Enfermagem.

Em termos de desenvolvimento urbano de Passo Fundo, como pano de fundo para as transformações na educação superior, se pode sublinhar a intensificação do saneamento, a industrialização, urbanização (ZANOTTO, 2018, p. 2, *mimeo*), cujos fatores reforçavam a noção da cidade ser a *Capital do Planalto* e contribuiu, de certa forma, para a migração das comunidades rurais para a cidade. Destaca-se ainda, a ampliação de redes elétricas, a execução de 40 mil m² de calçamento, 56 mil m² de asfaltamento, e o acordo entre a Mitra Diocesana e a prefeitura municipal quanto aos alvarás de terrenos (chamados terrenos foreiros) que permitiu a legalização das edificações que tinham sido construídas naqueles espaços (AMBROS; CANTÚ; SIQUEIRA, 1998). Além desses eventos, ainda nos anos 1950,

foi criado o Hospital Municipal, inaugurado um novo aeroporto, instalada a Diocese de Passo Fundo, criada a Rádio Municipal, instituído o Corpo de Bombeiros, fundados o Conservatório de Música e o curso de Belas Artes (ambos por iniciativa da prefeitura em parceria com o Rotary Club), inaugurado o CTG Lalau Miranda, instituído o Centro de Estudos Históricos de Passo Fundo (que mais tarde originaria o Instituto Histórico), entre tantas outras ações que transformaram profundamente a cidade (ZANOTTO, 2018, p. 2, *mimeo*).

Estas transformações urbanas, culturais e políticas, acompanharam as preocupações quanto à formação profissional dos cidadãos locais e conduziu os esforços coletivos em direção à criação das duas primeiras Faculdades na década de 1950: a Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo (SPU), criada em 1950, e o Consórcio Universitário Católico (CUC), criado em 1956. Posteriormente, depois de muitas tensões políticas nas décadas de 1950 e 1960, ocorre a fusão dessas duas instituições e assim surge a FUPF, em 28 de junho de 1967 (ZANOTTO, 2018, p. 26 – 27, *mimeo*). O esforço coletivo para a criação da UPF será retomado mais adiante em subcapítulo específico, por ser a instituição custodiadora do acervo pessoal de Nicolau Araujo Vergueiro. Após a explanação do ambiente que em se situou o personagem, vamos investigar a sua trajetória médica e política.

2.2 A forja de um líder: Nicolau Araujo Vergueiro, médico e político

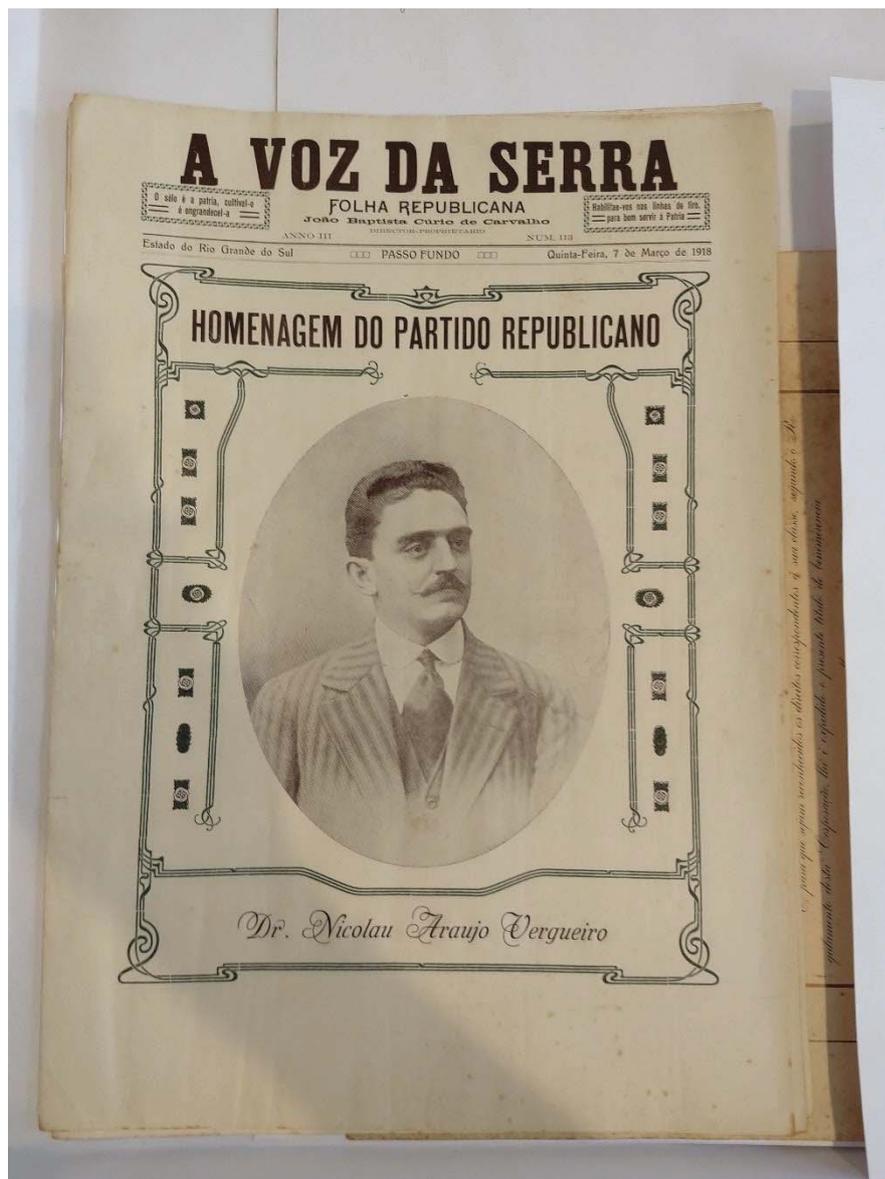
Nicolau Araujo Vergueiro foi agraciado em diversos momentos pelas mais variadas formas de homenagem, como no nome de uma colônia que posteriormente transformou-se em cidade⁹, de uma escola estadual, bustos, praças, ruas, edifícios, galerias, medalhas, vila, dentre outros, que expressam sua memória na sociedade (DORS, 2016). Diversos símbolos destinados a presentificar sua ausência, cuja trajetória se notabilizou pela sua atuação política e médica.

Nicolau Araujo Vergueiro nasceu em Passo Fundo em 07 de março de 1882 e faleceu em Passo Fundo em 16 de março de 1956, por um mal súbito aos 74 anos de idade (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 7 de agosto de 1973). Teve uma esposa, Jovina Leite Vergueiro (antes, Jovina Desessards Leite), que teria nascido no dia 2 de março de 1885, conforme apontou Vergueiro

⁹ O atual município de Nicolau Vergueiro foi criado pela Lei Estadual nº 9.544 de 20 de março de 1992, ao emancipar o distrito de mesmo nome que pertencia ao município de Marau (RIO GRANDE DO SUL, LEI 9.544/1992). Antes do distrito Nicolau Vergueiro receber esse nome, teve outros. Gehn (2016a, p. 271) afirma que em 9 de março de 1939 foi mudado o nome da Colônia Weidlich para Nicolau Vergueiro, em obediência ao programa da nacionalização.

em seus *Cadernos de Memórias* (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 097 – In Memoriam*) e falecida em 16 de junho de 1958¹⁰, cujo casamento entre os dois ocorreu em 11 de janeiro de 1906. Com ela tivera dois filhos, Ruy Vergueiro e Maria Vergueiro.

Figura 1 - Nicolau Araujo Vergueiro na capa do jornal *A Voz da Serra*, por ocasião da passagem de seu aniversário (1918).



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Regional (AHR-PPGH/UPF). Foto do autor.

¹⁰ A data de falecimento de Jovina Desessards Leite se baseia no livro de anotações que inicialmente pertenceu à Maria Urbana Desessards Leite, sua mãe, disponível no acervo pessoal de Nicolau Araujo Vergueiro. Outrossim, recortes de jornais anunciando o falecimento de Jovina também estão presentes no acervo.

Os pais de Nicolau Araujo Vergueiro, João de Campos Vergueiro e Carolina de Araujo Vergueiro casaram-se em 16 de julho de 1879 (VERGUEIRO, [s.d.]) e geraram três filhos: Nicolau Araujo Vergueiro, Emília (falecida na infância) e Izaura Vergueiro Silveiro.

João de Campos Vergueiro nasceu em 18 de setembro de 1847 na cidade de São Paulo e faleceu em 15 de agosto de 1892. Aos nove anos de idade foi estudar na Alemanha e chegou em Passo Fundo por volta de 1874 (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 24 de agosto de 1952) na Fazenda Sarandi. Foi capitão militar e vereador de Passo Fundo, eleito no pleito de outubro de 1876, exercendo a presidência da Câmara de Vereadores de Passo Fundo no quadriênio 1877 - 1880, pelo Partido Liberal (OLIVEIRA, 1990b, p. 131; 324), função equivalente à de intendente municipal naquela época. É filho de Luís Pereira de Campos Vergueiro e Balbina Alexandrina da Silva Machado.

Balbina Alexandrina da Silva Machado é filha do tropeiro e Senador Imperial João da Silva Machado (*Barão de Antonina*). Balbina se casou com o Tenente-Coronel Luís Pereira de Campos Vergueiro, que por sua vez era filho do também Senador Imperial Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Este casal (Balbina e Luís) formado pelos filhos dos dois senadores, são os avós paternos de Nicolau Araujo Vergueiro (BORGES, 2014; DORS, 2016).

A mãe de Nicolau Araujo Vergueiro, Carolina de Araujo Vergueiro (antes, Camila Schell de Araujo), teria nascido em 17 de julho de 1862 (VERGUEIRO, [s.d.]) e falecido em 09 de março de 1900 (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 097 – In Memoriam*). É filha do Capitão Manuel José de Araujo e de Emília Schell de Araujo (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 24 de agosto de 1952). O Capitão Manoel José de Araújo também foi político, além de juiz de paz. Foi o vereador mais votado em 1857 e por isso, presidente da câmara (cargo equivalente ao de intendente municipal naquela época), logo após a emancipação de Passo Fundo. Nasceu em Sorocaba em 1817 e faleceu em Passo Fundo em 1879. No Rio Grande do Sul tomou parte na Revolução Farroupilha e abriu um estabelecimento comercial em Passo Fundo na antiga Rua do Comércio (hoje Avenida Brasil), local onde mais tarde seria a residência de seu neto, Nicolau Araujo Vergueiro (PROJETO PASSO FUNDO, 2021c).

Emília Schell de Araujo, avó materna de Nicolau Araujo Vergueiro, é filha do casal de alemães Adão Schell e Ana Christina Hein, conforme cópia da certidão de casamento de Emília Schell com Manuel José de Araujo, de 20 de janeiro de 1853, que está presente no acervo pessoal de Vergueiro e no qual é citado o nome dos pais do casal (BISPADO DE PASSO FUNDO, 1953). Chama a atenção que uma das testemunhas deste casamento é Joaquim Fagundes dos Reis, um dos fundadores do povoado de Passo Fundo. Portanto, este casal de

imigrantes alemães, Adão Schell e Ana Christina Hein, são bisavós de Nicolau Araujo Vergueiro, sendo considerado por Oliveira (1990b) como o primeiro casal estrangeiro da localidade de Passo Fundo.

Segundo Oliveira (1927), Adão Schell nasceu na Alemanha em 24 de junho de 1809 e chegou ao Brasil em 1828 tendo como destino a Colônia Alemã de São Leopoldo. Logo Schell casou com Ana Christina Hein, também natural da Alemanha. Entre 1834 e 1835 se mudaram para Passo Fundo e abriram um pequeno comércio, que fracassou devido à Revolução Farroupilha. Com temor da guerra, mudaram-se para Montevidéu, no Uruguai e retornaram novamente à Passo Fundo durante a metade da Guerra Civil (cerca de 1840), onde fixaram moradia definitiva.

Outros estrangeiros vieram posteriormente residir em Passo Fundo, inclusive vindos de um núcleo colonial do Paraná, que tinha sido organizado por João da Silva Machado (*Barão de Antonina*¹¹), conforme explica Oliveira (1957a):

Em 1827, a presidência da então Província de São Paulo encarregou o sargento-mor João da Silva Machado, depois Barão de Antonina e um dos pioneiros do povoamento do território que hoje constitui o nosso município, de fundar um núcleo colonial no Rio Negro [*no Paraná*], aproveitando, para isso, imigrantes alemães que procuravam o Brasil [...] Entrando eu a investigar a penetração da corrente estrangeira em Passo Fundo, e sabendo, aí, que um dos velhos moradores alemães da terra, João Kus, da referida colonização tinha vindo (OLIVEIRA, 1957a, p. 14, *grifo nosso*).

No acervo pessoal de Nicolau Araujo Vergueiro há seis cartas do século XIX, cujo remetente é o seu pai, João de Campos Vergueiro. Em três cartas a data tópica¹² indicada é Sarandi, o que sugere ser sua residência a Fazenda Sarandi: *Sarandy, 24 de outubro de 1874* (VERGUEIRO, 1874a); *Sarandy do Bugre, 17 de dezembro de 1874* (VERGUEIRO, 1874b) e *Sarandy, 28 de dezembro de 1874* (VERGUEIRO, 1874c). Sua residência na Fazenda Sarandi também é relatada por Francisco Antonino Xavier e Oliveira, quando ao referir-se ao ano de 1882, comenta sobre o aparecimento de um homem valeiro¹³ na Fazenda Sarandi, pertencente à João Vergueiro: "aparecera ele, um dia, na estância de Sarandi, então pertencente, ainda, ao Capitão João de Vergueiro, que lá morava" (OLIVEIRA, 1990c, p. 231).

¹¹ O Senador Imperial Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (1778 - 1859) manteve uma empresa colonização, a *Vergueiro & Companhia*. Para mais informações, ver Souza (2012).

¹² A data tópica se refere à identificação do lugar de produção de um documento (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

¹³ Pessoa que trabalha na abertura de valas divisórias de fazendas, pastos, roças etc.

Nicolau Araujo Vergueiro nasceu em meio ao processo de desenvolvimento da infraestrutura básica da cidade de Passo Fundo. Na virada do século XIX para o XX ocorreram profundas transformações na sociedade, como a alteração do trabalho escravocrata para a mão-de-obra livre, os inventos e o avanço de descobertas científicas e tecnológicas (bondes, luz elétrica, telégrafo, navios modernos e rápidos, etc.).

Em 1889, aos sete anos de idade, Nicolau Araujo Vergueiro ingressou em colégio particular do professor Eduardo Augusto de Souza Brito (VERGUEIRO, 1967). Em 1954 Vergueiro escreveu que

a aula de Eduardo de Brito funcionava à Rua Paysandu, na antiga Maçonaria. [...] Foi o único colégio, entre alguns que frequentei, em que vi o cargo de Decurião, isto é, o estudante mais adiantado, que dirigia uma classe de dez alunos, ensinando ou lhes tomando a lição (VERGUEIRO, 1967, p. 9).

Em discurso realizado num jantar em sua homenagem em 1951 pelo Hospital Providencia, de Marau, Nicolau Araujo Vergueiro relembrou sua trajetória escolar e universitária: em 1893, aos 11 anos, ingressou no Colégio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo; de 1895 a 1899 cursou os colégios dos professores Ignácio Montanha e Emílio Meyer, em Porto Alegre; em 01 de março de 1900 ingressou na Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, formando-se farmacêutico em 1903 e médico aos 23 anos de idade, em 24 de dezembro de 1905 (*JORNAL DA SERRA*, 10 de janeiro de 1951).

Nicolau Araujo Vergueiro descendeu de uma família envolvida na política. Seu pai foi político durante o período imperial, assim como seus dois bisavôs, senadores imperiais. Seu tio Gervasio Lucas Annes e seu primo Armando Araújo Annes¹⁴ também foram políticos. A carreira política de Vergueiro iniciou em 1903 aos 21 anos de idade, ao filiar-se ao diretório local do PRR de Passo Fundo (DORS, 2016, p. 299).

A ascensão política ocorreu em 1908 aos 26 anos de idade, quando é eleito Conselheiro Municipal em Passo Fundo e no mesmo ano presidente deste Conselho Municipal. Posteriormente foi reeleito por mais dois mandatos consecutivos como Conselheiro Municipal,

¹⁴ Armando Araujo Annes (1881 - 1967), filho de Gervasio Lucas Annes (primo de Nicolau Araujo Vergueiro), foi intendente municipal de Passo Fundo nas gestões de 1924-1928; 1932-1934; e 1947-1952. Além de político, foi comerciante, banqueiro e um dos proprietários do jornal *O Nacional*. Sua biografia completa está disponível no site do Projeto Passo Fundo (PROJETO PASSO FUNDO, 2021a).

em 1912 e 1916, permanecendo na função até final do ano de 1920, todos esses mandatos pelo PRR.

Em setembro de 1920 Nicolau Araujo Vergueiro é eleito Intendente Municipal pela primeira vez, assumindo em novembro de 1920 até novembro de 1924, tendo neste mandato como vice-intendente, Gabriel Bastos (OLIVEIRA, 1990b, p. 331). Repete a função de intendente municipal ao eleger-se em setembro de 1928, assumindo em novembro de 1928 até maio de 1930, tendo como vice-intendente, Henrique Scarpellini Ghezzi (OLIVEIRA, 1990b, p. 331), sendo os dois mandatos pelo PRR.

Este segundo e último mandato como intendente municipal não chegou a ser finalizado porque em 01 de março de 1930 foi eleito Deputado Federal pela primeira vez, assumindo esta função em maio de 1930 e por isso deixa o cargo de intendente municipal nesta data. Para completar o mandato, de 1930 a 1932, assume a intendência municipal o vice-intendente.

Além dos mandatos locais de conselheiro municipal e intendente municipal, Nicolau Araujo Vergueiro também exerceu mandatos estaduais e federais às vezes concomitantemente com os mandatos locais, gerando críticas de opositores. Enquanto legislador, emitiu pareceres, participou de comissões de trabalho e elaborou Projeto de Lei Federal; foi presidente do Diretório local do PRR de Passo Fundo (1920 - 1932) e do PSD de Passo Fundo (1947 – 1956) (DORS, 2016, p. 178; 197); Deputado da Assembleia de Representantes (espécie de Assembleia Legislativa Estadual) pelo PRR entre 1909 e 1928 compreendendo cinco mandatos consecutivos (1909-1913; 1913-1917; 1917-1921; 1921-1925; 1925-1928), dentre os quais, no último foi vice-presidente e presidente da Assembleia de Representantes (NOLL; TRINDADE, 2005, p. 142-161); Deputado Federal (1930-1934¹⁵ pelo PRR; 1934-1937 pela FUG (*CORREIO DA MANHÃ*, 22 de janeiro de 1937); e 1946-1950 pelo PSD), membro da Assembleia Nacional Constituinte de 1946; e chegou a ser cogitado a sucessor de Getúlio Vargas na Presidência do Rio Grande do Sul em 1930 (*JORNAL DO COMMERCIO*, 08 de novembro de 1930).

Conforme consta da primeira narrativa memorialística de seus *Cadernos de Memórias*, após a colação de grau em Medicina ocorrida em Porto Alegre no dia 24 de dezembro de 1905, Nicolau Araujo Vergueiro teria voltado à Passo Fundo e aberto um consultório médico para iniciar os atendimentos. Antes de regressar à sua terra natal, Passo Fundo, teria recebido proposta de emprego em Porto Alegre, mas recusou. Na edição de 27 de dezembro de 1955 de *O Nacional*, Vergueiro relembrou seu retorno após a formatura:

¹⁵ Não finalizou o mandato, pois teve os direitos políticos cassados em abril de 1933, indo exilar-se na Argentina, tendo retornado ao Brasil em meados de 1934.

Orgulho-me de ter completado meio século da vida médica. Logo depois de diplomado, recebi convite para ficar em Porto Alegre, como adjunto da cadeira de medicina legal, o que não aceitei, porque desejava prestar serviços à minha terra natal, onde, desde logo, abri consultório (*O NACIONAL*, 27 de dezembro de 1955).

A primeira narrativa memorialística ainda descreve que no dia 25 de janeiro de 1906 Nicolau Araujo Vergueiro abriu seu consultório junto à *Farmácia dos Pobres*, de propriedade de seu primo Oscar Pinto de Moraes e que logo publicou anúncio no jornal *O Gaúcho*, para apresentar seu ofício de médico diplomado aos residentes na região. Nesta época o atendimento médico ocorria em salas dentro de farmácias e nas casas dos enfermos, pois ainda não havia hospital em Passo Fundo.

No primeiro mês não houve um atendimento médico sequer e por isso teria cogitado sua volta à Porto Alegre para trabalhar. Até que um mês depois, em 25 de fevereiro de 1906, foi chamado para atender uma menina que sofria de um caso grave de angina diftérica. Segundo Nicolau Araujo Vergueiro, nesta época quem era acometido de tal doença era considerado *defunto fresco* porque a população local desconhecia o *Soro de Roux* e o tratamento por injeção era completamente desconhecido naquela localidade. Teria havido tremenda resistência por parte família da menina em aceitar a injeção. Ao final, Vergueiro teria conseguido convencê-los da necessidade da aplicação, com algumas ampolas que carregava consigo, trazidas de Paris. Após a aplicação, em 48 horas a menina teria se reestabelecido completamente. Conforme escreveu, este primeiro caso foi um sucesso e na cidade só se falava neste assunto (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 001 – O primeiro doente*).

Conforme a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), a Angina Diftérica é uma das formas clínicas da Difteria:

A difteria (crupe) é uma doença bacteriana aguda, cujas lesões características são membranas branco-acinzentadas aderentes, circundadas por processo inflamatório que invade as estruturas vizinhas, localizadas mais frequentemente nas amígdalas, laringe e nariz. A doença compromete o estado geral do paciente, que apresenta febre, cansaço e palidez. Há dor de garganta discreta. Em casos mais graves pode haver edema intenso no pescoço, aumento de gânglios linfáticos na região e até asfixia mecânica aguda pela obstrução causada pela placa (FIOCRUZ, 2018, *online*).

Embora a população desconhecesse o *Soro de Roux* em 1906, conforme escreveu Nicolau Araujo Vergueiro, é interessante apontar que no *Relatório da Intendência Municipal*

de 1903, o então Intendente Municipal Coronel Pedro Lopes de Oliveira mencionou ter comprado o referido soro para a municipalidade:

No proposito de habilitar-se para combater possíveis casos de dyphteria, molestia alias extremamente rara entre nós, adquiriu a Intendencia alguns tubos do serum de Roux, preparado no Instituto Pasteur, de Paris, os quaes, desde logo, foram postos à disposição do publico, não tendo apparecido até agora nenhuma solicitação para o seu fornecimento (OLIVEIRA, 1903, p. 5, *grafia original*).

Ao relembrar este primeiro atendimento como profissional médico, na edição de 27 de dezembro de 1955 do jornal *O Nacional*, Nicolau Araujo Vergueiro comenta que “se essa criança tivesse morrido, poderia eu arrumar as malas e partir, de imediato, para bem longe. Naquela noite não consegui dormir e passei horas de grande atribulação”. Dessa forma, Vergueiro se considera o pioneiro na cidade de Passo Fundo, “assim se fez, pois, em fevereiro de 1906, a primeira injeção intramuscular em Passo Fundo, porque a endovenosa mal se principiava a sua aplicação, em Porto Alegre” (*O NACIONAL*, 27 de dezembro de 1955).

Em discurso proferido no Clube Comercial em 23 de dezembro de 1955, por ocasião de homenagem recebida da classe médica de Passo Fundo e região, pelo cinquentenário de sua formatura em Medicina, Nicolau Araujo Vergueiro relembra com mais detalhes o seu primeiro caso médico:

Era um domingo, quando ao meio dia, tive o meu primeiro chamado, indicado por um daqueles medicos, que desejavam o meu fracasso, pois crup significava morte, na certa. Atendi com natural e certo alvoroço e, desde logo, fiz o diagnóstico de laringite diftérica, propondo a aplicação imediata do respectivo soro. A família opoz-se de maneira terminante e, em vista disso, retirei-me. Momentos depois, compareceram à minha residência, diversos amigos interessados pela doentinha, entre eles, o pai da própria enferma. Foi necessário mostrar-lhes, lendo trechos dos compêndios da época, as vantagens do soro, o seu enorme efeito terapêutico, único meio capaz de salvação, a inocuidade do medicamento, etc. Pois bem, reuniu-se um conselho da família e de vizinhos e, depois de muita discussão e lágrimas, morto por morto, fui, de novo, chamado, havendo aglomeração de gente à frente da casa. Apliquei em seguida o soro. Enquanto assim procedia, a progenitora, nos braços do marido, gritava a todo pulmão: "estão furando a minha filha e vão matá-la; que horror!" e quejandas exclamações. A doentinha salvou-se (VERGUEIRO, 1955, p. 1, 2).

A narrativa que faz a abertura do primeiro volume dos *Cadernos de Memórias* deixa claro que já no seu primeiro atendimento como profissional médico conseguiu alcançar

notoriedade entre os membros da população local, reforçando seu capital social enquanto médico diplomado. Vale ressaltar que cerca de um ano e meio antes, por volta de 1904, no Rio de Janeiro, aconteceu o movimento que ficou conhecido como *Revolta da Vacina*, marcado pela resistência da população local a terem suas casas invadidas e terem que tomar contra a vontade a injeção para a varíola. Durante a Revolta da Vacina, a população saiu às ruas para protestar e, segundo a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), em menos de duas semanas deixou um saldo de 945 prisões, 461 deportados, 110 feridos e 30 mortos. A Revolta da Vacina também teve reflexos na política (FIOCRUZ, 2005).

Gehn (2016b) afirma que no ano de 1906 a Farmácia dos Pobres comunicou que pretendia encerrar suas atividades, mas que isso não passou de um golpe para receber as dívidas em atraso a passar a vender à vista. A autora também menciona que junto a Nicolau Araujo Vergueiro, outro médico também iniciou seus atendimentos na Farmácia dos Pobres naquele ano, cujo nome era Roberto Cunha. Afirma a autora que a novidade para a região de Passo Fundo era o exame de urina, feito por Vergueiro, inédito naquela época (GEHN, 2016b, p. 213). Nos *Cadernos de Memórias*, Vergueiro afirma que o Médico Roberto Cunha era médico licenciado, e que além dele, outro médico licenciado também atuava na cidade antes de 1906, Gezerino Lucas Annes (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 001 – O primeiro doente*).

No início do século XX ainda não estava regularizada a profissão médica. Até a década de 1930 havia uma liberdade profissional na área de medicina de modo que pessoas formadas em outras áreas e até mesmo indivíduos sem formação acadêmica podiam atuar em práticas de cura, sendo então chamados *charlatões*, pessoas como curandeiros, benzedeiros, parteiras, espíritas, pajés, entre outros, que receitavam remédios e faziam curativos. Além dos charlatões, havia também os licenciados e os diplomados. Os licenciados conseguiam licença mesmo sem formação acadêmica em medicina, pois eram apenas registrados pelo governo e pagavam taxas, podendo denominarem-se de médicos. Já os diplomados, por sua vez, eram formados na universidade e possuíam o título de doutor. A concorrência no país entre os ditos charlatões, licenciados e diplomados, contribuiu para que fosse construída a primeira Faculdade de Medicina em Porto Alegre em 1898, onde se formou Nicolau Araujo Vergueiro. O Regulamento da profissão de Medicina e outras correlatas ocorreu somente em 1932 com a publicação do Decreto Federal nº 20.391 de 11 de janeiro de 1932, depois de muita pressão contra o governo pelos Sindicatos Médicos recém-criados, em busca de se consolidarem como único segmento legítimo da prática de cura (WEBER, 2010).

Para se ter uma ideia do panorama ao final do século XIX, “Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, possuía cerca de 52.000 habitantes e apenas 37 médicos em 1890”

(WEBER, 2010, p. 424). Segundo Nicolau Araujo Vergueiro, quando chegou em Passo Fundo em 1906, não havia médicos diplomados na cidade, porém, “clenicavam, em Passo Fundo, dois médicos licenciados, que abarcavam todo o trabalho, sendo cada qual ótimos, dignos cidadãos em particular, mas, por completo, ignorantes da profissão” (*O NACIONAL*, 27 de dezembro de 1955).

Conforme os *Cadernos de Memórias*, se observa que em 1906 Nicolau Araujo Vergueiro, então com 24 anos, e sua esposa Jovina com 21 anos, já tinham posses, provavelmente recebidas em herança de seus pais, já falecidos. Neste mesmo ano de 1906 Vergueiro comprou “três vacas de cria fêmea e boas leiteiras”, pelo preço de 150\$000Nº cada uma, de João Bibiano, um Fazendeiro dos Três Passos, 5º distrito de Passo Fundo (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 038 - Um caso em Libres*). Ao final daquele ano, em 15 de dezembro de 1906, nasceu seu primeiro filho, Ruy Vergueiro. Mais tarde, em 5 de setembro de 1909, nasceu sua filha, Maria Vergueiro.

Ainda em 1906, Nicolau Araujo Vergueiro possuía um peão de nome Ireneo Lemes Moraes, ao qual se referiu como *meu saudoso peão, domador e jóquei*, cujas vacas que foram compradas tinham sido escolhidas por Ireneo. Inicialmente o vendedor João Bibiano não aceitou o pagamento das vacas sob justificativa de que não precisava de dinheiro naquele momento, conforme escreveu em suas memórias. Dois meses depois, esse amigo ficou doente e chamou o então médico recém-formado para cuidar-lhe. Vergueiro relembra a si mesmo desta forma:

médico muito novo, querendo tornar-me conhecido e acreditado, e, em atenção às gentilezas de Bibiano, resolvi cobrar-lhe, por todo o serviço, tão só o preço das vacas. Ficava uma coisa pela outra. Eu bem sabia que era uma insignificância, mas tratava-se de um... amigo (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 038 - Um caso em Libres*).

Essa passagem mostra a preocupação de Nicolau Araujo Vergueiro em se tornar conhecido, em aumentar seu capital social para além do que já tinha: era de família tradicional na política, com diploma de médico e privilegiada condição econômica, situação de poucos à época.

Oscar Pinto de Moraes, proprietário da Farmácia dos Pobres onde Nicolau Araujo Vergueiro abriu seu primeiro consultório em 1906, era seu primo-irmão, de cinco anos mais velho. Ambos realizaram os estudos primários, o Colégio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo. Segundo Vergueiro, Oscar Pinto de Moraes quando tinha por volta de 18 anos de

idade, se entregou ao álcool, cometendo alguns *desatinos e escândalos*, tendo sido preso correccionalmente por algumas vezes. Mas depois de certa idade teria mudado radicalmente seu comportamento, conforme descreveu Vergueiro, que, ao retornar à Passo Fundo em 1906, confirmou essa mudança, descrevendo-o então como alegre, trabalhador, caridoso, inteligente e bom, auxiliando-o em curativos, operações, partos, clínica médica etc. (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 052 - Oscar*). Na edição de 27 de dezembro de 1955 de *O Nacional*, Vergueiro assim relembrou: “não devo esquecer o nome de um amigo, Oscar Pinto de Moraes: não era formado, mas nunca vi um homem de tanta intuição médica e de bom senso clínico como ele, tanto que chegou a ser diretor do Hospital São Vicente nos seus primórdios”.

Nicolau Araujo Vergueiro comenta para uma reportagem de *O Nacional* em 1955, que os atendimentos médicos que se seguiram após fevereiro de 1906 foram bastante trabalhosos. Os chamados para fora da cidade eram realizados com idas a cavalo, em péssimas estradas, pois não havia automóveis, nem aranhas¹⁶. Os chamados eram geralmente em distritos daquela época e, após as emancipações, em cidades vizinhas, como Soledade, Carazinho, Nonoai, Lagoa Vermelha. “Levava-se, às vezes, 2 a 3 dias a chegar, com um peão carregado de drogas e instrumentos. Certa vez, aconteceu de encontrar o velório... que situação canhestra e desagradável!” (*O NACIONAL*, 27 de dezembro de 1955). Em discurso de 1955, Vergueiro relembra que nesta época,

o médico tinha que ser eclético: atender a tudo: olhos, nariz, ouvidos, garganta, cirurgia em geral, pediatria, obstetrícia, ginecologia, clínica médica, etc. Hospitais não existiam, nem sequer laboratórios e muito menos Raio X. Não tinha, de começo, um colega, para conferenciar. Remeter um doente para Porto Alegre era um problema sério, pois só tínhamos dois trens por semana e que faziam o percurso em três dias. Adquiri um pequeno microscópio, que guardo como recordação e montei um pequeno laboratório para exames de urinas e de outras secreções. Fui médico da municipalidade por cerca de 20 anos e gratuitamente. Exerci o cargo de Delegado de Higiene. Por pouco tempo, por não me ser possível atender convenientemente, fui médico da Caixa de Aposentadoria da Estrada de Ferro (VERGUEIRO, 1955, p. 3).

Em 1908, aos 26 anos de idade, Nicolau Araujo Vergueiro assume vaga no Conselho Municipal, sendo seu primeiro cargo político conhecido. No ano seguinte, em 1909, vence a

¹⁶ A palavra *aranha* escrita em 1955 por Nicolau Araujo Vergueiro pode se referir: a) à uma espécie de charrete mais sofisticada, a *charrete aranha*, ou b) aos primeiros automóveis da Ford, de rodas descobertas, que lembram as articulações do aracnídeo que possui quatro pares de pernas. Pelo contexto de sua fala, se referindo a 1906, estava se referindo à charrete mais sofisticada. Segundo Gehn (2016a), é apenas por volta de 1914 que se tem conhecimento de que já trafegava pelas ruas centrais um automóvel, de marca Ford, de propriedade do sr. Oribes Marques.

eleição para deputado estadual. Embora tenha sido eleito pela primeira vez para o cargo de intendente municipal apenas em 1920, uma narrativa nos *Cadernos de Memórias* dá indícios de que recebeu convite do PRR para concorrer ao cargo de intendente ainda em 1908, mas ao que parece recusou, pois no dia 12 de março de 1910 (três dias depois de seu aniversário de 28 anos), *O Gaúcho* publicou um artigo que enaltece Vergueiro e do qual se extrai o trecho abaixo, se referindo à Vergueiro:

Se fosse um ambicioso em política, se militasse nela para a conquista de posições, teria aceito o cargo de intendente deste município, que formalmente rejeitou ao ser-lhe oferecido, por ocasião da última eleição, pelo nosso ilustre chefe Sr. Coronel Gervasio Lucas Annes (*O GAÚCHO*, 12 de março de 1910, *Apud*: VERGUEIRO, 1936, *Narrativa 243 - Sobre o meu aniversário*).

Em 1914 Nicolau Araujo Vergueiro atuou como professor da Cátedra de *História Universal e do Brasil* no Colégio Nossa Senhora da Conceição, em Passo Fundo, permanecendo nesta atividade durante dois anos e a exercendo de forma gratuita, segundo informou o próprio Vergueiro (VERGUEIRO, 1967).

Vanelli (2021) apresenta os primórdios do Colégio Nossa Senhora da Conceição, em Passo Fundo, e suas relações com o Colégio São Pedro, dos irmãos Maristas que chegaram em 1905 à cidade. O Colégio São Pedro foi fundado pelos irmãos Maristas: "Nesse ano (1907¹⁷), foi instalado, na cidade, o Colégio São Pedro, regido pelos Irmãos Maristas, e a intendência subvencionava êsse educandário com 1:500\$000 por ano, para admissão de 15 alunos pobres, sendo que o custeio da aula do Pontão foi apenas de 68\$000" (VERGUEIRO, 1967, p. 10, *grafia original*). O Colégio São Pedro inicialmente funcionou em uma casa alugada, passando a utilizar, em 1908, uma edificação localizada na Avenida Brasil, de propriedade de Lucas Annes, irmão de Gervasio Lucas Annes (VANELLI, 2021, p. 56). O Colégio São Pedro fechou em abril de 1910 (VERGUEIRO, 1967, p. 11).

É interessante observar que no *Relatório da Intendência Municipal de 1910*, o então Intendente Gervasio Lucas Annes afirma que em abril de 1910 extinguiu-se o *Collegio Passo Fundo*, levando a crer que o Colégio São Pedro também era conhecido por este outro nome. O mesmo Relatório informa que em 1910 havia apenas duas escolas subvencionadas pela

¹⁷ Conforme Vanelli (2021, p. 57), nos registros da Rede Marista consta 1906 como o ano de inauguração do Colégio São Pedro, diferentemente do que informa Nicolau Araujo Vergueiro.

intendência na cidade, o *Collegio Passo Fundo* e a aula pública do professor Christiano da Nobrega Lins, além de outras quatro escolas em áreas rurais (ANNES, 1910).

Em 1914 foi inaugurado o Colégio Nossa Senhora da Conceição, em Passo Fundo, por Emílio Stigler (VERGUEIRO, 1967, p. 12). Conforme Vanelli (2021, p. 58) o Colégio Nossa Senhora da Conceição funcionou inicialmente junto à Igreja Nossa Senhora da Conceição, construída na mesma praça da Igreja Matriz. Esse Colégio permaneceu ativo até 1927.

Conforme Vanelli (2021, p. 59), em fins de 1928 a Congregação Marista adquire o imóvel utilizado pelo Colégio Nossa Senhora da Conceição e abre novamente um educandário sob o modelo marista, tal como o antigo Colégio São Pedro, passando a chamar-se Ginásio Nossa Senhora da Conceição, e posteriormente, Colégio Marista Conceição.

Na figura seguinte é possível observar Nicolau Araujo Vergueiro, o segundo da direita para a esquerda, com as mãos no paciente durante uma cirurgia.

Figura 2 - Nicolau Araujo Vergueiro durante uma cirurgia (década de 1910)



Fonte: Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF).

Em 1917 Nicolau Araujo Vergueiro e seu primo Oscar Pinto de Moraes tiveram a amizade abalada por questões políticas, conforme relatou em seus *Cadernos de Memórias*. Este desentendimento teria ocorrido pelo fato de Oscar Pinto de Moraes apoiar seu cunhado, Coronel Pedro Lopes de Oliveira, para ocupar a liderança do PRR local após a morte do Coronel Gervasio Lucas Annes, ocorrida em 4 de abril de 1917. Outro motivo é porque Oscar Pinto de Moraes haveria declarado apoio ao Coronel Pedro Lopes de Oliveira ao cargo de intendente municipal nas eleições de 1920, em oposição à Vergueiro. Em que pese esse abalo na amizade, os dois teriam se perdoado no leito de morte de Oscar Pinto de Moraes, ocorrida em 19 de setembro de 1920, e teriam reafirmado, cada um a sua amizade, segundo escreveu Vergueiro (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 052 – Oscar*).

O Coronel Pedro Lopes de Oliveira (1865-1948), cujo apelido era *Lolico*, foi militar e político, figura importante no cenário local de Passo Fundo. Foi Conselheiro da Câmara Municipal de 1891 a 1899, Comandante do 45º Corpo de Voluntários da Guarda Nacional na Revolução Federalista de 1893, Intendente Municipal de Passo Fundo por quatro legislaturas (1900-1904; 1904-1908; 1912-1916; e 1916–1920), dentre as quais, em três teve como Vice-intendente o Coronel Gervasio Lucas Annes (1900-1904; 1912-1916; e 1916-1920¹⁸) (PROJETO PASSO FUNDO, 2021d).

Assim como o Coronel Pedro Lopes de Oliveira, Nicolau Araujo Vergueiro também mantinha forte amizade com o Coronel Gervasio Lucas Annes. Vergueiro reafirma essa amizade em seus *Cadernos de Memórias*: “casado, em primeiras núpcias, com uma minha tia e em segundas, com uma prima, fomos, por essa afinidade, íntimos amigos” (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 091 - Razão para três*).

Segundo *O Gaúcho*, edição de 9 de março de 1912, no discurso proferido no dia 4 de março de 1912, por ocasião do aniversário de Serafim Terra, então engenheiro-chefe da Comissão Discriminadora de Terras de Passo Fundo, o Coronel Gervasio Lucas Annes teceu elogios à Nicolau Araujo Vergueiro e afirmou que seria uma satisfação se Vergueiro um dia o substituísse. Naquele ano, Gervasio Lucas Annes era chefe do PRR local e Intendente Municipal. Abaixo, o trecho da matéria veiculada n’*O Gaúcho*, se referindo a esse discurso de Gervasio Lucas Annes:

Disse mais, que ser-lhe ia motivo de verdadeira satisfação se no dia em que se afastasse desse posto, fosse nele substituído pelo Dr. Vergueiro, a quem teceu os mais

¹⁸ Nesta legislatura, o Coronel Gervasio Lucas Annes permaneceu até 1917, quando faleceu.

honrosos elogios, e apresentou como portador de todos os predicados necessários para o desempenho brilhante dessa tarefa espinhosa (*O GAÚCHO*, 9 de março de 1912, Apud: VERGUEIRO, 1936, *Narrativa 252 – O seu substituto*).

Nicolau Araujo Vergueiro ao registrar o discurso de Gervasio Lucas Annes, entende que este é o ponto de partida da imensa tensão que ocorreria nos próximos anos, pois segundo ele, marca o momento em que começou a ser atacado, de modo lento e constante, por elementos que aspiravam a chefia do PRR local. De qualquer forma, esse discurso de Gervasio Lucas Annes deixou claro o seu apoio e desejo de ser sucedido por Vergueiro (VERGUEIRO, 1936, *Narrativa 252 – O seu substituto*).

Antes de falecer em 1917, o Coronel Gervasio Lucas Annes já estava muito doente desde 1916, quando percebeu que não conseguiria mais orientar o diretório do PRR de Passo Fundo. Resolveu então solicitar ao chefe do PRR, Borges de Medeiros, a criação de uma Comissão Executiva para liderar o PRR local, sem indicar uma única pessoa como responsável. A Comissão Executiva foi composta pelo Coronel Pedro Lopes de Oliveira, Nicolau Araujo Vergueiro e Gabriel Bastos. A comissão logo se desintegrou por divergências entre os membros quanto à campanha para a eleição de intendente municipal de 1920 (KNACK, 2013).

Nicolau Araujo Vergueiro registra que em 6 de maio de 1918 recebeu um telegrama de Borges de Medeiros que ordenava a extinção da comissão executiva e o investia na chefia unipessoal do PRR local de Passo Fundo.

Isto posto, em 6 de Maio, recebi o seguinte: “Dr. Nicolau Vergueiro – Passo Fundo – considerando virtualmente dissolvido comissão executiva aí, constituída Dr. Nicolau Vergueiro, Coronel Pedro Lopes de Oliveira e Gabriel Bastos, por haver este, em telegrama de 27 de Abril último, apresentado sua renúncia formal, por mim aceita, e também pela renúncia tácita do segundo, que em 28 de Agosto de 1917, assistiu, pela última vez, reuniões executivas e conforme notícia publicada Correio Povo, 15 de Setembro dito ano, confirmada jornal local Gaúcho, manifestou intenção agir sob exclusiva responsabilidade individual, resolvi, por tudo isso, investir direção unipessoal partido desse município. Dr. Nicolau Vergueiro, não só em atenção sua investidura representante Assembleia, como também, e principalmente, em reconhecimento seus méritos, serviços postos destaque últimas eleições. (assinado) Saudações cordiais Borges de Medeiros” (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 160 - Discurso pelo Conselho Municipal*).

Desde a proclamação da república tinha sido Gervasio Lucas Annes o chefe do PRR local, de forma unipessoal, com exceção de um breve período, quando em março de 1901 a direção do PRR local passou a ser exercida por uma Comissão Executiva composta pelo

Tenente-Coronel Pedro Lopes de Oliveira, Frederico Guilherme Kurtz, Capitão Napoleão César Bueno, Afonso Caetano de Souza e Ismael Pedro de Quadros. Na ocasião, Gervasio Lucas Annes se afastou por motivos particulares e deixou também o cargo de delegado de polícia local (GEHN, 2016a, p. 116). Conforme Nicolau Araujo Vergueiro, Gervasio Lucas Annes “rompeu com Julio de Castilhos em 1901, só voltando às fileiras do partido depois de sua morte, em 1903, a pedido de Borges de Medeiros” (VERGUEIRO, Narrativa 091 – *Razão para três*).

Em 1917 o Intendente Coronel Pedro Lopes de Oliveira iniciou campanha em favor da emancipação de Carazinho, buscando cumprir uma promessa ao povo daquele distrito,

contudo, havia perdido terreno político para o Dr. Vergueiro, que se tornara ídolo republicano não só na cidade como em todo o interior. Vergueiro, conhecendo as adesões de velhos maragatos de Carazinho, ao então Intendente, minou a área política e, trabalhando em prol da emancipação de Erechim e não Carazinho, como pensava o Intendente, levou a bom termo o seu propósito (GEHN, 2016a, p. 165).

Ao contrário das aspirações do Coronel Pedro Lopes de Oliveira, e a favor de Nicolau Araujo Vergueiro, o Conselho Municipal de Passo Fundo, sob a Presidência de Gabriel Bastos, emitiu parecer favorável à emancipação de Erechim, e não de Carazinho, que logo foi encaminhado ao presidente do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros. Em 30 de abril de 1918 foi publicado o Decreto nº 2.342 que eleva o distrito de Erechim à categoria de município (PRATES, 2001, p. 16). A pendente emancipação de Carazinho se tornaria uma dor de cabeça para Nicolau Araujo Vergueiro nos anos seguintes.

Logo após a morte do Coronel Gervasio Lucas Annes em 1917, os desentendimentos dentro do PRR local foram sentidos, cujo sintoma foi a não emancipação de Carazinho. Até o jornal *O Gaúcho*, representante oficial da voz republicana na região, se tornou motivo aparente da cisão republicana. “Vergueiro e Bastos insurgiram-se contra a direção desse Jornal, representada pelo jornalista Brasílico Lima que, também era secretário da intendência, além de cunhado do Intendente” (GEHN, 2016a, p. 167).

Nicolau Araujo Vergueiro e Gabriel Bastos propuseram a compra de *O Gaúcho*, enquanto o PRR solicitou ao Intendente Coronel Pedro Lopes de Oliveira apenas a troca do diretor daquele jornal. O Intendente negou ambas as proposições, alegando que perderia liberdade de ação. Assim, a Executiva do partido passou a utilizar o jornal *A Voz da Serra*, tido como independente até então, e a partir de junho de 1917 passaram a publicar ataques à administração e à orientação política do Intendente Coronel Pedro Lopes de Oliveira (GEHN,

2016a, p. 167). As circunstâncias da criação da Comissão Executiva do PRR local e a proposta de compra do *O Gaúcho*, também estão descritas, de forma mais sucinta e sob a visão de Vergueiro, na narrativa *160 – Discurso pelo Conselho Municipal*, constante de seus *Cadernos de Memórias*.

Em 1918 o grupo do então Intendente Coronel Pedro Lopes de Oliveira teve uma pequena vitória. O Conselho Municipal havia alterado profundamente vários tópicos relacionados ao orçamento municipal, que tinham sido propostos pelo Intendente. O Intendente recorreu ao presidente do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, que emitiu um Decreto declarando insubsistente, em parte, a Lei de Orçamento votada pelo Conselho Municipal. Entretanto, a vitória do Coronel Pedro Lopes de Oliveira foi curta. Nicolau Araujo Vergueiro enviou um longo relatório para Borges de Medeiros, à vista do qual, anulou o Decreto emitido anteriormente. Além disso, outra vitória para a ala de Vergueiro foi o pedido atendido pelo governo do estado que enviou 15 praças da Brigada Militar para o município, os quais ficaram subordinados ao delegado de polícia, que era Vergueirista. A situação do Intendente Pedro Lopes de Oliveira ficou ainda pior quando em 1919 correu a notícia de que este tinha traído o partido por ter mandado votar em Rui Barbosa nas eleições Presidenciais, em oposição ao candidato apoiado pelo PRR, Eptácio Pessoa. A trama teria partido de funcionários da intendência municipal (GEHN, 2016a, p. 169 - 170).

Para a eleição municipal de 1920, o esperado era o PRR local indicar um nome para ser candidato oficial do PRR à intendente municipal. Entretanto, Nicolau Araujo Vergueiro e o Coronel Pedro Lopes de Oliveira decidiram por se candidatar ao pleito. Durante suas campanhas se utilizaram dos jornais locais para se manifestarem perante a população. *O Gaúcho* defendia a reeleição do Coronel Pedro Lopes de Oliveira, enquanto *A Voz da Serra* defendia a eleição de Vergueiro. Durante a campanha eleitoral, o Coronel Pedro Lopes de Oliveira defendeu novamente, dentre outros pontos, a emancipação do distrito de Carazinho que levaria junto outros distritos como Não-Me-Toque, este último, um significativo reduto eleitoral de Vergueiro (KNACK, 2013).

Próximo às eleições de 1920 havia então dois candidatos pelo PRR local ao cargo de intendente municipal. Diante disso, Borges de Medeiros, líder do PRR e presidente do Rio Grande do Sul, teria proposto um “plebiscito interpartidário para que o povo da região escolhesse o candidato a ser indicado pelo partido” (PRATES, 2001, p. 16). *O Correio do Povo* publica:

Pouco depois, em 1920, aproximando-se as eleições municipais, a candidatura republicana oscilava, então, entre o Coronel Pedro (reeleição), e o Dr. Nicolau Vergueiro. Borges de Medeiros, que preferia o último, sugeriu um plebiscito entre os republicanos de Passo Fundo, abrangendo também Carazinho, o que favorecia o Coronel Pedro Lopes de Oliveira. Entretanto, as preferências de Borges eram muito notórias, e o Coronel Pedro, que contava reeleger-se, foi derrotado, nesta escolha partidária, por larga margem, o que determinou o seu afastamento da grei política do governo, fundando a dissidência republicana, à qual se juntou o então Coronel João Rodrigues Menna Barreto que, então residia em Carazinho (*CORREIO DO POVO*, 08 de julho de 1973).

Nicolau Araujo Vergueiro vence o plebiscito do PRR local com ampla margem de votos. Desta forma, é eleito para ser candidato oficial do partido na eleição para intendente municipal de 1920 (KNACK, 2013). Além da vitória interna de seu partido, vence também a disputa eleitoral para intendente municipal de 1920. Os Federalistas decidiram não disputar o pleito de 1920 (GEHN, 2016a, p. 172). Após a vitória de Vergueiro, o Coronel Pedro Lopes de Oliveira assim se manifestou:

Sem odios e sem rancores, admiti, lealmente, essa vitória como um facto consummado, e, apenas em tudo, confortou me a certeza de que o triumpho de meu antagonista não foi o resultado de um movimento espontaneo da opinião publica que me repudiasse, mas, inegavelmente, o resultado do apoio incondicional e ostensivo que lhe deu o governo do estado e a cujo influxo as deserções em minhas fileiras se operaram em massas (*A ÉPOCA*, 16 de fevereiro de 1922, *grafia original*).

A ascensão de um médico ao poder público municipal e à chefia do PRR local, sem a interferência direta do líder máximo do partido, Borges de Medeiros, que detinha o poder de mando e poderia escolher um nome dentre os membros da Comissão Executiva para liderar o PRR local e indicar o candidato oficial do partido na eleição intencional de 1920, é um dos pontos analisados por Knack (2013) ao defender que outros aspectos devem ser levados em conta nas relações de poder que definem o relacionamento de políticos locais com as lideranças estaduais, além do coronelismo que predominou naquela época.

O Coronel Pedro Lopes de Oliveira foi adversário político de Nicolau Araujo Vergueiro nesta disputa pela liderança do PRR local e na disputa ao cargo de intendente municipal na eleição de 1920. Mas antes do desentendimento entre os dois, mais especificamente entre 1910 a 1917, os dois participavam de um grupo de xadrez que periodicamente se reunia no Clube Pinheiro Machado, conforme escreveu Vergueiro (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 082 - Pé 42*).

Nicolau Araujo Vergueiro assim relembra em uma de suas narrativas memorialísticas: “por motivos políticos, de descrição, neste momento, imprópria e inoportuna, tornou-se, em 1917, meu inimigo, e assim fomos, até 1931, quando me procurou para uma consulta, na Farmácia Central” (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 071 – Pelas cartas*). Vergueiro descreve o momento da consulta médica em 1931 quando o Coronel Pedro Lopes de Oliveira teria o procurado. Segundo a narrativa memorialística, o Coronel Pedro Lopes de Oliveira estava com quase 70 anos de idade, com um caso sério de infecção nos olhos e que mesmo tendo sido adversário político, o teria atendido. Após a consulta, teria recomendado o paciente a ir em um especialista no assunto, um oftalmologista, Dr. Bruno Pelegrini. Ao finalizar a narrativa, Vergueiro escreve:

Atendi a esse enfermo com muito carinho e desvelo: a nossa velha luta fora tremenda e tempestuosa...Passaram-se anos..., velho, pobre, sem amigos, abandonado e doente, não me era desairosa a sua amizade, tanto mais quanto sempre lhe prestei justiça ao seu caráter, e cumpria-me, santo dever humano, levar-lhe auxílio dos meus conhecimentos, poucos em verdade, mas solicitados, e que, de modo algum, poderia negar (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 071 – Pelas cartas*).

As dissidências e a cisão no interior do PRR local iniciado em 1916, promoveram uma inimizade política forte entre seus membros. De um lado, os apoiadores do Coronel Pedro Lopes de Oliveira, identificados como *lolicistas*, do outro lado os apoiadores de Nicolau Araujo Vergueiro, identificados como *vergueiristas*. Houve até morte no 4º distrito, entre vergueiristas e lolicistas (GEHN, 2016a, p. 169). Esse período conturbado a partir de 1917 estremeceu a atuação médica de Vergueiro, que teria cogitado o abandono do exercício da medicina:

Houve uma época de minha vida, de 1917 a 1924, em que quase abandonei a medicina, dedicando-me à política e a administração municipal. Trabalhava, é verdade, nas horas vagas, mas o serviço não me produzia absolutamente nada; a clientela era constituída de: pobres, parentes, políticos, padres, provisórios, putas, p 5 da estrada de ferro e prompts. P.p.p.p.p.ponto! Tinha muitas vezes, e não me arrependo, de fornecer dinheiro para a medicação, dieta, enterro, não falando nas corridas de automóvel, sempre pagas por mim, mas isso tudo não era nada, diante das inevitáveis e não pequenas “facadas” de ordem política. Quanto tempo e dinheiro perdi! Deus, que é bom e cheio de justiça, e que, melhor de que ninguém conhece, a fundo, o meu caráter, já tem, e há de, por certo, continuar a me recompensar (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 074 – Quanto p*).

Em outra narrativa memorialística, Nicolau Araujo Vergueiro afirma que deixou Passo Fundo em 6 de julho de 1916, temporariamente, e transferiu residência para Ponta Grossa, no Paraná, por desgosto dos acontecimentos daquela época. Mas, chegando no Paraná, resolveu regressar à Passo Fundo, para, segundo Vergueiro, enfrentá-los de viseira erguida.

Nos primeiros meses do ano de 1916, esboçou-se, nesta cidade, uma luta política contra o Coronel Gervazio Lucas Annes. Os seus dissidentes, no início de uma surda campanha, tinham e usavam do meu nome como bandeira, apesar de, por várias vezes, lhes haver afirmado, de modo positivo e categórico, que, de maneira alguma, romperia com o Cel. Gervazio, de quem não tinha motivos de queixa e era seu amigo sinceríssimo. [...] julguei de bom aviso, afastar-me daqui, transferindo minha residência para Ponta Grossa, no estado do Paraná, para onde, em verdade, segui a 6 de Julho (VERGUEIRO, 1936, *Narrativa 245 - Para Ponta-Grossa*).

Para finalizar a escrita desta narrativa memorialística, Nicolau Araujo Vergueiro transcreve integralmente um artigo publicado no *A Voz da Serra* em 1º de julho de 1916, que o enaltece e lhe pede para rever sua decisão de transferir moradia para o Paraná.

Em fins de 1918, cerca de dois anos antes de Nicolau Araujo Vergueiro assumir a intendência municipal, o município de Passo Fundo foi atingido pela doença chamada *gripe espanhola* que levou muitas pessoas aos hospitais da cidade. Um de seus amigos, o Médico Geraldino Xavier, descrito como *um cérebro iluminado, um coração boníssimo e uma alma grande e generosa*, havia chegado em Passo Fundo logo depois de 1915 para trabalhar. “Casou-se em junho de 1918, e, em novembro do mesmo ano, morria da gripe epidêmica, que assolou o País, fazendo muitos milhares de vítimas” (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 057 – Geraldino*). Vergueiro também afirma que seus dois filhos, Ruy Vergueiro e Maria Vergueiro contraíram o vírus da gripe em 1918, mas de forma leve, sem complicações (VERGUEIRO, 1935, *Narrativas 099 - Não é aí; 100 - O centésimo*).

A *gripe espanhola* é uma infecção das vias respiratórias superiores causada pelo vírus *influenza*. Após o vírus entrar no organismo, principalmente através das mucosas (nariz, boca e olhos), o vírus atinge a corrente sanguínea. Com a constante transmissão do vírus entre pessoas e/ou animais, podem ocorrer mutações do vírus, deixando-o mais contagioso e mais letal. Em todo o mundo, estima-se que a pandemia de 1918 matou entre 20 e 50 milhões de pessoas, mais do que as vítimas da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). No Brasil, estima-se que mais de 300 mil pessoas morreram. Uma doença desta magnitude transforma o cotidiano,

os cidadãos começam a exigir respostas dos governantes, das pessoas públicas, surgem teorias de conspiração, leva ao desabastecimento e à inflação (TORRES, 2008). Para Torres,

evidencia a fragilidade dos serviços públicos e privados e a desestruturação do cotidiano [...], as precárias condições de atendimento médico-hospitalar, as insalubres condições de higiene, a desestruturação do sistema produtivo da agricultura-pecuária-comércio e indústria (TORRES, 2008, p. 8).

O Serviço Médico do município de Passo Fundo foi criado em 1915 durante a gestão do Intendente Coronel Pedro Lopes de Oliveira, pelo ato nº 239 de 06 de novembro de 1915 (GEHN, 2016b, p. 214). O Hospital de Caridade, que havia sido inaugurado em 1914, criou uma enfermaria provisória para atender os doentes da pandemia de 1918, ao mesmo tempo em que o diretor do Hospital São Vicente de Paulo (inaugurado em junho de 1918) buscava agilizar sua abertura ao público, o que ocorreu de fato em dezembro de 1918 (OLIVEIRA, 1919).

No Hospital São Vicente de Paulo os primeiros doentes da pandemia de 1918 foram recebidos antes ainda da abertura ao público, no dia 04 de outubro daquele ano, sendo que, com exceção da diretoria, todos os demais funcionários do Hospital contraíram o vírus. Nos primeiros dias de funcionamento, o Serviço Médico do Hospital ficou a cargo de Antônio Manoel Caminha, passando a seguir a responsabilidade aos médicos Nicolau Araujo Vergueiro, Carlos Meyer, e Ivo Barbedo. Depois, ainda em novembro de 1918, quem assumiu a Direção Médica foi Salúcio Brenner de Moraes (GEHN, 2016b, p. 85).

Em dezembro de 1918 Oscar Pinto de Moraes incorporou-se ao Corpo de Médicos do Hospital São Vicente de Paulo. Nesse mesmo mês, representantes do Hospital procuraram Nicolau Araujo Vergueiro, que ocupava o posto de delegado de higiene municipal, a fim de solicitar auxílio do governo estadual para construção e manutenção de um pavilhão, mesmo que de madeira, que servisse para o isolamento de pessoas quando de surtos de doenças contagiosas. Em resposta, Vergueiro se prontificou a colaborar com o bom andamento do Hospital, inclusive “ofertando seus trabalhos médicos, o que na verdade o fez, gratuitamente, visitando o Hospital duas ou mais vezes ao dia, durante a epidemia. O exemplo do Dr. Vergueiro foi seguido pelos demais médicos da época” (GEHN, 2016b, p. 86-87). A autora comenta ainda que Nicolau Araujo Vergueiro “por espaço de mais de vinte anos exerceu, gratuitamente, o cargo de médico da municipalidade” (GEHN, 2016b, p. 263).

Em relação ao Hospital de Caridade, esta instituição atendeu desde o início da pandemia os acometidos pela doença, inclusive alugando um casarão de madeira para auxiliar a enfermaria, devido ao elevado número de doentes na região. “Em janeiro de 1919, os médicos Drs. Nicolau de A. Vergueiro, Armando Vasconcellos e Renato Lazzarini comunicaram ao residente que punham seu trabalho à disposição da Caixa dos Pobres do Hospital de Caridade” (GEHN, 2016b, p. 123).

No *Relatório da Intendência Municipal de 1919*, o Intendente Coronel Pedro Lopes de Oliveira dedica um capítulo para descrever os acontecimentos que envolveram a pandemia de 1918 no município de Passo Fundo, do qual se extrai o trecho abaixo:

A calamidade que assolou o Paiz, no anno de 1918, com o apparecimento da epidemia denominada <<influenza hespanhola>>, que horrível morticínio occasionou na Capital da Republica, alastrando-se, em seguida, pelos Estados, manifestou-se, tambem, nesta cidade, em character grave, alarmante, ceifando vidas preciosas, paralygando as actividades e pondo em sobresalto toda a população do município. O que constituiu essa calamidade entre nós, excuzo-me de dizer-vos, testemunhas que fostes de seu apparecimento. Cabe-me, pois, apenas relatar-vos a acção que desenvolvi em tal emergencia, o que faço, nas linhas a seguir. Ao verificar-se, aqui, em fins do mez de Outubro, os primeiros casos da gripe <<hespanhola>>, convidei o corpo medico da cidade para uma reuniao, que se realizou em meu gabinete, e na qual foram aventadas as medidas prophylaticas de urgencia, a serem adoptadas no sentido de evitar-se a maior propagação do mal. Nem bem haviam sido, entretanto, postas em prática as medidas sugeridas pelo corpo medico, e já a influenza se alastrára por toda a cidade em uma infinidade de casos, que se succediam, de momento a momento, paralygando o movimento geral. Tomei então, todas as medidas tendentes a attenuar os maleficios da gripe, socorrendo, amplamente, as classes pobres, que foram de preferencia, por ella atingidas. Surgiram, ao mesmo tempo, caridosas iniciativas particulares, procurando socorrer a população na premiante emergencia, ás quaes julguei dever emprestar franco apoio para que, melhormente, attingissem os nobres objectivos vizados. O Hospital de Caridade, de que é prestimoso presidente o Sr. Francisco Antonino Xavier e Oliveira, estabeleceu uma enfermaria provisoria para recolher os enfermos indigentes e o proletariado sem recursos, á qual mandei supprir de cobertas de cama, subvencionando-a com quantia em dinheiro, tudo na importancia de 2:500\$000. Por outro lado, accordei com o humanitario padre catholico, vigario desta Parochia, revdo. Raphael Iopp, a immediata inauguração projectada do Hospital São Vicente de Paulo, afim de serem nesse socorridos, por conta da Intendencia, os enfermos pobres, cujo tratamento em domicilio fosse deficiente. Como á outra instituição de caridade, mandei supprir a esta tudo o que se verificasse necessario ao seu immediato funccionamento. As despezas geraes desse Hospital, por conta da Intendencia, foram de 1:958\$000. Providencieí, ao mesmo tempo, para que fossem socorridos nos proprios domicilios os enfermos necessitados (OLIVEIRA, 1919, p. 13-14, *grafia original*).

A continuação do relato do Intendente Municipal descreve que a colônia de Marau recebeu uma grande quantidade de galinhas para serem distribuídas aos pobres, já que em Passo Fundo o preço da ave ficou exorbitante; afirma que o número de receitas médicas concedidas

pelo Serviço Médico da intendência municipal naquele ano foi bastante expressivo, superando três mil; descreve o apoio da intendência municipal aos pobres falecidos nos hospitais da cidade, cujos sepultamentos ficaram às expensas do município; e apresenta os elevados custos gerais que a pandemia demandou dos cofres municipais (OLIVEIRA, 1919, p. 31).

Ainda no *Relatório da Intendência Municipal de 1919*, o Intendente esclarece que, atendendo ao pedido do Diretor de Higiene do estado do RS, promulgou o ato nº 326 de 29 de maio de 1919, através do qual contratou um serviço público para remoção de materiais fecais de domicílios particulares e transporte para um local distante da cidade, durante o prazo de cinco anos. A municipalidade também realizou entre 01 de outubro de 1918 a 30 de setembro de 1919 desinfecções de 14 domicílios em que faleceram pessoas atacadas de *tuberculose pulmonar*, quais sejam: seis prédios na Rua XV de Novembro, cinco casas na Rua Jacuí e três prédios na Rua Paysandú (OLIVEIRA, 1919, p. 46). A intendência também destinou uma quantia para pagamento das duas primeiras prestações do contrato celebrado com o nacionalmente conhecido Dr. Francisco Saturnino Rodrigues de Brito (mais conhecido apenas como Saturnino de Brito), para elaboração de um projeto de água e esgoto na cidade, de acordo com a autorização do Conselho Municipal “expressa em a Lei n. 88, de 26 de Março do corrente ano” (OLIVEIRA, 1919, p. 24, *grafia original*). Este projeto de água e esgoto acabou não sendo executado pelos gestores posteriores (LIMA, 2018, p. 55, 56).

Além dos referidos serviços contratados pela intendência municipal, a movimentação para combater a pandemia de 1918 também gerou outros aprendizados e preocupações quanto à higiene da população local, que se seguiram nos anos seguintes, como os protocolos de higiene que ficaram estabelecidos na revisão do *Código de Posturas* em 1924 (ULRICH, 2020), realizada durante a gestão de Nicolau Araujo Vergueiro, que em 1921 já havia prometido a revisão deste Regulamento (VERGUEIRO, 1921b, p. 5). Embora tivesse prometido uma imediata revisão do *Código de Posturas*, Vergueiro diz no *Relatório da Intendência Municipal de 1924*, que por motivos de ordem superior foi obrigado a protelar a revisão do *Código de Posturas*, sendo alterado efetivamente em 1924, depois de ouvir emendas de algumas pessoas (VERGUEIRO, 1924, p. 21). A revisão realizada em 1924 durante a gestão de Vergueiro, por exemplo,

definia que não seriam permitidas construções de dependências que não tivessem cubagem de ar e luz suficientes e que as habitações coletivas, bem como as casas destinadas a reuniões deveriam preencher condições de solidez e higiene, [...] as latrinas de moradores ou vizinhos que ficassem próximas a poços, deveriam ter uma distância mínima de 10 metros destes (ULRICH, 2020, p. 78).

A inédita ascensão de um médico ao topo hierárquico do Poder Municipal de Passo Fundo apresenta algumas peculiaridades, como um olhar diferente aos acontecimentos cotidianos do município, interpretados de acordo com sua área de formação. Em uma passagem do *Relatório da Intendência Municipal de 1922*, é interessante observar a análise feita por Nicolau Araujo Vergueiro ao modo com que o transporte de carne estaria sendo realizado e a respectiva solução por ele proposta:

Aos respectivos fiscaes já ordenei medidas severas, no sentido de melhorar o transporte de carne, que está sendo feito, com raras excepções, por algumas carroças velhas e anti-hygienicas, dando aos açougueiros o praso até fim do corrente anno para modificarem aquelles vehiculos, sob pena de pesadas multas e de suspensão de trafego (VERGUEIRO, 1922, p. 31, *grafia original*).

Em discurso proferido em 1955, Nicolau Araujo Vergueiro relembra que entre 1918 e 1920 no município chegou a ser registrado casos de peste bubônica, infecção bacteriana conhecida por devastar a Europa no final da Idade Média, chamada de *Peste Negra*:

Penso que poucos colegas sabem que, nesta cidade, entre 1918 e 1920, foram verificados alguns casos de peste bubônica, no local onde estão, hoje, estabelecidos os Moinhos Riograndenses. Mandeí, por trem, para o Laboratório Paulista de Biologia, de São Paulo, uma lata, contendo ratos mortos e enviei, em um auto particular, outra para Porto Alegre, para o Laboratório de Análises, do estado. O resultado veio logo: bacilo de Yensen. Isolei, com rigor, o prédio, apliquei soro e vacina, retirei, de casa, todas as pessoas, só envoltas em lençóis embebidos em solução de ácido fênico, e, de acordo com o seu dono residente, incendiei, com todos os seus móveis e utensílios, o prédio, conseguindo, pouco mais tarde, indenização pelo governo do estado. Assim, terminou um mal gravíssimo, que traria, por certo, lastimáveis consequências. Não me é possível, neste momento, deixar de mencionar o nome do ilustre Dr. Ivo Barbedo, que prestou então relevantes serviços (VERGUEIRO, 1955, p. 4).

Em 1922 a intendência municipal informou que vacinou 500 pessoas contra a varíola e forneceu 100 tubos a particulares (VERGUEIRO, 1922, p. 29). Ainda naquele ano, uma epidemia de febre tifoide iniciada no povoado de Tamandaré foi contida a tempo e se evitou mais mortes. Gehn (2016b, p. 129) afirma que em 1922, Nicolau Araujo Vergueiro, junto a

Frederico De Marco e Arthur Leite, montaram no Hospital de Caridade uma Policlínica para atendimento dos doentes e trabalho gratuito aos pobres.

Sabendo da existencia, no povoado de Tamandaré, de uma epidemia, suspeita de peste, officiei, nesse sentido, ao medico municipal, que imediatamente para lá seguiu, indo, por gentileza, em sua companhia o Dr. Ladislau Boleman, residente em Carasinho. Verificaram tratar-se de febre typhoide, que já havia feito 5 vítimas e constatarem mais, que a causa do mal tinha origem em um chiqueiro de porcos, situado a menos de 2 metros do poço, que fazia o abastecimento de agua á família. Foram tomadas energicas e seguras providencias, restabelendo-se todos os outros enfermos, extinguindo-se tambem o foco. Da estação de Balisa vieram para esta cidade 7 doentes atacados do mesmo mal, sendo tratados em uma casa de propriedade do Hospital de Caridade. Foram tomadas medidas convenientes, para que o mal não se propagasse (VERGUEIRO, 1922, p. 29, *grafia original*).

No *Relatório da Intendência Municipal de 1923*, apresentado no mês de novembro daquele ano, Nicolau Araujo Vergueiro atribui o aumento das mortes entre 1922 e 1923 não somente às aglomerações de forças revolucionárias, mas também a “irrupção da gripe, que extensamente grassou no inverno conforme já deixei dito, e o apparecimento de casos da fébre typhoide, manifestados em contingentes das mesmas forças, vindas de outros municípios” (VERGUEIRO, 1923, p. 16, *grafia original*).

Ao final de 1921 Nicolau Araujo Vergueiro apresentou ao Conselho Municipal o relatório da intendência daquele ano, sua primeira mensagem ao Conselho como Intendente Municipal. Após “verificação do estado em que se achavam os negocios do municipio, afim de me ser possivel accional-os convenientemente” (VERGUEIRO, 1921, p. 2, *grafia original*), listou neste Relatório 12 situações herdadas da administração anterior e que, segundo sua interpretação, o município precisava resolver. Esta publicação foi suficiente para que em fevereiro do ano seguinte o Ex-intendente Coronel Pedro Lopes de Oliveira se manifestasse na imprensa, rebatendo cada um dos 12 itens. Na nota, o Coronel Pedro Lopes de Oliveira inicia o texto demonstrando que ficou muito ofendido:

Em seu relatorio apresentado ao Conselho Municipal de Passo Fundo, em a ultima reunião ordinaria, approuve ao intendente sr. dr. Nicolau Araujo Vergueiro expender uma série de conceitos, deploravelmente tendenciosos, atacando a minha modésta administração, encerrada em 15 de novembro de 1920. Na serenidade de animos dos dias que passam, longe estava eu de suppôr que, ainda uma vez, me fosse necessario vir a publico defender-me de insolitas aggressões do genero daquellas de que tão ferteis foram meus inimigos na passada agitação da política local. A campanha que então se travou, perturbando o desenvolvimento normal dos negocios publicos no

município, e na qual todos os processos de mystificações e embustes foram armas de combate dos meus adversários, terminou, afinal com a victoria do sr. dr. Nicolau Araujo Vergueiro, expressa na sua ascensão à curul intendencial, méta suprema, supremo objectivo de todos os seus esforços em acção. [...] Recolhi-me, assim, sem quaesquer explosões de mal contido despeito, ao isolamento, à tranquillidade de minha vida privada, certo de nunca haver faltado aos dictames da minha consciencia, às injuncções do patriotismo e da honra, cumprindo o meu dever em dezesseis longos e afanosos annos de vida publica como intendente deste município. Entretanto, o socego de espírito que ambicionava encontrar em meu isolamento das luctas estereis do partidarismo, foi ha pouco perturbado. Sem que o quizesse, sem que o provocasse, surpreendi-me, a contra gosto, forçado, de novo, a pôr-me em evidencia, para reprimir affrontas à minha digna situação de vencido, que, no caso, não se póde resignar à passividade do leão da fabula, visto que as accusações de que fui alvo, sobre affectaram meus melindres, interessam, irrefragavelmente, os compromissos que tive com o povo de Passo Fundo. Tenha paciencia, pois, o sr. dr. Nicolau Araujo Vergueiro, S. s., ferindo o seu antecessor no governo do município, reeditando, dando curso em documento publico de grande divulgacão à crítica apaixonada e malevola com que, bastas vezes, nesta terra prettenderam enxovalhar a minha reputação como administrador, commeteu um erro grave e irreparável. Diminuiu-se ao conceito ponderado de seus concidadãos pelo gesto pouco nobre, intolerante e subversivo de todos os preceitos de boa ethica, hostilizando, intempestivamente, ao adversário vencido; e, por outro lado, creou para si mesmo esta situação inhabil, embaraçosa, de, em publico, perante seus administrados, ser suspeitado do delicto de lésa-verdade, perpreta na elaboracão de sua primeira mensagem. De facto, s. s., embora veladamente, nos doze itens com que procedeu sua arenga ao Conselho, visou formular um verdadeiro libello contra a administração passada (*A ÉPOCA*, 16 de fevereiro de 1922, *grafia original*).

Em 1922 Nicolau Araujo Vergueiro envida esforços para a compra de terras a fim construir um quartel na cidade, que seria operado pela Unidade Federal. Ironicamente, esse quartel seria atacado pelo próprio Vergueiro no conflito armado de 1930. Conforme Gehn (2016b, p. 266), nesta área de terras providenciada pelo então Intendente, se instalou o 8º Regimento de Infantaria (RI), cujo marco inicial da construção foi inaugurado em 31 de agosto de 1922.

Ainda durante a primeira gestão de Nicolau Araujo Vergueiro como Intendente Municipal ocorreu a Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul, motivada pela reeleição para o quinto mandato consecutivo de Borges de Medeiros. Vergueiro se manteve ao lado de Borges de Medeiros durante a Guerra Civil de 1923 e contra as tropas do federalista Joaquim Francisco de Assis Brasil, este último, dissidente do PRR. Em Passo Fundo, o Comandante das Forças Revolucionárias foi o General João R. Menna Barreto (GEHN, 2016b, p. 266).

Na edição de 06 de fevereiro de 1923 de *A Federação* há uma descrição dos movimentos armados ocorridos em Passo Fundo. Embora *A Federação* fosse um veículo oficial de divulgação dos ideais políticos do PRR¹⁹ e nesta época o Coronel Pedro Lopes de Oliveira

¹⁹ Na edição de 4 de janeiro de 1884 *A Federação* destaca que "a criação de um órgão do Partido Republicano foi resolvida no Congresso de 1883, a 21 de março, e o seu primeiro número apareceu a 1º de janeiro de 1884. Antão

estivesse rompido com o PRR (GEHN, 2016a, p. 169; 201; 203), esta reportagem se vista com cautela e com a crítica necessária, permite ter uma noção dos acontecimentos ocorridos na cidade de Passo Fundo e dos integrantes dos grupos revoltosos. Chama atenção que dentre os revoltosos contra o governo republicano, a reportagem cita o Coronel Pedro Lopes de Oliveira, dissidente do PRR naquele momento. Afirma que desde 08 de janeiro de 1923 alguns grupos opositores do governo vinham fazendo roubos de gados e armas, que dentre os que comandavam os grupos estaria o Coronel Pedro Lopes de Oliveira. A reportagem descreve ainda que na madrugada do dia 25 de janeiro de 1923 um grupo de cerca de 2.000 homens iniciaram tiroteios com as forças legais do município de Passo Fundo, estendendo-se o tiroteio até o dia 30, quando fugiram. Os revoltosos teriam cortado os fios de luz e atacado a usina hidrelétrica, deixando a cidade às escuras durante três dias. Sobre a atuação do Intendente Municipal Nicolau Araujo Vergueiro, o periódico afirma que “a população mostra-se satisfeita com a ação do Dr. Araujo Vergueiro e do Tenente-Coronel Candido Machado. O primeiro, com mais responsabilidades, ficou quase exausto, tendo adoecido no dia em que chegou o General Firmino” (*A FEDERAÇÃO*, 06 de fevereiro de 1923).

Figura 3 - Caminhão em frente ao prédio da intendência municipal de Passo Fundo conduzindo soldados durante a Revolução de 1923



Fonte: Vergueiro (1923, p. 30).

No *Relatório da Intendência Municipal de 1924*, apresentado em 15 de novembro daquele ano pelo Intendente Nicolau Araujo Vergueiro, é destinado um subcapítulo específico para tratar sobre os principais acontecimentos ocorridos na cidade durante 1923. O Relatório informa que no dia 07 de novembro de 1923 foi estabelecido o armistício na cidade de Passo Fundo entre as forças da legalidade e as revolucionárias. Ao final do documento, são destacadas as elevadas despesas municipais exigidas pelo conflito (VERGUEIRO, 1924).

Nos *Cadernos de Memórias* de Nicolau Araujo Vergueiro há uma narrativa contendo seu discurso realizado em Carazinho, então 4º distrito municipal de Passo Fundo, em um churrasco oferecido à Vergueiro pelo PRR no dia 19 de janeiro de 1924, na qual o então Intendente Vergueiro comenta acerca da guerra civil de 1923. Segundo a narrativa, o PRR *repugnava* uma guerra civil, de forma que o chefe do partido, Borges de Medeiros, era sempre aconselhado a manter a máxima tolerância. Esta tolerância se manteve até o dia da eleição estadual para Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, no dia 25 de novembro de 1922, quando em Carazinho seus correligionários do PRR abandonaram a mesa eleitoral, a fim de *evitarem um atrito violento e derramamento de sangue*, e foram exercer seu direito de voto na sede do município. Segundo Vergueiro, o que se passou então em Carazinho naquele momento, foi “uma verdadeira orgia eleitoral, com juiz, mesários, eleitores improvisados e títulos falsificados... uma cena burlesca” (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 163 - Discurso em Carazinho*).

Prossegue a narrativa de Nicolau Araujo Vergueiro dando conta de que por ocasião da apuração do pleito estadual daquele ano, seus correligionários na Assembleia dos Representantes *pregavam a paz*, alertando sobre os horrores e as consequências que seria uma guerra *entre irmãos*; mas que enquanto assim o procediam, segundo Vergueiro, “outros preparavam surdamente e nas trevas uma revolução, para assalto ao poder, pouco se importando com os meios para atingirem ao fim almejado” (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 163 - Discurso em Carazinho*).

Nicolau Araujo Vergueiro descreve que em Porto Alegre o plano dos revolucionários foi abortado graças à *ação decisiva do governo do Estado*, e que em 24 de janeiro de 1923 houve o primeiro golpe tentado dos revolucionários, à cidade de Passo Fundo, “que não tinha mais do que 400 homens para defendê-la, sitiada por mais de 3000, não só deste município, como vindos de Palmeira, Erechim, Lagoa Vermelha e outros pontos” (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 163 - Discurso em Carazinho*).

Apesar dessa diferença numérica não foi sequer tomada uma só das nossas posições, sendo, por vezes, os pseudo-libertadores rechaçados em suas linhas. Resistência heroica de 8 dias! “On ne passe pás”! Honra aos nossos soldados. Em seguida, como a propagação das epidemias, o mal alastrou-se pelo Estado, e tivemos 11 meses de correrias, de saques, de depredações, nunca os adversários se abalçando a nos enfrentar em um combate decisivo. E por fim a paz, de cujo texto sois conhecedores, e aí estão de pé, cada vez mais sólidas, as nossas instituições; aí está, cada vez mais prestigiado, o mesmo governo e aí está, cada vez mais respeitado, o digno Borges de Medeiros, cercado, em círculo cada vez mais forte, pelo pujante, glorioso e invencível partido republicano. E o que resta dessa luta? Um manto de tristezas, um rosário de dores e de lágrimas, um manancial enorme de pesares e de luto, um séquito de mutilados, de órfãos e de viúvas (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 163 - Discurso em Carazinho*).

Em nível estadual, a Revolução de 1923 teve fim em 14 de dezembro de 1923, com a assinatura do Pacto de Pedras Altas. Nicolau Araujo Vergueiro encerra sua primeira gestão de Intendente Municipal ao final de 1924.

Nicolau Araujo Vergueiro é eleito para o segundo mandato como intendente municipal em setembro de 1928, assumindo em novembro daquele mesmo ano. Em um manifesto direcionado aos membros do PRR em 20 de julho de 1928, Vergueiro afirmou que *nunca aspirei a posição alguma de destaque*, e que atenderia ao pedido do partido para candidatar-se ao pleito municipal de 1928. No mesmo manifesto, Vergueiro aponta suas principais promessas de campanha.

Exmo. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, e às constantes solicitações de correligionários deste Município, que sempre, nos bons e nos maus momentos, me tem distinguido e cercado de inequívocas provas de solidariedade, consideração estima, resolvi aceitar a minha candidatura ao cargo de Intendente desta dadivosa terra, no quadriênio de 1928 a 1932. Nunca aspirei a posição alguma de destaque, e as que modestamente tenho desempenhado devo as injunções do Partido a que pertenço, ao qual venho dedicando, com sinceridade e com prazer, as maiores e as melhores energias da minha vida. No caso presente, de novo obedeco. Vou trabalhar com devoção à causa pública. Dispensó-me, e a escusa é justa, de apresentar e descrever um exaustivo programa de governo. Sou contrário ao convencionalismo das longas plataformas, em geral recheadas de abundantes promessas, e que, em geral também, ficam no esquecimento. Direi, entretanto, em simples e ligeiro resumo, algo de que pretendo fazer. De início, a minha atenção se voltará para as estradas de rodagem, artérias por onde circula o sangue bendito da produção, fonte perene de riqueza. Construindo pontes, melhorando todas as estradas velhas, rasgando novas se possível, estabelecerei o serviço permanente de turmas de reparos, sem o que todo o trabalho será, em pouco tempo, perdido. À instrução pública vou consagrar especial carinho: tratarei de aumentar, com professores competentes o número das escolas municipais, empenhando esforços no sentido de conseguir do Estado maior subvenção às suas aulas, de modo a abrir novas casas de ensino. Os distritos terão as suas sedes devida

e relativamente melhoradas. Na cidade, continuarei o calçamento das ruas e avenidas, e outras obras de necessidade e de embelezamento. À propósito do saneamento da sede do município, empreendimento de vulto e de fôlego, em época oportuna será estudado e resolvido (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 191 - Manifesto político*).

Nicolau Araujo Vergueiro não concluiu os quatro anos deste segundo mandato de intendente municipal porque em 01 de março de 1930 é eleito deputado federal e assume a função em maio de 1930 na capital federal, Rio de Janeiro. Dessa forma, assumiu a intendência municipal o Vice-intendente Henrique Scarpellini Ghezzi (GEHN, 2016a, p. 241).

Conforme Prates (2001), ocorreram críticas de opositores nos jornais da época, acusando Nicolau Araujo Vergueiro de manter o cargo de intendente municipal concomitantemente ao mandato de deputado federal, cujo acúmulo teria permanecido de maio de 1930 (quando toma posse como deputado federal) até setembro de 1930 (mês da eleição intencional) ou novembro de 1930 (mês da posse intencional), data em que fecharia dois anos na função de intendente e isso permitiria que o vice-intendente assumisse sem ser necessária nova eleição.

Indagações e críticas também eram tecidas nos editoriais sobre a transferência de Nicolau Araujo Vergueiro para a Capital da república: "Está eleito e reconhecido deputado federal por este estado. Já se transportou, naturalmente, para a Capital da República onde se encontra e não voltará com ânimo de residência a esta cidade pelo menos durante os próximos três anos". As críticas ainda giravam em torno da posse do vice-intendente, Henrique Scarpellini Ghezzi como Intendente, alertando-se que Vergueiro não havia renunciado, logo, estava acumulando os dois cargos, de Intendente e de Deputado. Alegava-se que Nicolau Vergueiro queria, com a licença, apenas o seguinte: "burlar a lei. Depois de 15 de novembro próximo, passados já dois anos, far-se-á a renúncia e então o vice-intendente continuará no governo, sem novo pleito" (PRATES, 2001, p. 43, *grifo nosso*).

Ao final do mês de junho de 1930, o jornal *O Nacional* teceu críticas à administração local de Passo Fundo, acusando Nicolau Araujo Vergueiro de orientar o vice-intendente na condução da municipalidade. Mas conforme Goulart (2016), "o jornal não demonstrou ter nada contra o vice intendente, no entanto disseram acreditar que para que o município voltasse a linha do progresso era necessário que Vergueiro não lhe desse palpites" (GOULART, 2016, p. 279). A edição de 28 de junho de *O Nacional* dizia que Vergueiro

era um malfadado administrador, pois recebera de seu antecessor uma intendência em ótima situação financeira, com projetos de melhorias urbanas já traçados mas, conseguiu fazer desandar as obras e secar o tesouro municipal, deixou o município a pão e água. Assumindo a cadeira na Câmara Federal, não abandonou o posto na intendência, apenas passou para as mãos do vice intendente Scarpellini Ghezzi (O NACIONAL, 28 de junho de 1930. Apud: GOULART, 2016, p. 279).

Em 1930 Nicolau Araujo Vergueiro participou da criação da Sociedade de Medicina de Passo Fundo, sendo um de seus fundadores. Esta instituição durou cerca de três anos e logo se extinguiu porque teria se tornado um ambiente de *discórdias violentas*, conforme Vergueiro descreveu em uma narrativa memorialística. Na narrativa 098 - *Uma Conferência*, é transcrita uma palestra (identificada como conferência) ministrada em 10 de junho de 1932 perante a Sociedade de Medicina de Passo Fundo.

Fundamos uma sociedade de medicina, que somente funcionou durante três anos. Fui seu presidente em 1930 e 1931, sendo depois eleito o Dr. Odilon. Foram apresentados e discutidos vários e importantes trabalhos, mas achamos de melhor aviso acabar com a Sociedade, pois ela estava sendo o pomo de discórdias, de inimizades e de questões externas, travando-se ali, parece incrível em um meio tão intelectual, discussões violentíssimas (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 094 – Relação nominal*).

Ao final de 1930 Nicolau Araujo Vergueiro apoiou e liderou o movimento armado em Passo Fundo, sendo nomeado Governador Civil da cidade de Passo Fundo durante o conflito (FONTOURA, 1931, p. 173). A Revolução de 1930 em âmbito nacional resultou na prisão do Presidente da República Washington Luís e levou o ex-colega da Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, ao poder nacional. É importante destacar que não foi todo o Rio Grande do Sul que aderiu ao movimento.

Na edição de 16 de novembro de 1930, do *Diário Carioca* do Rio de Janeiro, Nicolau Araujo Vergueiro concede uma entrevista na qual detalha os acontecimentos ocorridos em Passo Fundo. Conforme a entrevista, no dia 20 de agosto de 1930, Vergueiro teria retornado à Passo Fundo, vindo da capital federal, Rio de Janeiro, já sabendo do movimento que se projetava e logo começou a reunir as forças. Durante o mês de setembro recebeu armamentos e munições, conseguindo quatrocentos fuzis, seis F. M.²⁰, cento e trinta mil tiros, um lança-chamas, um lança-minas e dentre os particulares mais cento e cinquenta fuzis e vinte mil tiros.

²⁰ A sigla F.M. se refere à Fuzil Metralhador. Carvalho (1933, p. 166; 181) também mencionou esse tipo de arma ao abordar a Revolução de 1930 em Passo Fundo.

No dia 3 de setembro de 1930, Nicolau Araujo Vergueiro teria recebido uma carta do Dr. Osvaldo Aranha, de Porto Alegre, apresentando o General Miguel Costa, enviado à Passo Fundo para lhe auxiliar na preparação e organização do movimento. Da carta, Vergueiro registrou o seguinte trecho:

Não preciso encarecer a tua ação em tudo isso: és e serás a alavanca da Serra. Sobre o teu prestígio e o teu valor assentam graves responsabilidades quanto ao golpe inicial. Confio, tranquilamente, em que tudo sairá a tempo e hora, porque conheço a tua capacidade e a do Miguel. Podes confiar nele: é um soldado digno num cidadão melhor. Põe todo o teu esforço para que o golpe, essencial ao movimento, seja rápido, seguro e eficaz. Isto feito, tudo o mais virá com ordem e segurança, não há mais dúvidas: a coisa sai e a vitória é nossa. Só assim, meu caro Vergueiro, com o teu Passo Fundo à frente, teremos honrado os nossos compromissos com o povo brasileiro (ARANHA, 1930, *Apud*: VERGUEIRO, 1936, *Narrativa 247 - A Revolução de 1930 em Passo Fundo, grifo nosso*).

O General Miguel Costa ficou hospedado numa chácara distante do centro da cidade, onde se reunia com os chefes revolucionários para arquitetar o movimento. Durante a noite, ia até a cidade, na casa de Nicolau Araujo Vergueiro para inteirar-se das notícias recentes. Permaneceu na cidade até dia 02 de outubro, antes do início do conflito, quando seguiu para Marcelino Ramos. Ao se despedir de Vergueiro, disse “Doutor, hoje é o dia mais feliz da minha vida” (GEHN, 2016a, 244).

Passo Fundo era crucial para a passagem dos revolucionários, via estrada de ferro, rumo à São Paulo, o que evidencia a importância que tinha o município para o êxito do movimento.

A estrada de ferro, quase único meio de transpor as distâncias, para seguir em direção ao alvo dos revolucionários, tinha em Passo Fundo o seu ponto principal de passagem, sendo necessária uma adesão completa, das forças aqui sediadas, para dar livre trânsito aos bravos gaúchos, que viriam das regiões mais do sul e até mesmo da capital do estado (GEHN, 2016a, p. 242).

De acordo com a entrevista publicada pelo *Diário Carioca* em 16 de novembro de 1930, Nicolau Araujo Vergueiro no dia 30 de setembro de 1930 recebeu um aviso de Porto Alegre informando que a Revolução teria início em todo o Rio Grande do Sul, às 17:30min do dia 03 de outubro, numa sexta-feira. Assim, na quinta-feira véspera do início, repassou uma carta ao Comandante do Quartel do 8º Regimento de Infantaria (RI), Coronel Estevão Leitão de

Carvalho, convidando-o a aderir ao movimento e oferecendo-lhe, devidamente autorizado, um lugar de destaque no quartel-general em Porto Alegre.

No dia 03 de outubro, sexta-feira, por volta de 12h, chegou um telegrama de Porto Alegre que noticiava que o General Gil de Almeida, Comandante da 3ª Região Militar e superior do Coronel Estevão Leitão de Carvalho, teria aderido à Revolução. Essa notícia fez com que o Coronel Estevão Leitão de Carvalho anunciasse sua adesão ao movimento revolucionário, assim como vários de seus oficiais subordinados. Logo mais tarde, Nicolau Araujo Vergueiro recebeu um telegrama urgente que dizia ser falsa ou mal interpretada a notícia anterior, fazendo que com o Coronel Estevão Leitão de Carvalho retirasse sua adesão. Entretanto, segundo Vergueiro, muitos dos oficiais subordinados ao Coronel Estevão Leitão de Carvalho mantiveram sua promessa de adesão ao movimento revolucionário, como os tenentes Carlos Cezar Martins, Jorge Gomes Ramos, João Andrade Aguiar, Boleslau Mierczynski, Jarcerdy Machado Hansen e Jacintho Maria Godoy (VERGUEIRO, 1936, *Narrativa 247 - A Revolução de 1930 em Passo Fundo*).

Às 15h de sexta-feira, 03 de outubro, o Coronel Estevão Leitão de Carvalho respondeu por carta declinando do convite de rendição feito por Nicolau Araujo Vergueiro no dia anterior. Por volta de 17:30min, foi distribuído um manifesto ao povo de Passo Fundo, pedindo para a população confiar nos revolucionários. Tal manifesto está descrito na íntegra na entrevista publicada pelo *Diário Carioca*, bem como está descrito integralmente nos *Cadernos de Memórias* de Vergueiro (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 204 - Ao povo de Passo Fundo*). Após a divulgação do manifesto, diversos civis procuraram voluntariamente o Quartel da Polícia em busca de armas para se incorporarem às tropas revolucionárias, cujo efetivo elevou-se para 500 homens, momento em que foi dada a ordem para o cerco do Quartel do 8º RI. Grupos menores se posicionaram em lugares estratégicos, como nas linhas férreas e avenidas (*DIÁRIO CARIOCA*, 16 de novembro de 1930).

No *Album do Municipio de Passo Fundo* publicado em 1931 por Túlio Fontoura, dono do jornal *A Luta*, consta a divisão dos grupos de revolucionários e suas localizações, que foram configuradas da seguinte forma:

- 1º GRUPO - Sob o comando do Coronel Edmundo Dalmacio de Oliceira. Ocupou a linha férrea, desde a rua Uruguai até as proximidades da avenida dos Eucaliptos.
- 2º GRUPO - Sob o comando do Coronel Quim Cesar. Ocupou a zona sul, pela rua Uruguai, até próximo ao chafariz.
- 3º GRUPO - Sob o comando do Coronel Marcos Bandeira. Ocupou a parte norte, da Avenida dos Eucaliptos até os matos, a oeste do quartel.

4º GRUPO - Sob o comando do Coronel Pires e Dr. Lacerda de Almeida Junior, ocupou a zona do mato, até fazer ligação com a coluna do Coronel Edmundo.
 - A luz foi cortada para o quartel, continuando, porém, para o resto da cidade (FONTOURA, 1931, p. 175).

Continuando a entrevista do *Diário Carioca*, Nicolau Araujo Vergueiro diz que ainda na tarde de sexta-feira iniciou a troca de tiros. Depois de uma hora de fogo cruzado, caiu a noite com fortes pancadas de chuva. Às 23h um dos revolucionários se comunicou com o Coronel Estevão Leitão de Carvalho, o qual se mostrou irredutível em render-se. Às 3h da madrugada de sábado, Vergueiro ligou para o Coronel Estevão Leitão de Carvalho e informou que já havia empregado toda boa vontade no sentido de evitar derramamento de sangue e deu o prazo de duas horas para o Comandante retirar sua família do Quartel, pois às 5h da madrugada o lugar seria bombardeado e tomado de qualquer forma, custe o que custasse. Pouco antes das 5h da madrugada de sábado, o Quartel do 8º RI hasteou a bandeira branca, rendendo-se. Reuniu-se então, no salão de honra do Quartel, Vergueiro com o Coronel Estevão Leitão de Carvalho e outros oficiais dos dois grupos, no qual foi lavrada uma ata de rendição, em duas vias. A ata é bem sucinta e está descrita integralmente na edição de 16 de novembro de 1930 do *Diário Carioca*, bem como consta nos *Cadernos de Memórias* de Nicolau Araujo Vergueiro (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 205 - A ata de rendição*).

Em termos gerais, a ata registra a rendição do 8º RI, confere liberdade imediata aos soldados do 8º RI, se comprometendo a não os hostilizar, e condena à prisão em Porto Alegre os oficiais, os quais seriam acompanhados durante todo o trajeto até Porto Alegre, em trem com todas as comodidades necessárias, e por fim, registra que o Quartel e todo o material existente neste, ficaria sob a responsabilidade de Nicolau Araujo Vergueiro (*DIÁRIO CARIOCA*, 16 de novembro de 1930).

Segundo Gehn (2016a, p. 249), o Coronel Estevão Leitão de Carvalho foi escoltado até Porto Alegre por conceituados cidadãos de Passo Fundo, “como o Dr. João Junqueira Rocha, advogado; Ivo José Ferreira, presidente do Conselho Municipal; Aristóteles Lima, Fazendeiro, Filomeno Gomes, Capitalista; Lauro Lima e Arthur Langaro, Comerciantes”. Posteriormente, o Coronel Estevão Leitão de Carvalho assim se manifestou ao seu quartel:

Cerca das 17 horas, nosso Regimento que, desde vésperas, se achava de rigorosa prontidão, foi inopinadamente atacado por grupos civil armados que, tomando posição, ora no barranco da estrada de ferro, defronte ao quartel, ora nos muros das casas, sitas no seu flanco direito e ora no mato que lhe fica nos fundos, fizeram fogo

sobre o edifício. O ataque foi repellido energicamente, ocupando os novos homens as posições de antemação designadas. Durante a noite em vista das negociações entabuladas, entre este comando e os chefes revolucionários, foi suspenso o ataque. A falta de víveres, de água, a escassez de munição, o isolamento em que se achava o Corpo, estando as guarnições mais próximas rebeladas e prisioneiras dos revolucionários, os comandantes da Região e da Brigada, levaram o Comandante e oficiais do Regimento a negociar sua rendição, a mais honrosa que a difícil situação permitia (GEHN, 2016a, p. 247).

Na edição de 19 de novembro do *Diário Carioca* continua a narrativa dos acontecimentos do conflito. Depois de efetuada a rendição do 8º RI na manhã de sábado do dia 04 de outubro, Nicolau Araujo Vergueiro discursou no prédio da intendência ao povo que se aglomerou na Avenida Principal, noticiando as bases da rendição e pedindo a colaboração de todos os munícipes. Logo após a rendição, um grupo de 100 homens seguiu para Marcelino Ramos para incorporarem-se à coluna de outros revolucionários. No dia 08 de outubro, outro grupo composto por cerca de 500 civis revolucionários deixou Passo Fundo (DIÁRIO CARIOCA, 19 de novembro de 1930).

Fontoura (1931) afirma que o contingente de civis do lado revolucionário era de cerca de 450 homens e que o conflito resultou em pelo menos quatro mortes: do cabo Amantino Albuquerque, com 19 anos, natural de Campo do Meio, das Forças Revolucionárias do Coronel Marcos Bandeira; do cabo Sadi Freitas Vieira, pertencente à Companhia de Metralhadoras do 8º RI; além de outras duas mortes que não foram possíveis de apurar (FONTOURA, 1931, p. 175 - 177).

O Comandante do 8º RI de Passo Fundo, Coronel Estevão Leitão de Carvalho publicou em 1933 um livro intitulado *Na Revolução de 30: a atitude do 8º RI, da guarnição em Passo Fundo*, pelo qual descreve os acontecimentos a partir de sua percepção do ocorrido. Conforme Carvalho (1933, p. 204), um dos chefes revolucionários, o Coronel Quim Cesar, lhe confidenciou posteriormente que não era intenção dele e de nenhum dos chefes revolucionários iniciar o tiroteio contra o quartel do 8º RI; mas que o início dos disparos ocorreu pela indisciplina dos homens da coluna destinada ao cerco da face sul do quartel, composta por homens chegados de fora da cidade que não respeitaram as ordens recebidas.

O Coronel Leitão de Carvalho (1933, p. 205) afirma ainda, que soube posteriormente que foram cinco óbitos entre os revolucionários, mas que mantiveram grande discrição sobre o assunto. Esclarece também que ao chegar como prisioneiro em Porto Alegre e conversar com o presidente em exercício do estado, Osvaldo Aranha, os dois chegaram ao consenso de que

houve algum engano no envio ou no recebimento do telegrama mal interpretado em Passo Fundo (CARVALHO, 1933, p. 244).

Segundo Gehn (2016a), um fato curioso aconteceu quando o General Miguel Costa chegou à Marcelino Ramos no dia 02 de outubro, saindo de Passo Fundo, antes do início do conflito armado. Este, encontrou na estação de trem de Marcelino Ramos, num carro-dormitório, o General Candido Mariano Rondon, que estava de passagem com sua equipe indo à fronteira do Brasil com o Uruguai para fazer medições de terra. O General Miguel Costa o colocou a par de tudo que estava acontecendo, e este não estava ciente de nada. Não aderindo à Revolução, o General Candido Mariano Rondon se tornou prisioneiro e foi enviado à Passo Fundo para os cuidados de Nicolau Araujo Vergueiro que recebeu o prisioneiro e logo entrou em contato com Osvaldo Aranha, que solicitou que enviasse o preso à Porto Alegre.

Nicolau Araujo Vergueiro então, apresentou ao preso a escolta que iria acompanhá-lo até Porto Alegre: Dr. Homero Martins Batista, Juiz de Direito da Comarca; Dr. Veiga Faria, Gerente do Banco da Província do Rio Grande do Sul; Dr. Vitor Graeff, Advogado; Ruy Vergueiro (filho de Vergueiro), Olavo Hahn, funcionário da prefeitura; Henrique de Almeida Cruz e Gabriel Ferreira, funcionários da justiça. Diante disso, o General Candido Mariano Rondon respondeu: “Dr. Vergueiro, isto não é uma escolta. É uma honra para mim ser conduzido por tão distintos cidadãos!” (GEHN, 2016a, p. 250).

Nos *Cadernos de Memórias* de Nicolau Araujo Vergueiro, mais especificamente na narrativa “247 - A Revolução de 1930 em Passo Fundo”, constam praticamente os mesmos relatos sobre a Revolução de 1930 em Passo Fundo do que aqueles narrados na entrevista dada ao *Diário Carioca*. Cabe ressaltar que tanto a entrevista ao *Diário Carioca* quanto as narrativas memorialísticas são versões de Vergueiro sobre a Revolução de 1930 em Passo Fundo, e evidenciam sua fidelidade à Revolução de 1930 e seu papel de líder do movimento no município.

Aos muitos feridos do conflito de 1930, foram ofertados gratuitamente atendimentos médicos pelo Hospital São Vicente de Paulo, cuja equipe médica contou com a presença de Nicolau Araujo Vergueiro. Além deste, o Corpo Médico do Hospital em 1930 contava com: “Dr. Dino Caneva (cirurgião italiano), Dr. Arthur Leite, Dr. Henrique B. Fridberg, Dr. Odilon B. Oliveira, Dr. Antônio Carlos Rebello Horta, Dr. Clodoaldo Brenner, Dr. Wilson Tenack de Souza, Dr. Armando Vasconcellos e Dr. Bruno Pellegrini” (GEHN, 2016b, p. 95).

No dia 14 de outubro, após a vitória dos revolucionários no município, Getúlio Vargas passou por Passo Fundo em direção ao Paraná. Segundo Nicolau Araujo Vergueiro, o líder revolucionário permaneceu no município por algumas horas, sendo-lhe prestadas as

homenagens pelo povo que se aglomerou *com extraordinária vibração* (VERGUEIRO, 1936, *Narrativa 247 – A Revolução de 1930 em Passo Fundo*).

Figura 4 - Nicolau Araujo Vergueiro e Getúlio Vargas na Revolução de 1930



Fonte: *Zero Hora*, 11 de janeiro de 1998.

O apoio de Passo Fundo à Getúlio Vargas em 1930 seria lembrado e cobrado mais adiante, por meio de contrapartidas, como melhorias ao município. Aguirre (2020) coloca que uma das primeiras reivindicações do município de Passo Fundo foi a solicitação de uma linha aérea que ligasse Passo Fundo à Porto Alegre. Dessa forma, o governo municipal iniciou os esforços para viabilizar a instalação da Companhia Varig no município, inaugurando um campo de aviação à oeste da cidade, em 29 de outubro de 1940. O autor afirma que somente em 5 de maio de 1942 é que a referida Companhia passou a ofertar voos regulares à Porto Alegre (AGUIRRE, 2020, p. 112).

Nicolau Araujo Vergueiro preserva em seu acervo uma homenagem concedida pelo presidente do Aero Clube de Passo Fundo em 29 de agosto de 1951. O documento afirma que a diretoria da entidade aprovou por unanimidade um voto de louvor à Vergueiro pelos serviços prestados à entidade. Também há um recorte do *Diário da Manhã*, edição de 19 de agosto de 1951, intitulado *O novo aparelho do Aéro Clube de Passo Fundo*, com o seguinte teor:

Em uma de nossas últimas edições, noticiamos amplamente sobre o novo avião que vem de ser doado ao Aéro-Clube de Passo Fundo, pela Companhia Nacional de Aviação. Segundo já noticiamos, esse aparelho foi trazido a esta cidade pelo piloto civil Dante Cogo, tendo chegado sexta-feira. Entretanto, frizamos ainda que a doação desse aparelho constitui o último benefício prestado a Passo Fundo, pelo Dr. Nicolau Araujo Vergueiro, como Deputado Federal, porquanto foi o ex-parlamentar passofundense, quem conseguiu a referida doação (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 19 de agosto de 1951, *grafia original*).

Em 24 de janeiro de 1931, cerca de quatro meses após à Revolução de 1930, é criado o município de Carazinho, abrangendo, além desse distrito, outros que também eram de Passo Fundo. Antes disso, diversas tentativas já haviam sido feitas para sua emancipação, em 1917, 1925, 1927 e 1929, com Nicolau Araujo Vergueiro demonstrando, por várias vezes, oposição à emancipação, sob justificativa de que Carazinho era um dos maiores e mais produtivos distritos de Passo Fundo (PRATES, 2001, p. 87). Cavalheiro (2008, p. 361) destaca que para Vergueiro, “a emancipação do distrito representava a perda do reduto eleitoral que lhe garantia significativa fração de votos, além dos impostos arrecadados e da diminuição da área geográfica”.

O distrito de Carazinho era um dos maiores e mais produtivos do município de Passo Fundo, mas também contava com muitos eleitores de Nicolau Araujo Vergueiro junto ao distrito de Não-Me-Toque. A perda desses dois distritos abalaria muito suas pretensões políticas. Essa discussão sobre Carazinho “provocou muito desgaste ao prestígio e poder deste político, pois as críticas prosseguiram intensamente por um longo tempo nos editoriais de *O Nacional* (CAVALHEIRO, 2008, p. 186).

Prates (2001) afirma que Nicolau Araujo Vergueiro e o Vice-intendente Henrique Scarpellini Ghezzi fizeram algumas viagens para Porto Alegre na tentativa de resolver a situação com Flores da Cunha e que “nesse contexto turbulento, Nicolau Vergueiro chegou até a fazer um desabafo: *o caso de Não-Me-Toque lhe estava dando demasiado trabalho e aborrecimento*” (VERGUEIRO Apud: PRATES, 2001, p. 96).

As pressões sobre Flores da Cunha deram resultado e a emancipação concretizou-se logo no início do ano seguinte pelo decreto estadual de 24 de janeiro de 1931, sob o nº 1.707, que emancipava o quarto distrito (Carazinho), abrangendo mais o sétimo (Não-Me-Toque), o oitavo (Coronel Gervásio), o nono (São Jacob), o décimo segundo (Boa Esperança) e partes do sexto (Segunda Sede Sarandi) e do décimo terceiro (Tamandaré) (PRATES, 2001, p. 96, *grafia original*).

Com o Decreto que emancipou Carazinho e outros distritos, Flores da Cunha, então interventor do Rio Grande do Sul, nomeado por Getúlio Vargas, continuava a manter fidelidade com Carazinho, pois já havia prometido sua emancipação anteriormente. Assim, as relações entre Passo Fundo, de Nicolau Araujo Vergueiro, e Porto Alegre, de Flores da Cunha, ficavam cada vez mais distantes (PRATES, 2001).

A perda do distrito de Carazinho foi agravada com a passagem de Não-Me-Toque à tutela do novo município, pois era grande reduto eleitoral de Nicolau Vergueiro. Assim reforçava O Nacional: “Não-Me-Toque é sua inesgotável e obediente fonte eleitoral”. Convém lembrar que, quando da eleição intencional, em 16 de setembro de 1928, Nicolau Vergueiro obtivera a seguinte votação: em Carazinho, 278 votos e, em Não-Me-Toque, 451 votos. Portanto, a perda desse distrito, para suas pretensões políticas, era muito significativa (PRATES, 2001, p. 97, *grifo nosso*).

Flores da Cunha decide perdoar as dívidas que Carazinho tinha com Passo Fundo logo após sua emancipação, o que gerou ainda mais animosidade entre os republicanos de Passo Fundo e de Carazinho. As críticas à Nicolau Araujo Vergueiro nos jornais promovem um desgaste político ainda maior à sua figura, pois eram dirigidas com “o intuito de mostrar para os leitores e para a população que a emancipação de Carazinho fora ocasionada, acima de tudo, pelo desleixo e descaso da administração municipal de Passo Fundo com aquele novo município” (AGUIRRE, 2012, p. 104).

Flores da Cunha (interventor do estado) e Borges de Medeiros (chefe geral do PRR) eram favoráveis à emancipação de Carazinho, contrariamente à posição de Nicolau Araujo Vergueiro (CAVALHEIRO, 2008, p. 187). Mas segundo Vergueiro, “o principal culpado do município de Passo Fundo ter perdido Carazinho, fora Flores da Cunha” (VERGUEIRO, *Apud*: AGUIRRE, 2012, p. 104).

O reconhecimento que Carazinho dá a Flores da Cunha é tamanha a ponto de nominar a principal *Rua do Comércio* para *Avenida Flores da Cunha*, que permanece até hoje. Flores da

Cunha chegou a enviar telegrama, publicado n' *O Nacional*, agradecendo a homenagem (PRATES, 2001, p. 131). Também em Porto Alegre, em 1933, a *Rua da Independência* passou a chamar-se *Avenida General Flores da Cunha*, mas foi restabelecido em 1937, pelo Prefeito Loureiro da Silva.

Nessa queda de braços entre Nicolau Vergueiro e Flores da Cunha, venceu o mais forte, ou seja, Flores da Cunha saiu desse confronto vitorioso, já que teve o aval do velho chefe do PRR, Borges de Medeiros. Contudo, percebemos que os interesses de Nicolau Vergueiro não eram os mesmos do Partido Republicano Riograndense, ou seja, ele agiu sozinho, sem ao menos ter consultado o seu partido, ou melhor, Borges de Medeiros (AGUIRRE, 2012, p. 104).

Após a emancipação e anulação da dívida com Carazinho, Nicolau Araujo Vergueiro chegou a pedir a renúncia da chefia do PRR de Passo Fundo, o que não foi aceito por Borges de Medeiros (PRATES, 2001, p. 310). Ao contrário, Vergueiro acaba aceitando o convite e indicação de Borges de Medeiros para ocupar a função de chefe do PRR de Carazinho, concomitantemente à chefia do PRR de Passo Fundo, fato que gera críticas à sua hegemonia política, dentro do próprio partido, com apreciações e críticas publicadas nos jornais. Uma nota publicada em *O Nacional*, de 9 de outubro de 1931, dizia que a maioria dos membros do PRR não concordava com a chefia de Vergueiro, porque:

1 - O dr. Araújo Vergueiro foi o maior inimigo da criação do município de Carazinho; 2 - O dr. Araújo Vergueiro rompeu com o ilustre general interventor quando este perdeu a dívida de Carazinho, pretendendo lançar sobre a população do município uma dívida onerosa; 3 - O dr. Araújo Vergueiro como patrono político de Carazinho deixou que fosse diminuído o número de escolas desse município; 4 - O dr. Araújo Vergueiro quando intendente e chefe político de Passo Fundo, iludiu sempre essa terra com promessas, deixando-nos sem estradas e relegando-nos ao mais completo abandono; 5 - O dr. Araújo Vergueiro nos prejudicava na questão da estrada de ferro do Irahy. Por estas e outras razões que não vem a pelo salientar, repudiamos a chefia do dr. Araújo Vergueiro, declarando-nos absolutamente solidários com a atitude do dr. Homero Guerra em torno do qual formaremos fileira visto como a continuação do dr. Araújo Vergueiro na chefia do nosso partido, além dos males de caráter local apontados, acarretara o completo esfacelamento do glorioso partido de Borges de Medeiros, nesta região (*O NACIONAL*, 9 de outubro de 1931, *Apud*: CAVALHEIRO, 2008, p. 310, *grafia original, grifo nosso*).

Mais críticas eram publicadas em *O Nacional*, denunciando problemas na distribuição de água e falta de luz elétrica, que atrasava o progresso das atividades na cidade, culpando a

administração municipal pela situação (CAVALHEIRO, 2008, p. 310). Os republicanos do distrito de Não-me-Toque, por sua vez, publicaram uma nota contrária à indicação de Nicolau Araujo Vergueiro como chefe do PRR de Carazinho (PRATES, 2001, p. 113). Conforme Prates (2001), os acontecimentos que envolveram a emancipação de Carazinho modificam a imagem de líder de Vergueiro, mas não esgotam totalmente sua influência, visto que se elege deputado federal novamente em 1934 e 1946. Em seguida, após os acontecimentos de 1930 e 1931, surge o movimento de 1932 e outros acontecimentos promovem uma reorganização política na região.

Embora Nicolau Araujo Vergueiro tenha apoiado Getúlio Vargas na Revolução de 1930, se posicionou contra Getúlio Vargas ao apoiar a Revolução Constitucionalista de 1932, que pretendia reconstitucionalizar o país. Conforme justifica em suas escritas memorialísticas, seu apoio à Getúlio Vargas em 1930 ocorreu pela sua expectativa de volta à normalidade constitucional e eleitoral que esperava acontecer após Getúlio Vargas ascender à Presidência. Entretanto, sua expectativa não havia sido correspondida até 1932, motivo pelo qual se opôs à Getúlio Vargas em 1932. Assim como Vergueiro, outros republicanos e libertadores se posicionaram da mesma forma, como Borges de Medeiros²¹ (VERGUEIRO, 1935, *Narrativas 159 - Discurso Regresso do Exílio; 169 - Discurso político em um pic-nic*).

No discurso pronunciado no dia 7 de outubro de 1934 em Passo Fundo, por ocasião da caravana da FUG chefiada por Borges de Medeiros que passava pela cidade, Nicolau Araujo Vergueiro esclarece melhor a aparente contradição de apoiar Getúlio Vargas em 1930 e desapoiá-lo em 1932, utilizando-se de adjetivos e metáforas. Neste mesmo discurso, tece críticas à mudança de nome da Avenida em Porto Alegre que homenageava Flores da Cunha, bem como lamenta o *castigo* de prisão e exílio aplicado aos que tivessem *o topete de ser independente e altivo* na Revolução de 1932:

Exmo. sr. dr. Borges de Medeiros – Venho, em nome do Partido Republicano de Passo Fundo, perfeitamente irmanado com o Partido Libertador, apresentar a V. Ex. e aos seus dignos companheiros de excursão política, peregrinos de uma jornada santa, caravaneiros da ordem e do progresso, paladinos da liberdade e da justiça, as mais sinceras e as mais vibrantes saudações.

Saudar a VV. Excias. É saudar a honra, a altivez, o brio, a raça.

Os republicanos desta terra aguardavam, com ânsia e com amor, a visita honrosa do egrégio Amigo, de palavra franca, leal, vigorosa e valente, cheia de fé, de vibração e de ensinamentos.

Logo depois da revolução de 1930, os homens sensatos e de boa fé, acreditavam que a ditadura fosse apenas de alguns meses, dentro dos bonitos postulados da Aliança Liberal, e que o Brasil se reintegraria o quanto antes no quadro constitucional; julgavam que a lei eleitoral fosse objeto de imediato estudo e elaboração; esperavam

²¹ Borges de Medeiros foi preso e exilado no Recife em 1932 (CAVALHEIRO, 2008, p. 123).

que a eleição para deputados à Constituinte fosse o retrato da opinião nacional: fremiam por uma constituição modelar; aspiravam eleger, dentro de uma fórmula verdadeiramente popular e, por isso mesmo, republicana, o novo presidente; queriam, enfim, o país unido e rico, próspero e feliz.

Quanta desilusão!

Poderiam os novos dirigentes ter feito uma obra, administrativamente boa e bem intencionada, se não estivessem, tão a fundo, contaminados do vírus maléfico que derrubou o último governo, agravado pelo ódio, que é cego, e pela vingança, que é louca.

São Paulo foi a sua maior vítima: num requinte de gozo satânico tudo se lhe tirava e nada se lhe dava, até que um dia, exausto de tanto martírio, como um só homem, uma só vontade, uma só energia, lavrando, em gesto leonino, o seu veemente protesto, lavou com o sangue dos seus heróicos filhos, as humilhações e os sofrimentos, lutando pela rápida volta ao regime legal.

Tive oportunidade de ouvir de V. Ex., em agosto de 1931, quando de uma visita que lhe fiz ao Irapuãzinho, a sua opinião inteiramente favorável à imediata constitucionalização do país, e a pequena entrevista, que dei a um jornal local, foi, sem perda de tempo, e em lugar de destaque, transcrita, nesse particular, em todos os jornais da terra bandeirante.

O ditador armou bem a máquina por meio de seus interventores, que se tornaram, em geral, chefes de partidos, os quais, por sua vez e ao seu modo, elegeram os “melhores” constituintes, que, agradecidos e surdos ao clamor do povo, elegeram-no presidente, que, por sua vez, continua a manter os mesmos interventores, que “cavam” agora sua própria eleição para o governo dos estados.

Mas essa ditadura de mais de 44 meses, rajada de loucura insopitável, fúria ciclônica, nova Babel, não conseguiu, entretanto, destroçar o nosso patrimônio moral, e V. Ex., solidário com as aspirações de São Paulo, saindo para as coxilhas, no cumprimento da sua palavra empenhada, ao lado de Batista Luzardo e outros bravos, tornou-se bem o paradigma da honra gaúcha.

O procedimento do Sr. Washington Luis, a propósito da candidatura do Sr. Júlio Prestes, comparado com o atual procedimento do Sr. Getúlio Vargas, é um grão de areia ao lado de um Everest, é uma gora de água diante da Lagoa dos Patos.

Os homens da ditadura, orientados por uma má política, na vertigem da altura e na obsessão do mando, iniciaram, desde logo, e seguiam até Julho de 1934, uma fase de opressão jamais vista na história brasileira, principalmente exercida contra os amigos, como V. Ex., Pila e outros, e no estado quem tivesse o topete de ser independente e altivo, teria, com V. Ex. e outros, o imediato castigo de tamanha audácia: a prisão, o exílio.

Quis até, um acontecimento comum, a sorte amarga e irônica, num recalçamento espiritual que a “Independência” desaparecesse das ruas da Capital do estado para dar lugar à Avenida Flores da Cunha, e foi o mesmo interventor do Rio Grande do Sul, plasmando uma triste e nefasta época, quem substituiu a placa “Independência” daquela rua por outra com o seu próprio nome.

Graças a Deus, porém, essa fase escura e pesarosa da nossa história já passou; melhores e felizes dias nos aguardam, porque a nossa índole é boa, porque a nossa terra é fértil e a nossa riqueza é enorme, porque nós sabemos trabalhar e produzir, porque com a nossa causa estão homens da envergadura de Borges de Medeiros, Raul Pilla, Baptista Luzardo, João Neves da Fontoura, Altino Arantes, Arthur Bernardes, Octávio Mangabeira, J.J. Seabra, José Augusto, Sampaio Correia, Cincinato Braga e outros, porque nós cremos na vitalidade da nossa Pátria, na honra da nossa gente, na justiça, na liberdade.

Pode a nação ter a certeza de que somos, os da Frente Única, hoje mais do que nunca, solidários em todo e qualquer terreno com V. Ex., que perfeitamente encarna as nossas aspirações, que justamente realiza o nosso ideal (VERGUEIRO, 1935, Narrativa 184 – Discurso ao Dr. Borges, grifo nosso).

Um elemento importante para compreender a relação de Nicolau Araujo Vergueiro com Getúlio Vargas nesse período é a coligação partidária FUG. Como apresentado anteriormente, essa coligação surgiu em 1928 no Rio Grande do Sul a partir da união do PL-RS com o PRR visando apoiar a candidatura da chapa Getúlio Vargas e João Pessoa à Presidência do Brasil nas eleições de 01 de março de 1930 (CAVALHEIRO, 2008, p. 120 - 121). A FUG foi extinta oficialmente pelo Decreto nº 37, de 2 de dezembro de 1937. A existência dessa coligação não eliminou, inicialmente, a existência dos outros dois partidos. A FUG apoiou a Revolução de 1932, posicionando-se, portanto, contrária à Getúlio Vargas no conflito.

Percebeu-se que Flores da Cunha, que havia inicialmente apoiado a FUG, em relação à causa dos paulistas, voltara-se contra os interesses do Rio Grande do Sul, o PRR, seu partido, bem como fora contra Borges de Medeiros, ao optar por ficar do lado de Getúlio Vargas e da ditadura (CAVALHEIRO, 2008, p. 122).

Conforme Cavalheiro (2008, p. 122), Flores da Cunha num primeiro momento se opôs à Getúlio Vargas em 1932 ao apoiar a Revolução Constitucionalista, mas logo depois mudou de posição. É diferente do que ocorre com Nicolau Araujo Vergueiro, que manteve seu apoio à Revolução Constitucionalista. Nesse contexto político,

os líderes da Revolução de 1932 estavam no exílio e as duas correntes políticas mais fortes do Rio Grande do Sul estavam alijadas do poder. Diante de tal situação, Flores da Cunha, sentindo o vazio político que se instalara, resolveu criar um novo partido, o Partido Republicano Liberal (PRL), para ser o porta-voz da corrente oligárquica gaúcha que apoiara Getúlio Vargas (CAVALHEIRO, 2008, p. 124).

Alguns membros da FUG passaram ao novo partido criado por Flores da Cunha, o PRL-RS, exceto Nicolau Araujo Vergueiro. E assim, “opondo-se a Flores, Vergueiro também se opunha a Getúlio, pois o interventor representava e intermediava os interesses estaduais junto ao governo federal” (CAVALHEIRO, 2008, p. 312). A criação do PRL-RS por Flores da Cunha foi motivo de críticas de Vergueiro. Conforme Aguirre (2012, p. 73),

os ex-correligionários de Flores da Cunha e do PRR – Nicolau de Araújo Vergueiro e Antônio Bittencort Azambuja – divulgaram uma nota na imprensa local, dirigida aos membros do partido republicano e à população, na qual manifestavam a contrariedade

à criação do PRL por Flores da Cunha e, ao mesmo tempo questionavam o programa proposto pelo partido recém fundado. Isso foi divulgado em *O Nacional*, sob o título de “Advertencia aos republicanos e libertadores de Passo Fundo” (AGUIRRE, 2012, p. 73).

Na referida nota publicada no jornal *O Nacional* em 07 de dezembro de 1932, Nicolau Araujo Vergueiro inicia com um alerta aos seus companheiros de que a fundação do PRL-RS em Porto Alegre visava aliciar às suas fileiras os elementos dos tradicionais PRR e PL-RS. Vergueiro expressava que

Em sendo a <<Frente Unica>> um posto avançado para o mais alto idealismo liberal que empolga a sociedade contemporanea, não ha razão de os elementos que a compõem abandonar as suas fileiras, adherindo ao novo partido, pelo só facto de lhe haver este copiado o programma, em sua parte fundamental. [...] E seria trocar os chefes que se acham no exilio, pelo chefe que está no poder. Republicanos e libertadores, não vos deixeis envolver pela maré crescente de paixões, característica do instante que passa. [...] As revoluções mudam, pela força material, o nome, mas não a essencia, o substractum, a indole das instituições porque se rege o povo. Havemos de vencer nas urnas pela reacção lenta, progressiva e segura dos costumes politicos, trabalhados na imprensa, na tribuna, nos comícios e nos livros, pela ideologia superior e salutar da <<frente única>> riograndense (*O NACIONAL*, 7 de dezembro de 1932, *Apud*: AGUIRRE, 2012, p. 73-74, *grafia original*).

Conforme Cavalheiro (2008, p. 125), o novo partido, PRL-RS, autodenominou-se como “a nova frente única” e pretendia ocupar o espaço deixado pela FUG visando as eleições para a Constituinte Federal de 1933. O PRL-RS realmente vence a FUG nas eleições para a Constituinte Federal, obtendo vitória expressiva, conseguindo treze cadeiras das dezesseis que cabiam ao Rio Grande do Sul.

Dessa forma, as eleições deram vitória vantajosa ao PRL, embora este tenha se valido de artimanhas políticas de seus componentes, a exemplo da atitude tomada por Flores da Cunha de solicitar ao presidente do Supremo Tribunal Eleitoral a cassação dos direitos políticos de alguns candidatos que haviam se envolvido na Revolução de 1932. Estando dentre eles Nicolau de Araújo Vergueiro, preso por duas ocasiões, a Frente Única concorreu sem nenhum representante de Passo Fundo (CAVALHEIRO, 2008, p. 131).

No período pós-revolução de 1932, houve muitas cisões internas entre os partidos, “tanto dentro do PRR quanto do PL e, posteriormente, na própria FUG, advinda da disputa por

cargos federais, estaduais e municipais entre os membros dos partidos” (CAVALHEIRO, 2008, p. 124). Nesse sentido, Nicolau Araujo Vergueiro, em suas narrativas memorialísticas, coloca que “A revolução de 1932 foi uma peneira...” (VERGUEIRO, 1935, Narrativa 159 - “*Discurso do regresso do exílio*”).

O posicionamento de Nicolau Araujo Vergueiro contrário à Getúlio Vargas em 1932 o levou à prisão pela primeira vez em 05 de setembro de 1932. Não foi possível apurar quando foi solto nem como obteve a liberdade. Vergueiro, junto a Manuel Thomaz Rosendo (este último, subdelegado e subintendente do distrito de Sarandi à época), por declararem não estar de acordo com a Revolução que iria contra São Paulo e que tudo fariam para levantar uma Contra-Revolução, acabaram presos (GEHN, 2016b, p. 234). Esta justificativa para a prisão, dada pela autora, não consta nos *Cadernos de Memórias*. Em relação à prisão de Vergueiro,

ainda em 1932, o cel. Valzumiro²² Dutra recebeu ordem do governo para prender o ilustre médico, dr. Nicolau Vergueiro, Chefe Republicano de Passo Fundo, antigo deputado federal e cidadão passo-fundense admirado e respeitado pelos seus conterrâneos. Tão logo o cel. Valzumiro recebeu tal ordem, encarregou da diligência um amigo e correligionário do ilustre político para que fosse tratado com o máximo respeito e resguardo de qualquer vexame (GEHN, 2016a, p. 257-258).

Vergueiro afirma que foi preso em 05 de setembro de 1932 (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 159 - Discurso Regresso do Exílio*), e partiu para a Argentina somente em 1933. Estava livre em Passo Fundo em 3 de dezembro de 1932, quando proferiu um discurso no Instituto Ginásial de Passo Fundo, por ocasião da entrega de diplomas à primeira turma de bacharéis, sendo homenageado Paraninfo (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 147 - Discurso de Paraninfo*).

No discurso de retorno do exílio, Nicolau Araujo Vergueiro relembra sua prisão: “porque desde 5 de setembro de 1932, em que fui preso pela primeira vez, não pude mais trabalhar, e nem mesmo cuidar dos meus negócios, pelas contínuas perseguições de que fui vítima” (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 159 - Discurso Regresso do Exílio*, grifo nosso). Nesta narrativa, ao utilizar a expressão *pela primeira vez*, aponta que fora preso num segundo momento também, mas nada consta nos *Cadernos de Memórias* sobre uma segunda prisão.

²² O Coronel Vazulmiro Dutra participou da Revolução de 1923 ao lado dos republicanos, no comando do 3º Corpo Provisório, com cerca de 500 homens, na região de Palmeira das Missões; em 1925 ficou encarregado de perseguir a Coluna Prestes por meses; participou dos movimentos de 1930 e 1932 em Passo Fundo, sempre em apoio à Getúlio Vargas, cuja relação de seus pais com Vargas era desde à época de São Borja (SILVA, 2009, p. 18-19). Para mais informações sobre o Coronel Vazulmiro Dutra, ver também: Martins (2005).

Uma passagem de *O Nacional* de 27 de abril de 1933, em que o Tenente Cúrio de Carvalho pede voto à Nicolau Araujo Vergueiro, reforça a existência de outra prisão motivada por questões políticas: “É um dever de gratidão, si (sic) não de lealdade, agora que o dr. Vergueiro sofre o ostracismo de uma ausência forçada pelas perseguições políticas, depois de duas prisões humilhantes e injustas [...]” (*O NACIONAL*, 27 de abril de 1933, *grafia original, grifo nosso*). Prates (2001) comenta que “Flores da Cunha solicitou ao presidente do Supremo Tribunal Eleitoral que cassasse os direitos de [...]; Nicolau Araujo Vergueiro, por ter conspirado, fora preso duas vezes, recolhido e mantido incomunicável num dos Batalhões da Brigada [...]” (PRATES, 2001, p. 154, *grifo nosso*). Segundo Prates (2001, p. 51) a segunda prisão de Vergueiro ocorrera em 21 de janeiro de 1933. Aguirre (2012, p. 117) afirma que Vergueiro, junto com outros membros da FUG, foram presos para a capital federal, Rio de Janeiro, em 1933.

Ou seja, essa medida era o antídoto que o governo de Getúlio Vargas e Flores da Cunha encontraram para eliminar seus adversários políticos, sobretudo para os que optaram em apoiar o movimento paulista de 1932 (AGUIRRE, 2012, p. 117).

Ruy Vergueiro teria sido preso e demitido arbitrariamente do cartório onde trabalhava como concursado, o que demonstra que as implicações do episódio de sua prisão se estenderam aos seus familiares. Para Nicolau Araujo Vergueiro isso foi “um erro e uma injustiça: erro, porque aquela exoneração foi um atentado à Lei; injustiça, porque meu filho não é responsável pelos meus atos” (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 159 - Discurso Regresso do Exílio*). Segundo Vergueiro, a prisão e demissão de Ruy Vergueiro teria gerado protestos da população e quinze meses depois, o governo estadual o reintegrou ao seu emprego.

Conforme Benvegnú (2006), ainda em 1933, Nicolau Araujo Vergueiro teria dirigido ataques ao então Prefeito de Passo Fundo, Armando Annes, através da imprensa local. O mais grave teria sido aquele em que Vergueiro acusa o prefeito de ter contratado alguém para assassiná-lo ainda em 1933, quando chefiava a FUG local em oposição à Flores da Cunha (BENVEGNÚ, 2006, p. 56).

Nicolau Araujo Vergueiro teve seus direitos políticos cassados em abril de 1933 (*DIÁRIO CARIOCA*, 28 de abril de 1933), convenientemente logo antes do pleito de 3 de maio de 1933 para eleição dos deputados federais que elaborariam a Constituição Federal de 1934. N’*O Nacional*, de 1 de setembro de 1934, Nicolau Araujo Vergueiro afirma que partiu para o

exílio voluntariamente, embora em outros discursos faz parecer que foi um castigo recebido dos governantes, os quais haviam lhe *perseguido* até a fronteira com a Argentina.

Depois de longos meses de ausência, posso dizer ao povo da minha terra, como Emílio Zola, em Paris, ao regressar de Londres: “Durante meses impus-me o mais integral exílio, o mais ignorado retiro, o mais absoluto silêncio. Era como morto voluntário, deitado no túmulo secreto, à espera da verdade e da justiça. Hoje, tendo a verdade vencido, reinando enfim a justiça, renasço, volto e retomo o meu lugar”. Aqui exercerei toda minha atividade política, que agora é, para mim também uma imposição de brio (*O NACIONAL*, 1 de setembro de 1934, *Apud*: PRATES, 2001, p. 51, *grifo nosso*)

O retorno do exílio à Passo Fundo ocorreu 27 de julho de 1934, mesmo dia em que teria proferido seu discurso de retorno, logo após a publicação da Constituição Federal. Outros correligionários seus, também solidários à Revolução de 1932, exilaram-se em cidades do Uruguai e da Argentina. Ao partir para o exílio, Nicolau Araujo Vergueiro relata que seus perseguidores o acompanharam até Uruguaiana: “perseguiram-me até a margem do rio Uruguai, no porto de São Marcos, essas formigas carnívoras, na ânsia de fome devoradora” (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 159 - Discurso Regresso do Exílio*).

Consta dos *Cadernos de Memórias* que antes do dia 16 de agosto de 1933 já estava em Libres, na Argentina, que se localiza ao lado da cidade de Uruguaiana, à margem do Rio Uruguai (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 202 - Uma noite no exílio*). Logo após, partiu para Buenos Aires e depois retornou à Libres, como descreve em outra narrativa: “em 20 de dezembro de 1933, cheguei, às 7 horas da noite, à Libres, pelo rápido que demandava Paraguai, de regresso de Buenos Aires, onde passara quatro meses” (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 209 - Últimos dias em Libres, grifo nosso*). Em outra narrativa, que relembra de um acontecimento em Buenos Aires, diverge de si mesmo e afirma que passou cinco meses lá: “Quando exilado em Buenos Aires, por motivo de solidariedade que emprestei à revolução paulista de 1932, hospedei-me no Hotel Reina, à Avenida de Mayo, 1120, de propriedade do Sr. Vicente Lopez, e onde passei 5 meses” (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 104 - Erro de pontaria, grifo nosso*).

Ao retornar à Libres, depois de ter passado meses em Buenos Aires, Nicolau Araujo Vergueiro se depara com uma cidade em guerra. Às duas horas da madrugada do dia 27 de dezembro de 1933, em Libres, cerca de 500 homens armados do Partido Radical daquele país atacaram a cidade e travaram intenso combate com as tropas do exército fiéis ao governo do General Justo, presidente da Argentina. Esse combate perdurou até às 10h da manhã do dia

seguinte. Segundo Vergueiro, a crueldade foi tamanha que, quando os homens do Partido Radical se retiraram, foram metralhados pelas tropas do governo argentino antes da travessia do Rio Uruguai, rumo à cidade de Uruguaiana, localizada no outro lado do rio. Também perseguidos por aviões do governo que “bombardearam impenitentemente, os seus patrícios fugitivos, espavoridos e desordenados, com abandono de feridos, armas e munições” (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 209 - Últimos dias em Libres*). Vergueiro, enquanto médico, registrou que prestou socorro para ao menos 20 feridos.

A narrativa memorialística segue, descrevendo que a cidade de Libres ficou em intensa vigilância. Depois de alguns dias, os amigos de Nicolau Araujo Vergueiro que o acompanhavam começaram a ir embora. Em janeiro de 1934 Vergueiro assim escreveu: “Fiquei então só no hotel, e foram, por certo, os piores dias do meu exílio. [...] Apesar de tudo, estava firmemente resolvido a ali permanecer até a volta da Lei Magna ao Brasil, mas – outra vez o mas – o homem põe e Deus dispõe” (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 209 - Últimos dias em Libres*).

No dia 31 de janeiro de 1934 Nicolau Araujo Vergueiro soube, por pessoa de sua confiança, que o governo argentino perguntara por ele, se ainda permanecia em Libres e quais amigos o acompanhavam. Segundo escreveu, por preferir ser preso no Brasil do que na Argentina, cruzou o Rio Uruguai e permaneceu alguns dias em Uruguaiana. No dia 2 de março de 1934 chegou à cidade do Rio Grande, via Bagé, e embarcou no navio Itapagé. Chegou ao Rio de Janeiro no dia 06 de março de 1934 e se hospedou na casa de seu cunhado, marido de sua irmã Izaura, em Copacabana. Ao perceber que estava sendo vigiado pela Polícia da Ditadura de Getúlio Vargas, foi para São Paulo onde ficou no Hotel Aurora até à promulgação da Constituição Federal, ocorrida em 16 de julho de 1934. Retornou à Passo Fundo no dia 27 de julho de 1934 e neste mesmo dia fez um discurso no Teatro Coliseu, no qual destacou o amor pela terra passofundense, pelos familiares, pelos amigos, lembrou os dias difíceis do exílio, destacou sua trajetória política e médica, e citou os desafios para dali em diante (VERGUEIRO, 1935, *Narrativas 209 - Últimos dias em Libres; 159 - Discurso de Regresso do Exílio*). O discurso de regresso do exílio está integralmente registrado nos *Cadernos de Memórias*, assim como vários outros discursos proferidos durante sua carreira política.

Após retornar do exílio, Nicolau Araujo Vergueiro manifesta sua opinião acerca da Constituição de 1934 recém aprovada, e novamente recorre a metáforas:

Não sei se o sr. Diretor teve o ensejo de ver uma interessante fita de cinema, intitulada Frankstein: um notável cientista depois de longo paciente e exaustivo trabalho, conseguiu compor um ser humano, com elementos retirados de vários outros corpos, e, depois de dar-lhe vida, verificou que se tratava de um mostro, que cometeu os maiores desatinos, obrigando o povo a matá-lo a pau. Pois bem, essa Constituição, um pedacinho de cada um, a meu modo de ver, é filha de Frankstein. Diante da crise, medicamente falando de que sofreu o Brasil, chega-se, como o Robinson de Netti, a pensar que tinha razão um velho músico italiano, depois de ouvir os exóticos Jazz-Bands e os Shymmis: voltemos ao antigo e será um progresso. No calor dos debates na Assembléia Constituinte, se declarou que a Revolução matará a Aliança Liberal: esta está vingada, por isso que a Constituinte matou a revolução (*O NACIONAL*, 01 de setembro de 1934, p. 2, Apud: CAVALHEIRO, 2008, p. 313).

Ainda ressentido pelo exílio, Nicolau Araujo Vergueiro manifesta seu entendimento de que

após o retorno às atividades políticas, constatara um grande vazio de poder, atribuído ao exílio dos líderes da FUG e à redefinição do sistema partidário ocorrido. A FUG encontrada pelos que retornavam não era mais uma união dos partidos PRR e PL-RS, e, sim, um grupo que se unira para se opor ao governo de Getúlio e a Flores da Cunha (CAVALHEIRO, 2008, p. 313).

Cerca de três meses após o retorno do exílio, e já com a volta constitucional, Nicolau Araujo Vergueiro é eleito pela segunda vez para a função de deputado federal (1934-1937), no pleito de outubro de 1934, pela FUG (*CORREIO DA MANHÃ*, 22 de janeiro de 1937). Esse mandato ocorreu até final de 1937, quando é dissolvido o parlamento e inicia o período conhecido como Estado Novo. Nos *Cadernos de Memórias* há uma narrativa em que anota os pleitos em que participou e venceu até aquele ano da escrita (1935), dentre eles os de deputado federal: “em 1.º de março de 1930, com 81.312 votos. Em 14 de Outubro de 1934, com 77.509 votos” (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 211 – Eleições*).

Em 1937 Nicolau Araujo Vergueiro concedeu uma entrevista ao *Correio da Manhã*, sobre a situação no sul do Brasil naquele ano de 1937. A mesma declaração é trazida nas suas memórias escritas. Na narrativa memorialística, Vergueiro inicia a escrita justificando-se do motivo de ter dado a declaração ao jornal: “tendo os jornais do estado do Rio Grande do Sul e São Paulo e os do Rio de Janeiro noticiado que eu tivera com o General Flores uma grande e importante conferência política, explorando cada qual a seu modo, tive que, a respeito, dizer alguma coisa” (VERGUEIRO, 1937, *Narrativa 306 – Uma Conferência com o Flores*). Dentre

os assuntos, declarou ao jornal que havia reatado a amizade com Flores da Cunha, embora não fossem mais companheiros políticos.

Não tive, conforme se propalou, nenhuma conferencia politica com o General Flores da Cunha. Fui, apenas, retribuindo gentilezas, fazer-lhe visita de cortezia: antes de tudo, preso-me de ser educado. As minhas relações pessoas e de amizade sempre pairaram acima e à margem das minhas crenças políticas. Fui dos ultimos a reatar relações com o General Flores da Cunha, e quando apertei a mão que s. s. me estendeu, o fiz sinceramente e sem interesses ocultos, como é do meu feitio e do meu caracter. Não sou companheiro político do General Flores da Cunha nem do sr. Getulio Vargas, e nesse dissídio, entre um e outro, só lastimarei se, no meu estado, por forças das circunstancias, for perturbada a ordem publica, de que tanto carecemos nesta mare montante de desenvolvimento e de trabalho, em todos os sectores da vida do Rio G. do Sul. O ambiente politico do estado é de grande expectativa, mas de inteira calma. De vez em quando, para perturbá-la, surge um boato, e o peor delles é o da intervenção federal. Quanto aos "provisorios" de que me falam, é verdade que em alguns municipios tem gente reunida e, ao que sei, a titulo de trabalhadores de estradas: no que resido, Passo Fundo, asseguro-lhe que não ha mesmo porque está ali localizado o terceiro regimento de cavallaria da Brigada Militar do estado, com o effectivo approximado de mil homens (VERGUEIRO, 1937, *Narrativa 306 – Uma conferência com o Flores*).

Na declaração anterior, Nicolau Araujo Vergueiro deixa claro que não se alinhava mais ao pensamento político de Getúlio Vargas e de Flores da Cunha, e ao que parece manteve essa posição nos anos seguintes, pois a partir de 1945 aderiu ao PSD rejeitando novamente o PRL-RS, este último liderado por Flores da Cunha. Vergueiro não reocupou a posição de intendente municipal a partir de 1932, quando finalizou seu primeiro mandato de deputado federal. Vale lembrar que “os prefeitos, desde 1932 até 1947, eram nomeados pelos interventores, governando, entretanto, sem o concurso do Conselho ou Câmara de Vereadores” (GEHN, 2016a, p. 258).

Na conclusão do *Relatório da Prefeitura de Passo Fundo de 1938*, apresentado ao interventor federal Coronel Osvaldo Cordeiro de Farias, é feita menção aos *murmúrios da antiga politicagem*, ainda presentes no início do Estado Novo (1937 - 1945).

Concluindo a exposição das principais ocorrências administrativas referentes ao ano de 1938, quero aproveitar o ensejo para reafirmar a V. Excia. que a população dêste município está perfeitamente identificada com o Estado Novo, de que V. Excia. é o mais legítimo e autorizado representante no Rio Grande do Sul. Entregue inteiramente ao trabalho produtivo, o povo passofundense tem negado acústica aos raros murmúrios da antiga politicagem, que em vão tentam, às vezes, se fazer ouvir, entre a mais absoluta indiferença popular. Êste município confia no honrado e operoso govêrno de V Excia. que, verdadeiro continuador do saudoso Gal. Daltro Filho, marca

uma época de renascimento, de paz, de amplas garantias, de honradez, de bem estar e glória para o povo rio-grandense (FILHO, Arthur Ferreira, 1938, p. 13, *grafia original*).

Os *Cadernos de Memórias* de Nicolau Araujo Vergueiro disponíveis no AHR finalizam em 1937. Há uma lacuna nas fontes consultadas que se referem à década de 1940, tanto nos jornais consultados quanto no próprio acervo pessoal de Vergueiro. Nesta década de 1940 foram encontradas apenas algumas informações aleatórias de sua participação em apoio político a obras e destinações de verbas durante seu terceiro e último mandato de deputado federal (1946 – 1950).

Um movimento importante que aconteceu ao final de 1945, promovido pela abertura democrática de 1946, foi a criação e retorno de partidos políticos que haviam sido censurados e/ou fechados durante a ditadura estadonovista. A criação do PSD em Passo Fundo contou com a presença de Nicolau Araujo Vergueiro desde seu início. Com a deposição de Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945, foram realizadas eleições em dezembro daquele ano, por convocação do presidente do Supremo Tribunal Federal, que respondia provisoriamente pelo mandato presidencial. Nesse pleito de outubro de 1945, foram eleitos por Passo Fundo, dois deputados federais pelo PSD: Nicolau de Araújo Vergueiro e Antônio Bittencourt de Azambuja, que passaram a constituir a Assembleia Nacional Constituinte, responsável por elaborar a Constituição de 1946 (GEHN, 2016a). O mandato de 1946 e 1950 foi a terceira e última legislatura de Vergueiro como deputado federal.

Em 1947 Nicolau Araujo Vergueiro também assume a função de presidente do PSD local, cargo em que foi reeleito posteriormente, duas vezes, exercendo-o até sua morte em 1956. Durante esse período, tentou novamente eleger-se deputado federal no pleito de 1950, porém não conseguiu votação suficiente.

Conforme Gehn (2016b, p. 264), Nicolau Araujo Vergueiro, junto ao Deputado Federal Antônio Bittencourt de Azambuja, teve importante participação em 1948 nas obras da estrada de ferro Passo Fundo - Porto Alegre (via Roca Salles), apresentando o projeto de construção na Câmara Federal. A obra, que encurtaria distâncias e facilitaria o escoamento da produção agrícola, foi inaugurada quase 30 anos depois, sem a oportunidade de Vergueiro vê-la pronta. Além disso, Vergueiro destinou verbas para hospitais de Passo Fundo, Carazinho, Erechim, Soledade e Marau. Também providenciou recursos e esforços para a construção dos edifícios dos *Correios e Telégrafos* de Passo Fundo, Carazinho e Erechim. Para Cavalheiro (2008, p. 309, 461), o pedido feito por Vergueiro em 1937 para construção do prédio dos Correios em

Passo Fundo e que foi deferido por Getúlio Vargas, atendendo às classes conservadoras locais, demonstra a influência que tinha o então Deputado Federal, em nível nacional.

A primeira instituição de ensino superior em Passo Fundo foi a SPU, cuja Faculdade de Direito da instituição oficializou o ensino superior na cidade em 1953 (ZANOTTO, 2018, p. 4, *mimeo*). Benvegnú (2006) relata que Nicolau Araujo Vergueiro colaborou para o início do funcionamento da primeira Faculdade da SPU. Conforme a autora,

não foi fácil o caminho percorrido até a autorização de funcionamento da Faculdade de Direito. De acordo com Junqueira da Rocha, a coleta dos documentos para preencher os requisitos exigidos por lei, e a busca de apoio de órgãos administrativos locais, de municípios vizinhos, dos poderes executivo e legislativo do Estado, foi um trabalho penoso de vários meses. Esse esforço, porém, não foi solitário, contou além do amparo de César Santos e Isaac Melzer, presidente e vice da Sociedade, também de um vasto grupo de colaboradores empenhados na concretização do mesmo ideal. Foi inclusive Nicolau Vergueiro, então deputado federal quem, entregou em mãos o requerimento de oficialização com setenta e dois documentos comprobatórios, ao diretor da Divisão do Ensino Superior. Em princípios de 1954, já havia sido consignado também, o primeiro auxílio federal no orçamento federal para a Sociedade, ficando desse modo, “vencidas todas as grandes dificuldades e percorrido o caminho doloroso para a oficialização” (BENVEGNÚ, 2006, p. 187).

Nicolau Araujo Vergueiro assim se referiu à Faculdade de Direito em 1954:

O ensino público no nosso município, ao que pude aferir, começou há 106 anos com uma pequena escola e, por ásperas estradas, depois de longas jornadas, transcorridas passo-a-passo, na evolução dos tempos, chegamos, enfim, ao pórtico da Faculdade de Direito de Passo Fundo, esplêndida conquista, página de idealismo (VERGUEIRO, 1967, p. 30).

Ainda em 1954, em uma reportagem veiculada em *O Nacional* de 27 de dezembro de 1954, intitulada *Nunca fui consultado por um só dos membros da Câmara de Vereadores*, Nicolau Araujo Vergueiro se queixa por considerar ser apenas uma *figura decorativa* no PSD local, pois reclama de não ser mais consultado antes de decisões políticas. O caso em questão, se referia à votação ocorrida na Câmara de Vereadores sobre a concessão para a iniciativa privada de lugares em praças públicas com fins de exploração comercial. Vergueiro tinha uma ideia diferente do voto apresentado pelos vereadores do PSD. No trecho abaixo, até o repórter teria se surpreendido com a resposta dada por Vergueiro:

Como se sabe, é o Dr. Nicolau Vergueiro Presidente do Diretorio Municipal do Partido Social Democratico e, portanto, orientador partidário, cuja voz, no seio do partido deve ser acatada ou pelo menos ouvida em consulta. Como as declarações do ilustre prócer político foi em sentido diverso do pronunciamento dos vereadores do PSD nesta questão, com exceção feita ao Dr. Pedro Pacheco que, como Presidente não tem voto, formulamos a seguinte pergunta ao Dr. Nicolau Vergueiro:

- Como explica a V. S. a atitude da bancada do PSD, votando favoravelmente às concessões em praças públicas?

A pergunta foi, sem dúvida, indiscreta, mas o Dr. Vergueiro não teve um instante sequer de hesitação, respondendo prontamente e veementemente:

- Não tenho explicações a dar, tanto mais que nunca fui consultado por um só dos membros da Câmara de Vereadores do meu partido, a respeito deste ou daquele assunto, desde aquele de menor importância ao de maior importância.

O repórter ficou fortemente impressionado com a franqueza do entrevistado, e mais ficou ainda diante dessa confissão que deve ter explo [ilegível] amargamente de uma pessoa tem sofrido longamente em silêncio:

- Sou, em face da Câmara de Vereadores, nada mais, nada menos, do que uma figura decorativa... (O NACIONAL, 27 de dezembro de 1954, grafia original, grifo nosso).

A declaração anterior exemplifica o declínio político de Nicolau Araujo Vergueiro. Pelo que parece, nessa época era bastante respeitado pelos seus pares políticos devido à sua trajetória passada na política, mas já não tinha muita influência dentro do próprio partido. Após sua última legislatura como deputado federal, encerrada em 1950, parece que se afastou das lides sociais e políticas e se recolheu em seu palacete (GEHN, 2016b, p. 267), embora haja escassas notícias nos jornais sobre sua participação em eventos no início da década de 1950, pois estava exercendo a presidência do PSD de Passo Fundo, função que manteve até o seu falecimento em 1956 (CORREIO DO POVO, 17 de março de 1956).

Após investigar os momentos de tensão da trajetória de vida de Nicolau Araujo Vergueiro, pelos quais é amplificada a produção dos documentos autorreferenciais, parte-se para a compreensão do legado documental decorrente do desejo do titular em perpetuar-se na memória. A historicidade do contexto de produção dos documentos realizada neste capítulo, somada ao conteúdo dos próximos dois capítulos, permitirão aprofundar o entendimento das dinâmicas que envolveram a construção de imagens de si, sobretudo aquelas criadas pelo titular ao produzir sua própria trajetória de vida nos escritos autorreferenciais e assim expor sua forma de ver o mundo.

III. O INVESTIMENTO NO CAPITAL CULTURAL: O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO E GESTÃO DOCUMENTAL DE NICOLAU ARAUJO VERGUEIRO

Este capítulo evidencia o investimento de Nicolau Araujo Vergueiro na acumulação de seu acervo como herança sociocultural, destacando a composição do acervo atual e a passagem do âmbito privado para o público através da doação pelos herdeiros ao AHR, como uma espécie de coroação do acervo ao conceder-lhe maior visibilidade e lugar privilegiado nos palcos da memória regional e nacional. Após, discute como os *Cadernos de Memórias* e os *Cadernos de Recortes Documentais* dão um sentido próprio à constituição de memória que Vergueiro está estabelecendo e que se sustenta no acervo que acumula, e que depois é doado para a FUPF; e por fim, analisa os *Cadernos de Memórias* e os *Cadernos de Recortes Documentais* em relação às percepções que estes escritos sugerem, evidenciando outros atributos das memórias de si projetadas nos textos rememorativos.

3.1 Instituição custodiadora: o Arquivo Histórico Regional (AHR)

Um agente importante para entender o contexto em que se dá a memória patrimonializada no acervo documental, sua acumulação, preservação e disponibilização, é a instituição custodiadora. É esta que mediará a informação, que propiciará o contato entre o documento e o pesquisador, se tornando um espaço de consagração de trajetórias a partir da institucionalização de acervos pessoais, cujas atividades dependem de suas políticas internas e finalidades institucionais.

A instituição que recebeu a propriedade do acervo pessoal de Nicolau Araujo Vergueiro, via doação, é o Arquivo Histórico Regional (AHR), que é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UPF. A UPF, por sua vez, é mantida pela FUPF. Nesse sentido, é importante compreender aspectos da FUPF e depois do AHR e sua consolidação como instituição de referência para pesquisadores e acadêmicos da região norte do Rio Grande do Sul.

Ocasionalmente, pessoas se unem para criar uma instituição privada, mas sem visar o lucro, em diferentes áreas sociais (educação, saúde, segurança, meio ambiente, dentre outros), exercendo atividades como a prática de assistência social, compartilhamento de uma crença,

auxílio aos pobres, proteção aos idosos, proteção ao meio ambiente, defesa dos direitos humanos, da mulher, de indígenas, do consumidor, das crianças etc. Estas instituições são conhecidas como do *Terceiro Setor*, que são voltadas ao interesse social coletivo, podendo denominarem-se como fundações, associações, organizações religiosas, partidos políticos, federações, confederações, entidades assistenciais, filantrópicas, de socorro mútuo etc.

No sistema econômico e sociopolítico brasileiro as instituições pertencentes ao nicho do Primeiro Setor são as de direito público, sem fins lucrativos, com uma finalidade pública; as correspondentes ao Segundo Setor são as instituições de direito privado, com fins lucrativos, com uma finalidade privada; e as instituições do Terceiro Setor são uma combinação destas duas: são instituições de direito privado, mas sem fins lucrativos, com finalidade pública, de interesse social, dotadas de autonomia e administração própria, não integrante da administração estatal, que desenvolvem ações visando auxiliar a população em geral, para suprir as necessidades que não conseguem ser providas pelo Estado brasileiro, e/ou na defesa de direitos coletivos, em áreas que não são exclusivas do poder público (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2015).

Dentre os tipos de personalidades jurídicas possíveis para as instituições do Terceiro Setor, há o tipo fundação, como é o caso da FUPF. Assim, a FUPF é uma instituição não-estatal, com finalidade pública, regida pelo direito privado, com personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira. Por possuir finalidade pública e ser gerenciada por representantes das comunidades interna e externa, é uma instituição comunitária. Conforme o art. 14 da Lei 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), as fundações podem exercer atividade econômica para obterem recursos financeiros, desde que estes recursos sejam reinvestidos integralmente na manutenção de seus objetivos estatutários de interesse social, sendo vedada a distribuição destes recursos, a qualquer título.

Meyrer (2017) lembra que as fundações existem legalmente no Brasil desde 1916. Na entrevista realizada em 2017 com Keller Dornelles Clós, Procurador de Justiça do Rio Grande do Sul e Coordenador da Procuradoria de Fundações, o Procurador afirma que as fundações surgiram a partir do sentimento de assistência entre as pessoas. Pessoas doavam bens para que fossem revertidos à comunidade ou à uma causa, de forma assistencial. Assim, essa prática foi regulamentada no primeiro Código Civil, de 1916, sob a configuração de fundações, e estabeleceu-se os critérios e as finalidades motivadoras para a criação de uma fundação. A autora destaca ainda que existem dois tipos de fundações: públicas e privadas. As fundações públicas são criadas por meio de Lei, que define aspectos e um patrimônio para destinar à fundação. Já as fundações privadas são constituídas por meio de escritura pública registrada em

cartório, a partir de um patrimônio privado, cujo patrimônio, a partir da criação da fundação, torna-se propriedade dessa, não mais daquele que a instituiu (MEYRER, 2017).

Diferentemente das associações, que possuem maior liberdade para definir suas finalidades, as fundações podem se constituir somente para fins de:

Art. 62 - I – assistência social; II – cultura defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; III – educação; IV – saúde; V – segurança alimentar e nutricional; VI – defesa, preservação e conservação do meio-ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; VII – pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, modernização do sistema de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos; VIII – promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos; e IX – atividades religiosas (BRASIL, LEI Nº.10.406/2002, *grifo nosso*).

As fundações possuem deveres e obrigações que devem ser seguidas de acordo com a legislação vigente. Seu orçamento e suas ações são acompanhados e fiscalizados pelo Ministério Público, já que, obrigatoriamente devem possuir interesse social nos objetivos estatutários da entidade. As instituições do Terceiro Setor recebem incentivos do poder público, como a fruição de benefícios fiscais, além de repasse de recursos através de convênios, contratos, dentre outros, desde que cumpram todas as regras voltadas para este tipo de instituição. Dentre os benefícios fiscais estão a imunidade tributária (prevista na Constituição e de caráter permanente) e as isenções tributárias (temporárias, com prazos, abrangência, condições e valores previstos em leis). Além destes dois instrumentos de fomento às entidades de interesse social, há a concessão de alguns títulos e registros para as entidades que atendem a determinados requisitos legais, os quais facilitam ações e concedem isenções de determinados tributos, como por exemplo, no âmbito federal, o Título de Utilidade Pública Federal; Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social; Certificado de Isenção – Requisitos do art. 29 da Lei n.º 12.101/09; Registro no Ministério da Saúde; Registro no Ministério da Educação; Registro no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público; e Título de Organização Social (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2015).

A FUPF, assim como todas as fundações, possui um estatuto que define sua estrutura de funcionamento, seus objetivos de interesse social, suas atividades-meio e atividades-fim, seus membros, seus direitos e deveres, a organização, funcionamento da assembleia geral, as regras a serem observadas nas eleições internas, as competências e atribuições, o conselho

fiscal, o patrimônio, a escrituração contábil, dentre outros. Em seu primeiro artigo é definida sua personalidade jurídica e seus principais Títulos recebidos até 2012:

Artigo 1º - A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO é uma fundação de direito privado, de natureza educacional, sem fins econômicos e lucrativos, com atividade preponderante na área da Educação, instituída pela Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo e pelo Consórcio Universitário Católico de Passo Fundo, com Escritura Pública de Constituição devidamente registrada no 1º Tabelionato de Notas de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul, em 28 de junho de 1967, no Livro “A-3”, folhas 87-vº a 95, sob o registro nº 413, declarada de Utilidade Pública Federal conforme publicado no Diário Oficial da União de 23 de abril de 1968, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Estado do Rio Grande do Sul, pelo Decreto nº 62.335, publicado no Diário Oficial de 06 de junho de 1968, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo município de Passo Fundo, pelo Decreto Municipal nº 07, de 03 de julho de 1967, e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob o nº 92.034.321/0001-25 (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, 2012).

Além dos Títulos informados nesta versão do estatuto, a FUPF também possui o reconhecimento de Entidade Filantrópica, pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), e outros reconhecimentos públicos em níveis estadual e municipal. Em relação ao de Entidade Filantrópica, a FUPF obteve o registro provisório em 1972 e o definitivo em 1974, quando também recebeu o reconhecimento retroativo a 1970. Com isso, a FUPF ficou isenta do pagamento da parte patronal da contribuição previdenciária. Em 1982 o Ministério de Educação cancelou o registro, a pedido de alguns funcionários da Agência de Previdência Social de Passo Fundo. Somente em 2012 o caso foi resolvido na justiça, mantendo o registro de reconhecimento da FUPF como Entidade Filantrópica (MEYRER, 2017).

A ideia de criação de uma Universidade na cidade de Passo Fundo ganha fôlego a partir dos anos 1950. Conforme Zanotto (2018, p. 1, *mimeo*), logo após o jornalista Antônio Donin expor seu ideal de criação de uma Universidade na região noroeste do Rio Grande do Sul, lideranças locais se motivaram para a reunião aberta que foi realizada em janeiro de 1950, com o objetivo de discutir a criação de uma instituição de ensino superior em Passo Fundo. A autora afirma que na segunda reunião, realizada alguns dias depois da primeira, foi criada a Sociedade Pró-Universidade (SPU), sendo eleitos para compor a diretoria: César Santos (Presidente), Celso da Cunha Fiori (Vice-presidente), Frederico Morsch (Secretário) e Francisco Antonino Xavier e Oliveira (Tesoureiro).

A manutenção inicial da SPU ocorreu mediante doações mensais da comunidade e constituíram seu patrimônio. A partir de então, diversas outras reuniões foram realizadas, no

intuito de mobilizar mais figuras importantes que pudessem de alguma forma apoiar a ideia, auxiliados pelos órgãos de imprensa locais (ZANOTTO, 2018, p. 2, *mimeo*).

Em 1953, cerca de dois anos após sua criação, a SPU é declarada de interesse público pela Prefeitura Municipal de Passo Fundo e adquire sua primeira sede. Logo inaugurou uma biblioteca própria, definiu as faculdades e cursos que seriam criados, e ao final daquele ano opta por criar a Faculdade de Direito, com o curso de Direito. Mais tarde se concretizaram outros cursos, como Agronomia, Filosofia, Ciências Políticas e Econômicas, Belas Artes, Odontologia e Medicina (ZANOTTO, 2018, p. 2 – 4, *mimeo*).

De outra parte, em 1956 o então Bispo Dom Cláudio Colling tornou pública a intenção de criação de uma nova instituição de ensino superior no município de Passo Fundo, o Consórcio Universitário Católico (CUC), iniciativa apoiada por entidades católicas. Em reunião com César Santos, então presidente da SPU, foi esclarecido que o CUC seria mantido exclusivamente com recursos das entidades religiosas e que a pretensão inicial era a criação dos cursos de Filosofia, Pedagogia, Línguas e talvez Geografia e História. Em 20 de junho de 1956 se torna oficial a criação do CUC (ZANOTTO, 2018, p. 4 – 5, *mimeo*).

Dessa forma, a década de 1960 contou com duas instituições de ensino superior, a SPU e o CUC. Conforme Zanotto (2018, *mimeo*), ambas instituições buscaram se expandir, tanto em ofertas de cursos quanto em locais de atuação, receberam doações públicas e privadas, tudo isso em meio à intensas disputas políticas, críticas e elogios por diferentes políticos e segmentos da sociedade, tentativas de estadualização e federalização, batalhas judiciais, e ainda, a SPU sentiu diretamente os efeitos decorrentes do golpe militar de 1964, quando “pela Ordem de Serviço nº. 6, de 25 de abril de 1964, o governador determinou a intervenção da SPU e nomeou como interventor o Dr. Murilo Coutinho Annes” (ZANOTTO, 2018, p. 17, *mimeo*). A intervenção foi desfeita em dezembro daquele mesmo ano. Conforme Guareschi (2002, p. 47 - 51), nesse contexto de 1964, diretores de faculdades da SPU e presidentes de diretórios acadêmicos foram convocados para dar explicações às autoridades, nas universidades livros comunistas foram queimados, o reitor da SPU chamado para dar explicações, dentre outras situações.

A intervenção na instituição também marca a destituição de um de seus idealizadores, César Santos, da Diretoria da SPU, ocorrida em abril de 1964, junto com o afastamento de outros diretores (BENVEGNÚ, 2006, p. 209-210). Essa destituição não foi aceita de forma pacífica. No ano seguinte, César Santos envia um documento ao Conselho Federal de Educação, com papel timbrado da SPU, denunciando que a Faculdade de Agronomia estava em estado precário e solicitando o fechamento desta faculdade – pois a reestruturação desta faculdade foi

um dos motivos alegados pelo governo para afastar a antiga diretoria e impor a intervenção na SPU (BENVEGNÚ, 2006, p. 223).

Ainda inconformado com a espera de decisões judiciais para lhe garantir o posto novamente, César Santos decide retomar a direção da SPU a partir de uma ação conjunta com antigos diretores da SPU, em fevereiro de 1967. O prefeito de Passo Fundo, contrário à essa atitude, chegou a colocar máquinas pesadas na entrada da SPU para impedir o acesso do grupo liderado por César Santos (BENVEGNÚ, 2006, p. 224). Ao final daquele mês de fevereiro, foi proferida uma sentença judicial que proibiu o grupo liderado por César Santos, de *penetrar nos bens da SPU*, pondo fim definitivo à essa questão (BENVEGNÚ, 2006, p. 20; 228). O prefeito de Passo Fundo à época era Mário Menegaz (1963 – 1969). Menegaz elegeu-se prefeito no pleito de outubro de 1963, amparado pela Coligação Popular Passo-fundense (CPP) que fazia oposição ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) local, partido de César Santos. A CPP, conforme Benvegnú (2006, p. 193), “era composta pela Ação Democrática Nacional (ADP) que agregava o PSD-UDN-PL-PRP-PDC, mais o MTR, partido de Menegaz e também do PSP - Partido Social Progressista”.

As intensas transformações pelas quais a SPU passou na década de 1960 ocorreram especialmente porque seus diretores eram membros atuantes da política local e nacional. Para Meyrer (2017, p. 31), “a disputa pelo controle da SPU tornou-se uma competição entre petebistas e anti-petebistas. A instituição da Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF) é, em parte, consequência dessas divisões e de acirramentos políticos vivenciados na época”.

Conforme Benvegnú (2006, p. 14), ao final do Estado Novo nasceram os principais partidos atuantes nas décadas de 1940 e 1950 no Brasil, dentre eles o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN), e em 1945 o PTB. “Embora de origem estatal, o PTB foi um partido que nasceu fraco, entre outras circunstâncias, devido a dificuldade em transformar dirigentes sindicais em dirigentes partidários” (BENVEGNÚ, 2006, p. 14). “Mesmo constituído em sua maioria por sindicalistas, houve diversidade de opiniões quanto à orientação dada ao partido”, reitera a autora.

Benvegnú (2006) afirma que enquanto a criação do PTB gaúcho se origina a partir da ala trabalhista dissidente do PSD do Rio Grande do Sul, que considerava o PSD um partido liderado pela burguesia dominante, o PTB local de Passo Fundo se origina, também, contando com uma pequena parcela da elite passofundense, dentre eles, César Santos, considerado *getulista* (BENVEGNÚ, 2006, p. 15).

Ao longo dos primeiros anos seguintes ao fim do Estado Novo, houve ramificações partidárias entre as agremiações políticas, lutas internas, alas rebeldes, rupturas e continuidades.

Nesse ambiente político tenso é que foram criadas a SPU e o CUC, conforme afirmado por Meyrer (2017).

Ao final da década de 1940 e início de 1950, César Santos, petebista, e Nicolau Araujo Vergueiro, presidente do PSD local, pertenciam, portanto, à dois grupos que oficialmente faziam oposição entre si (BENVEGNÚ, 2006, p. 19; 211). Benvegnú (2006) indica que Nicolau Araujo Vergueiro, com seus quase 70 anos de idade, teve participação nos trâmites para a autorização e funcionamento da primeira faculdade da SPU, a Faculdade de Direito, pois quando era deputado federal (1946-1950) “entregou em mãos o requerimento de oficialização com setenta e dois documentos comprobatórios, ao diretor da Divisão do Ensino Superior” (BENVEGNÚ, 2006, 187).

A decisão dos membros da SPU e do CUC em se fundirem para criar a FUPF em junho de 1967 (BENVEGNÚ, 2006, p. 228) foi mais um passo importante na consolidação e fortalecimento do ensino superior na região do Planalto do Rio Grande do Sul. Após a fusão, a SPU e o CUC extinguiram-se. A FUPF foi criada para administrar o patrimônio resultante da fusão das duas instituições e ofertar serviços educacionais por meio de uma nova universidade, criada oficialmente em 2 de abril de 1968, por meio do Decreto nº 62.835/68: a UPF. Após a criação da FUPF, uma Comissão ficou encarregada de elaborar o primeiro estatuto, de forma que desde o primeiro estatuto é enfatizado que o objetivo da FUPF é manter a UPF, sua razão de existir (MEYRER, 2017).

Com as alterações administrativas ocorridas ao longo do tempo, a FUPF criou mais duas instituições das quais é mantenedora, sem personalidades jurídicas, sendo também responsável por gerenciá-las e fiscalizá-las: o Centro de Ensino Médio Integrado (Cemi), criado em 13 de novembro de 1989 e a partir de 2022 também com ensino fundamental, e o Centro de Línguas (mais conhecido como UPF Idiomas, hoje UPF Mundi), criado em 3 de junho de 2003 e renomeado em 2022. As três mantidas (UPF, Cemi e UPF Idiomas) possuem a mesma mantenedora (FUPF), sendo a mantenedora a única a possuir personalidade jurídica, ou seja, as três mantidas não possuem registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), somente a FUPF, o que ocasionalmente gera confusões (MEYRER, 2017).

O fato de a FUPF e a UPF serem organizações diferentes, com atribuições e competências diferentes, gerou impasses, como o ocorrido no período de 1974 a 1993 em que alterações no estatuto permitiram que os cargos de reitor da UPF e de presidente da FUPF poderiam ser ocupados pela mesma pessoa. Posteriormente, os postos voltaram a ser ocupados por pessoas distintas, após entendimento de que os cargos possuem atribuições conflitivas, já

que o presidente da FUPF possui a prerrogativa de fiscalizar as ações das mantidas (MEYRER, 2017).

Desde sua criação, a UPF possui, dentre outros aspectos, liberdade na organização de sua estrutura e de suas unidades internas, com base no art. 63 do estatuto da FUPF. Assim, o estatuto da FUPF prevê que a UPF possa criar, fechar, reformular etc. unidades educacionais, cursos, laboratórios, fazendo surgir posteriormente, o AHR, vinculado inicialmente ao curso de graduação em História.

Embora o CUC (depois, UPF) tenha recebido autorização para o funcionamento do curso de História ainda em 1956, esse iniciou somente em 1970, tendo a primeira turma 13 alunos(as) e a segunda turma oito alunos(as). Em 1972 é feito o pedido de Reconhecimento de Curso ao Conselho Federal de Educação (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (FUPF), 1972).

Na reforma universitária de 1971, a então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) se transformou em Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Em função da reforma administrativa de 2021/2022, a partir de julho de 2022 o curso passa então a ser parte do Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade (IHCEC), numa reunião de quatro unidades então existentes, quais sejam, IFCH, Instituto de Ciências Exatas e Geociências (ICEG), Faculdade de Educação (FAED) e a Faculdade de Comunicação e Artes (FAC). Em 1971 a UPF já ofertava o curso de História há um ano, Filosofia desde 1957 e Letras desde 1957. Posteriormente, passou a ofertar os cursos de Psicologia (1978 – em 2022 o curso passou a integrar o Instituto da Saúde - IS) e Secretariado Executivo (1995 – descontinuado) (INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, 2021).

Ao final da década de 1980, depois de intensos movimentos sociais ocorre a redemocratização no Brasil e a nova Constituição Federal trouxe esperança de maior liberdade às Universidades para gerirem suas atividades. Na década de 1980 a equipe do curso de História da UPF inicia a coleta e guarda de conjuntos documentais e museais de forma sistemática que anos mais tarde constituiu os acervos do AHR e do Museu Histórico Regional (MHR).

Conforme entrevista com Benhur Jungbeck, ex-funcionário do AHR (de 1998 a 2015), o AHR tem sua origem por volta de 1984, quando o curso de graduação em História da UPF necessitava de um espaço para acondicionamento de objetos e documentos históricos que iam sendo recolhidos pelos professores por meio de doações da comunidade. Esse espaço foi uma pequena sala do então IFCH no Campus I da UPF, que serviu inicialmente como laboratório de

pesquisa vinculado ao curso de História, e posteriormente vinculou-se, pela sua articulação ao Programa de Pós-Graduação, à Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (VRPPG).

Conforme Jungbeck (2021), nessa época o espaço também era chamado de *Museu e Arquivo Histórico*, de acordo com as peculiaridades do acervo eclético que lá existia. Logo que foi criado, era mais voltado ao uso pelos professores e alunos do curso de História da UPF, mas aos poucos foi adquirindo visibilidade junto à comunidade regional e às demais instituições culturais já bem conhecidas no município, como o Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), a Academia Passo-Fundense de Letras (APLetras), a Biblioteca Pública Municipal, dentre outros.

A década de 1990 inicia com uma concepção mais definida acerca de museu e de arquivo. O crescimento do volume do acervo exigiu o aumento do tamanho do local, aliado à vontade de propiciar maior visibilidade. Também havia o desejo de ampliação do local de pesquisa para atender os pesquisadores de Pós-Graduação do *Curso Lato Sensu - História do Brasil*, criado em 1986, e do *Curso Lato Sensu - História do Rio Grande do Sul*, criado em 1993. Soma-se a esses fatores, os esforços para a criação do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) perante a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que se concretizaria em 1998.

Dessa forma, o *Museu e Arquivo Histórico* foi dividido fisicamente em dois espaços: museu e arquivo. Uma parte da documentação é separada e levada para um espaço no Campus III, no bairro Centro da cidade, onde antes era o Restaurante Universitário da UPF, havendo posteriormente ocupado também o andar superior deste espaço. A partir da separação do acervo, os nomes dos espaços passam a ser Arquivo Histórico Regional (AHR) e Museu Histórico Regional (MHR) (JUNGBECK, 2021). O MHR, por um convênio firmado com a Prefeitura Municipal, foi transferido para o prédio da antiga Intendência Municipal e reabriu abarcando também os acervos do antigo Museu Histórico-Cultural (MHC) de gestão pública.

Sobre a divisão do acervo original, Reckziegel (2009, p. 325) também explica que “o projeto de capacitação docente desencadeado pela universidade no final da década de 1980 e início da década de 1990 e o respectivo aumento das atividades de pesquisa na área de história levaram a que a instituição se mobilizasse para ampliar as instalações do AHR”.

Com o esforço de professores e funcionários são realizadas as adaptações e adequações mínimas possíveis para que o ambiente do AHR no Campus III pudesse acomodar melhor o acervo, em termos de iluminação, umidade, temperatura, ventilação, equipamentos, mesas, estantes e materiais de arquivo. Finalmente, no dia 6 de setembro de 1996 é oficialmente inaugurado o AHR no Campus III, vinculado e coordenado a partir de então pelo PPGH, que

ainda se projetava, sob a Coordenação do professor Dr. Astor Antônio Diehl. Inicialmente o AHR compartilhou o mesmo espaço com o Centro de Pesquisas Historiográficas do Rio Grande do Sul e a sede do Grupo Pró-Memória. A sessão solene de abertura contou com a presença do Reitor da UPF, Elydo Alcides Guareschi, e da Vice-reitora de pesquisa, pós-graduação e extensão, professora Dr^a Tania Rösing, além de outros representantes de entidades, professores e funcionários da UPF (UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, 1996).

Nesse sentido, Jungbeck (2021) divide a história do AHR em dois momentos: antes e depois de 1996, por ser esse o ano em que ocorre oficialmente a divisão arquivo-museu e é inaugurado o espaço destinado unicamente ao AHR. A partir de 1996 são realizadas novas campanhas de doação de acervos, sendo recebidos conjuntos documentais importantes, acervos pessoais e familiares, documentos públicos e processos judiciais de caráter ostensivo que datam seu início no século XIX. A cada doação recebida, eram realizadas as higienizações dos documentos, tratamento técnico, organização física e intelectual do acervo, e a liberação do acesso aos pesquisadores (JUNGBECK, 2021).

Em 1998 se consolida a criação do PPGH com a autorização para oferta do *Curso Stricto Sensu - Mestrado em História*, na Área de Concentração *História Regional*. A partir de então, o AHR recebe novos investimentos de pesquisa, em nível de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Conforme Reckziegel (2009, p. 325), "para os pesquisadores vinculados ao programa, a estrutura de pesquisa proporcionada pelo AHR foi fundamental para que se iniciasse o processo de compreensão da história do Brasil a partir do norte do Rio Grande do Sul". Muitas dissertações e teses já se utilizaram do acervo e dos serviços do AHR, desde a década de 1980.

A oferta de cursos do PPGH é ampliada com a criação em 2014 do *Curso Stricto Sensu - Doutorado em História*, com a Área de Concentração alterada para *História, Região e Fronteiras*, e a abertura para realização de Estágio Pós-Doutoral. Mais tarde, entre 2015, 2017 e 2022 foi ofertado o *Curso Lato Sensu - Cultura Material e Arqueologia*, e mais recentemente, ainda em 2021, houve a criação do *Curso Lato Sensu - História e Gestão de Acervos* (ZANOTTO, 2021).

Devido a problemas estruturais do Prédio do Campus III e à necessidade de maior aproximação com os estudantes da UPF, a Coordenação do AHR solicitou um novo espaço físico à Reitoria da UPF. Ao final de 2020 o AHR recebeu a designação para se transferir novamente ao Campus I da UPF, no prédio do IFCH, que a partir de agosto de 2022, passou a integrar o Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade (IHCEC). Logo após, iniciou a preparação do acervo para o traslado. Entre maio e julho de 2021 todo o acervo foi

transferido para o Campus I e iniciou-se a reorganização física do AHR, sob a coordenação da professora Dr.^a Gizele Zanotto (ZANOTTO, 2021).

Dessa forma, o AHR possui uma finalidade pública, mas não é uma instituição administrada pelo poder público, e sim por uma fundação comunitária, a FUPF. Outrossim, o AHR possui documentos produzidos pelo poder público em seu acervo, que foram integrados quando de situações de risco e até mesmo de descarte pelos entes públicos.

O AHR implementou diversas ações culturais e educativas ao longo de sua trajetória, como o Projeto *Conhecendo o arquivo, visitando a memória*; Projeto *Prática de arquivo*; Programa de Trabalho Voluntário; Projeto *Assessorias à preservação de acervos históricos regionais* (RECKZIEGEL, 2009²³); Projeto *Arquivos em Foco*; Projeto *Encontro de Pesquisadores da História de Passo Fundo e Região*; Projeto *Nas Trilhas da História*; Projeto *Museu a Céu Aberto*; Projeto *Concurso de Quadrinhos*; participação nas edições da *Semana Nacional de Arquivos*; Exposição *Virtual Patrimônio Cultural Imaterial*; Exposição *Virtual Almanques do cotidiano - imprensa de Passo Fundo*; além de diversas oficinas de capacitação (ARQUIVO HISTÓRICO REGIONAL, 2021).

Jungbeck (2021) lembra também que no início da década de 2010 o AHR criou o Projeto *Memórias do AHR*, uma coluna em *O Nacional*, que inicialmente era de periodicidade mensal e depois passou a ser semanal. A coluna tinha o objetivo de aproximar o AHR e a comunidade local, na tentativa de *popularizar a História* com uma redação voltada aos leitores de fora da rede social de historiadores. Nos últimos anos o espaço foi ficando mais difícil de ocupar e com a pandemia a coluna deixou de ser publicada, pela restrição de publicações, não mais diárias, e pelo formato principal *online*. Hoje, a coluna é publicada no site do AHR, que inclusive conta com as publicações antigas.

O AHR possui grande parte do acervo já organizada e disponível para acesso, embora o processo de mudança de local e a pandemia tenham suspenso temporariamente o acesso presencial, que foi restabelecido a partir de dezembro de 2021. O volumoso e rico acervo do AHR está dividido em seções, quais sejam: Arquivos de Comunicação Social; Arquivos Públicos; Arquivos Pessoais; Arquivos Sociais; e Biblioteca Auxiliar. Conta também com um *website*, no qual disponibiliza informações sobre o acervo, ações, projetos, serviços, horário de expediente e formulário para contato (ARQUIVO HISTÓRICO REGIONAL, 2020).

É disponibilizado no *website* do AHR dois importantes Instrumentos de Pesquisa para a pesquisa e referência: o Catálogo Geral, e o Catálogo Detalhado. De forma mais específica a

²³ Neste artigo, Reckziegel (2009) explica sucintamente cada uma das ações citadas.

cada seção do acervo, existem outros catálogos: 1) Arquivos Públicos; 2) Arquivos de Comunicação Social; 3) Arquivos de Comunicação Social: Jornais; 4) Arquivos de Lagoa Vermelha; 5) Arquivos Judiciários - Justiça do Trabalho de Passo Fundo 4ª Região; 6) Catálogo Auxiliar: Secretaria das Obras Públicas - Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio / Secretaria da Agricultura e Abastecimento / Secretaria da Agricultura; 7) Arquivos Pessoais; 8) Acervos Privados - Fundo Nicolau Araujo Vergueiro; 9) Acervo Z. D. Costi & Cia. Ltda.; 10) Arquivos Sociais; 11) Relação de Partituras; 12) Arquivos Sociais Instituto Histórico de Passo Fundo – IHPF; e 13) Relação de Obras Biblioteca Auxiliar e Biblioteca Auxiliar Maria Fialho Crusius. Outrossim, está em fase final de elaboração o Catálogo da Imprensa de Passo Fundo (AHR/IHPF) (ZANOTTO, 2021, p. 5).

Ainda sobre a documentação custodiada pelo AHR, Reckziegel (2009) destaca a coleção da Revista Carioca *Eu sei de tudo* (1917 a 1951); Revista *Seleções do Reader's Digest* (1943 a 1999), Revista *Boletim do Grande Oriente* (1871 a 1899, em microfilme); os Inventários de arquivos pessoais de Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha; documentos da Cruz Vermelha Brasileira - filial de Passo Fundo (1942 a 1972); documentos do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Passo Fundo e região (1937 a 1985); documentos do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Passo Fundo e região (1937 a 1985); documentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1912 a 1985); a *Coletânea de Leis do Estado Novo* (1937 a 1945); a *Coleção de Leis do Império* (1821 a 1889); documentos da Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo (1857 a 1889); documentos do Juizado de Paz de Passo Fundo (1834 a 1889); documentos do Escritório de Terras Públicas de Passo Fundo (1917 a 1985); documentos da prefeitura de Lagoa Vermelha (1850 a 1950); processos judiciais da Comarca de Passo Fundo (1860 a 1960); processos judiciais da Comarca de Soledade (1860 a 1980); processos judiciais da Justiça do Trabalho de Passo Fundo (1983 a 1994). Além destes, há uma biblioteca auxiliar com obras diversas, e um arquivo fotográfico que reúne fotografias. No *website* do AHR são listados ainda os acervos pessoais de: Alegre Corrêa; Alfredo Custódio; Antônio Carlos Machado; César Santos; Clodoaldo Brenner; Cyro Schell; Maria Fialho Crussius; Maria Muniz; Ney Eduardo Possapp d'Avila; Nicolau Araujo Vergueiro; e Zeferino Demétrio Costi & Cia. Ltda.

Se hoje o AHR possui maior visibilidade junto à comunidade, claramente é o resultado do esforço de toda a equipe ao longo de sua história. Hoje o AHR é referência em instituição cultural e de pesquisa na região, preservando a memória da comunidade e abrindo novos caminhos para pesquisas científicas e ações de aprendizagem sobre a história e o patrimônio cultural.

Em relação aos acervos pessoais, tema desta pesquisa, o papel da instituição custodiadora na preservação de acervos pessoais foi discutido recentemente por Duarte (2018) em sua tese de doutorado intitulada *Arquivos pessoais: institucionalizações e trajetórias*. Para o autor, a partir de 1999 ganham fôlego os debates que envolvem a implantação de políticas de acervo que regulam de forma mais objetiva o processo de aquisição de acervos pessoais nas instituições que analisou, quais sejam, o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), o CPDOC e o Museu de Astronomia e Ciências Afins.

Duarte (2018) conclui que a escolha de quais acervos pessoais serão incorporados nas instituições seguem determinados padrões. No caso das instituições analisadas em sua pesquisa, esses padrões são determinados pelas áreas acadêmicas que já desenvolvem pesquisas lá, sendo que o estabelecimento de valores de preservação para novos acervos pessoais, se encontra subordinado aos interesses da pesquisa acadêmica. Nesse sentido, há uma facilidade e maior frequência na incorporação deste tipo de acervo nestas instituições. Entretanto, se configura um “processo heterogêneo de preservação de bens-culturais, onde poucos agentes são autorizados a construir o acervo coletivo de documentos históricos e determinar aquilo com o que toda a comunidade deve se identificar e se lembrar” (DUARTE, 2018, p. 4).

Da mesma forma, há como resultado a centralização da construção deste acervo de arquivos pessoais. Esta situação não se coloca exatamente em uma centralização geográfica, mas na centralização da autoridade de determinação. Determinar o que será preservado é, como já debatemos, um ato político por excelência e de repercussão. Assim, o cenário brasileiro apresenta uma prática de poder centralizado no espaço acadêmico e no discurso autorizado de agentes legitimados (DUARTE, 2018, p. 208).

Embora a via do academicismo seja vista como principal fator que leva os acervos pessoais a se tornarem objetos públicos de preservação, foi a mesma via do academicismo que incentivou, promoveu, construiu e coordena esta prática no campo dos acervos pessoais. Com isso, o academicismo é o responsável por fortalecer e implantar um sistema de preservação de acervos pessoais no Brasil a partir da década de 1970. O interesse pela pesquisa em acervos pessoais, inicialmente pelas áreas de Literatura, História, e Ciência Política, é que motivaram os primeiros esforços no Brasil para preservação de arquivos pessoais. No caso da arquivologia brasileira, apenas na última década é que tem voltado mais a sua atenção para esse tipo de acervo (DUARTE, 2018).

Se por um lado é a pesquisa acadêmica que reforça o valor cultural de uma pessoa ao manifestar interesse para a institucionalização de seu acervo pessoal, por outro lado, há um trabalho imaginário anterior, que dá subsídios ao pesquisador para afirmar que aquela figura específica merece, a partir da cientificidade, a relevância e legitimidade do seu acervo pessoal. Esse trabalho anterior, que se antecipa ao pesquisador, é o próprio personagem que constrói junto à sociedade: “tais valores culturais investidos aos personagens da história coletiva são construídos ao longo do tempo por estratégias de legitimação, em grande medida, promovidas pelo próprio personagem” (DUARTE, 2018, p. 201).

Dentre as peculiaridades dos acervos pessoais, há a necessidade de conhecimento sobre a vida do titular para que seja possível seu tratamento metodológico (elaboração de planos de classificação, instrumentos de pesquisa, etc.), o que mostra a importância da pesquisa científica anterior que toma por base esse tipo de documentação. Vai ao encontro daquilo que Duarte (2013, p. 197) define em sua análise, de que o sentido valorativo de um arquivo pessoal é vinculado mais à trajetória de seu titular na sociedade, do que naquilo que foi acumulado por ele.

O valor simbólico do acervo pessoal de Nicolau Araujo Vergueiro é reforçado pela sua incorporação no AHR, mas não cria a figura de Vergueiro: cria sim um elemento novo para se somar às pesquisas já existentes sobre a política regional, que possibilita novos pontos de vista e renova as pesquisas já consolidadas nesse campo. O prestígio e a relevância do personagem são anteriores à patrimonialização de seu acervo, construídos pelas ações do próprio Vergueiro, de forma que as pesquisas sobre sua figura e sobre sua participação na política regional não se extinguiriam caso seu acervo pessoal não fosse incorporado ao AHR. O acervo pessoal de Vergueiro se torna importante para o AHR porque o tema política regional é importante para a sociedade regional. Outrossim o conjunto de periódicos e livros deste acervo pessoal auxilia também a analisar os cenários sul rio-grandense, brasileiro e mesmo mundial, visto a proficuidade temática e de abrangência do material acumulado.

Após a explanação acerca da instituição custodiadora do acervo pessoal de Nicolau Araujo Vergueiro, parte-se para a discussão sobre seu investimento no capital cultural que resultou na acumulação do seu acervo, bem como as peculiaridades que o autor imprimiu ao mesmo, levando em conta seu desejo de publicizar os *Cadernos de Memórias*.

3.2 Configuração do acervo e o ato de doação: o privado se torna público

O acervo pessoal de Nicolau Araujo Vergueiro está disponível no AHR, vinculado à FUPF, em Passo Fundo. É composto por documentos de diferentes gêneros textuais, iconográficos, cartográficos, além de objetos pessoais e de trabalho. Não se trata apenas de uma biblioteca pessoal ou apenas de um conjunto de documentos arquivísticos pessoais, mas sim de um acervo heterogêneo, onde cada item se relaciona com os demais, em torno da figura central de Vergueiro. Os livros se entrelaçam aos documentos pessoais, considerando as anotações, dedicatórias e recortes de jornais existentes no interior dos livros de sua biblioteca pessoal, e às vezes, em páginas pré-determinadas.

Por conta da extensão do acervo, o AHR disponibiliza um catálogo próprio e detalhado elencando todos os itens que compõe o acervo pessoal de Nicolau Araujo Vergueiro, incluindo as referências completas de cada livro, num instrumento de pesquisa com 179 páginas (ARQUIVO HISTÓRICO REGIONAL, 2020). Em 2011, os familiares de Vergueiro doaram a maior parte do acervo que existe hoje. Consta do termo de doação (ANEXO A) os seguintes itens doados naquele momento: um cofre, uma escrivaninha, três cadeiras, três bancos de jardim, uma eletrola, uma estante, 11 armários, um telefone, uma máquina de escrever, dois lustres (incompletos), uma porta externa (não retirada do prédio original), e, segundo estimativa, aproximadamente 3.000 peças que faziam parte do acervo pessoal e bibliográfico. Posteriormente, outros documentos foram sendo doados ao AHR pelos familiares, conforme se observa no Catálogo do acervo, tais como: cinzeiros, óculo, porta-chave, régua, leque, canivete, tinteiro, cuias, telefone, fax, furador de papel, pena de escrever, conjunto de pratos e xícaras, máquina de escrever, rádio, quadros de parede, retratos, discos, escultura de gesso, carteiras de couro, abajur, placa de identificação profissional em bronze, anel de formatura, carimbo da biblioteca, e uma coleção de pedras.

Após a doação principal de 2011, os familiares de Nicolau Araujo Vergueiro fizeram outras doações pequenas ao longo do tempo, como em 2019 quando levaram mais documentos, uma escrivaninha e um balcão. Estas ações demonstram aquilo que foi discutido em relação à incorporação de acervos, pois segue a lógica dos acervos privados pessoais: primeiramente os familiares buscam encontrar uma instituição que lhes passa confiança e posteriormente a aproximação se torna mais frequente e possibilita novos contatos e doações.

Depois da doação do acervo principal, a equipe técnica do AHR iniciou as atividades de tratamento e organização do acervo para disponibilização aos pesquisadores e ao público em

geral. Em 18 de julho de 2013 foi realizada a inauguração do espaço de memória dedicado ao acervo, ocasião em que foi promovida a conferência *Nicolau Araujo Vergueiro: Memória Política*, pela historiadora Ana Maria Rosa Prates (DORS, 2016). Naquele ano o acervo foi disposto fisicamente em duas salas destinadas especialmente para esse fim, constituindo uma *Sala de Memória* de Vergueiro. Em 23 de maio de 2013 foi publicada no *YouTube* uma reportagem realizada pela UPFTV que apresenta o espaço e o acervo naquele momento (UPFTV, 2013). A figura seguinte mostra uma parte desta sala, com as estantes originais e seus livros, assim como as caixas-arquivo com alguns documentos do acervo e um quadro na parede.

Figura 5 - Vista parcial do acervo de Nicolau Araujo Vergueiro - Campus III (2020).



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Regional (AHR-PPGH/UPF). Foto do autor.

Tanto no Campus III, apresentado na figura anterior, quanto no Campus I (localização atual), na figura seguinte, o acervo de Nicolau Araujo Vergueiro é disposto em um espaço separado, uma espécie de *Sala de Memória*, apesar de algumas mudanças na disposição física dos objetos entre os dois locais. O acervo está organizado e acondicionado, e o pesquisador

pode manusear cada documento, tendo o auxílio de instrumentos de pesquisa que facilitam encontrar o documento desejado.

Figura 6 - Vista parcial do acervo de Nicolau Araujo Vergueiro - Campus I (2022).



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Regional (AHR-PPGH/UPF).

Para o levantamento de informações sobre o processo de doação do acervo, foram realizadas duas entrevistas, com Marco Antonio Damian, que participou das tratativas que envolveram o ato de doação do acervo à FUPF, e com Benhur Jungbeck, ex-funcionário do AHR. Segundo Damian (2021), Nicolau Araujo Vergueiro pediu aos seus filhos e familiares, antes de falecer em 1956, que mantivessem todo o acervo enclausurado, por pelo menos 50 anos, para só depois abri-lo, embora o entrevistado acredite que a preocupação maior de Vergueiro fosse com seus *Cadernos de Memórias*.

Dors (2016), em entrevista com Maria Canfield Malheiros²⁴, confirma a informação de que o prazo de 50 anos se referia especificamente aos *Cadernos de Memórias*, porque as memórias escritas trazem nomes de pessoas. Ainda com base nesta entrevista, informa que

²⁴ Esposa de Eugênio Vergueiro Malheiros, este, neto de Nicolau Araujo Vergueiro.

alguns livros da biblioteca pessoal foram introduzidos por outros familiares, inclusive tataranetos, o que demonstra o livre acesso ao acervo durante o processo de acumulação do acervo; e que em certa ocasião houve uma partilha de itens do acervo entre os filhos de Nicolau Araujo Vergueiro.

Segundo Damian (2021), a residência de Nicolau Araujo Vergueiro foi vendida e a empresa que a comprou demoliu a casa. Dors (2016) afirma que o local para onde fora transferido o acervo, de modo provisório, foi a *Casa Barão*, sob os cuidados de Eugênio Vergueiro Malheiros (neto de Vergueiro), falecido em fevereiro de 2003. Posteriormente, o acervo fora transferido para a sala térrea de um prédio comercial denominado Vivenda do Colégio, situado na Rua Capitão Araújo, 706, bairro Centro, Passo Fundo, onde permaneceu até a transferência para a UPF em 2011.

Damian (2021) conta que certo dia, Nicolau Vergueiro Malheiros, também neto de Nicolau Araujo Vergueiro, convidou Marco Antonio Damian para conhecer o acervo que estava na sala terra do prédio comercial, e tentar viabilizar um meio de preservá-lo em outro lugar, pois o proprietário havia pedido sua desocupação.

Na manhã seguinte. Acho que foi em 2009 ou 2010, nos encontramos na frente do prédio. Eu e Malheiros. Quando entrei vi muita coisa. O que chamava a atenção era uma antiga mesa e uma cadeira estofada em vermelho, que pertenceram ao seu consultório médico. As paredes eram rodeadas de estantes, com portas de vidro, fechadas com chaves, abarrotadas de livros e revistas. Comecei a pegar nas mãos os livros e as revistas percebi que eram de temas variados. Livros de medicina, livros históricos, romances, e de outros segmentos (DAMIAN, 2021, p. 1).

Após o encontro, Marco Antonio Damian procurou Ernesto Zanette, fundador do *Portal Projeto Passo Fundo* e o levou para conhecer o acervo (DAMIAN, 2021). Conforme Dors (2016), foi assinado um convênio com o *Projeto Passo Fundo* para viabilizar a digitalização de alguns documentos e posterior publicação na *internet*, mas sem interesse do *Projeto Passo Fundo* em permanecer com o acervo físico.

Paralelamente, Nicolau Malheiros teria entrado em contato com o genro do Dr. Pedro Ari Verissimo Fonseca, então presidente do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF). A partir de então, houve uma aproximação do IHPF com Nicolau Malheiros para colaborar na viabilização de espaço e transferência de propriedade do acervo. Havia pouco tempo para achar um local físico para abrigar o acervo, pois era necessário desocupar a sala térrea do prédio rapidamente. Dessa forma, procurou-se o AHR, que aceitou receber o acervo físico (DAMIAN,

2021). Dors (2016, p. 84) afirma que “o IHPF não possuía instalações próprias e buscou parceria com o AHR para a guarda e preservação do material. Por esse motivo o Instituto manteve um convênio, em comodato com o Arquivo Histórico”. Este convênio de comodato vigeu por vários anos, até que, com a inauguração de sede própria do IHPF, em 2017, os acervos da instituição foram reincorporados. A proposta era de que com o acervo de Vergueiro se obtivesse o mesmo processo, de comodato, todavia, ante a necessidade de aceite do mesmo em curto prazo e a não prospecção, à época, de uma sede para o Instituto, o Reitor da UPF, José Carlos Carles de Souza, entendeu que o comodato não seria possível. Assim, posteriormente, foi assinado o termo de doação do acervo diretamente entre Nicolau Malheiros e a FUPF, em 01 de novembro de 2011. Dentre os itens listados no Termo de Doação do acervo, apenas a porta da antiga residência de Nicolau Araujo Vergueiro não está nas dependências do AHR, e permanece na sala onde o acervo se encontrava anteriormente, visto que a mesma seria retirada no dia posterior à coleta de móveis e acervo, o que foi impedido pelo síndico do prédio de ser concretizado. Apesar das discussões, mediadas por Nicolau Malheiros, não foi possível sensibilizar o síndico e a porta segue no edifício que ocupou o terreno da antiga residência de Nicolau Araujo Vergueiro.

Figura 7 - Porta doada com o acervo de Nicolau Araujo Vergueiro (2011)



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Regional (AHR-PPGH/UPF).

Cabe destacar que os desdobramentos que culminaram na doação do acervo de Nicolau Araujo Vergueiro ocorreram após a doação do acervo de César Santos para a FUPF, ocorrido em 2001. César Santos, como já observado anteriormente, foi médico e político influente na região de Passo Fundo, e um dos articuladores pela instalação do ensino superior em Passo Fundo.

Em relação à biblioteca pessoal de Nicolau Araujo Vergueiro, Dors (2016) contabilizou a quantidade de títulos e chegou ao total de dois mil novecentos e sessenta e um títulos. Durante sua contagem, constatou dados interessantes: quinhentos e sessenta e oito livros não contêm data de publicação; dois mil cento e oitenta e nove têm data anterior ao falecimento de Vergueiro; e, duzentos e quatro correspondem a impressos posteriores a 1957. O total de livros é menor do que a contagem feita em 1936 pelo próprio Vergueiro, que era de três mil duzentos e sessenta e cinco (VERGUEIRO, 1936, *Narrativa 304 - Minha Biblioteca*).

A dispersão dos livros da biblioteca pessoal pode ter ocorrido por “doações anteriores feita para a Universidade de Passo Fundo e, também, as retiradas pelos familiares” (DORS, 2016, p. 109) e por amigos de familiares. Conforme a autora, uma das doações realizadas pela família de Nicolau Araujo Vergueiro ocorreu na década de 1960, para a SPU, que precisava constituir um acervo, sobretudo das áreas de Medicina e do Direito, para possibilitar a autorização de funcionamento dos referidos cursos. Além disso, houve um descarte involuntário da documentação logo após o falecimento de Ruy Vergueiro. A esposa, ao transferir de residência, teria acondicionado os documentos em sacos de lixo, momento em que o novo proprietário efetuou o descarte involuntário (DORS, 2016).

Dessa forma, o acervo sofreu transformações desde o falecimento de Nicolau Araujo Vergueiro em 1956, pois documentos foram retirados e incluídos após sua morte, e dispersados entre os familiares, de forma que aquilo que se tem hoje é uma parte importante do total que já existiu (DORS, 2016). No próprio termo de doação é possível notar a menção à um aparelho de fax, que nos leva a questionar sua existência junto ao acervo, já que o titular faleceu em 1956. Outra vez se percebe a influência de terceiros na configuração do acervo.

Na biblioteca pessoal, junto aos livros, estão também *Relatórios da Intendência Municipal de Passo Fundo*, *Relatório da Câmara Municipal de Passo Fundo de 1874*, *Relatórios da Diretoria de Instrução Pública*, e uma variedade de almanaques e revistas. A existência dos livros médicos no acervo se justifica por Nicolau Araujo Vergueiro ter exercido a profissão médica, já que era necessário estar atualizado quanto aos avanços da medicina, que

naquela época se dava por meio de livros, eventos e conversas com seus pares profissionais. Ao ascender politicamente, naturalmente os livros de cunho político também se fizeram presentes no acervo.

Chama a atenção o fato de existir diversos livros de outras áreas do conhecimento. Na análise presencial do acervo e de acordo com o Catálogo disponibilizado pelo AHR, há livros das áreas de Literatura, Psicologia, Filosofia, Educação, Biografias, Religião, Direito e Brasil/Mundo. Essa composição do acervo indica que Nicolau Araujo Vergueiro possuía curiosidade em ler, adentrar e conhecer outras áreas científicas além de Medicina e Política. Outrossim, pode ser que esses livros tenham sido utilizados apenas para consulta e fundamentação de projetos de leis, pareceres, relatórios, cartas, discursos, ou outros documentos relacionados à sua atuação profissional, e não por um hábito de ler rotineiramente tais assuntos paralelos. Dors (2016) por sua vez, lembra que ao receber visitas de colegas profissionais na sua própria casa, geralmente há vontade de mostrar seu espaço de estudo e trabalho aos visitantes. Dessa forma, dentro do acervo pessoal de Vergueiro, existem tais coleções de livros, revistas, almanaques e jornais, que constituem uma espécie de biblioteca pessoal, dentro do acervo. Como visto, esta biblioteca pessoal trata de temas diversos em que Vergueiro atuou profissionalmente e outros temas que cultivou curiosidade.

Quanto aos documentos avulsos, estes estão acondicionados em caixas-arquivo e pastas. Dentre os tipos documentais presentes no acervo arquivístico, a partir de observação direta foi possível constatar: oito *Cadernos de Memórias*; uma *Cédula de Identidad* de Nicolau Araujo Vergueiro; uma Carta de Identidade de Vergueiro; um livreto pequeno com anotações pessoais da sogra de Vergueiro, Maria Urbana Desessards Leite, e continuado por outras pessoas; álbuns de fotografias e fotografias avulsas, algumas com anotações na frente e/ou verso; sete cartas escritas à mão pelo pai de Vergueiro, das quais, três são datadas de 1874, duas datadas de 1883, uma de 1877 e outra de 1885; uma cópia datada de 1953 da certidão de casamento de Manuel José de Araujo e Emília Schell, ocorrido em 20 de janeiro de 1853; quatro *Cadernos de Recortes Documentais*, que Dors (2016) denominou como Álbuns, com dezenas de documentos colados em suas folhas, tais como: recortes de jornais, convites, homenagens, telegramas, fotografias, bilhetes pessoais, correspondências, calendários com anotações, agradecimentos e discursos. Um destes quatro livros de documentos avulsos possui 200 páginas e os demais com aproximadamente 100 páginas cada, abrangendo o período que inicia em 1949 e segue até 1956, com poucos recortes introduzidos recentemente que datam até 2003. Os recortes documentais do ano 1956, em sua maioria são recortes jornalísticos sobre o funeral de Nicolau Araujo

Vergueiro, obviamente incluídos pelos seus familiares após sua morte. Outros recortes de jornais se encontram dentro de livros de sua biblioteca pessoal.

Para os oito *Cadernos de Memórias* escritos por Nicolau Araujo Vergueiro, é dedicado um subcapítulo específico nesta pesquisa. Foram redigidos à mão entre 1935 e 1937 e abordam acontecimentos vividos por Vergueiro em situações e épocas diversas. Temas como medicina e política se sobressaem, mas outros são abordados diretamente em suas narrativas, como aspectos do seu cotidiano, religião e família.

A transcrição paleográfica dos *Cadernos de Memórias*, com ortografia atualizada, foi realizada pelos historiadores Marco Antonio Damian e Marinês Dors, após a doação ao AHR. Ao finalizar a transcrição, os textos resultantes foram digitados e publicados na *internet* para acesso público, por meio do *Portal Projeto Passo Fundo*. Este Portal foi idealizado e é gerenciado por Ernesto Zanette. No *Manual de procedimentos* do Projeto Passo Fundo é descrita sua finalidade:

O Projeto Passo Fundo objetiva criar um site coletivo na *Internet*, onde os Autores e Entidades Culturais possam publicar seus trabalhos literários, biográficos e históricos; imagens de fotos de sua autoria, de seu arquivo ou acervo; publicar livros em arquivos PDF, Vídeo e Ebook de obras culturais ou acadêmicas para consulta e cópia grátis pelos internautas; proporcionar pesquisas de conteúdos para estudo, criando arquivos e coleções com os itens escolhidos, inteiramente grátis (PROJETO PASSO FUNDO, 2021e, *online*).

Além dos oito *Cadernos de Memórias*, outros itens do acervo paulatinamente foram e estão sendo digitalizados e disponibilizados ao público através do *Portal Projeto Passo Fundo*. Com esta ferramenta digital o acervo eliminou barreiras geográficas de acesso e favoreceu a elaboração desta pesquisa, pois está sendo realizada durante a pandemia de Covid-19. Ao sair do ambiente privado familiar e incorporar-se ao AHR, o acervo adquiriu uma dimensão social relevante no cenário histórico-cultural regional, maior visibilidade e ainda potencializado pela *internet*.

Quanto aos objetos pessoais (móveis, vestuário, equipamentos, materiais de escritórios, quadros, bancos de jardim, anel, dentre outros), estes possuem significado próprio, e servem como *semióforos* - entendidos aqui como qualquer objeto dotado de significado para além daquele sentido utilitário inicial, pois fazem uma mediação entre o visível e o invisível (POMIAN, 1984, p. 71). Tais significados/sentidos dos semióforos, podem sofrer modificações ao longo do tempo, alterando assim, a exata dimensão da representação inicial desejada pelo

autor. No caso de acervos pessoais, podem adquirir um sentido próprio dado por terceiros, inclusive pelo público em geral após sua publicização. A partir destes, podem ser criadas percepções sobre a mensagem original que o autor tentou passar, mesmo cientes de que a realidade vivida e experimentada jamais será possível de reconstruir com os mesmos detalhes.

Como já referido, cada documento e objeto tem seu lugar no acervo e se relaciona aos demais por meio do elo principal que é seu titular. Qualquer desses itens sem contextualização perde o sentido de sua existência e seu lugar no acervo. Porém, ao ser contextualizado, sua razão de existir é justificada. Algumas narrativas memorialísticas buscam justificar a existência de determinados documentos e objetos no acervo, diretamente e indiretamente.

Dentre os objetos do acervo, Nicolau Araujo Vergueiro faz menção especial ao seu tinteiro e ao seu anel de formatura. O tinteiro, comprado em 1898, foi mantido consigo durante a vida e por isso sua intensa estima pelo objeto, como é possível visualizar na narrativa seguinte:

Logo depois que deixei de ser interno da histórica Escola Brasileira, de que eram diretores os ilustres professores Ignacio Montanha e André Leão Puente, fui, em Abril de 1898, residir na casa do Sr. Domingos da Costa Ferreira, à rua Riachuelo. Aí, nos primeiros dias daquele mês, adquiri, na Livraria de Echenique Irmãos, um pequeno tinteiro, que é o mesmo e único, que me serve até hoje. É todo de vidro, arredondado, de três centímetros de altura e com tampa metálica. Com ele, terminei o meu curso de preparatórios no Colégio de Emilio Mayer, e seis anos de medicina, e com ele, escrevi tese, estudos, cartas, discursos, conferências, literatices, atestados, receitas e tudo o mais. Eu o estimo muito, por isso que, meu confidente, o possúo há 37 anos: para um insignificante e humilde tinteiro de vidro, de vida, quase sempre, tão efêmera, já é idade proveita. Está sempre em uso, na minha mesa de trabalho, e, quando miro-o, turbilhona-me, no cérebro; um mundo de recordações, algumas boas e alegres, outras más e tristes, mas dessa maldade inofensiva de quem tem cruzado a existência sem nada, de má fé ou de verdadeiramente ruim, acessar-lhe a consciência, o grande olho eternamente aberto dentro de cada um, aplaudindo ou pateando os seus atos. Ferreira, Puente e Montanha, já são falecidos, e o meu velho tinteiro ainda se conserva intacto, repositório de tantas saudades, cofre de tantos segredos. Vovô tinteiro, em sinal de respeito tiro-te o meu chapéu (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 088 – Meu tinteiro*).

Pela narrativa anterior é possível perceber a imensa estima pelo seu tinteiro e a razão de estar no acervo. Um objeto que para muitos seria apenas uma peça substituível a qualquer momento, para Nicolau Araujo Vergueiro significava mais: o retorno ao passado, a lembrança do tempo de escola de quando foi criança, a ponto de conhecer tão bem os atributos físicos (*é todo de vidro, arredondado, de três centímetros de altura e com tampa metálica*) que ao visualizá-lo, seus pensamentos efervescem (*um mundo de recordações, algumas boas e alegres, outras más e tristes*), um repositório de saudades, e que por fim, se curva diante dele, do tinteiro.

Em relação ao seu anel de formatura, Nicolau Araujo Vergueiro se refere ao objeto como se estivesse conversando com alguém. Em uma narrativa descreve o sentimento que possuía em relação ao anel, um texto em que parece conceder ao objeto uma vida própria como se fosse um amigo seu, especialmente quando diz: “o anel e eu somos bons amigos e confidentes: ele enfrentará, impassível em sua matéria, a longevidade do tempo; eu, pobre mortal, terei que entregar, mais ou menos dias, o corpo à terra – *momento homo* – e a alma a Deus” (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 081 - O meu anel*). Dors (2016), por sua vez, identificou o anel também como um símbolo de sua posição social, de sua distinção social, ou seja, um aspecto de sua identidade.

Esteja, pois, tranquilo, meu anel; tenho absoluta certeza de que continuarás, em boa companhia, a ser amado, acariciado e, principalmente, venerado, por me haveres pertencido. Ele tem, profundamente ligado ao seu dono, a sua história, como permanente e muda testemunha de toda a minha atividade clínica, por isso que, sempre e sempre, trouxe-o comigo, e quantas vezes, como hoje, com amor e carinho, fito-o, em doce enlevo e misteriosa palestra. Consagro-lhe, confesso com sinceridade excepcional aflicção (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 081 – O meu anel*).

Os dois objetos (tinteiro e anel de formatura) têm seus motivos de permanência explicados e dignificados a pertencer ao acervo pelo próprio titular. Em resumo, Nicolau Araujo Vergueiro dá sentido a esses itens do acervo através dos *Cadernos de Memórias*, assim como dá sentido à sua vida ao relembrar de casos vividos e descritos nas narrativas memorialísticas. A escrita de suas memórias se configura como uma estratégia de legitimação do acervo, e consequentemente da memória ali patrimonializada.

Além de objetos, Nicolau Araujo Vergueiro também confere sentido à alguns documentos textuais existentes no acervo, como um bilhete da época de escola e quatro cartas redigidas pelo seu pai no século XIX. Em relação ao bilhete de escola, escreveu uma narrativa contando o momento de sua produção, explicando o motivo da guarda, cuja narrativa intitulou de *Deseja confessar-se*.

Entrei, como interno, no Colégio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo, em 8 de Dezembro de 1893, exatamente no dia em que começavam as feiras escolares, e isso porque, estando o estado em plena revolução, minha mãe julgou de bom aviso, para maior tranquilidade sua, visto como eu vinha sempre manifestando desejos de acompanhar as forças governistas, comandadas pelo Cel. Gervazio Lucas Annes, chegando mesmo, de uma feita, a fugir de casa. Fiz o trajeto daqui a Santa Maria, 50 léguas mais ou menos, a cavalo, e em 10 dias, seguindo uma força de cerca de 80

homens que ia aquela cidade trazer armamento e munição. Frequentei aquele importante estabelecimento de ensino, que hoje é um seminário, até Maio de 1895, quando minha Mãe pode ser transferir para Porto Alegre, indo residir em sua companhia, matriculando-me, como externo, na Escola Brasileira, dirigida pelos professores Ignácio Montanha e André Leão Puente, ambos já falecidos. No Colégio Conceição, quando o aluno necessitava fazer qualquer pedido, reclamação ou esclarecimento solicitava do padre que dirigia a sua turma um pequeno papel e fazia por escrito. Em 1920, quando o Ruy estava no Ginásio Anchieta, em Porto Alegre, o padre Führ, já muito velhinho, mandou-me, por intermédio de meu filho, um daqueles pedidos meus. Transcrevo-o: “Aluno N. Vergueiro, número 40, deseja confessar-se com o Reverendíssimo Padre Führ. N. Vergueiro, n.º 40. Colégio Conceição, em 30 de março de 1895”. Lá se vão quase 41 anos! Guardo o pequeno papel em meu arquivo, com amor e com saudades, e presto aqui os seus mais sinceros agradecimentos aquele distinto e ilustre sacerdote. Passo Fundo, 30 de Dezembro de 1935 (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 235 - Deseja confessar-se*).

Da mesma forma como o tinteiro e o anel de formatura, o bilhete o leva ao passado distante há 41 anos, da época em que ainda estava na escola. É interessante observar que Nicolau Araujo Vergueiro ao relembrar o bilhete, faz questão de envolver outros acontecimentos daquela época, demonstrando que em sua memória tudo está interligado àquele bilhete. Portanto, o significado daquele bilhete no acervo extrapola a simples interpretação de que é possível extrair à primeira vista pelo pesquisador, cujos sentidos são fornecidos pelo próprio autor por meio de sua escrita autorreferencial.

Em outra narrativa, Nicolau Araujo Vergueiro explica como teve acesso à um cartão e cartas escritas por seu pai (VERGUEIRO, 1936, *Narrativa 248 - Cartas de meu pai*). A narrativa é sucedida pela escrita na íntegra de três cartas e do cartão de seu pai. A paciência em reescrevê-las integralmente de forma manual para seus *Cadernos de Memórias* revela a dedicação e o apreço que Nicolau Araujo Vergueiro tinha pela escrita memorialística, servindo como um calmante no seu presente, mas um passatempo que buscava eco no futuro. Ao fim da transcrição das cartas, encerra a narrativa fazendo uma observação: explica que nas primeiras duas cartas datadas de 1883 seu pai se refere ao seu casal de filhos, enquanto na terceira carta refere-se somente ao filho Nicolau, porque “entre esses anos, faleceu, em consequência de croup²⁵, a sua filha mais velha chamada Emília. A Izaura só nasceu mais tarde em 1887” (VERGUEIRO, 1936, *Narrativa 248 - Cartas de meu pai*). Na narrativa seguinte, Vergueiro explica como teve acesso à uma quarta carta que possui em seu acervo, escrita pelo seu pai:

²⁵ *Crupe*, em português. É uma obstrução aguda da laringe, que pode ser causada por diversos fatores internos ou externos e pode resultar em morte por insuficiência respiratória, caso não seja tratada rapidamente.

Residiu, entre os anos de 1910 e 1918, nesta cidade, o Sra. D. Laurentina Pillar. Durante aquele tempo fui sempre o médico assistente de sua família, e, por isso, fizemos muito boa amizade. Certa vez me referiu que possuía em seu poder, em Cruz Alta, onde residira, uma carta que o meu Pai dirigira ao seu Pai, e que faria todo empenho em procurá-la, remetendo-me a para aqui. De fato, passados já alguns anos, quando eu nem mais a esperava, chegou as minhas mãos a referida missiva, que é, ao mesmo tempo, um interessante documento histórico, sobre a criação de uma nova Província. Transcrevo a carta, que guardo com especial carinho (VERGUEIRO, 1936, *Narrativa 249 – Mais uma carta*).

É possível observar na narrativa anterior a curiosidade e o esforço na busca pelo documento histórico por parte de Nicolau Araujo Vergueiro, quando nem *esperava mais* receber aquela carta. A iniciativa em solicitar o documento aparentemente pretende demonstrar a preocupação com a preservação documental, embora pudesse existir outros interesses em torno de sua preservação.

Nicolau Araujo Vergueiro guardou documentos relacionados à sua família, como essas cartas escritas por seu pai e retratos de almoço de família, fotografias de membros de sua família, a cuiá que foi de seu pai, fios de cabelos de sua mãe, dentre outros. Em que pese a existência destes itens, se entende que não é um acervo de família. Tais documentos se preservam por estarem relacionados com o titular, selecionados pelo titular, além de não se constituírem proporção significativa em relação aos documentos específicos que tratam unicamente sobre o titular do acervo. Da mesma forma, não há indícios de que Vergueiro tenha recebido o acervo como herança de seus antepassados, por não constar referência à essa possibilidade nos documentos analisados e porque a maioria dos documentos giram especificamente em torno de Vergueiro.

Coincidentemente no ano em que Nicolau Araujo Vergueiro finalizou a escrita do oitavo *Caderno de Memórias*, iniciou o período conhecido como Estado Novo (1937 – 1945), quando em 10 de novembro de 1937 Getúlio Vargas outorga uma nova Constituição Federal e com autoritarismo e centralização do poder conduz o país durante este período. Assim como os *Cadernos de Memórias* finalizam em 1937, o acervo pessoal de Vergueiro possui uma lacuna temporal, já que há poucos documentos do período de 1937 a 1945, somente alguns recortes de jornais, livros científicos publicados nestes anos e poucos relatórios técnicos.

Essa lacuna lança dúvidas sobre se houve o mesmo desejo voluntário de produção e acumulação de documentos pessoais por parte de Nicolau Vergueiro nos anos do Estado Novo, como houve nos anos anteriores e posteriores, ou se no decorrer da trajetória do acervo tais documentos foram suprimidos. Se havia documentos deste período, fica a dúvida sobre quais

poderiam estar ali. Embora haja essa lacuna temporal, o acervo existente é riquíssimo em informações e subsídios para a pesquisa científica.

Os arquivos pessoais em geral não possuem uma completude e impessoalidade. Há saturações sobre determinados temas e descontinuidades em outros. No caso do acervo de Nicolau Araujo Vergueiro não é diferente. Não estamos dizendo que o titular buscou uma tentativa de seleção minuciosa do acervo para pôr em prática uma reconfiguração de sua imagem para legar à posteridade. Estamos dizendo que as lacunas documentais são características de acervos pessoais. Além disso, é necessário levar em conta as possíveis interferências conformadoras do acervo ao longo do tempo.

É útil lembrar que às vezes a eliminação de documentos pode ocorrer no presente do titular para evitar lembranças ruins e retornar ao seu passado. Para Candau (2012, p. 127) o esquecimento nem sempre é uma fragilidade da memória, mas também pode ser um fracasso da restituição do passado ou uma necessidade de esquecer. A necessidade de esquecer intencionalmente, como evitar falar ou ver algo que traga lembranças ruins, pode ser usada como meio de impedir ressentimentos ainda existentes no presente do indivíduo. Candau (2012, p. 128) diz que "assim, quando se perde a felicidade, a memória dessa perda pode ser tão dolorosa que o esquecimento vem ajudar aquele que sofre. Primo Levi nos diz que a experiência de se perder a si mesmo, quer dizer, de esquecer, pode, paradoxalmente, ser um meio de se proteger". Isto é, a produção intencional do esquecimento nem sempre é feita com o intuito de moldar a memória que será legada à posteridade, mas para evitar momentos ruins e desagradáveis ainda no presente.

O acervo de Nicolau Araujo Vergueiro ainda não foi submetido à apreciação do poder público para reconhecê-lo como de interesse público e social ou de patrimônio cultural através do tombamento, e assim poder assumir seu lugar eterno nos livros oficiais da memória nacional. Entretanto, conforme Bizello; Duarte (2019, p. 51) "a patrimonialização de documentos, nos moldes modernos, não modifica seu status social, mas reforça a sua conexão ao conceito primeiro de *Monumento*: memorar, advertir, fazer lembrar".

Nesse sentido, embora este acervo ainda não esteja listado nos Livros Tombo do IPHAN ou nos livros registros do CONARQ, o conteúdo informacional presente no acervo, aliado ao capital social de Nicolau Araujo Vergueiro, ainda bastante presente na sociedade atual em diversos lugares de memória, como bem lembrou Dors (2016), por si só o consagram como patrimônio documental de interesse público e social. Além disso, a Lei de Arquivos, que prevê automaticamente de interesse público e social os arquivos pessoais de presidentes da república, também dá subsídios para estender esse entendimento a todos os demais políticos, inclusive a

Vergueiro. A relevância das informações presentes no acervo pessoal de Vergueiro, considerando as diversas atividades públicas que participou, servem como expressão das estratégias utilizadas para atingir seus objetivos e justificam a concessão de uma proteção especial para esse acervo. Algumas ações importantes a considerar são as funções políticas exercidas, como conselheiro municipal, intendente municipal, deputado estadual, deputado federal, participação em comissões técnicas enquanto legislador, seus pareceres técnicos, a participação nos movimentos de 1923, 1930 e 1932 em Passo Fundo, suas prisões, o exílio, seus direitos políticos cassados, sua proximidade com líderes de projeção nacional e estadual, como Getúlio Vargas, Borges de Medeiros e Flores da Cunha: tudo isso, aliado a projeção nacional de Vergueiro por meio da política, mostra que o acervo é um elemento fundamental ao entendimento, não só da política regional, mas também nacional.

3.3 Memórias de si em cadernos: escritas e recortes documentais

Nicolau Araujo Vergueiro escreveu entre 1935 e 1937 oito *Cadernos de Memórias*, doados pelos familiares em 2011 para a FUPF, sob custódia e tratamento do AHR de Passo Fundo. Cada volume possui aproximadamente 200 páginas, com narrativas separadas por assuntos, intitulas e enumeradas sequencialmente pelo próprio autor, cuja soma de narrativas dos oito volumes totaliza 324. Vergueiro se refere aos seus escritos com a expressão *Notas íntimas - algumas reminiscências clínicas* (VERGUEIRO, 1935, *Narrativas 098 - Uma conferência; 101 - Sayonará*).

No acervo pessoal de Nicolau Araujo Vergueiro há uma lista na qual ele escreveu um sumário das publicações de sua autoria que possuía no acervo. Nesta lista, um “*inventário* do seu próprio acervo, criada em 31 de dezembro de 1935 e reorganizada em 31 de dezembro de 1951” (DORS, 2016, p. 123), consta que há 12 volumes de suas notas íntimas. Considerando que há oito *Cadernos de Memórias*, então os outros quatro, se é que existiram, não foi possível identificar sua localização. Mas acredita-se que Vergueiro esteja incluindo nesta conta do inventário os quatro *Cadernos de Recortes Documentais* que possuem anotações pessoais, que somados aos oito *Cadernos de Memórias* escritas, totalizam os 12 volumes indicados no seu inventário do acervo.

Em termos gerais, ao ler as primeiras 100 narrativas memorialísticas, o leitor adentra num cenário situado no início do século XX, direcionado aos atendimentos médicos daquela

época e seus perigos, antes da criação dos hospitais municipais de Passo Fundo. Por ser um médico conhecido na região, Nicolau Araujo Vergueiro era frequentemente chamado para atender em domicílios de quem dispusesse de condições para pagar as consultas, e às vezes, em longas distâncias percorridas a cavalo.

Nas narrativas posteriores à centésima, o assunto que predomina é a política: as inserções na íntegra de discursos proferidos, artigos publicados em jornais, se somam às descrições de acontecimentos envolvendo pessoas próximas e revelam uma rede de sociabilidades e sentimentos pessoais, que permite identificar quem eram os conhecidos, seus desafetos e os motivos que o levaram a tomar determinadas decisões e atitudes. São narrativas de acontecimentos vistos por Nicolau Araujo Vergueiro como dignos de registrar: fatos significativos para si e em períodos vistos por ele como excepcionais, o que demonstra que realmente vivia a política. No interior destas narrativas de cunho político e médico, nas entrelinhas, se encontram também aspectos de seus sentimentos.

Nos *Cadernos de Memórias* há muitos discursos políticos que Nicolau Araujo Vergueiro proferiu ao longo de sua vida, na maioria das vezes precedidos por um texto de apresentação que geralmente informa o local, dia, hora e motivo do discurso. Nota-se que a escrita dos discursos difere de outras narrativas escritas com mais liberdade e informais, pois nos discursos há uma linguagem mais rebuscada, culta e formal. É interessante ler especialmente os discursos, que sempre direcionados ao público em geral, apresentam aspectos de si que o locutor deseja transmitir à sociedade.

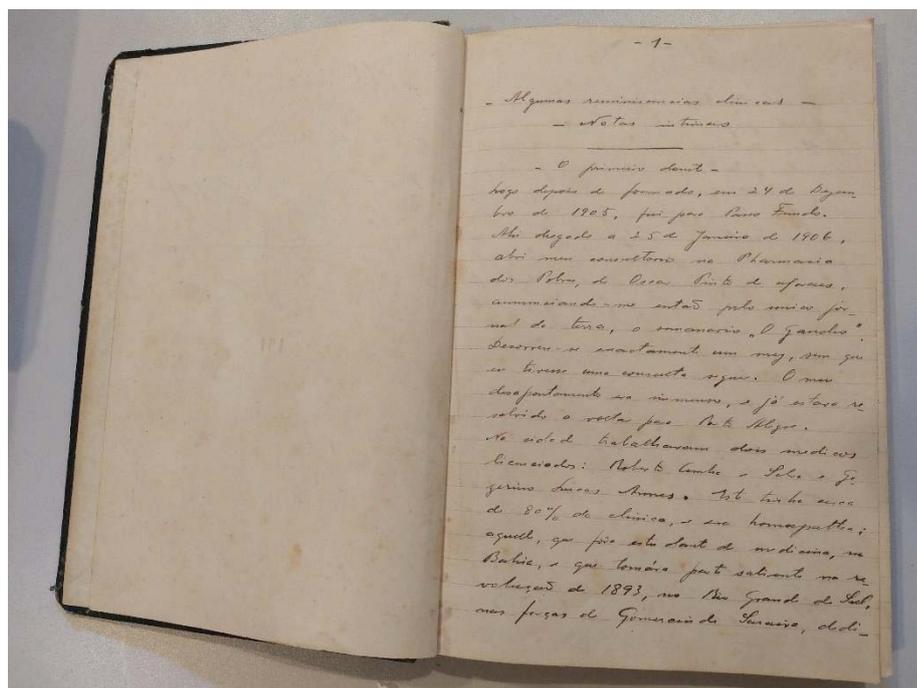
Claramente o destinatário dos discursos são diferentes dos destinatários dos *Cadernos de Memórias*, além de a recepção pelos destinatários de ambos ocorrer em épocas diferentes: dos discursos no seu presente, das narrativas mais reservadas, no seu futuro. A afirmação política de Nicolau Araujo Vergueiro implicava em passar uma imagem à sociedade de sua época, especialmente através dos discursos, isto é, discursar era como se mostrar, estar presente, diferentemente de sua expressão sentimental em um espaço mais íntimo e reservado.

A decisão de escrever suas narrativas memorialísticas teria ocorrido de forma espontânea, conforme declarou o próprio Nicolau Araujo Vergueiro (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 100 - O centésimo*). Se propôs a escrever inicialmente apenas 100 narrativas, sobre casos que ocorreram durante seus primeiros 30 anos de atuação profissional médica. Contudo, depois de escrever as primeiras 100 narrativas, continuou a redigir outras, abordando diferentes aspectos de sua vida, especialmente sobre a política, sem esclarecer o motivo da continuidade dessa escrita.

Conforme Nicolau Araujo Vergueiro, para escrever as narrativas teria quase sempre recorrido à sua memória, pois *eram raríssimas as anotações que possuía* (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 101 - Sayonará*). Possivelmente estava se referindo às primeiras narrativas, já que durante a escrita destas estava no Rio de Janeiro. Além disso, há muitos discursos proferidos em ocasiões e tempos diversos, ou seja, para inseri-los integralmente nos *Cadernos de Memórias* é provável que teve acesso aos documentos originais que possuía em casa, embora possa ter corrigido e acrescentado informações posteriormente à década de 1930 em que as redigiu.

A primeira narrativa memorialística foi escrita em 11 de julho de 1935 e a centésima foi escrita em 18 de agosto de 1935, isto é, 35 dias após a primeira. A última narrativa, de número 324, considerando os oito volumes existentes, foi escrita em 3 de novembro de 1937. Vale registrar que desde o início da escrita, Vergueiro já havia regressado de seu exílio.

Figura 8 - Primeira narrativa memorialística de Nicolau Araujo Vergueiro (1935).



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Regional (AHR-PPGH/UPF). Foto do autor.

A colação de grau em Medicina de Nicolau Araujo Vergueiro ocorreu em 24 de dezembro de 1905 (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 081 - O meu anel*), ou seja, em 24 de dezembro de 1935 completava 30 anos de sua titulação como médico diplomado. A escrita dos

100 casos clínicos seria uma forma de lembrar e homenagear a si mesmo na data comemorativa às três décadas de exercício médico profissional, conforme declarou. A narrativa posterior à centésima intitulou-a de *Sayonará*:

No espaço de 35 dias, de 11 de Julho a 18 de Agosto, escrevi, sempre pela manhã, no Hotel Avenida, onde, no quarto 427, estou hospedado, essas “notas íntimas”, como pequena recordação de algumas ocorrências destes 30 anos de laboriosa e ativa clínica, no torvelinho do eterno “struggle for life”, contínuo arrebentar de ondas impetuosas no granito indestrutível das rochas. Trinta anos de trabalho!... Mais são os meus cabelos brancos que os pretos, e eu poderia agora dizer, como Hoderlin, o eterno sonhador, o artista do verso, com a diferença de que ele, moço, sentia apenas a hostilidade da vida, e eu, tão somente, o peso dos anos: “já está morta aquela que me criou e que me amava; está morto também o mundo da minha infância; este meu peito, que um dia se embebedava do azul do céu, está já morto e estéril como um campo de restolhos! Oh! A primavera poderá cantar como outrora uma canção de doçura e de consolo, mas a aurora da minha vida passou e a primavera de meu peito murchou há muito tempo”. Não procurei buscar forma literária, nem adorno de palavras, plainei simplesmente, em linguagem comum, e ao correr da pena, em vocabulário simples, natural, sem preocupação de opulência, essas 100 observações. “O estilo, dizia Buffon, é a ordem e o movimento com que cada qual dispõe os seus pensamentos”. É certo que, relendo-as um dia, terei muito que emendar na forma, aparar arestas, polir expressões, modelar conceitos e suavizar palavras: a essência continuará pura, pois ela é uma só e verdadeira. Recorri quase sempre à memória, por isso que raríssimas são as anotações que possuo. A conferência sobre bismuto é a única coisa que já tinha escrito; outras que pronunciei, na Sociedade de Medicina, como meningite pneumocócica, dentição precoce e uso do 914 em febre tifóide, não as escrevi. Queria apenas 100 casos; estou satisfeito; aqueles foram os primeiros. É provável que me venham outros à lembrança, e então continuarei a escrever. Não quebro hoje, pois, a minha obscura pena; guardo-a para prosseguir. Não lhe digo o nosso “adeus” palavra um tanto quanto dura e áspera, mas a despedida suave e graciosa dos nipões: “sayonará” que me parece expressão mais doce e mais delicada, o “até breve” daquela gente valente, que vive, e trabalha, e luta e morre a sorrir, enigmaticamente... Sayonará... Rio de Janeiro, 19 de Agosto de 1935 (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 101 – Sayonará, grifo nosso*).

Nicolau Araujo Vergueiro relembra e enfatiza essa data comemorativa quando relata que apenas dois incidentes desagradáveis ocorreram durante seu aniversário de atendimentos médicos, “foi esse, sem maiores consequências, graças a Deus, o segundo incidente desagradável, dessa ordem, ocorrido comigo, em quase 30 anos de clínica” (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 047 - Reichmann*). Outra narrativa também foi escrita em virtude dessa comemoração, intitulada *Trinta anos*, que inicia com essa celebração: “no dia 24 de dezembro do corrente 1935, completam 30 anos que coleí grau de doutor em medicina” (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 056 - Trinta anos*).

É compreensível que as narrativas memorialísticas tenham sido escritas em virtude da comemoração destes 30 anos na profissão médica, entretanto, se presume que outros fatores

também possam ter o influenciado, tanto para despertar a iniciativa quanto para continuar a escrita de suas memórias, já que a manteve após as 100 primeiras narrativas, perfazendo um período de pelo menos dois anos dedicado à esta atividade.

Sua escrita autorreferencial, especialmente das narrativas posteriores à centésima, pode ser vista como uma forma de preservar separadamente aquilo que já estava publicado em jornais; mas também pode ser vista como uma estratégia de registrar o seu ponto de vista acerca de alguns acontecimentos, uma estratégia para registrar aquilo que não conseguiria ou não poderia publicar nos jornais da época, servindo como uma publicação pessoal de sua visão acerca dos fatos, com suas próprias palavras e justificativas, pois tinha ciência de que no futuro alguém iria ler suas memórias. De certo modo, há um desejo de expor suas justificativas sobre decisões e atitudes tomadas em eventos que marcaram sua trajetória médica e política.

Outro fator que pode ter o influenciado a iniciar a escrita e depois continuá-la, é o sentimento de nostalgia, de tristeza por ficar longe de sua terra natal e de sua família quando esteve exilado, conforme já apontado por Dors (2016). Se soma ao fato de ter sido preso. Essas duas experiências (prisão e exílio) provavelmente serviram como motivação auxiliar, senão principal, para Nicolau Araujo Vergueiro ter decidido registrar os acontecimentos que vinha ocorrendo em sua vida. O declínio político a partir do início da década de 1930, como observado por Prates (2001), e a velhice, também são outros fatores que incitam a escrita das memórias. A profissão médica, por ter menos tensão que a profissão política, é que deu início à escrita de suas memórias, justamente no período de crise de sua figura política na década de 1930.

Ao descrever os acontecimentos que antecederam a sua prisão, Nicolau Araujo Vergueiro inicia a narrativa descrevendo o lindo dia que se iniciava, buscando evidenciar o repentino contraste de alegria/tristeza que aconteceu naquele dia. No decorrer do texto enfatiza que armas estiveram apontadas para seu peito.

Era um luminoso dia 5 de Setembro, aniversário de minha filha Maria. Em casa, preparava-se, para comemorá-lo, um almoço melhorado, e o júbilo estampava-se em nossas fisionomias. Às 7 horas da manhã, no meu Buik, guiado pelo meu chauffeur Cacildo, sai, com o meu neto Eugenio, para os meus afazeres diários, indo ao Hospital de Caridade, e depois ao consultório. Às 10 fui, como de costume, à livraria Nacional, palestrar com o Hyran, prezado primo amigo, e ver alguma novidade literária ou científica (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 110 – De como se prende um médico*).

Os acontecimentos a partir daí se desenvolvem rumo à sua prisão. Conforme sua narrativa, ainda na livraria recebeu a visita de um tenente-coronel pedindo para que fosse ver

imediatamente o seu Comandante, que estava gravemente enfermo. Ao chegar no local, Nicolau Araujo Vergueiro percebeu que o chamado era uma armadilha para prendê-lo, sendo logo desarmado e rendido por três homens armados com a pontaria mirada no seu peito. Houve conversas e discussões entre os presentes, e, segundo sua narrativa, naquele dia as cadeias encheram-se de presos políticos, incluindo seu *chauffeur*, Cacildo.

Em uma narrativa escrita nos dias finais do seu exílio, já em São Paulo, Nicolau Araujo Vergueiro externa seu pensamento acerca da morte, fazendo um trocadilho da *hora H*, utilizando o verbo *há* em vez do artigo *a*:

Escrito, no dia 30 de Maio de 1934, em São Paulo, no Hotel Aurora, à rua Aurora, n.º 82.

- Todos, neste vale de lágrimas, tem, seguramente, há sua hora, a que ninguém escapa: é a tal hora H. Ela vem e vem mesmo, não há que fugir, e depende de mais ou menos tempo, que só Deus na sua infinita sabedoria, pode prefixar (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 206 - Hora do silêncio*).

Os acontecimentos anteriores, relativos à prisão e ao exílio, podem ter desencadeado uma autopercepção da brevidade da vida, o medo de findar a existência, que associado à vontade de deixar um legado, de arquivar a memória, tenha resultado, mesmo que inconscientemente, na decisão de registrar sua forma de ver o mundo e assim *fixar* o passado, de acordo com sua interpretação dos fatos. Ou seja, é aquilo que Aníbal (2011) define como *bifurcação*, que consiste numa situação inesperada em que o indivíduo, para lidar com a situação, precisa optar entre um dos vários caminhos possíveis em sua vida.

Aníbal (2011) afirma que os momentos da vida do indivíduo que geram algum tipo de ruptura biográfica ou identitária (prisão, óbito de alguém próximo, doença, guerra, divórcio, conflitos políticos, pessoais, familiares) tendem a favorecer o *retorno ao passado* para atribuir-lhe sentido e conseqüentemente o desejo de registrar as memórias e deixar um legado. Entretanto, salienta a autora, que “a ausência de bifurcação num determinado momento de um percurso biográfico não corresponde, no entanto, necessariamente a uma fase de estabilidade, [pois] pode iludir dinâmicas de descontinuidade e resultar da resistência individual a uma dinâmica de mudança” (ANÍBAL, 2011, p. 27, *grifo nosso*).

Nos *Cadernos de Memórias* de Nicolau Araujo Vergueiro os momentos de bifurcação se encontram claramente identificados, como é o caso de sua prisão e de seu exílio, além de situações ocorridas durante atendimentos médicos, em casas de particulares, em que a relação

médico-paciente-familiares se tornava tão abalada a ponto de Vergueiro, segundo o próprio escreve, ter que pegar sua arma de fogo para reprimir o adversário e assim se defender, embora em nenhuma destas situações há relatado que algum tiro tenha sido disparado.

Uma dessas situações tensas durante seus atendimentos médicos teria ocorrido em maio de 1935, logo antes de iniciar a escrita de seus *Cadernos de Memórias*. A narrativa descreve que durante o atendimento de um senhor de 76 anos de idade, o filho do paciente teve uma atitude agressiva e ameaçou de morte a Nicolau Araujo Vergueiro, caso seu pai doente viesse a morrer, ao que Vergueiro teria puxado sua arma e respondido: *e onde morrem dois, morrem três, canalha*.

Com cerca de 76 anos de idade, seu caso era o de um cardio-hepatorenal; o seu estado era o pior possível; pulso péssimo; dispneia intensa; insuficiência aórtica; antiga bronquite catarrada; anemia, albuminúria, congestão de fígado, edemas, etc. Quando do exame, o velhinho, aterrorizado diante da morte próxima, assim falou:

- Doutor, não me deixe morrer, fui muito amigo de seu pai e sou seu, ainda quero viver um pouco mais, não me deixe morrer...

Nesse momento preciso, um seu filho levantou-se precipitadamente e num acesso violento de raiva:

- Meu pai, se o senhor morrer não morre sozinho, e, levantando o dedo em minha direção, aonde morre um, morrem dois.

- A quem se refere? Perguntei-lhe com calma.

- Ao senhor, foi a resposta e tomou, levando a mão à cava esquerda do colete, clara atitude agressiva. De um salto levanto-me já de revólver em punho:

- E onde morrem dois, morrem três, canalha.

Seus irmãos saltaram, de golpe, sobre ele subjugando-o e retiraram-no do quarto entre gritos desesperados, enquanto outros procuravam me atender com explicações e desculpas. Era um demente, já estivera alguns meses no hospício.

Fizeram-no embarcar imediatamente de automóvel, para Boa Vista de Erechim, onde reside seu irmão mais velho. O velhinho Reichmann faleceu poucas horas depois (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 047 - Reichmann*).

Após refletir sobre as aparentes motivações para a construção dos *Cadernos de Memórias*, é útil analisar alguns aspectos gerais desta escrita autorreferencial. A configuração e a disposição das narrativas possuem traços peculiares, assim como a temporalidade presente nas narrativas memorialísticas. O direcionamento da sua concepção de tempo se revela nas narrativas, já que não possuem uma linha sucessória temporal progressiva; não há uma linearidade cronológica nos fatos narrados. As narrativas consistem em acontecimentos aleatórios, de diferentes assuntos, por fatos ocorridos em datas que se entrecruzam, construídas a partir de uma autopercepção do tempo bastante notável por parte de Nicolau Araujo Vergueiro.

A preocupação de Nicolau Araujo Vergueiro em numerar as páginas dos *Cadernos de Memórias*, de numerar sequencialmente as narrativas, e inserir um índice ao final de cada um dos oito volumes, sugere uma ordem de leitura, que embora não seja pautada pelas datas dos acontecimentos narrados, indica uma ordenação mental pautada pela velocidade das memórias que lhe vieram à tona naquele momento. Dessa forma, as narrativas escritas se constituem de lembranças que foram registradas à medida que lhes surgiam na memória.

A inserção das datas e lugares específicos em que ocorreram os acontecimentos narrados, assim como a inserção da data de escrita de cada narrativa, expõe a importância que o tempo tinha para Nicolau Araujo Vergueiro. Este domínio do tempo favorece a compreensão pelo leitor e o induz à uma montagem dos fatos em sequência cronológica ao final da leitura dos *Cadernos de Memórias*, como se fosse um quebra-cabeças resolvido.

Geralmente as pessoas mais velhas se preocupam em lembrar fatos do passado no presente, o que também ocorre nestas narrativas memorialísticas. Porém, Nicolau Araujo Vergueiro busca também registrar os fatos de seu presente (como o caso de seu projeto de lei federal) para que no futuro sejam lembrados. A atenção é voltada tanto ao passado (registrando fatos que ocorreram), quanto ao presente (como suporte à sua memória presente) e ao futuro (expectativa de que seja lembrado e seus feitos conhecidos).

A distância temporal entre os fatos ocorridos no seu passado e a data de escrita das narrativas por Nicolau Araujo Vergueiro (1935 - 1937) chama a atenção. No momento da escrita, depois de passados anos ou décadas do acontecimento narrado, há algum motivo de a lembrança vir à tona, de não haver esquecido o acontecimento. A existência de motivos para impedir o esquecimento determina que aquilo teve algum significado importante para o indivíduo, pois o retorno ao passado se torna complexo após decorrido tanto tempo do acontecido. É impossível descrever todos os detalhes dos acontecimentos passados, então o foco se dá em detalhes que permaneceram na lembrança, cuja seleção é algo subjetivo.

O retorno ao passado depois de decorridos muitos anos também permite que o autor das narrativas possa ver e interpretar com um outro olhar os fatos que aconteceram consigo. Da mesma forma, as relações pessoais e familiares são escritas com a cura que o tempo proporciona, embora possa ainda haver ressentimentos. Essa mudança de postura e de sentimentos que variam de acordo com a idade e as circunstâncias, evidenciam que a trajetória de vida de um indivíduo não deve ser vista como uma linha sucessória e linear de acontecimentos logicamente organizados, isto é, os acontecimentos biográficos vistos em sua unicidade precisam ser contextualizados.

A escrita de si se torna também a escrita do outro, ou seja, uma descrição sobre terceiros que foram mencionados pelo autor, cuja descrição se dá a partir de sua própria visão e interpretação naquele exato momento da escrita. Nesse sentido, toda a atenção é necessária para não se deixar levar pela aparente sinceridade do texto, que se aproxima como se o texto fosse uma fiel verdade dos fatos, levando o pesquisador a criar percepções sobre o *outro* com base na perspectiva do autor. A escrita sobre o outro no mesmo documento que contém a escrita de si, pode representar mais a visão de como o autor via o *outro*, do que realmente o *outro* era, fornecendo assim, aspectos de sua identidade. Essa separação de olhares é fundamental e, embora possamos projetar percepções do *outro* a partir da visão do autor, o ideal é confrontá-las com outras fontes, quando possível.

Considerando que os oito *Cadernos de Memórias* foram produzidos entre 1935 a 1937, é possível ter havido revisões e reinterpretções dos textos pelo próprio Nicolau Araujo Vergueiro, que faleceu em 1956. A mudança de interpretação sobre fatos já escritos é possível de acontecer ao longo do tempo. Em geral, sua grafia é corrente e linear em todos os volumes dos *Cadernos de Memórias*, com raríssimos erros que foram corrigidos em letras ou palavras e que estão aparentes, o que indica que possa ter havido reescrita parcial e/ou total de um ou mais cadernos. Em uma narrativa, Vergueiro se refere às revisões da escrita, cujo trecho se destaca: "é certo que, relendo-as um dia, terei muito que emendar na forma, aparar arestas, polir expressões, modelar conceitos e suavizar palavras: a essência continuará pura, pois ela é uma só e verdadeira" (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 101 - Sayonará*).

Ao retomar os conceitos de documento arquivístico apresentados no primeiro capítulo, podemos afirmar que os *Cadernos de Memórias* de Nicolau Araujo Vergueiro como prova de uma ação é um ponto de observação; já a crítica da veracidade das informações escritas é outro. Em primeiro lugar, a existência dos *Cadernos de Memórias* são evidências das ações de Vergueiro de dedicar tempo para escrever, rememorar, organizar informações e preservá-las, isto é, a prova de que estas ações aconteceram. Em segundo lugar, a veracidade das informações ali narradas depende da análise, interpretação, comparação e crítica para se tentar chegar o mais perto possível da experiência vivida, mas distingue-se do fato existencial das fontes como prova de ação.

Voltamos a atenção agora para os quatro *Cadernos de Recortes Documentais* de Nicolau Araujo Vergueiro. Estes são compostos por recortes de jornais, colagem de cartas, telegramas, homenagens recebidas, páginas de calendários com anotações, fotografias, cartões postais, convites, pareceres, constituindo uma coleção de diferentes tipos documentais, muitos originais em forma e conteúdo.

Figura 9 - Quatro *Cadernos de Recortes Documentais* de Nicolau Araujo Vergueiro (1949 - 2003)



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Regional (AHR-PPGH/UPF). Foto do autor.

Um dos quatro *Cadernos de Recortes Documentais* contém documentos que variam do ano de 1949 a 1951; outro caderno de 1951 a 1955; outro caderno do ano 1956 e o outro de 1956 a 2003. Nota-se que o último volume abrange o período pós-morte de Nicolau Araujo Vergueiro, com documentos incluídos por terceiros, predominando homenagens póstumas em recortes de jornais e reportagens jornalísticas sobre o histórico do personagem. No primeiro e segundo volumes predominam questões políticas, enquanto no terceiro volume predominam homenagens recebidas. Em algumas páginas dos *Cadernos de Recortes Documentais* há folhas inteiras de jornais coladas.

Os diferentes tipos documentais ao serem reunidos num único volume (seja por um assunto em comum, data ou lugar) acabam por constituir um novo documento, com finalidade específica, similar a um dossiê ou um processo (administrativo ou judicial). Ao observar apenas os recortes de jornais, estes perdem informações ao serem recortados, passando a adquirir

finalidade diferente de quando ainda pertenciam ao jornal original, pois a partir do seu recorte passam a assumir a função de servir à vontade definida pelo titular do acervo. Nicolau Araujo Vergueiro escreve à mão algumas informações importantes nos recortes jornalísticos, como as datas e os nomes dos jornais, bem como o contexto de alguns desses recortes de jornais.

A criação de um documento constituído por recortes de jornais e outros materiais selecionados, pode ser visto como um atributo de sua memória, uma manifestação materializada de parte de sua memória, uma forma subjetiva de transmitir sua expectativa para o futuro, seus interesses, sua forma de pensar naquele momento, a indicação dos acontecimentos que considerou significativos. A materialidade dos documentos ali colados e reunidos aciona memórias de e sobre Nicolau Araujo Vergueiro, sua forma de observar o que acontecia ao seu redor. Mas por outro lado, sem maiores críticas, a produção dos *Cadernos de Recortes Documentais* poderia ser vista apenas como uma atividade recreativa de recortar e colar, de entretenimento para afastar o ócio, de escape para o excesso de informações absorvidas pelo titular por meio de livros, jornais e revistas, que resultaram nos quatro volumes, pela praticidade na guarda e manuseio.

A existência de recortes documentais na constituição de acervos pessoais é um tema que foi abordado recentemente por José Francisco Guelfi Campos em sua tese de doutorado defendida em 2018, intitulada *Recortes de jornal: da prática social aos arquivos*. Conforme Campos (2018) a prática social de recortes de imprensa por indivíduos é antiga, mas intensificada no século XIX após a expansão da imprensa e a proliferação em larga escala dos impressos mais bonitos, coloridos e sobretudo, mais baratos.

Campos (2018) afirma que atualmente os recortes de jornais nos arquivos geralmente são considerados materiais de *segunda classe* e por isso marginalizados no plano de tratamento documental. Em vista disso, os profissionais encarregados dos acervos enfrentam desafios quanto ao reconhecimento das espécies e tipos documentais resultantes da atividade jornalística, para fins de organização e disponibilização aos pesquisadores, evidenciando a difícil tarefa de dar nome aos documentos. Por exemplo, quando um recorte de jornal contém apenas fotografia, como nomear nos instrumentos de pesquisa da instituição: fotografia ou recorte de jornal? Quando os recortes de jornais possuem documentos na íntegra, como atas, projetos de lei, discursos, como referenciá-los na organização documental? Conforme Campos (2018, p. 80), geralmente os recortes de jornais, com seus variados conteúdos, figuram nos grupos chamados *Documentos impressos* ou *Produção da imprensa* ou *Recortes de Jornais*.

Há quem pergunte quais os motivos para se preservar nas instituições os recortes de jornais, já que as mesmas informações podem ser encontradas também em hemerotecas físicas

e digitais. Mas nesse caso, é necessário direcionar a análise para a prática social da constituição destes *Cadernos de Recortes Documentais*, não exclusivamente à informação bruta e unitária constante em cada recorte jornalístico, ou seja, compreender que “o sentido de cada recorte se constrói na relação implícita que mantém com os demais recortes e outros itens que compõem o mesmo álbum ou caderno e, no limite, o arquivo como um todo” (CAMPOS, 2018, p. 70). Isso deveria estar presente nos critérios de seleção/avaliação de documentos que serão eliminados ou mantidos nas instituições.

Conforme lembra Campos (2018, p. 58), na pedagogia há o hábito de recortar e colar utilizando tesouras na infância, para auxiliar no desenvolvimento da coordenação motora fina da mão e dos dedos, desenvolver a boa dissociação dos dedos, a mobilidade dos punhos, leveza, dentre outros. Mas antes de tudo, o ato de recortar e colar é entendido como uma atividade lúdica, de entretenimento, de distanciamento do ócio. Ao ser levado para a fase adulta, os sentidos desta prática podem se alterar, reitera o autor.

Atividade que forma, educa, entretém e dá prazer, a prática do recorte pode ser levada para a vida adulta, assumindo diferentes sentidos. Uma de suas manifestações mais banais se dá no âmbito da administração doméstica, nos afazeres cotidianos da dona de casa, para quem o suplemento feminino de O Estado de S. Paulo dava, em 1973, orientações sobre a melhor forma de organizar um caderno de recortes (CAMPOS, 2018, p. 58).

Ao optar por produzir os *Cadernos de Recortes Documentais*, Nicolau Araujo Vergueiro alia o entretenimento com a utilidade de reunir e manter preservados os documentos que atribui maior significado para sua trajetória de vida, provavelmente com a expectativa de serem vistos no futuro, conferindo assim, novos sentidos à prática de colar documentos nos cadernos. Na seleção de documentos feita por Vergueiro predominam homenagens e dedicatórias, de forma que expressam uma vontade do titular em ter seus feitos reconhecidos pela via do arquivo, de preservar as provas e reconhecimentos recebidos pelas suas realizações, bem como demonstra a felicidade do titular pelo sucesso pessoal obtido. Diferentemente dos *Cadernos de Memórias*, não se observa aspectos de ressentimentos e decepções, visto que são documentos mais positivos acerca de sua trajetória.

Não se encontrou uma lógica organizacional na produção de seus *Cadernos de Recortes Documentais*, pois se observa ausência de critérios para a acumulação dos documentos e ausência de padronização dos documentos que os compõem. Tal como a escrita das narrativas

memorialísticas, não há um tipo documental em comum ou assunto em comum entre os documentos acumulados nos referidos cadernos.

As anotações feitas em folhas avulsas de calendários (como lembretes de datas de aniversários, data de casamento, dentre outras) servem também como apoio à sua memória presente. A extensa lista de homenagens e as diversas correspondências trocadas com pessoas da alta sociedade à época, são indicativos da sua rede de amizades. Por exemplo, na página referente ao dia 26 de janeiro de 1951 do calendário, Vergueiro anotou que seu neto Nicolau e seu genro Honorino, chegaram em Passo Fundo após uma viagem de avião pela VARIG que partiu do Rio de Janeiro. Finalizou a escrita dessa nota enfatizando que "fizeram, portanto, todo esse percurso em 6 horas e 42 minutos", expressando ao que parece, admiração, por fazerem o percurso em tão pouco tempo, já que na maior parte de sua vida fez o mesmo percurso de trem ou barco. Na folha referente ao dia 21 de fevereiro de 1951, anotou: "A Sandra Jovina deu, hoje, às 21 horas, três passos, sozinha. N. Vergueiro". Na folha referente ao dia 7 de março de 1951 anotou: "fiz, hoje, 69 anos. Nicolau Araujo Vergueiro". Além destas, existem várias outras anotações.

Tanto a produção dos *Cadernos de Recortes Documentais* ocorrida entre 1949 a 1956, assim como a produção dos *Cadernos de Memórias* (1935 - 1937), ocorrem na fase da velhice, onde o titular observa seu passado e refresca ou atualiza suas memórias, reforça sua função como líder político nas revoluções passadas. É possível afirmar que entre as décadas de 1930 a 1950, quando produz seus oito *Cadernos de Memórias* e seus quatro *Cadernos de Recortes Documentais* é o período no qual Nicolau Araujo Vergueiro está se compondo, pensando em si mesmo, produzindo e revisando suas escritas autorreferenciais.

Após discorrer sobre os aspectos gerais dos *Cadernos de Memórias* e dos *Cadernos de Recortes Documentais*, se pretende discorrer sobre alguns aspectos das memórias de si, que o autor imprimiu na escrita memorialística. Ao tomar por base seus escritos autorreferenciais é possível criar percepções sobre Nicolau Araujo Vergueiro e sua forma de ver o mundo, compreender sua atuação pública, seus traços de personalidade, mas é importante frisar que a compreensão da totalidade do eu de um indivíduo nunca será possível de apreender a partir de escritas autorreferenciais, como já defendido no primeiro capítulo. A análise de todo o ego de um indivíduo é extremamente complexa e foge da alçada e intenção desta pesquisa.

Os documentos autorreferenciais indicam particularidades de Nicolau Araujo Vergueiro, seja diretamente, ao narrar atributos de si próprio, ou indiretamente, por meio do interior do conteúdo das narrativas, isto é, nas suas entrelinhas. Dors (2016), em sua análise, coloca que foi possível identificar o desejo de Vergueiro, nem sempre consciente, de transmitir

uma representação de si à memória coletiva (DORS, 2016, p. 282). Na sua pesquisa, a autora sugeriu alguns atributos que Vergueiro desejava manter na lembrança por meio dos *Cadernos de Memórias* e por meio da acumulação de seu acervo: de um homem moderno, culto, bibliófilo, das letras, ávido leitor, intelectual, temente à Deus, um médico bem-sucedido, dedicado, competente e atualizado, um político reconhecido como líder, justo, vaidoso, com autoridade, firmeza, com coesão partidária, benfeitor, pacífico, honrado, além de às vezes demonstrar mágoas e ressentimentos.

Além dos *Cadernos de Memórias* e dos *Cadernos de Recortes Documentais*, é possível supor aspectos das memórias de si a partir de vestígios do acervo. Por exemplo, muitas das obras variadas que existem em sua biblioteca pessoal, perpassam os temas de Medicina e Política e transitam em outras áreas. Desta forma, naturalmente a sua biblioteca o projeta como alguém intelectual, culto, seguro de seus conhecimentos médicos. Os carimbos nos livros, os recortes de notícias e dedicatórias no interior dos livros e o inventário da própria biblioteca, permitem supor que era reconhecido entre os membros da elite da época, autores renomados e políticos de grande calibre (DORS, 2016). As anotações pessoais no calendário da agenda pessoal presente nos *Cadernos de Recortes Documentais*, a inserção de datas nos recortes de jornais, a listagem de telegramas recebidos e a ênfase na preservação de homenagens recebidas, também compõe o leque de vestígios do acervo que sugerem atributos de sua memória.

Nas linhas seguintes se pretende discorrer sobre a forma de Nicolau Araujo Vergueiro compreender o mundo ao seu redor a partir da análise de suas narrativas memorialísticas, que junto com a análise de Dors (2016) contribui assim, com os estudos voltados a compreender o pensamento de Vergueiro.

Nicolau Araujo Vergueiro demonstrou ter ciência do poder das palavras e de sua preservação. Por exemplo, no *Relatório da Intendência Municipal de 1924*, escreveu que o Subintendente do 5º distrito de Passo Fundo, faleceu em consequência de um tiro nas costas dado por um indivíduo. Depois de citar o nome do indivíduo, vem sua explicação: "... cujo nome consigno nestas paginas para eterno vilipendio seu" (VERGUEIRO, 1924, p. 16, *grafia original*). A expressão final evidencia que Vergueiro tinha ciência do poder das palavras e de que elas atravessariam gerações. Inclusive, o exemplar do *Relatório da Intendência Municipal de 1924* utilizado nesta pesquisa, é oriundo do seu acervo.

Em Passo Fundo, no dia 27 de julho de 1934, no discurso de retorno do exílio, Nicolau Araujo Vergueiro assim declara:

Na vida pública, duas grandes preocupações tenho tido: a medicina e a política. Da primeira fiz um sacerdócio, da segunda um sacrifício: sacerdócio obscuro, sincero, humilde, honesto, sem ridícula e pública exibição, mas com entranhado amor pelo meu próximo e caridade para com os desprotegidos da fortuna, e já disse Roldan: “rezar é bater às portas do céu, praticar a caridade é abri-las” – sacrifício, que não lastimo por estar convencido de que não há sacrifício inútil diante da grandiosidade da causa, que corporifica honra ideal, fé!” (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 159 - Discurso Regresso do Exílio, grifo nosso*).

Com base na declaração anterior, é importante levar em conta que suas duas carreiras profissionais (medicina e política) têm como principal eco de suas ações os seus pares profissionais e o público em geral, cujo sucesso profissional é intrinsecamente ligado às expectativas desses grupos, especialmente seus correligionários. Para continuar no campo político e na medicina, era conveniente que Nicolau Araujo Vergueiro mantivesse ao longo dos anos um comportamento público de acordo com as expectativas desses grupos.

Ao ler os *Cadernos de Memórias*, realmente se percebe a erudição de Nicolau Araujo Vergueiro, tanto pelo conhecimento transmitido, quanto pela linguagem formal utilizada, o que demonstra um vocabulário refinado e amplo de sua parte, mesmo em narrativas memorialísticas escritas aparentemente com mais liberdade por terem sido produzidas num espaço íntimo e privado. O gosto pela ciência e pela educação parece extrapolar o desejo individual. A preocupação com a educação da população é expressa tanto nos discursos políticos quanto nas narrativas de acontecimentos cotidianos, assim como no livro que escreveu em 1954, intitulado *A história do ensino em Passo Fundo*, republicado em 1967 pela Faculdade de Filosofia de Passo Fundo.

Por exemplo, em 1928, por causa de dificuldades financeiras, o governo estadual resolveu cortar as verbas para as escolas estaduais de Passo Fundo, o que ocasionou o fechamento de 32 escolas em todo o município. Ao assumir o executivo municipal no seu segundo mandato como intendente municipal, ao final de 1928, Nicolau Araujo Vergueiro teria mandado reabrir todas as escolas fechadas no município, “comprometendo-se, caso o estado não efetivasse o pagamento, o que logo fez, satisfazer todas as despesas do seu próprio bolso” (VERGUEIRO, 1967, p. 18). As estatísticas da educação municipal publicadas na imprensa também refirmam sua preocupação com o ensino público. No primeiro ano do mandato de Vergueiro em 1921, existiam sete escolas na cidade de Passo Fundo, com frequência de 161 alunos. Já no ano seguinte, em 1922, o número de escolas foi elevado para 98, e em 1924 para 119, e em 1929 para 159 escolas num total de 8.029 alunos neste último ano (*O NACIONAL*, 10 de abril de 1954).

Nicolau Araujo Vergueiro empreendeu esforços para a criação da Escola Complementar, criada através do Decreto Estadual nº 4.273 de 5 de março 1929. A referida Escola Complementar foi renomeada posteriormente para Escola Normal Oswaldo Cruz (ENOC) através do decreto 775A de 15 de maio de 1943 (*O NACIONAL*, 13 de setembro de 1975). Em 1958 o Governador do Rio Grande do Sul, Dr. Ildo Meneghetti, conferiu o nome de *Ginásio Estadual Nicolau de Araújo Vergueiro* ao ginásio anexo à *Escola Normal Oswaldo Cruz* (GEHN, 2016b, p. 268).

Assim lembrou Nicolau Araujo Vergueiro sobre a criação da Escola Complementar em 1929: “não havendo edifício próprio ou condigno, cedi, como presidente do Club Pinheiro Machado e de acordo com a sua diretoria, o seu prédio para funcionamento da escola” (VERGUEIRO, 1967, p. 18-19). Em 20 de junho de 1931, no salão nobre da Escola Complementar foi inaugurado um retrato de Vergueiro, o qual proferiu um discurso naquela ocasião, cujo trecho do discurso cabe destacar, pois Vergueiro fez questão de lembrar ao público o seu esforço para a criação daquela escola:

Permiti que vos lembreis o trabalho que tive para a construção do alteroso edifício do Colégio Elemental; depois bem sabeis dos esforços para a criação da Escola Complementar e ainda ultimamente, o empenho pelo Grupo Escolar. São três estabelecimentos de ensino, que aí estão prestando beneméritos serviços e pelos quais muito me debati. E por quê? Porque vejo na instrução o futuro da nossa Pátria, que não deve ser “um logradouro oficial de analfabetismo, museu de ignorantes e de ineptos”. Precisamos preparar as gerações futuras para o embate da luta pela vida. Esta, torna-se cada vez mais difícil; aquela, a instrução, cada vez mais necessária: disseminá-la é obra meritória. O sol precisa ser, e é, mais forte que a cerração, o bem maior que o mal, a instrução superior à ignorância. A terra é boa, o agricultor é bom, mas é imprescindível escolher e preparar a boa semente. Esse é o nosso ideal, e este é o esboço que antecede à realidade (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 189 - Discurso na Escola Complementar*).

Além da imagem de erudito e de um político comprometido com a educação pública, é possível observar que Nicolau Araujo Vergueiro registra em suas memórias algumas narrativas que o projetam como alguém altruísta. Uma narrativa que permite criar essa percepção, ocorreu no início dos conflitos armados da Revolução de 1923. Vergueiro diz que um rapaz de nome Astrogildo Mello foi preso por estar conversando *imprudentemente* e foi mantido sob guarda permanente no prédio da Intendência Municipal. No dia 27 de janeiro de 1923, Vergueiro ficou sabendo que um grupo exaltado viria fuzilar o rapaz naquela noite e assim deu ordens para que o guarda não o entregasse para quem quer que fosse. À meia noite, foi de carro ao prédio da

Intendência Municipal e mandou o rapaz preso entrar em seu carro. “O pobre moço quase desfaleceu, e, gaguejando, implorou-me que não o matasse. Simulei completa indiferença pelo seu pedido” (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 236 - Um fuzilamento malogrado*). Os dois seguiram de carro até um lugar muito escuro e deserto, denominado *Boqueirão*, onde fez o rapaz descer do carro e disse-lhe para se esconder em sua própria casa por um tempo. O rapaz, comovido, agradeceu à Vergueiro e foi embora. No dia seguinte, os exaltados na cidade estavam contentes com o Intendente Vergueiro por ter feito o *serviço*. Mas alguns dias depois, se desapontaram quando viram o rapaz na rua, são e forte (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 236 - Um fuzilamento malogrado*).

A narrativa anterior foi escrita em 1935 e sugere que Nicolau Araujo Vergueiro fez questão de manter na lembrança o episódio ocorrido em 1923, e ao decidir por registrá-lo denota também um desejo de se notar como alguém bom. A escolha deste acontecimento para integrar os *Cadernos de Memórias* permite supor que o autor busca projetar esse atributo para si. Outra narrativa que reforça essa intenção é a transcrição de um ofício recebido em 10 de junho de 1937, do Sr. José Carlos de Macedo Soares, Ministro da Justiça, por meio do qual agradece a Vergueiro por demonstrar preocupação quanto aos presos sem culpa formada:

Rio, 10 de junho de 1937. Sr. Deputado Nicolau Vergueiro, signatário da representação em favor dos presos sem culpa. Em resposta ao apelo que me havíeis dirigido, solicitando a liberdade dos brasileiros e estrangeiros retidos nas prisões sem culpa formada e pronunciamento dos tribunais, tenho a honra de declarar-vos que um dos meus primeiros pensamentos ao assumir a direção deste Ministério, foi atender o problema de natureza tão delicada. As visitas aos presídios desta Capital, empreendidas, como sabeis, para melhor conhecimento de suas verdadeiras necessidades, foram ditadas, outrossim, pelo objetivo de averiguar a situação daqueles detidos. Não vacilei em tomar a iniciativa já do vosso conhecimento. Mais de 300 encarcerados já foram restituídos à liberdade, por ordem escrita do Sr. Cap. Filinto Müller, D. D. Chefe de Polícia. Dentro das normas rígidas traçadas pelo governo, é justo que sejam reparados os possíveis equívocos naturalmente oriundos do momento social brasileiro. Em face, porém, do desejo, de acertar, as portas das prisões abrem-se, agora, para aqueles que fizeram jus ao vosso apelo humanitário. É o que tenho a honra de levar ao vosso conhecimento, apresentando-vos os protestos de minha elevada estima e distinta consideração. O Ministro da Justiça e Negócios Interiores – (assinado) José Carlos de Macedo Soares (VERGUEIRO, 1937, *Narrativa 312 - Um ofício, grifo nosso*).

Essa comunicação do Ministro da Justiça sugere que o então Deputado Federal Nicolau Araujo Vergueiro mantinha uma preocupação sobre os direitos dos presos sem culpa formada, permitindo supor ser alguém compassivo com os encarcerados indevidamente. Claro que, por outro lado, podemos refletir sobre quais encarcerados o preocupavam para que escrevesse uma

carta ao Ministro da Justiça solicitando análise da situação dos presos sem culpa formada: se é uma preocupação por todos os encarcerados sem culpa formada no país ou especialmente por algum(ns) correligionário(s), pois não há indícios de que esse procedimento fosse recorrente. De qualquer forma, o Ministro da Justiça atende o pedido feito, conforme a parte final do comunicado, evidenciando o prestígio que o então Deputado Federal possuía no alto escalão da república.

Diretamente, Nicolau Araujo Vergueiro registra em suas memórias uma breve percepção de si, dada pelo General Firmino de Paula, durante a Revolução de 1923, que o coloca como alguém *dócil*. O General Firmino de Paula, aos aproximadamente 80 anos, foi Comandante da Brigada do Norte na Revolução de 1923 pelo lado republicano. Nesta narrativa memorialística consta que o General Firmino de Paula se referiu ao então intendente municipal como alguém que pode ser um *bom médico*, um *ótimo cidadão*, mas um *péssimo guerreiro*, pelo seu *coração de açúcar*.

Durante a revolução assisista de 1923, era comandante da Brigada do Norte, sediada nesta cidade, o General Firmino de Paula, velho republicano, e que sempre, por processos violentos, combateu os federalistas. Em Julho, quando, em todo o estado, mais intenso era o movimento, a charqueada de São Miguel, cerca de 11 quilômetros daqui, à margem da linha férrea que se destina a Cruz Alta, e de propriedade de Julio Magalhães & Cia., tornou-se um centro de oposicionistas. Uma noite, aquele comandante, que sempre teve gênio irritado e, então, ainda mais pela sua avançada idade, 80 anos, mandou me chamar ao seu quartel General para me prevenir, como intendente do município, e sigilosamente, que estava resolvido a acabar com aquele foco pernicioso de baderneiros, e que iria mandar incendiar o estabelecimento²⁶, não deixando pedra sobre pedra. Fiquei estarecido e frio, porque bem sabia dos processos violentos e arbitrários de Firmino de Paula, e achei de bom aviso não contrariá-lo de chofre [choque repentino], pois poderia ser pior a emenda que o soneto, e, pouco a pouco, em longa e amistosa palestra, fui fazendo-lhe ver da inutilidade do incêndio, puramente prejuízo material que, algum dia, o governo teria que indenizar, da inconveniência para a nossa causa que, mais cedo ou mais tarde, teria que arcar com essa imensa responsabilidade e terrível acusação. De início, irritou-se, chegando mesmo a dizer que já estava arrependido de me haver comunicado, pois eu “poderia ser um bom médico, um ótimo cidadão, mas era um péssimo guerreiro, pelo meu coração de açúcar” mas não desanimei e, queimando sempre incenso na pira de sua vaidade de intrépido e valoroso guerreiro, fui conseguindo amolecer o seu propósito, até que, depois de muitas horas, e depois de insistente apelo, resolveu desistir do seu intento, prometeu não levá-lo avante, o que, de fato, cumpriu. O General tinha um ponto fraco: a sua vaidade... Passo Fundo, 26 de Dezembro de 1935 (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 231 - Um incêndio, grifo nosso*).

²⁶ Segundo Damiani (2016), a Charqueada de São Miguel sofreu um incêndio em 1931, cujos relatos indicam que o fogo teria sido iniciado por fagulhas de um trem que passava ali perto. O fogo consumiu o maquinário, casas, equipamentos e o depósito de charque, a ponto de a empresa decretar falência e fechar as portas no ano seguinte.

A escrita da narrativa anterior data de 1935, doze anos após o acontecimento; traz também a afirmação de identidade e autoexame que Nicolau Araujo Vergueiro fazia. Ter e registrar alguém como fonte, testemunha, de sua identidade, seria mais um fator que acrescentaria fidelidade à sua escrita. Dessa forma, além de um homem público preocupado com a educação, também se apresenta como alguém altruísta, tanto em sua atuação pública quanto em momentos mais reservados da sua vida.

Em relação aos aspectos religiosos, ao ler suas narrativas memorialísticas, principalmente seus discursos, se observa que Vergueiro expressa sua crença em Deus e se posiciona como católico e cristão. Além disso, se aproximou da doutrina espírita em alguns momentos, como relata Dors (2016). Em geral, se percebe nos diversos discursos, vinculações, maiores e menores, à Deus, Jesus Cristo, passagens bíblicas, santos, católicos. A presença destas vinculações religiosas em seus discursos vai aparecendo com mais intensidade à medida que sua idade vai avançando, se considerarmos o primeiro discurso introduzido nos *Cadernos de Memórias* (Narrativa “165 - Discurso em 7 de setembro” - proferido em 7 de setembro de 1906) e o último (Narrativa “313 - Um discurso na Câmara” - proferido em 21 de julho de 1937), além de outros existentes em jornais das décadas de 1940 e 1950.

Nicolau Araujo Vergueiro participou de diversos eventos ligados à Igreja Católica, como em 22 de julho de 1951, por ocasião da posse de Dom Cláudio Colling (que em 1956 veio a ser o primeiro presidente do CUC) para 1º Bispo da Diocese de Passo Fundo²⁷, quando houve uma solenidade no Clube Comercial de Passo Fundo e a Comissão Organizadora convidou Vergueiro para proferir o discurso de posse. Vergueiro aceitou o convite, agradecendo por *discursar em nome do povo católico de Passo Fundo*, e enaltecendo personagens e passagens bíblicas em seu discurso (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 24 de julho de 1951).

Também discursou em outras solenidades religiosas, como por ocasião da chegada da imagem de Nossa Senhora de Fátima à cidade de Marau (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 29 de janeiro de 1952); por ocasião do lançamento da pedra fundamental da Capela de São Miguel (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 29 de abril de 1952), e em outros eventos que citou neste último discurso, como na solenidade realizada em fevereiro de 1928 pela primeira visita do Bispo Dom Atico Euzebio da Rocha à Passo Fundo e em abril de 1935 no assentamento da pedra fundamental da Catedral de Passo Fundo.

No discurso proferido no Hospital Providência, de Marau, em janeiro de 1951, dois meses antes de completar 69 anos de idade, Nicolau Araujo Vergueiro se considera um cristão:

²⁷ Em 13 de abril de 2011 a então Diocese de Passo Fundo foi elevada à Arquidiocese, tendo atualmente como Dioceses sufragâneas Vacaria, Frederico Westphalen e Erechim.

“não me julgo um ente superior, mas me considero um cidadão normal, equilibrado, cristão, ao ponto de perdoar e até mesmo esquecer a maldade humana. Dei tudo o que tinha, tudo o que sabia, tudo o que pude pelo Passo Fundo, minha terra querida” (*JORNAL DA SERRA*, 10 de janeiro de 1951, *grifo nosso*). A primeira parte desta declaração, quando diz *não me julgo um ente superior* denota uma intenção de transmitir modéstia ao se projetar no mesmo nível que às demais pessoas. A modéstia é um atributo que também está presente em algumas narrativas memorialísticas.

Nicolau Araujo Vergueiro demonstra modéstia em sua atuação médica, como ao relatar um atendimento realizado na cidade de Libres, na Argentina, por ocasião de seu exílio entre 1933 e 1934. Nesse caso específico, um homem lhe procurou para pedir que atendesse sua esposa que estava com problemas cardíacos, chamando-o de *grande médico*: “*Doutor, estoy con mi esposa gravemente enferma. Está para morir. Se que el señor es un gran médico, y vengo apelar para sus sentimientos de humanidad*”, ao que Vergueiro respondeu: “sim, respondi, atenderei, mas não sou, como pensa, um grande médico. E fomos os três” (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 038 - Um casal em Libres, grifo nosso*).

Em contraponto à modéstia expressada anteriormente, há outra narrativa memorialística em que Nicolau Araujo Vergueiro afirma que foi chamado para atender a um amigo enfermo que já estava sendo atendido por uma equipe de cinco outros médicos, mas sem sinais de melhora. Ao chegar na casa do enfermo, concordou com o diagnóstico, mas não concordou com o tratamento dispensado pela equipe médica. Após iniciar o tratamento que achava mais adequado, diferente do tratamento dado pela equipe médica, descreveu que “a infecção, acompanhando a melhora, foi diminuindo. Só nesse momento, é que o doente me reconheceu. Passou bem a noite e, em poucos dias, estava em franca convalescença” (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 078 - O caso do Mundica*). Essa narrativa faz um contraponto à modéstia projetada anteriormente, pois na primeira narrativa afirmou que não é um grande médico, mas nesta segunda narrativa registrou que o doente se curou apenas depois da sua proposta de tratamento, diferente da receita pela equipe médica.

A percepção de modéstia contrasta também com a vaidade expressada nos *Cadernos de Recortes Documentais*, na medida em que privilegia a preservação de dezenas de agradecimentos recebidos, homenagens em recortes de jornais, cartas e telegramas, além de produzir inventários à mão, de homenagens, telegramas e dedicatórias recebidas e o nome de cada remetente. Nos *Cadernos de Memórias* registrou as dedicatórias recebidas de escritores renomados, ao mesmo tempo em que revela e apresenta seu círculo social de pessoas da elite e intelectuais. Tais atitudes são típicas de alguém que deseja ter seus feitos reconhecidos. A

vaidade se torna um ponto marcante nos dois documentos autorreferenciais, o que contrasta com a modéstia expressada no interior de algumas narrativas.

Há narrativas e discursos em que Nicolau Araujo Vergueiro registra que não fazia distinção de pessoas a serem atendidas, seja por cor, condição econômica, política ou cultural. Em 1916 atendeu um casal de negros, para realizar o parto da mulher (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 053 - China*). Em outra narrativa memorialística diz que foi atender um chamado médico a cavalo, num local chamado Valinhos, de um filho de colono que havia morrido e sua mãe estava *atacada de alienação mental em crise aguda*, cujos honorários não foram cobrados: “fiquei penalizado diante desse quadro” (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 028 - Saco de batatas*).

Nicolau Araujo Vergueiro defende em suas narrativas memorialísticas algumas ideias eugenistas, embora não se mostre um defensor ferrenho e radical dos ideais da eugenia. O caso do Projeto de Lei que apresentou à Câmara Federal exigindo comprovação de boa saúde aos noivos como requisito para o casamento, é o maior exemplo desta proximidade com a eugenia.

A eugenia é uma das ideias que foram consideradas científicas e que predominavam ao final do século XIX e início do século XX. Tal teoria criada no final do século XIX foi considerada como uma *nova ciência* naquela época. Foi fundamentada pelo inglês Francis Galton (1822-1911), que inspirado pelas ideias de Charles Darwin, publicou a obra *Hereditary Genius* (1869), considerada o marco do nascimento da teoria eugenista no mundo. No Brasil, a ideia conquistou os primeiros seguidores no início do século XX, tendo sido o termo *eugenia* inserido no título de uma tese na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1914. Destacou-se a atuação do Médico Renato Kehl (1889-1974), que a partir de 1917 dedicou vários anos de sua vida para divulgar a teoria de Galton no país. Instituições foram criadas, tanto no exterior quanto no Brasil, especializadas nos estudos eugênicos (PEIXOTO, 2017).

A eugenia, termo cunhado por seu idealizador, tinha por principal objetivo estimular a formação de supostas “boas gerações”, buscava estabelecer uma seleção racial na humanidade, semelhante àquela realizada com animais como cavalos e cachorros, por exemplo. Dentro dessa concepção, pautando-se nos processos de hereditariedade, o aprimoramento racial dependia de nascimentos favoráveis, em outras palavras, da formação de proles fortes e sadias, estas, na maioria das vezes, seriam geradas por meio da procriação de indivíduos que possuíssem as mesmas qualidades. Galton defendia, portanto, um controle matrimonial, pois, em sua concepção, o melhoramento racial só seria possível se os casamentos fossem selecionados (PEIXOTO, 2017, p. 29, *grifo nosso*).

O Projeto de Lei pré-nupcial ou ante-nupcial, como ficou conhecido, foi apresentado por Nicolau Araujo Vergueiro enquanto exercia seu segundo mandato de Deputado Federal (1934 - 1937). Em 1936 integrou a Comissão de Saúde Pública da Câmara dos Deputados (área de sua formação profissional de médico), e após a distribuição de trabalhos entre seus 11 membros, coube à Vergueiro a tarefa de redigir um Projeto de Lei que regulasse o art. 145 da Constituição Federal de 1934, tarefa que aceitou realizar. O referido art. previa que: “A lei regulará a apresentação pelos nubentes de prova de sanidade física e mental, tendo em atenção as condições regionais do País” (BRASIL, 1934, Art. 145).

O Projeto de Lei Federal apresentado e defendido por Nicolau Araujo Vergueiro previa a apresentação de exames obrigatórios pelos noivos antes do casamento, para fins de verificação de boa saúde e hereditariedade, como condição para habilitação ao casamento. Assim iniciava o texto proposto:

Art. 1º - Além dos documentos exigidos pelo Código Civil, para habilitação do casamento, os nubentes, cada um de per si, apresentarão atestado de que não têm defeito físico irremediável e incompatível com o casamento, ou doença grave transmissível, por contágio ou herança, ao outro cônjuge ou à sua descendência.
 §1º - Consideram-se doenças graves transmissíveis ao outro cônjuge ou a sua prole, para os efeitos deste artigo: a tuberculose aberta, a lepra, a sífilis contagiante, a blenorragia, o cancro venéreo, a idiotia, a imbecilidade e a alienação mental sob qualquer de suas formas.
 § 2º - Nos casos de alcoolismo e de uso habitual de entorpecentes, não se permitirá o casamento, enquanto se não provar a cura dos hábitos de intoxicação (VERGUEIRO, 1936, *Narrativa 265 - Exame médico pré-nupcial*).

O Projeto de Lei era composto por 13 artigos e foi transcrito na íntegra por Nicolau Araujo Vergueiro nos seus *Cadernos de Memórias*. O projeto previa exames diferentes para homens e mulheres. O art. 3º, § 1º, estabelecia que “para as nubentes do sexo feminino, o exame se limitará às práticas da clínica geral e às provas de laboratório, a menos que a gravidade do caso reclame, além daquelas provas ginecológicas, a juízo do médico nomeado” (VERGUEIRO, 1936, *Narrativa 265 - Exame médico pré-nupcial*).

Além disso, embora os exames fossem obrigatórios, foi prevista a dispensa para noivos residentes em comunidades onde não havia médicos. O art. 5º afirma que em lugares “onde não houver médico, poderá o exame pré-nupcial ser dispensado tão só para os habitantes de moradia efetiva, com domicílio civil imediatamente anterior de mais de dois anos, mediante requerimento ao juiz, assinado pelos nubentes” (VERGUEIRO, 1936, *Narrativa 265 - Exame médico pré-nupcial*). Nos casos de dispensa aos moradores dessas comunidades, o Projeto de

Lei exigia em substituição dos exames, um atestado de *boa saúde aparente*, firmado por outras duas pessoas idôneas.

Outra situação de dispensa à realização destes exames, era nos casos de casamento para a *reparação de mal causado*, cuja união seria realizada independentemente da apresentação de exames ou atestado de saúde, conforme o art. 11. Entretanto, nestes casos, o juiz deveria decretar a separação de corpos se um dos noivos tivesse mal contagioso curável, mantendo a separação até a cura do paciente ou de ambos os cônjuges. Outrossim, o parágrafo único do art. 11 afirma que “no caso de moléstia transmissível e incurável, a separação de corpos deverá ser decretada, enquanto a vítima for menor, permanecendo em separação, se por ela for requerida ao adquirir a maioridade” (VERGUEIRO, 1936, *Narrativa 265 - Exame médico pré-nupcial*).

Quanto aos custos dos exames, o Projeto de Lei previa a gratuidade para os noivos pobres, mediante atestado de autoridade policial comprovando a pobreza. Para a capital da república e dos estados, e na sede dos municípios, os exames seriam gratuitos enquanto não houvesse para tal, um serviço organizado por médico da assistência pública.

A previsão de dispensas e a gratuidade para os pobres demonstra que tais medidas são um claro ajuste para tornar o projeto executável. Dessa forma, Nicolau Araujo Vergueiro demonstra ter conhecimento do assunto e desenvoltura política. O Projeto de Lei foi aprovado pela Comissão de Saúde Pública (*O NACIONAL*, 10 de abril de 1954), e ao que parece, chegou a ser enviado ao Senado Federal, mas não foi sancionado pelo Presidente da República, tendo sido interrompida sua tramitação ao final de 1937 com o golpe de estado e a dissolução do Parlamento, tornando o art. 145 da Constituição Federal de 1934 *letra morta* durante o período em que vigorou (PEIXOTO, 2017). Como o Projeto de Lei não avançou, Vergueiro expressou seu descontentamento na última narrativa memorialística (VERGUEIRO, 1937, *Narrativa 324 - Atestado médico*).

Em defesa do referido Projeto de Lei, Nicolau Araujo Vergueiro publicou em 1936 uma série de artigos no *Diário da Manhã*, os quais também incluiu integralmente em suas memórias escritas (VERGUEIRO, 1936, *Narrativa 268 - Eugenia*). Na narrativa “265 – Exame médico pré-nupcial”, Vergueiro transcreve o Projeto de Lei na íntegra, bem como seu discurso na Câmara dos Deputados em defesa do Projeto de Lei. Em seu discurso na Câmara dos Deputados, em 13 de agosto de 1936, Vergueiro destacou algumas reflexões do Dr. Renato Kehl e afirmou que

a regulamentação do art. 145 e a sua prática são, a bem da raça, imperiosa necessidade. É um dever, cuja falta envolve crime contra o outro cônjuge e sua descendência, e vamos mais longe ainda, afirmando ser também crime contra a própria Pátria, que aspira, para grandeza e felicidade sua, uma geração sadia e inteligente, vigorosa e boa (VERGUEIRO, 1936, *Narrativa 265 - Exame médico pré-nupcial*).

Dentre as justificativas de Nicolau Araujo Vergueiro para a aprovação de seu Projeto de Lei, coloca que, decorridos pouco mais de dois anos de vida constitucional, após a abertura democrática de 1934, era necessário enfrentar de vez a questão da regulamentação do art. 145. Para Vergueiro, não se tratava, “neste momento, de discutir as vantagens ou inconveniências do exame pré-nupcial; é tema que já passou em julgado e incluído no texto constitucional” (VERGUEIRO, 1936, *Narrativa 265 – Exame médico pré-nupcial*), e que agora restaria somente a necessidade de sua regulamentação. Além disso, evocou o art. 20 do Decreto-Lei nº 181, de 24 de janeiro de 1890, sobre casamento civil, que assim estava redigido:

Os pais, tutores ou curadores dos menores ou interditos, poderão exigir do noivo ou da noiva de seu filho, pupilo ou curatelado, antes de consentir no casamento, certidão de vacina e exame médico atestando que não existe lesão que ponha em perigo próximo a sua vida, nem sofra de moléstia incurável ou transmissível por contágio ou herança (BRASIL, 1890, Art. 20).

Nicolau Araujo Vergueiro justificou também, dizendo que o primeiro Código Civil Brasileiro, que entrou em vigor no governo Wenceslau Braz em 1916, não levou em conta a referida Lei de 1890, pois “em vez de ampliar aquelas boas exigências, que, se não diziam tudo, ensaiavam, entretanto, alguma coisa de útil” (VERGUEIRO, 1936, *Narrativa 265 – Exame médico pré-nupcial*). Afirmou ainda que “estamos na presença de casos em que o interesse social nacional é superior ao interesse privado” (VERGUEIRO, 1936, *Narrativa 265 – Exame médico pré-nupcial*).

É importante esclarecer ao leitor que os adeptos da eugenia não constituíam um grupo homogêneo, ou seja, havia discordância entre eles, sobre determinados aspectos da eugenia e a sua forma aplicação (PEIXOTO, 2017, p. 33). Nicolau Araujo Vergueiro, embora propusera o Projeto de Lei pré-nupcial em 1936, não concordava com todas as ideias de Renato Kehl, como ao permitir no seu Projeto de Lei que os *curados* do alcoolismo pudessem casar-se. Nas primeiras décadas do século XX a eugenia estava ligada ao conhecimento científico

considerado moderno e atual, falar em eugenia significava progresso e evolução para a elite brasileira.

Nicolau Araujo Vergueiro busca esclarecer em seus *Cadernos de Memórias* a sua forma de pensar sobre a eugenia, apresentando-se próximo da chamada *eugenia positiva*, a qual visava estimular o nascimento dos ditos bons nascimentos (PEIXOTO, 2007, p. 13). Para Vergueiro, “a eugenia não cuida de criar tipos excepcionais, pelo gênio ou pela altura; muito outro é o seu fim: procura evitar certas doenças na sua origem, propugnando pela boa e melhor saúde das gerações futuras (VERGUEIRO, 1936, *Narrativa 271 – Duas opiniões e um esclarecimento*)”.

Em outra narrativa, apresenta o caso de uma paciente que possuía sífilis e já havia perdido oito filhos, dos quais, três morreram com poucos dias de vida e cinco abortos. Afirma que após o tratamento da doença em sua clínica, a mulher teve dois *lindos meninos, de magnífica aparência* e que continuava o tratamento nas crianças. No trecho final da narrativa, conclui:

Para terminar, vos direi que certo pastor protestante alemão, quando em seu país o casamento era o que é hoje no nosso, não realizava o ato matrimonial sem apresentação, de cada nubente, de uma apólice de recente seguro de vida, para o qual se obriga rigoroso exame médico. Pois bem, enquanto não for decretada a lei que regula o assunto, aconselho às jovens e aos jovens patricios, que pretendem casar, a exigência, um do outro, de atestado médico de saúde. Não há a menor desconsideração de parte a parte; é exigência providencial, que evitará, por certo, muita tristeza, muita desgraça, muita lágrima, e é melhor prevenir que remediar (VERGUEIRO, 1936, *Narrativa 273 - Sífilis*).

A narrativa memorialística anterior é trecho de um artigo publicado em 20 de outubro de 1936, pelo *Diário da Manhã*. A seleção deste e de outros artigos sobre eugenia para preservação no seu acervo, a inserção do discurso lido na Câmara dos Deputados em defesa do Projeto de Lei, a escrita e apresentação de suas justificativas sobre o projeto de Lei pré-nupcial, nos permite supor que Nicolau Araujo Vergueiro busca também uma reparação histórica pela via dos *Cadernos de Memórias*: a de mostrar que defendia em seu tempo um tipo de eugenia positiva, não a violência ou imposição de medidas extremamente radicais contra os considerados *inferiorizados*, como o confinamento em sanatórios, esterilização e castração compulsórias, como ocorreu em outros países naquela mesma época.

Até aqui se percebe que Nicolau Araujo Vergueiro expôs, por meio da escrita de acontecimentos de sua vida, atributos das memórias de si. Constrói e projeta lembranças de um indivíduo intelectual, altruísta, cristão, modesto, generoso (pois não cobrava honorários de

peças sem condições), preocupado com presos sem culpa formada e defensor da educação pública. Por outro lado, há narrativas que o projetam como uma pessoa um pouco mais ácida, de alguém que não tinha medo de se expressar, mesmo que pudesse ofender outras pessoas. Por exemplo, na narrativa “016 – Assopra-me”, ao descrever o atendimento à uma mulher prestes a dar à luz, se refere à parturiente como *rica, feia e desbocada*, da qual *até* o marido tinha *verdadeiro respeito e medo*. Em outras narrativas também se utiliza de adjetivos desagradáveis, como *rica e feia, pobre e linda* (narrativa “133 – Mãos de anjo”); *velha e feia, enrugada e de maus dentes, cuja boca parece um cemitério* (narrativa “137 – Só escaparam as criancinhas”); *extraordinariamente feia* (narrativa “183 – Espírito de criança”); e *magra, desdentada e feia* (narrativa “258 – Caixa de troca”).

Durante a leitura dos *Cadernos de Memórias* é possível notar também que Nicolau Araujo Vergueiro foi alguém ressentido, ao menos em determinado período da vida, pelo não reconhecimento ou pouco valor simbólico recebido por algumas de suas ações. Dors (2016) também visualizou esse atributo da sua imagem. A narrativa “074 - Quanto p” descreve que muitas vezes forneceu dinheiro para medicação de seus clientes, assim como para dieta, enterros, corridas de automóveis pagas por si mesmo, e em troca recebia *facadas* de ordem política. Mesmo assim, tinha esperança de que algum dia receberia seu merecido reconhecimento (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 074 - Quanto p*).

Os ressentimentos são lembranças dolorosas e silenciadas que arrastam inquietações no interior do indivíduo, em maior ou menor intensidade. Ansart (2004) discorre sobre o conceito de ressentimentos, e ao abordar o pensamento de Nietzsche, apresenta-o como um conjunto de *sentimentos*, dentre os quais, o ódio, o desejo de vingança, o sentimento de experiência continuada de impotência, a experiência continuamente renovada da impotência rancorosa (ANSART, 2004, p.18).

Nesse sentido, o ressentimento pode ser visto como uma ruminância de sentimentos: (res)sentimentos. Por isso, segundo Ansart (2004), "é preciso, primeiramente, atentar à diversidade das formas de ressentimento e falar de ressentimentos no plural" (ANSART, 2004, p. 19), isto é, os ressentimentos podem incluir diversos tipos de sentimentos, não-excludentes entre si.

Os sentimentos dos ressentimentos podem ser expressos em forma de silêncio, ódio, vingança, ironia, etc. Ao extrapolarem o âmbito individual, podem se tornar coletivos, que para exemplificar, Ansart (2004) afirma que a segunda metade do século XX é “repleta de conflitos e violências, que tiveram, como uma de suas determinações, formas diversas de ressentimentos

coletivos: guerras civis e internacionais, crimes coletivos, conflitos raciais e religiosos, genocídios, etc.” (ANSART, 2004, p. 18).

No discurso de retorno do exílio em julho de 1934, Nicolau Araujo Vergueiro manifestou o que pode ser considerado ressentimentos, em relação ao governo de Getúlio Vargas até então, conforme o trecho abaixo, extraído de seu discurso.

Fariseus – À revolução de 1930, dediquei, com amor e sinceridade, todas as minhas energias, não poupando esforços nem medindo sacrifícios, mas as decepções não se fizeram esperar. Só vos recordarei uma, e que foi a primeira: a tentativa de obstrução, no dia 4 de outubro, da barra do Rio Grande. Pavor que marca uma época, crime que condena irremediavelmente um governo, covardia que plasma nossa mentalidade! A fúria do mar, em grossas e bravas ondas revoltas como um solene protesto da própria natureza, não permitiu, no entretanto, que se consumasse, de todo, esse monstruoso atentado (VERGUEIRO, 1935, *Narrativa 159 - Discurso Regresso do Exílio, grifo nosso*).

As narrativas memorialísticas demonstram ressentimentos para com Getúlio Vargas depois de quatro anos de seu apoio ao liderar a revolta armada em Passo Fundo em 1930. Além disso, se houve revisões posteriores de sua escrita autorreferencial, corrobora o fato de não ter suprimido tais declarações. De qualquer forma, como já apresentado, Nicolau Araujo Vergueiro declarou mais tarde ao *Correio da Manhã* (edição de 22 de janeiro de 1937) que *havia reatado a amizade com Flores da Cunha*, embora não fosse mais seu companheiro político, *nem do sr. Getulio Vargas*.

Na edição de 27 de dezembro de 1955, de *O Nacional*, Nicolau Araujo Vergueiro, então com 73 anos, oficializa o encerramento definitivo do exercício médico, após 50 anos de sua formatura em Medicina. Afirma que já está diante do crepúsculo da existência e que necessita descansar o resto de vida que está lhe sobrando, conforme o trecho abaixo:

Meus colegas farmacêuticos e médicos. Hei recebido, durante a minha longa existência, grande número de homenagens de toda a ordem, que em meu espírito, indelevelmente se gravaram, mas posso vos assegurar que nenhuma delas me envaideceu tanto - e não é pecado mortal - como a de hoje, por isso que toca o âmago de meu coração agradecido. Faz 53 anos que me formei em farmácia e 50 anos em medicina. Em verdade, não exerci a primeira²⁸, mas a outra foi, para mim, um alvo, que procurei sempre atingir e acertar, com desmedido amor e com profunda simpatia. [...] Encerro hoje, de modo definitivo, o exercício de minha profissão: estou com mais de 73 anos, trabalhei muito durante 50 anos e necessito descansar o resto da vida, que me está sobrando. Quero ainda declarar que nunca tive com nenhum cliente a menor

²⁸ Nesta passagem, Nicolau Araujo Vergueiro se refere à profissão de farmacêutico.

questão e atrito com colegas, apenas poucos e ligeiros desentendimentos e, se alguma vez o meu proceder foi mal interpretado eu agi mal, peço, de público, desculpas. Se não venci nesta longa jornada por golpes e rasgos de talento, resta-me o consolo de ter sempre procedido com dedicação, zelo, probidade, amor e honra (*O NACIONAL*, 27 de dezembro de 1955, *grifo nosso*).

O pedido de desculpas em público que Nicolau Araujo Vergueiro fez aos 73 anos de idade, como declara a reportagem de *O Nacional*, aponta para um arrependimento, caso tivesse desagradado alguém. Esta forma de compreender que o sujeito é capaz de errar e reconhecer possíveis erros, é um sentimento que geralmente chega junto com a velhice.

Até aqui se observa que Nicolau Araujo Vergueiro não se preocupa apenas em relembrar fatos de seu passado nos *Cadernos de Memórias*, mas registra e conserva no acervo fatos de seu presente, expondo uma expectativa de encontrar eco no futuro: possui a consciência histórica de que aquilo que está sendo produzido atravessará gerações e seu final será público (afinal, foi exímio conhecedor e atuante da área pública). É aí que entra o acervo: a produção, acumulação e preservação do acervo como uma produção de si, cujos sentidos de existência de itens do acervo são explicados e referenciados nos *Cadernos de Memórias*. É nos *Cadernos de Memórias* que ele dá sentido à parte dos itens preservados e fornece os motivos que justificam a existência e a composição do acervo.

Considerando a consciência histórica do autor ao redigir seus *Cadernos de Memórias*, surge indagações sobre os motivos de escrever suas memórias somente até 1937, e sobre porquê não ter esclarecido de forma mais incisiva alguns episódios que marcaram sua trajetória, como por exemplo, os detalhes dos motivos que o levaram às duas prisões; se a partida ao exílio foi voluntária ou forçada; o motivo de ter sido acompanhado até a fronteira do país; o motivo de o episódio da Revolução de 1923 não ser tão detalhada quanto à Revolução de 1930; etc.

Ao mesmo tempo em que concede significados à itens do acervo, relembrando fatos passados e presentes, Nicolau Araujo Vergueiro descreve acontecimentos, experiências individuais, às vezes de forma jocosa, às vezes de forma sensível, e fornece, mesmo que involuntariamente, atributos de suas memórias de si, permitindo a criação de percepções que marcam as representações sociais sobre sua figura. Portanto, além dos atributos sugeridos por Dors (2016), os *Cadernos de Memórias* revelam alguém um pouco mais ácido e sarcástico do que quer que nos lembremos dele. Nesse sentido, a biblioteca pessoal é um tipo de acervo que tem singularidades na representação de si, e que as memórias diferem em alguns aspectos, pelo teor e também pela sua personalidade exposta nos cadernos. Vergueiro realizou as ações pelas quais se tornou conhecido e é lembrado hoje. Mas seu acervo surge para revelar que, além disso,

era alguém que também possuía aparentes contradições como qualquer outra pessoa, o que não desqualifica suas ações pelas quais é reconhecido. As rivalidades, intrigas político-profissionais e os conflitos pessoais fazem parte da dimensão humana do personagem, especialmente no âmbito político, e não diminuem a importância de suas realizações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expandir os olhares para antes, durante e depois do ingresso do acervo de Nicolau Araujo Vergueiro no AHR, significa mergulhar no universo que o projetou e configurou. Investigar as tensões na área médica e política que marcaram sua trajetória pública e impulsionaram a escrita dos *Cadernos de Memórias* e dos *Cadernos de Recortes Documentais*, contribuiu para compreender melhor o modo de operação e os impulsos que o levaram a criar, manter e utilizar seus próprios documentos. A produção da trajetória de vida pelo próprio autor em seus escritos autorreferenciais sinaliza aspectos do seu modo de observar o mundo, fornecendo elementos que permitem criar percepções acerca de sua figura.

Ao passar para a esfera pública através da institucionalização do acervo, diversos olhares voltados ao passado são possíveis, mantendo ou reconfigurando fatos históricos, evidenciando a dinamicidade da memória. Aliás, a dinamicidade da memória está na lembrança, que sempre parte do presente para o passado, isto é, à medida que o tempo passa, aspectos do presente se somam ao ato de lembrar, reconfigurando ou reafirmando a memória.

A possibilidade de contrapor as narrativas escritas de Nicolau Araujo Vergueiro com outras fontes historiográficas, sobre momentos emblemáticos de sua trajetória histórica, tornou melhor a identificação da relação homem-acervo, do seu legado pessoal materializado no acervo como marca de suas realizações e testemunha dos feitos pelos quais anseia reconhecimento das gerações futuras. As leituras dos *Cadernos de Memórias* permitiram o entendimento de elementos importantes para esclarecer sua consolidação política, as rupturas e continuidades em sua trajetória profissional pública, assim como sua atuação como líder local nas Revoluções de 1923 e 1930, seus ressentimentos pelo período conturbado entre 1917 e 1920, pelas prisões, exílio, e segundo si mesmo, pela pouca importância recebida por companheiros políticos, mesmo durante a velhice. De forma geral, permitiu aprofundar um pouco mais o debate em torno da atuação deste personagem na primeira metade do século XX.

A preocupação em relação aos destinatários dos *Cadernos de Memórias* é demonstrada por Nicolau Araujo Vergueiro ao recomendar aos seus familiares que os tornasse públicos somente após 50 anos de sua morte. A intenção de tornar público demonstra que Vergueiro tinha ciência do que poderia e seria legado à posteridade e das memórias de si que seriam expressadas pelos *Cadernos de Memórias*.

Na etapa de acumulação do acervo ocorreram divisões de documentos e partilhas, antes da doação à FUPF (DORS, 2016), indo ao encontro da discussão sobre as influências de agentes

externos na formação do patrimônio documental. Na etapa de produção dos documentos, Nicolau Araujo Vergueiro conduz uma escrita autorreferencial que direciona o leitor para um imaginário sobre sua figura, mesmo que involuntariamente. Dessa forma, a produção, acumulação e ordenação dos documentos, inicialmente realizada pelo próprio Vergueiro, e posteriormente por terceiros, associadas à escrita reveladora de um cotidiano que se aproxima de pessoas comuns e materializada nos *Caderno de Memórias*, direciona sua memória para a estruturação e perpetuação da imagem de um homem público importante e participativo no cenário político, com posições defendidas que mostram um sujeito convicto de suas crenças e que apesar das circunstâncias, lutava por aquilo que entendia como correto. Além dos atributos sugeridos por Dors (2016), os *Cadernos de Memórias* revelam alguém um pouco mais ácido e sarcástico do que quer que nos lembremos dele.

Movido inicialmente pela vontade de contar a sua própria história e preservar as provas de seus feitos, Nicolau Araujo Vergueiro deu início à constituição do patrimônio documental que em 2011 alcançou a vitrine memorial dos notáveis de Passo Fundo e região, hoje custodiada pela instituição que ajudou a constituir, a UPF. Ao contextualizar os momentos conturbados na vida pública e apresentar justificativas sobre algumas decisões e atitudes que tomou, o titular parece buscar uma reparação histórica pela via dos *Cadernos de Memórias*: primeiramente em relação à aparente contradição entre seu apoio e oposição à Getúlio Vargas, e secundamente em relação à defesa feita ao Projeto de Lei Ante-nupcial, apresentando e enfatizando suas justificativas e embasamentos para a fundamentação. Conseqüentemente, as memórias de si em seus dois escritos autorreferenciais (os *Cadernos de Memórias* e os *Cadernos de Recortes Documentais*), se associam em parte, à essa busca.

A pluralidade de memórias envolvidas no processo de criação dos *Cadernos de Memórias* reflete os momentos significativos da vida para o titular. A construção dos pensamentos do titular expressos nestas escritas e no acervo como um todo, foi mobilizada por múltiplos sistemas culturais inerentes ao indivíduo, que definiram a forma e o conteúdo dos documentos e itens legados às gerações futuras. Nesse sentido, a construção identitária expressada pelo acervo se dá a partir da alteridade, isto é, construída na relação e interação com o *outro*, e revela a ligação indissolúvel entre identidade e memória.

Recompor e sistematizar parte de sua trajetória histórica foi essencial para compreender as circunstâncias e dinâmicas da produção de seus documentos autorreferenciais e para contextualização dos demais itens de seu acervo. A produção de sua escrita autorreferencial evidencia que os tempos de crise impulsionam o indivíduo a escrever textos memorialísticos com a pretensão de apresentar-se às gerações futuras - são as situações de bifurcação, para usar

a expressão de Aníbal (2011). No caso de Nicolau Araujo Vergueiro, a profissão médica, por ter menos tensão que a profissão política, é que deu início à escrita de suas memórias, justamente no período de crise de sua figura política na década de 1930.

De forma geral, podemos resumir que os fenômenos que interagem para a construção de memórias de si expressadas tanto por um acervo pessoal, quanto por determinados documentos, são diversos e dinâmicos, mobilizados pelo autor e/ou por terceiros, nas etapas de produção, acumulação, tratamento e publicização. Diversos, porque existem uma variedade de fenômenos que podem influenciar as memórias conformadas por um acervo pessoal. Dinâmicos, porque em qualquer momento estes fenômenos podem ocorrer. Para exemplificar, dentre os possíveis fenômenos, podemos citar aqueles que à primeira vista parecem mais perceptíveis, como os acidentes naturais (incêndios, inundações, terremotos); a dispersão de fontes; a seleção de documentos pelo próprio titular e/ou por terceiros; acréscimos e supressão de documentos durante o percurso. Mas existem outros fenômenos mais sutis, que podem ocorrer conscientemente ou inconscientemente, como as saturações e descontinuidades na acumulação de documentos que tratam sobre determinados assuntos; privilégios de seleção e preservação para determinados tipos documentais; a produção de documentos autorreferenciais que conduzem para uma determinada forma de interpretação do acervo, bem como criam imagens de si diretamente; anotações no canto dos documentos; sinalizações do acervo, como pastas com títulos de assuntos ou anotações no interior de livros remetendo o pesquisador para um determinado caminho de pesquisa; organização pelo titular ou pela instituição custodiadora utilizando-se de títulos amplos para nomear tipos documentais e séries, como *recortes de jornais* ou *produção da imprensa*, dentre outros. Além disso, a forma de tratamento técnico e de publicização apresenta sinais diferentes em cada instituição custodiadora, evidenciando o importante papel dos profissionais que atuam nestas instituições, em relação à mediação das informações entre acervo e pesquisador.

Os fenômenos citados anteriormente são particularidades que indicam as dinâmicas atribuídas pelo titular ou por terceiros e que precisam ser levadas em conta quando se trabalha com acervos pessoais. Não se pretendeu aqui projetar uma oposição radical entre acervos pessoais e acervos institucionais, mas sim enfatizar que caso o personagem acumulador (entidade produtora) seja uma pessoa física, sua liberdade na produção e acumulação dos documentos está inclinada um pouco mais ao subjetivismo.

Nesse sentido, como observado na discussão teórica sobre arquivos pessoais, o reconhecimento do acervo como patrimônio cultural pelo poder público ameniza um pouco o impacto destas ações conformadoras do acervo, pois garante proteção contra a alienação e

dispersão de fontes. Ao se obter declarações oficiais de patrimonialização, como o tombamento ou a declaração de interesse público e social, aumentam as chances de obter recursos que apoiem ações de preservação, tratamento, divulgação, digitalização e ampliação da disponibilização pública dos documentos. De qualquer modo, ainda existem desafios a serem superados para que o processo de patrimonialização seja melhor refletido na legislação brasileira.

É impossível registrar em documentos cada segundo da vida do titular. O acervo de Nicolau Araujo Vergueiro não é um espelho de toda sua trajetória pública, são reflexos de parte da sua vivência, mais notadamente dos períodos de tensão da vida profissional. Apenas alguns itens documentais permaneceram preservados como suporte à memória. Assim, enfatizamos a dialética entre lembrança e esquecimento, pois a ameaça do segundo faz surgir a primeira, apoiada nos registros/símbolos de memórias.

A variedade dos símbolos de memórias que compõe um acervo pessoal o faz ser único para cada indivíduo. “De fato, cada conjunto documental é constituído segundo uma lógica própria, derivada dos usos e dos costumes de seus titulares, que se traduz na forma como os documentos são acumulados, utilizados e conservados ao longo do tempo” (CAMPOS, 2018, p. 356). Mas embora a configuração de cada acervo pessoal seja única, Duarte (2013) nos lembra de que “não é exatamente a configuração do arquivo pessoal que lhe investe o sentido valorativo. Este sentido se encontrará na trajetória da pessoa, mais do que naquilo que foi acumulado por ele” (DUARTE, 2013, p. 197).

A investigação da trajetória de Nicolau Araujo Vergueiro evidencia sua importante participação no desenvolvimento regional de Passo Fundo, seu carinho pela terra passofundense, bem como sua rede de sociabilidades com políticos de níveis estadual e nacional. Seus ancestrais eram envolvidos na política regional e nacional, como seus bisavôs paternos, seu pai, seus tios e primos, isto é, o personagem desta pesquisa nasceu em meio à política. A história de seus antepassados está imbricada com a história do município de Passo Fundo, desde a época do tropeirismo com seu bisavô paterno João da Silva Machado (Barão de Antonina), passando por seus bisavôs maternos, estes últimos considerados o primeiro casal de imigrantes de Passo Fundo. Tornou-se farmacêutico e médico formado em universidade, não militar, que contrastou com a tradição coronelista da época, pois mesmo fora da área militar ascendeu por meio da política ao poder municipal, depois estadual e nacional. Vivenciou uma época de importantes descobertas científicas e da rápida expansão da região norte do Rio Grande do Sul, especialmente por ser Passo Fundo um polo ferroviário que ligava a Porto

Alegre e ao centro do país. Participou do desenvolvimento regional e deixou seu legado documental como marca de seus pensamentos.

A pesquisa também contribuiu para o entendimento de que um documento autorreferencial como um caderno de memórias pode ser elemento fundamental na compreensão de um acervo e por isso sua eliminação ou separação do restante do acervo, em sua organização física, se torna muito prejudicial. Todos os itens de um acervo pessoal precisam ser cuidadosamente avaliados e os que restarem devem permanecer unidos, sob o risco de perderem seus sentidos, caso sejam dispersos Conforme Arce (2015), a visão consolidada sobre as instituições de arquivo no século XIX como neutros guardiões da memória dos povos, ainda hoje “permanece em algumas situações, e aos seus funcionários e pesquisadores escapa a complexidade da tarefa a que se dedicam” (ARCE, 2015, p.13). Vai ao encontro do pensamento do historiador e arquivista Terry Cook, de que o arquivista não pode simplesmente ignorar essa reflexão e atuar como guardião imparcial do documento sem perceber as dimensões das funções em que ele reside. É necessário direcionar o olhar para o documento enquanto um processo e não mais como um simples produto de uma atividade (COOK, 2012). Para além dessa questão, é importante que as instituições arquivísticas que custodiam acervos históricos superem a ideia de receber e tratar apenas acervos provenientes das atividades administrativas, legais, fiscais e jurídicas dos órgãos e entidades às quais está vinculada.

Esta pesquisa não esgota o tema acerca da memória em acervos pessoais, nem do tema da trajetória de vida de Nicolau Araujo Vergueiro. Há caminhos abertos para novos investimentos em pesquisa, sobretudo em relação à atribuição prévia de valores e sentidos aos acervos pessoais de políticos que são incorporados às instituições; à função social das instituições em relação à memória individual e coletiva a partir dos acervos pessoais e sua publicização; dentre outros. Assim como também a investigação aqui apresentada contribui como aporte para futuras investigações sobre a história de vida de Vergueiro, como a investigação de sua atuação médica e política durante o período do Estado Novo (1937 – 1945), cujas fontes são escassas, inclusive no seu acervo pessoal.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Alexandre. **Flores da Cunha**: relação política administrativa com Passo Fundo e região norte do RS, nas páginas de O Nacional (1930-1937). Dissertação de Mestrado, Universidade de Passo Fundo (UPF), 2012.

_____. O Interventor Flores da Cunha e a relação com Passo Fundo (1930 - 1937). In: CARVALHO, Djiovan Vinícius; VANIN, Alex Antônio. **Passo Fundo: estudos históricos, volume II**. Passo Fundo: Acervus Editora, 2020.

ALBUQUERQUE JÚNIOR., Durval Muniz de. **A doença e a escrita**. Artigo publicado no Jornal Diário do Nordeste. 2022. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/durval-muniz-de-albuquerque-jr/a-doenca-e-a-escrita-1.3216325>>. Acesso em: 19 abr. 2022.

AMARAL, Sandra Maria do. **O teatro do poder**: as elites políticas no Rio Grande do Sul na vigência do Estado Novo. Ijuí: Unijuí, 2013.

AMBROS, Jussara Rodrigues; CANTÚ, Jonas; SIQUEIRA, Rosimar Serena. Construção política, econômica e cultural: Passo Fundo nos últimos cinquenta anos. In: DIEHL, Astor Antônio (org.). **Passo Fundo**: uma história, várias questões. Passo Fundo: UPF, 1998.

ANÍBAL, Alexandra. **Vidas escritas**: para uma tipologia dos documentos pessoais como fontes de uma sociologia à escala individual – o caso dos Portefólios Reflexivos de Aprendizagens. 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/279851963_Vidas_escritas_Para_uma_tipologia_dos_documentos_pessoais_como_fontes_de_uma_sociologia_a_escala_individual_-_o_caso_dos_Portefolios_Reflexivos_de_Aprendizagens>. Acesso em 17 jan. 2021.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: **Memória e (res)sentimentos**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

ARANHA, Osvaldo. **Carta de apresentação do General Miguel Costa**. 1930. In: VERGUEIRO, Nicolau Araujo. **Cadernos de Memórias**. 1936.

ARAUJO, Thiago Leitão de. **Escravidão, fronteira e liberdade**: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884). Dissertação de Mestrado, UFRGS. Porto Alegre, 2008.

ARCE, Ana Inés. “**Jóias para os museus da história**”: o acervo documental sobre a Revolução Farroupilha e o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (1925-1940). Dissertação de Mestrado, Universidade de Passo Fundo (UPF), 2015.

ARQUIVO HISTÓRICO REGIONAL (AHR). **Catálogos do Arquivo Histórico Regional - Acervos Privados: Fundo Nicolau Araújo Vergueiro**. 2020. Disponível em: <https://www.upf.br/_uploads/Conteudo/ahr/2020/Acervo%20Nicolau%20Ara%20C3%BAjo%20Vergueiro.pdf>. Acesso em 27 jun. 2021.

_____. **Ações e projetos**. 2021. Disponível em: <<https://www.upf.br/ahr/acoes-e-projetos>>. Acesso em 26 jul. 2021.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____. **Coletânea da Legislação Arquivística Brasileira e Correlata**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

_____. **Histórico**. [Recursos eletrônico]. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/siga/siga/historico-1/historico>>. Acesso em: 09 out. 2021.

ARTIÈRES, Philippe. **Arquivar a própria vida**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 11, n. 21, 1998.

AVELAR, Alexandre de Sá. **A biografia como escrita da História**: possibilidades, limites e tensões. Revista Dimensões, vol. 24, 2010, p. 157-172. ISSN: 1517-2120. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2528/2024>>. Acesso em: jan. 2023.

AXT, Gunter. **Votar por quê? Ideologia autoritária, eleições e justiça no Rio Grande do Sul Borgista**. Revista Justiça & História, Porto Alegre, v. 1, n. 1 e 2, p. [1-31], 2001. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5991>>. Acesso em: 06 out. 2020.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BENVEGNÚ, Sandra Mara. **Décadas de poder**: O PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra 1945-1967. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo: UPF, 2006.

BIZELLO, Maria Leandra; CRIVELLI, Renato. **O lugar do patrimônio documental**: Brasília e Fundo NovaCap. Revista Perspectivas em Ciência da Informação, v.24, n.2, abr./jun., 2019.

BITENCOURT, Luciane Rodrigues de; FIOREZE, Zélia Guareschi; JORGE, Márcia da Silva. Capítulo VI - Passo Fundo: 150 anos e a dinâmica do território. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). **Passo Fundo, sua história**. Passo Fundo: Méritos, 2007. vol. 1.

BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. **Mulas em movimento**: o mercado interno brasileiro e o negócio de tropas, primeira metade do século XIX. Revista Anos 90, Porto Alegre, 2016. Disponível: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/55886/41434>>. Acesso em: 04 out. 2020.

_____. **Senhor de homens, de terras e de animais**. A trajetória política e econômica de João da Silva Machado (Província de São Paulo, 1800-1853). Tese de Doutorado, UFPR. Curitiba, PR: 2014. Disponível: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/35918/R%20-%20T%20-%20LUIZ%20ADRIANO%20GONCALVES%20BORGES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 04 out. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 181, de 24 de janeiro de 1890**. Promulga a lei sobre o casamento civil. Rio de Janeiro, 1890. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D181.htm> Acesso em: 23 jul. 2021.

_____. **Constituição Federal de 1934**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 31 ago. 2020.

_____. **Constituição Federal de 1937**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Rio de Janeiro, 1937a. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em: 31 ago. 2020.

_____. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 1937b. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm> Acesso em: 31 ago. 2020.

_____. **Constituição Federal de 1946**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. Rio de Janeiro, 1946a. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 31 ago. 2020.

_____. **Decreto-lei nº 8.534, de 2 de janeiro de 1946**. Passa à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o Serviço do mesmo nome, criado pela Lei número 378, de 13 de janeiro de 1937, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1946b. Disponível em:
<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8534-2-janeiro-1946-458447-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 31 ago. 2020.

_____. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, 1991. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm>. Acesso em: 31 ago. 2020.

BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Títulos eleitorais: 1881-2008**. Brasília, DF: Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, 2009. 70 p.: il.; (Série apontamentos; n. 2).

BRIET, Suzanne. *Qu'est-ce que la documentation?* Paris: Édit – Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951. Disponível em:
<<http://martinetl.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation/briet.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2020.

BRITTO, Augusto César Luiz; CORRADI, Analaura. **Egodocumentos**: os documentos que expressam a personalidade, intimidade e motivações dos titulares de arquivos pessoais. Rio Grande, RS: Biblos, v. 32, n. 2, p. 98-129, jul./dez. 2018.

_____. **Considerações teóricas e conceituais sobre arquivos pessoais**. Revista Ponto de Acesso, n. 3, v. 11, p. 148-169, 2017.

BUSTAMANTE, Maria Elisa da Cunha. **Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco - Relatório de Atividades 2007 - 2017**. 2018. Disponível em: <<http://mow.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Relatorio-MoWBrasil-2007-2017.pdf>>. Acesso em 07 dez. 2022.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Arquivos pessoais são arquivos**. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, 2009.

_____. **Aula Aberta Historiadores em Arquivos**. *Youtube*, transmitido ao vivo em 26 de abr. de 2021 (1h33min35s). Publicado pelo canal do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UPF) em parceria com a Rede de Pesquisa em Acervos e Patrimônio Cultural (REPAC) da UPF. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4E5oJo-ubnQ>>. Acesso em: 26 de abril de 2021.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique (iFHC). 2007.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Recortes de jornal: da prática social aos arquivos**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2018.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CARVALHO, Estevão Leitão de. **Na Revolução de 30: a atitude do 8º RI, da guarnição em Passo Fundo**. Schmidt, Editor. 1933.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CAVALHEIRO, Maria Eloisa. **“Sabes com quem estás falando?” Elites políticas no Planalto Médio Gaúcho (1930 – 1945)**. Tese de Doutorado, Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), 2008.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)**. Tese de Doutorado, UFF, Niterói, RJ: 2010. Disponível: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1249.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2020.

COLOMBO, Ana Beatriz; RODRIGUEZ, Sonia Maria Troitiño. **Aquisição e preservação de arquivos pessoais de políticos brasileiros**. IV Colóquio em Organização, Acesso e Apropriação da Informação e do Conhecimento, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de procedimentos para o terceiro setor: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social**. Brasília: CFC: FBC: Profis, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Arquivos declarados: Arquivos Privados Declarados de interesse Público e Social pela Presidência da República**. Matéria atualizada

em 08/10/2020 15h24. <<https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/arquivos-declarados>>. Acesso em: 20 mar 2021.

COOK, Terry. “**Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno**”. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.11, n.21, 1998, p.129-149.

_____. **Entrevista**. Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v.3, n.2: p. 142-156, jul./dez. 2012, p. 154.

_____. **O conceito de fundo arquivístico: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial [recurso eletrônico] / Tradução de Silvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/virtuemart/product/Terry%20Cook%20publicacao_tecnica%20593.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M. **Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna**. Trad. Cylaine Maria das Neves; Maria Cristina Vendrameto; Pedro Condoleo de Queiroz. In: REGISTRO: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba/Fundação Pró-Memória de Indaiatuba. V.3, Nº 3, Julho de 2004 – Indaiatuba (SP): Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, 2004.

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa, Portugal: Dom Quixote, 1998.

COUGO JUNIOR, Francisco Alcides. **A patrimonialização de arquivos no Brasil**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Pelotas, 2021.

d' AVILA, Ney Eduardo Possapp. **Passo Fundo terra de passagem**. Passo Fundo: Aldeia Sul, 1996.

DAMIANI, Daniel Ricardo. **Saladeiro São Miguel – Uma Charqueada Passo Fundense**. 2016. Disponível em: <<https://chasquepampeano.com.br/site/saladeiro-sao-miguel-uma-charqueada-passo-fundense/>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

DEL PRIORE, Mary. **Biografia: quando o indivíduo encontra a história**. Topoi, 2009.

DICIONÁRIO INFORMAL. **Dicionário inFormal** Em parceria com o Grupo UOL. (2006 – 2021). Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/>>. Acesso em: 20 out. 2021.

DORS, Marinês. **Vergueiro e sua companhia de imigração em versão biográfica**. In: RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz; ARENDT, Isabel Cristina Arendt; WITT, Marcos Antônio (Org.). A história da imigração e sua(s) escrita(s). São Leopoldo: Oikos, 2012.

_____. **Repositório de memórias: o arquivo de Nicolau Araujo Vergueiro**. Tese de Doutorado, UNISINOS. São Leopoldo, RS, 2016.

_____. **"O destino já se traz de berço": observações e impressões étnicas de um médico (Dr. Nicolau Araujo Vergueiro - 1882 - 1956)**. In: RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz;

ARENDDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (Org.). Festas, comemorações e rememorações na imigração. São Leopoldo: Oikos, 2014.

DUARTE, Renato Crivelli. **Arquivos Pessoais**: institucionalizações e trajetórias. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2018.

_____. **A patrimonialização do arquivo pessoal**: Análise dos Registros Memória do Mundo do Brasil, da UNESCO. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2013.

FERREIRA, Mariluci Melo. **Tramas de poder**: disputas políticas nos campos de cima da Serra/RS (1850-1880). Dissertação de Mestrado, Universidade de Passo Fundo (UPF), 2002.

_____. **A formação histórica de Passo Fundo**. Notas de aula. [sem data]. Disponibilizado no *website* da prefeitura municipal de Passo Fundo. Disponível em: <http://www.pmpf.rs.gov.br/files/formacao_historica_pf.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.

FERREIRA, Mariluci Melo; SIQUEIRA, Rosimar Serena. O contexto econômico e político de Passo Fundo do século XIX à década de 1930. In: DIEHL, Astor Antônio (org.). **Passo Fundo**: uma história, várias questões. Passo Fundo: UPF, 1998.

FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz). **A Revolta da Vacina**. Notícia veiculada no site institucional pela Agência Fiocruz de Notícias em 25 de abril de 2005. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/revolta-da-vacina-2#:~:text=Em%20meados%20de%201904%2C%20chegava,ser%20inoculado%20com%20es%201%C3%ADquido>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

_____. **Difteria**: sintomas, transmissão e prevenção. 2018. Disponível em: <<https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/difteria-sintomas-transmissao-e-prevencao>>. Acesso em: 14 out. 2021.

GATTI, Isaura de Moura. **Partido Social Democrático**: formação e fragmentação em Passo Fundo (1945-1950). Dissertação de Mestrado. Passo Fundo: UPF, 2008.

GEHN, Delma Rosendo. **Passo Fundo através do tempo**. Volume 1: histórico e administrativo. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2016a.

_____. **Passo Fundo através do tempo**. Volume 2: fatos, usos, costumes e valores. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2016b.

_____. **Passo Fundo através do tempo**. Volume 3: enfoques gerais. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2016c.

GOMES, Angela de Castro. **Nas Malhas do Feitiço**: o Historiador e os Encantos dos Arquivos Privados. Revista Estudos Históricos, 1998.

_____. (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GONÇALVES, José Reginaldo S. **O patrimônio como categoria de pensamento**. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (Org). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 25-33.

GOULART, Gabriela Tosta. "**Independente, não neutro**." Poder e imprensa no norte do RS (1916-1930). Dissertação de Mestrado. Passo Fundo: UPF, 2014.

GROFBE, Sybille. **Cartas e correspondência ordinária como ego-documentos na análise linguística**. *Revista Linguística*, v. 11, n. 2, p. 22-41, dez. 2015.

GUARESCHI, Alcides; TASCA, Ivaldino. **UPF, que horas são?** Passo Fundo: Aldeia Sul, 2002.

HEYMANN, Luciana Quillet. **Indivíduo, memória e resíduo histórico**: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 19, 1997.

_____. **O indivíduo fora do lugar**. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n.2 pp.40-57, jul-dez, 2009.

_____. **Memórias de elite: arquivos, instituições e projetos memoriais**. *R. Pós Ci. Soc.* v.8, n.15, jan./jun. 2011.

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. **O Instituto**: apresentação. 2021. Disponível em: <<https://www.upf.br/IFCH/o-instituto>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

JACOMELLI, Jussara. **Políticas públicas e rede de transporte no norte rio-grandense (1889-1955)**. Passo Fundo: Editora UPF, 2011. p.113-116).

JOBIM, Nelson; PORTO, Walter Costa. **Legislação eleitoral no Brasil**: do século XVI a nossos dias. Org.: Nelson Jobim, Walter Costa Porto. Brasília, DF: Senado Federal, v.3, Subsecretaria de Biblioteca, 1996.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. **Entre coronéis e doutores** – A afirmação política de Nicolau de Araujo Vergueiro em Passo Fundo/RS (1916-1920). In: *Oficina do Historiador*. Porto Alegre: Edipucrs, v. 1, n.6, jan./jun. 2013.

_____. **Industrialização e urbanização no centenário de Passo Fundo - RS - 1957**. *História: Questões & Debates*, Curitiba, volume 64, n.1, p. 251-276, jan./jun. 2016.

KUJAWA, Henrique Aniceto. Formação étnica de Passo Fundo e região. In: DIEHL, Astor Antônio (org.). **Passo Fundo**: uma história, várias questões. Passo Fundo: UPF, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão, *et al.* Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LEÃO, Michele de Leão. **Lei Saraiva (1881)**: o analfabetismo é um problema nacional. *Anais do IX ANPED*, 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/929/48>>. Acesso em: 06 out. 2020.

LIMA, Caroline Lisboa dos Santos de. **A política de saneamento do município de Passo Fundo de 1934 a 1946 pelas páginas do jornal O Nacional**. 2018. Temporalidades – Revista de História, ISSN 1984-6150, Ed. 26, V. 10, N. 1 (jan./abr. 2018).

LOPES, Bruna Pimentel; RODRIGUES, Georgete Medleg. **Os arquivos privados na legislação brasileira: do anteprojeto da Lei de Arquivos às regulamentações do Conarq**. Revista do Arquivo, v. 2, p. 01-15, 2017.

MACÊDO, Patrícia Ladeira Penna; OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de Oliveira; SOBRAL, Camilla Campoi de. **Arquivos pessoais e intimidade: da aquisição ao acesso**. Revista do Arquivo, Arquivo Público do Estado de São Paulo, nº4, 2017, São Paulo, SP.

MARTINS, Luthero Dutra. **Vazulmiro Dutra: a história de um caudilho**. Passo Fundo: UPF, 2005.

MENDES, Felipe Landim Ribeiro. **Ibicaba revisitada outra vez: espaço, escravidão e trabalho livre no oeste paulista**. Anais do Museu Paulista, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142017000100301&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 04 out. 2020.

MESTRE, Alex de Oliveira Costa; RONCAGLIO, Cynthia. **Diálogos entre as vertentes clássica, moderna e contemporânea da Arquivologia**. Revista Em Questão, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 355-386, maio/ago. 2020. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/90306>>. Acesso em jan. 2023.

MEYRER, Marlise Regina. **Fundação Universidade de Passo Fundo: 50 anos**. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2017.

MOLINA, Talita dos Santos. **Arquivos Privados e Interesse Público: Caminhos da Patrimonialização Documental**. Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP, Santos, 2014.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. **Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana**. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 17, jan./jun. 2007, p. 240-264. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/4rnVYZV69bZbRqfVVrFqNvc/?lang=pt&format=html>>. Acesso em jan. 2023.

MOREIRA, Regina da Luz. **Brasilianistas, historiografia e centros de documentação**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 5, p. 66-74, 1990.

MULLER, Samuel; FEITH, Johan Adriaan; FRUIN, Robert. **Manual de arranjo e descrição de arquivos** (Traduzido do original: Handlciding vocr het ordenen en beschreijven van Archieven). Trad. Manoel Adolpho Wanderley. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. Ano da publicação original: 1898.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélió. **Subsídios para a história do parlamento Gaúcho (1890-1937)**. Porto Alegre: Corag, 2005.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução: Yara Aun Khoury. Projeto História - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História da PUCSP. 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

OLIVEIRA, Augusto Neftali Corte de. **Os Sistemas Partidários do Rio Grande do Sul: do Império à Nova República**. Revista Brasileira de Ciência Política. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-335220182503>>. Acesso em: 15 out. 2021.

OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. **Terra dos pinheirais**. Série comemorativa do centenário do começo do povoamento do território passo-fundense pela gente brasileira civilizada. Livraria Nacional: Passo Fundo, 1927.

_____. **O elemento estrangeiro no povoamento de Passo Fundo**. Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial: Porto Alegre, 1957a.

_____. **O município de Passo Fundo através do tempo**. Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial: Porto Alegre, 1957b.

_____. **Annaes do município de Passo Fundo**. Coord. por Marília Mattos e outros. Passo Fundo, Gráfica e Ed. Universidade de Passo Fundo, 1990a. Volume I.

_____. **Annaes do município de Passo Fundo**. Coord. por Marília Mattos e outros. Passo Fundo, Gráfica e Ed. Universidade de Passo Fundo, 1990b. Volume II.

_____. **Annaes do município de Passo Fundo**. Coord. por Marília Mattos e outros. Passo Fundo, Gráfica e Ed. Universidade de Passo Fundo, 1990c. Volume III.

OLIVEIRA, Bruno. **A escrita de si: genealogia**. Revista Virtual das Letras, 2015.

OLIVEIRA, Jessica Caroline de. **Indigenistas e mediadores culturais na província paranaense (1845-1889)**. Anais do XV Encontro Regional de História. UFPR, Curitiba, PR: 2016. Disponível: <http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1468204258_ARQUIVO_Artigo_ANPUH_PR_2016_Jessica.pdf>. Acesso em: 04 out. 2020.

OTLET, Paul. **Documentos e documentação**. In: Congresso de Documentação Universal. Paris. 1937. [Discursos] Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. Separata. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/otlet>>. Acesso em: 04 set. 2020.

PALMA PEÑA, Juan Miguel. **El patrimonio cultural, bibliográfico y documental de la humanidad: Revisiones conceptuales, legislativas e informativas para una educación sobre patrimonio**. Cuicuilco, Escuela Nacional de Antropología e Historia, México, 2013.

PASSO FUNDO. **Lei Municipal nº 164, de 12 de junho de 1950**. Decreta e promulga o novo Código de Posturas do Município de Passo Fundo. Passo Fundo, 1950. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/codigo-de-posturas-passo-fundo-rs>>. Acesso em: 05 mai. 2021.

PEIXOTO, Priscila Bermudes. **Até que a eugenia nos separe: raça, saúde e a proposta do exame médico pré-nupcial no Brasil (1918-1936)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Franca, SP: 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/152507/peixoto_pb_me_fran.pdf?sequence=5&isAllowed=y>. Acesso em: 18 jan. 2021.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, v.1, 1984. p. 51-86. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2897806/mod_resource/content/1/Pomian%20%281984b%29.pdf>. Acesso em 24 abr. 2021.

PRATES, Ana Maria da Rosa. **A trajetória de Nicolau Araujo Vergueiro na história política de Passo Fundo – RS (1930-1932)**. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo: UPF, 2001.

PROJETO PASSO FUNDO. **Dados de Armando Araújo Annes, Largo**. Escrito por Fernando Borgmann Severo de Miranda, com colaboração de Jeferson dos Santos Mendes. 2021a. Disponível em: <http://projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con_codigo=25648&tipo=texto>. Acesso em: 23 jul. 2021.

_____. **Dados de Gervásio Lucas Annes**. Escrito pelo historiador Welci Nascimento. 2021b. Disponível em: <http://projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con_codigo=9303>. Acesso em: 23 jul. 2021.

_____. **Dados de Manoel José de Araújo**. 2021c. Disponível em: <http://projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con_codigo=68212&tipo=texto>. Acesso em: 23 jul. 2021.

_____. **Dados de Pedro Lopes de Oliveira**. Escrito por Heleno Alberto Damian e Marco Antonio Damian. 2021d. Disponível em: <http://projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con_codigo=14639&tipo=texto>. Acesso em: 23 jul. 2021.

_____. **Protocolos: 31798 - Manual e Protocolo**. Escrito por PPF Administrador. Revisado em 26 de setembro de 2020. 2021e. Disponível em: <http://projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con_codigo=31798&tipo=texto>. Acesso em: 28 jun. 2021.

PROCHASSON, Christophe. **"Atenção: Verdade!" Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográficas**. Revista Estudos Históricos, 1998.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. Capítulo I: 1893 - A Revolução além da fronteira. In: **República Velha (1889-1930) /** Coordenação geral: Tau Golin, Nelson Boeira; Diretores dos volumes: Ana Luiza Setti Reckziegel, Gunter Axt. - Passo Fundo: Méritos, 2007.- v.3 t.1 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

_____. **A região, a memória e a história: a experiência do AHR da UPF**. 2009. Revista História: Debates e Tendências, vol. 8, n. 2, jul./dez. 2008, p. 324-331, 2º sem. 2009.

RIBEIRO, Mariana Alice Pereira Schatzer. **Trabalho e cotidiano dos africanos livres na Estrada da Maioridade** - São Paulo-Santos (1840-1864). Tese de Doutorado, UNESP, Marília, SP: 2019. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/190990/ribeiro_maps_dr_assis.pdf?sequence=3>. Acesso em: 04 out. 2020.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Tradução: Alain François [et al]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 9.544, de 20 de março de 1992. **Cria o município de Nicolau Vergueiro**. Porto Alegre, 1992. Disponível em:

<https://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100018.asp?Hid_IdNorma=16100&Texto=&Origem=1>. Acesso em: 17 mar. 2022.

RODRIGUES, Marcia Carvalho. **Patrimônio Documental Nacional: conceitos e definições**. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da informação. v.14 n.1 p.110-125, Campinas, SP: 2016.

ROSA, Luísa Grigoletti Dalla. **História, saúde e poder: as instituições hospitalares em Passo Fundo nas décadas de 1910 e 1920**. Passo Fundo: Méritos, 2007.

SANTOS, Fábio Alexandre dos. **Rio Claro: uma cidade em transformação, 1850-1906**.

Dissertação de Mestrado. UNICAMP, Campinas, SP: 2000. Disponível em:

<http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285523/1/Santos_FabioAlexandredos_M.pdf>. Acesso em: 04 out. 2020.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

SILVA, Adriana Ferreira da. **De que verdade falou-se? a oposição na administração de Arthur Ferreira Filho em Passo Fundo (1938 - 1947)**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Passo Fundo (UPF). Passo Fundo, 2009. Disponível:

<<http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/90>>. Acesso em: 17 mar. 2022.

SILVA, Itací de Souza. **Tropeirismo e criatórios de mulas em Lagoa Vermelha, nordeste do RS (1914-1955)**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Passo Fundo (UPF), 2011.

SILVEIRA, Marcel Camargo. **Imigrantes italianos em Limeira - SP: terra, política e instrução escolar (1880-1900)**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP. Campinas, SP: 2007. Disponível em:

<http://taurus.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/252415/1/Silveira_MarcelCamargo_M.pdf>. Acesso em: 04 out. 2020.

SISTEMA NACIONAL DE ARQUIVOS - SINAR. **A História do SINAR**. [Recurso eletrônico]. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/conarq/pt-br/conexoes/sinar>>. Acesso em: 09 out. 2021.

SOUZA, Bruno Gabriel Witzel de. **Imigração alemã e mercado de trabalho na cafeicultura paulista** – um estudo quantitativo dos contratos de parceria. Revista História

Econômica & História de Empresas, 2012. Disponível em:
<<https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/232>>. Acesso em 10 fev. 2022.

TORRES, Luiz Henrique. **Rio Grande, 1918: a Gripe Espanhola e o colapso do cotidiano**. Rio Grande: FURG, 2008.

ULRICH, Raíssa Gehring. **As modernidades visíveis e as alterações cidadinas na Passo Fundo de outrora (1891 - 1924)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Universidade de Passo Fundo). 2020.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. **Comuni Campus - Informativo interno da Universidade de Passo Fundo - RS**. nº 7, ano 1, 10 a 18 de setembro de 1996.

_____. **Conheça o novo site do Acervo Literário de Josué Guimarães**. Categoria Notícias. Escrito por: Assessoria de Imprensa, em 23 de novembro de 2020. Disponível em:
<<https://www.upf.br/noticia/conheca-o-novo-site-do-acervo-literario-de-josue-guimaraes>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

_____. **Acervo na UPF guarda memórias do Dr. César Santos**. Categoria Notícias. Escrito por: Assessoria de Imprensa, em 05 de abril de 2021. Disponível em:
<<https://www.upf.br/biblioteca/noticia/acervo-na-upf-guarda-memorias-do-dr-cesar-santos>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

UPFTV. **Reportagem - Acervo Nicolau Araújo Vergueiro**. Youtube, 23 de mai. de 2013 (2min57s). Publicado pelo canal da UPFTV. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=XuesbhHbJAg>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

VANELLI, Natália Carla. **A formação de "bons cristãos e virtuosos cidadãos"**: atuação dos Irmãos Maristas em Passo Fundo (1929 - 1950). Dissertação de Mestrado, UPF. Disponível em: <<https://secure.upf.br/pdf/2021NataliaCarlaVanelli.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2022.

VERGUEIRO, Nicolau Araujo. **A história do ensino em Passo Fundo**. Escrito originalmente em 1954, republicado em 1967 pela Faculdade de Filosofia de Passo Fundo. Passo Fundo, RS: 1967.

WEBER, Beatriz Teixeira. **Identidade e corporação médica no sul do Brasil na primeira metade do século XX**. Revista Varia História, Belo Horizonte, 2010.

ZANOTTO, Gizele. **"Somos pela liberdade de conhecer!"**. 2018, *mimeo*.

_____. **Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo/RS**. 49 slides. 2021.

FONTES

A VOZ DA SERRA. **Homenagem do Partido Republicano**. Passo Fundo, RS. 07 de março de 1918.

A ÉPOCA. **Secção Livre - Administração Municipal - em defesa...** 16 de fevereiro de 1922.

A FEDERAÇÃO. **Programma do jornal republicano**. Porto Alegre, RS: Oficinas Gráficas de A Federação, 04 de jan. 1884.

_____. **Pelos Municípios - Passo Fundo**. Porto Alegre, RS: Oficinas Gráficas de A Federação, 15 de fev. de 1904. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&pagfis=15044>>. Acesso em: 12 de out. 2020.

_____. **Passo Fundo - Herva Matte**. Porto Alegre, RS: Oficinas Gráficas de A Federação, 24 de ago. de 1905. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&pagfis=16896>>. Acesso em: 12 de out. 2020.

_____. **Relatórios Municipais - Passo Fundo**. Porto Alegre, RS: Oficinas Gráficas de A Federação, 17 de abr. de 1914. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&pagfis=29293>>. Acesso em: 12 de out. 2020.

_____. **Estadual - A situação no interior do estado**. Porto Alegre, RS: Oficinas Gráficas de A Federação, 06 de fev. de 1923. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&pagfis=50427>>. Acesso em: 12 de out. 2020.

ANNES, Gervasio Lucas. **Mensagem apresentada ao Conselho Municipal**. Passo Fundo: Oficinas Typographicas d' O Gaúcho, 1910.

BISPADO DE PASSO FUNDO. **Certidão de casamento de Manoel José de Araújo e Emília Schell**. [Cópia emitida em 4 de agosto de 1953]. Assento de Casamento no Livro 1 fls. 7 - 8. Casamento realizado aos 20 dias de janeiro de 1853 na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Passo Fundo. [Localização: Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo]. 1953.

CORREIO DA MANHÃ. **A situação política**. O que disse o sr. Nicoláo Vergueiro sobre o Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1937.

CORREIO DO POVO. **Faleceu ontem em Passo Fundo o antigo parlamentar Dr. Nicolau Vergueiro**. Porto Alegre, RS, 17 de março de 1956.

_____. **Antecedentes da Revolução de 23 em Passo Fundo**. Porto Alegre, RS, 8 de julho de 1973.

DAMIAN, Marco Antonio. **Entrevista sobre o acervo de Nicolau Araujo Vergueiro** [14 abr. 2021]. Entrevistador: Dhion C. Hedlund. [Recurso eletrônico]. Transcrição sob a guarda do Arquivo Histórico Regional (AHR). Passo Fundo. Arquivo privado Nicolau Araujo Vergueiro/Arquivo Histórico Regional (AHR).

DIÁRIO CARIOCA. **O Rio Grande e a Revolução vitoriosa**. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1930.

_____. **O Rio Grande e a Revolução vitoriosa**. Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1930.

_____. **O General Flores da Cunha e os direitos políticos dos Exilados**. Rio de Janeiro, 28 de abril de 1933.

DIÁRIO DA MANHÃ. “**O homem sem Deus nivela-se à mais brutal das feras**”. Edição de 24 de julho de 1951.

_____. **O brilhante discurso do Dr. Nicolau Araujo Vergueiro** - saudando a imagem de N. S. de Fátima em nome da população católica de Marau. Edição de 29 de janeiro de 1952.

_____. **Magnífico desenrolar teve a festa do lançamento da pedra fundamental da Capela de São Miguel**. Edição de 29 de abril de 1952.

_____. **João de Vergueiro**. Edição de 24 de agosto de 1952.

_____. **Admiradores de Passo Fundo no regime republicano**. Edição de 7 de agosto de 1973.

_____. **O surgimento de uma cidade polo**. Matéria publicada em 05 ago. 2017. Disponível em: <<https://diariodamanha.com/noticias/o-surgimento-de-uma-cidade-polo/>>. Acesso em: 30 mai. 2022.

LEITE, Maria Urbana Desessards. [**Caderneta de notas pessoais**]. Passo Fundo, 188?. Localização: Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo.

FILHO, Arthur Ferreira. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Cel. Osvaldo Cordeiro de Farias, DD. Interventor Federal**. 1938.

FONTOURA, Túlio. **Album do Municipio de Passo Fundo**. 1931. Volume 1. Passo Fundo: Oficinas gráficas de "A Luta".

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. **Estatuto da Fundação Universidade de Passo Fundo**. 2012.

_____. **Processo de reconhecimento do Curso de História da Universidade de Passo Fundo (UPF)**. 1972.

GONZALEZ, Eugenio; TIMM, Octacílio B. **Álbum ilustrado do Partido Republicano Castilhistas**. Porto Alegre, RS, 1934.

JORNAL DA SERRA. “**Minha terra e o meu povo nada me devem**” Expressiva homenagem ao ilustre homem público, tributada pelos dirigentes do Hospital Providência. Carazinho, RS, edição de 10 de janeiro de 1951.

JORNAL DO COMMERCIO. **A Sucessão Presidencial do Estado**. Rio de Janeiro, 08 de novembro de 1930.

O NACIONAL. **Nossos vultos** - Dr. Nicolau Araujo Vergueiro. Passo Fundo, RS, edição de 10 de abril de 1954.

_____. **O coração de médico é cofre de todas as lamentações e manancial de todos os bálsamos**. Passo Fundo, RS, edição de 27 de dezembro de 1955.

_____. **Resumo histórico da cidade de P. F.** Passo Fundo, RS, edição de 7 de agosto de 1973.

_____. **Busto de Nicolau Araujo Vergueiro**. Passo Fundo, RS, edição de 13 de setembro de 1975.

OLIVEIRA, Pedro Lopes de. **Mensagem apresentada ao Conselho Municipal de Passo Fundo**. 1903.

_____. **Mensagem apresentada ao Conselho Municipal de Passo Fundo**. 1914.

_____. **Mensagem apresentada ao Conselho Municipal de Passo Fundo**. 1919.

JUNGBECK, Benhur. **Entrevista sobre o Arquivo Histórico Regional (AHR) e o acervo de Nicolau Araujo Vergueiro** [17 abr. 2021]. Entrevistador: Dhion C. Hedlund. [Recurso eletrônico]. Transcrição sob a guarda do Arquivo Histórico Regional. Passo Fundo. Arquivo Histórico Regional (AHR).

VERGUEIRO, João de Campos. [**Correspondência**] Destinatário: Antônio Ferreira Prestes Guimarães. Passo Fundo, 24 out. 1874a. [2 folhas].

_____. [**Correspondência**] Destinatário: Antônio Ferreira Prestes Guimarães. Passo Fundo, 17 dez. 1874b. [2 folhas].

_____. [**Correspondência**] Destinatário: Antônio Ferreira Prestes Guimarães. Passo Fundo, 28 dez. 1874c. [2 folhas].

_____. [**Correspondência**] Destinatário: Carolina Vergueiro. Passo Fundo, 17 mar. 1883a. [1 folha].

_____. [**Correspondência**] Destinatário: Carolina Vergueiro. Passo Fundo, 22 mar. 1883b. [1 folha].

_____. [**Correspondência**] Destinatário: Carolina Vergueiro. Passo Fundo, 4 set. 1885. [2 folhas].

VERGUEIRO, Nicolau Araujo. **Carta de identidade**. Gabinete de Identificação e Estatística, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil [Emitida em 26 de setembro de 1921]. Localização: Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo. 1921a.

_____. **Mensagem apresentada ao Conselho Municipal pelo Intendente Dr. Nicolau Araujo Vergueiro**. Passo Fundo, 1921b.

_____. **Mensagem apresentada ao Conselho Municipal pelo Intendente Dr. Nicolau Araujo Vergueiro**. Passo Fundo: Oficinas Gráficas de "A Federação", 1923.

_____. **Mensagem apresentada ao Conselho Municipal pelo Intendente Dr. Nicolau Araujo Vergueiro**. Passo Fundo: Oficinas Gráficas de "A Federação", 1924.

_____. **Cédula de Identidad**. Província de Corrientes, Argentina [Emitida em 21 de agosto de 1933]. Localização: Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo. 1933.

_____. **Cadernos de Memórias**. 1935. Disponível em:
<http://projetopassofundo.com.br/principal.php?ordenar=Nome&ordem=ASC&autor=&Submit=OK&modulo=conteudo_listagem&chaveSubSubCategoria=140&acao=listar>. Acesso em 05 nov. 2021.

_____. **Cadernos de Memórias**. 1936. Disponível em:
<http://projetopassofundo.com.br/principal.php?ordenar=Nome&ordem=ASC&autor=&Submit=OK&modulo=conteudo_listagem&chaveSubSubCategoria=140&acao=listar>. Acesso em 05 nov. 2021.

_____. **Cadernos de Memórias**. 1937. Disponível em:
<http://projetopassofundo.com.br/principal.php?ordenar=Nome&ordem=ASC&autor=&Submit=OK&modulo=conteudo_listagem&chaveSubSubCategoria=140&acao=listar>. Acesso em 05 nov. 2021.

_____. **[Discurso]** Discurso proferido no Clube Comercial de Passo Fundo por ocasião da comemoração do cinquentenário da formatura de Medicina. 7 folhas avulsas tamanho A4. Documento existente no acervo pessoal de Nicolau Araujo Vergueiro. 1955.

_____. **Cadernos de Recortes Documentais**. [Cadernos manuscritos com diversos documentos colados, 4 volumes]. Localização: Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo. 1956.

_____. **[Manuscrito]** Acervo pessoal de Nicolau Araujo Vergueiro. Passo Fundo, sem data [s.d]. [1 folha].

ZERO HORA. Memória – Livro reúne discursos de Getúlio. Porto Alegre, RS, edição de 11 de janeiro de 1998.

ANEXO A - TERMO DE DOAÇÃO DO ACERVO DE NICOLAU ARAUJO VERGUEIRO



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Campus I - Bairro São José - Passo Fundo - RS - CEP 99001-970 - Caixa Postal: 611
 Fone: (54) 3316-8109 - Fax (54) 3316-8141
 E-mail: fupf@upf.br
 CNPJ: 92.034.321/0001-25

TERMO DE DOAÇÃO

Por este instrumento, de um lado, **NICOLAU VERGUEIRO MALHEIROS**, brasileiro, advogado, divorciado, inscrito no CPF sob nº 061.480.260-15, RG nº 17127204 SSP/SP, residente à Rua Marcelino Ramos, 355, apto 305, centro, em Passo Fundo, RS, na condição de herdeiro, doravante denominado **DOADOR**, resolve doar à **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 92.034.321/0001-25, com sede no Campus I, Bairro São José, na cidade de Passo Fundo, RS na cidade de Passo Fundo, RS, doravante denominada **DONATÁRIA**, os bens relativos ao acervo histórico do médico Dr. Nicolau Araújo Vergueiro, referidos no ANEXO I, que passa a fazer parte integrante deste, pelo que declaram e se responsabilizam pelo que segue:

Cláusula Primeira - O **DOADOR** declara ser legítimo titular de direitos sobre o acervo documental e histórico do médico passofundense Dr. Nicolau de Araújo Vergueiro.

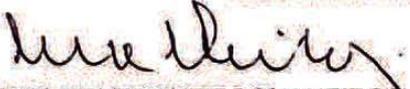
Cláusula Segunda - O **DOADOR** declara que, embora tais documentos não tenham mais significado econômico para si, os mesmos possuem significado histórico, visto que podem servir como base para pesquisas e conhecimento da história do Município de Passo Fundo junto ao Arquivo Histórico Regional da **DONATÁRIA**.

Cláusula Terceira - O **DOADOR** autoriza a **DONATÁRIA** a proceder a uma triagem da documentação referida no ANEXO I, em face de seu grande volume, podendo manter apenas os documentos de maior significação para os fins próprios da **DONATÁRIA**, acima declarados, descartando o restante da forma que melhor lhe aprouver.

Cláusula Quarta - A **DONATÁRIA** recebe da **DOADORA** em caráter definitivo, os bens descritos no ANEXO I, aceitando expressamente tal doação.

E POR ESTAREM JUSTAS E ACERTADAS, FIRMAM AS PARTES O PRESENTE INSTRUMENTO EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DAS TESTEMUNHAS.

Passo Fundo, RS, 01 de novembro de 2011.


NICOLAU VERGUEIRO MALHEIROS
DOADOR


Celso Carlos G. Gonçalves
 Presidente do Conselho Diretor
 Fundação Universidade de Passo Fundo

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
DONATÁRIA

Testemunhas:

1. _____
 Nome
 CPF

2. _____
 Nome
 CPF

Anexo I

0 15/10/05
 C. C. 1005
 P. 11/05

O acervo histórico do médico passo-fundense, Nicolau Araújo Vergueiro, se compõe dos seguintes bens móveis:

- 1 Cofre; - 250,00 ✓
- 1 Escrivania; - 200,00 ✓
- 3 cadeiras; - 100,00 ✓
- 3 bancos de jardim; - 150,00 ✓
- 1 eletrola; - 50,00 ✓
- 1 estante; - 100,00 ✓
- 11 Armários; - 1.100,00 ✓
- 1 telefone; - 50,00 ✓
- 1 máquina de escrever; - 200,00 ✓
- 2 lustres (incompletos); - 100,00 ✓
- 1 porta externa. - 50,00 ✓

E, segundo estimativa, aproximadamente 3.000 peças fazem parte do acervo pessoal e bibliográfico. Estes documentos serão descritos no próprio Arquivo Histórico Regional.

- Distribua o valor de R\$ 40,00 por cada peça dada.

OP 11/05